



UFRJ

**ABRINDO A CAIXA-PRETA:
O DESAFIO DA TRANSPARÊNCIA DOS GASTOS MILITARES NO BRASIL**

Vitelio Marcos Brustolin

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

Orientador: Luiz Martins de Melo

Coorientador: Domício Proença Júnior

Rio de Janeiro
Dezembro de 2009

ABRINDO A CAIXA PRETA:
O DESAFIO DA TRANSPARÊNCIA DOS GASTOS MILITARES NO BRASIL

Vitelio Marcos Brustolin

Orientador: Luiz Martins de Melo
Coorientador: Domício Proença Júnior

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Luiz Martins de Melo

Prof. Domício Proença Júnior

Prof^a. Ana Célia Castro

Rio de Janeiro
Dezembro de 2009

Brustolin, Vitelio Marcos.

Abrindo a caixa-preta: o desafio da transparência dos gastos militares no Brasil/ Vitelio Marcos Brustolin - Rio de Janeiro: UFRJ/ IE/ PPED, 2009.

xi, 110f.: il.; 31 cm.

Orientador: Luiz Martins de Melo
Coorientador: Domício Proença Júnior

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IE/ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2009.

Referências Bibliográficas: f. 92-110.

1. Defesa Nacional – Orçamento. 2. Defesa Nacional – Accountability. 3. Forças Armadas – Transparência Orçamentária. 4. Brasil. Ministério da Defesa – Orçamento. 5. Brasil – Transparência – Gastos Militares. I. Melo, Luiz Martins. II. Proença Júnior, Domício. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. IV. Abrindo a caixa-preta: o desafio da transparência dos gastos militares no Brasil.

RESUMO

ABRINDO A CAIXA-PRETA:
O DESAFIO DA TRANSPARÊNCIA DOS GASTOS MILITARES NO BRASIL

Vitelio Marcos Brustolin

Orientador: Luiz Martins de Melo
Coorientador: Domício Proença Júnior

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

Esta obra descreve as limitações de transparência pública das despesas militares no Brasil e apresenta o orçamento do Ministério da Defesa, divulgando informações – obtidas por meio de pesquisa – que nunca antes haviam sido publicadas. Os dados utilizados abrangem os mandatos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Palavras-chave: orçamento de defesa do Brasil, accountability das Forças Armadas Brasileiras, transparência orçamentária, orçamento do Ministério da Defesa, gastos militares do Brasil.

Rio de Janeiro
Dezembro de 2009

*ABSTRACT**OPENING THE BLACK BOX: THE CHALLENGE OF THE TRANSPARENCY
OF THE MILITARY EXPENSES IN BRAZIL*

Vitelio Marcos Brustolin

Orientador: Luiz Martins de Melo
Coorientador: Domício Proença Júnior

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

This work describes the limitations of public transparency of the military expenditures in Brazil and presents the budget of the Ministry of the Defense, divulging information – gotten by research – that never before had been published. The used data enclose mandates of presidents Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva.

Key words: *budget of Defense of Brazil, accountability of the Brazilian's Forces Seteds, budgetary transparency, budget of the Ministry of the Defense, military expenses of Brazil.*

Rio de Janeiro
Dezembro de 2009

AGRADECIMENTOS

A Deus, Fonte Fecunda e Imortal de Luz, de Felicidade e de Virtude;

Ao meu orientador, Professor Luiz Martins de Melo, pelos conselhos inestimáveis, direcionamento preciso e confiança depositada no encaminhamento deste estudo;

Ao meu coorientador, Professor Domício Proença Júnior, pelo brilhantismo, genialidade e generosidade que são próprios aos homens célebres;

À Professora Ana Célia Castro, pelo apoio constante, postura incentivadora e pelo excelente trabalho desenvolvido no PPED;

À Professora Eli Roque Diniz, pelos ensinamentos inspiradores, ideias inovadoras e trabalho vivaz;

Ao Professor Charles Pessanha pelo conhecimento compartilhado e pelo incomensurável interesse no progresso do conhecimento científico;

Ao Professor Reynaldo Motta, pela disponibilidade concedida em meio a inúmeras atividades fundamentais;

Ao amigo Márcio Pacheco, pelo apoio à pesquisa, principalmente através de ações e palavras modelares;

Aos contatos e amigos do Ministério da Defesa, pelo passo dado rumo a uma efetiva transparência pública;

A Paul Feyerabend, por seu necessário *Against Method (in memoriam)*;

À Lauany Filgueiras, pela paciência, partilha e entendimento que a tornam ainda mais única.

*Para:
Valmir Luiz Brustolin,
Clarilene Giaretton e
Renan Paulo Brustolin;
minha amada família*

LISTA DE SIGLAS

- Anac – Agência Nacional de Aviação Civil
- Anpocs – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
- Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CF – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- CGU – Controladoria-Geral da União
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DP – Despesa Primária
- EB – Exército Brasileiro
- END – Estratégia Nacional de Defesa
- EUA – Estados Unidos da América
- FAs – Forças Armadas
- FAB – Força Aérea Brasileira
- FEB – Força Expedicionária Brasileira
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- IGP-DI – Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna
- IISS – *International Institute for Strategic Studies*
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
- LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LOA – Lei Orçamentária Anual
- Lula – Luiz Inácio Lula da Silva
- MB – Marinha do Brasil
- MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
- MD – Ministério da Defesa

OGU – Orçamento Geral da União

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONGs – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

Otan – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PDN – Política de Defesa Nacional

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PIB – Produto Interno Bruto

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais

PPA – Plano Plurianual

Sielo – *Scientific Electronic Library Online*

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIDOR – Sistema Integrado de Dados Orçamentários

SIPRI – *Stockholm International Peace Research Institute*

Sivam – Sistema de Vigilância da Amazônia

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

SRH/MP – Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento

STN/MP – Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério do Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

USACDA – United States Arms Control and Disarmament Agency

RELAÇÃO DAS TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1

Série Histórica do Desempenho Orçamentário da Defesa Brasileira pela Ótica das Despesas Primárias 32

Tabela 2

Relações do Desempenho Orçamentário do Ministério da Defesa pela Ótica das Despesas Primárias 32

Gráfico 1

Ministério da Defesa – Participação % no PIB: Despesa Total 33

Gráfico 2

Ministério da Defesa – Participação % na Despesa Primária da União 34

Gráfico 3

Ministério da Defesa – Participação % de Pessoal na Despesa Primária da União 35

Gráfico 4

Ministério da Defesa – Participação % de Custeio e Investimentos na Despesa Primária da União 36

Tabela 3

Ministério do Planejamento – Despesas Primárias da União: 2008/LOA 2009 37

Tabela 4

Orçamento Total do Ministério da Defesa por Grupo de Despesa 40

Gráfico 5

Evolução Orçamentária 1995/2008 – Despesa Total 41

Gráfico 6

Evolução Orçamentária 1995/2008 – Pessoal e Encargos Sociais 42

Gráfico 7

Evolução Orçamentária 1995/2008 – Dívida 43

Gráfico 8

Evolução Orçamentária 1995/2008 – Custeio 45

Gráfico 9

Evolução Orçamentária 1995/2008 – Investimentos 46

Tabela 5

Quantidade de militares ativos, inativos e quantidade de pensionistas 49

Gráfico 10

Quantidade de Militares Ativos X Inativos + Instituidores de Pensão..... 50

Tabela 6Despesa Anual de Pessoal Militar, segundo a situação de vínculo –
Em R\$ milhões correntes 51**Tabela 7**Despesa Anual de Pessoal Militar, segundo a situação de vínculo –
Em R\$ milhões de 2008 51**Gráfico 11**Despesa Anual de Pessoal Militar, segundo a situação de vínculo –
Em R\$ milhões correntes 52**Tabela 8**

Renda per capita dos Militares – Em R\$ correntes 53

Tabela 9

Renda per capita dos Militares – Em R\$ de 2008 53

Gráfico 12

Variação Per Capita dos Militares – Em R\$ de 2008 54

Gráfico 13

Despesa Anual de Pessoal Militar, segundo a situação de vínculo..... 55

Tabela 10Execução Orçamentária de 2000 a 2008: Despesa Total
(Comando/Unidade Orçamentária) 60**Tabela 11**Execução Orçamentária de 2000 a 2008: Despesa Total da
Administração Central e Anac (Comando/Grupo de Despesa) 61**Tabela 12**Execução Orçamentária de 2000 a 2008: Despesa Total dos
Comandos (Comando/Grupo de Despesa) 62**Tabela 13**Execução Orçamentária de 2000 a "2008": Pessoal e Encargos
Sociais (Comando/Grupo de Pessoal) 64**Tabela 14**Execução Orçamentária de 2000 a 2008: Pessoal e Encargos
Sociais (Comando)..... 65**Tabela 15**Execução Orçamentária de 2000 a 2008: Custeio e
Investimentos (Comando/Unidade Orçamentária) 66

Tabela 16 Execução Orçamentária de 2000 a 2008: Custeio e Investimentos da Administração Central e Anac (Fonte de Recursos)	67
Tabela 17 Execução Orçamentária de 2000 a 2008: Custeio e Investimentos dos Comandos (Fonte de Recursos).....	68
Tabela 18 Execução Orçamentária por Principais Programas e Ações da Administração Central	69
Tabela 19 Execução Orçamentária por Principais Programas e Ações do Comando da Aeronáutica	70
Tabela 20 Execução Orçamentária por Principais Programas e Ações do Comando do Exército	71
Tabela 21 Execução Orçamentária por Principais Programas e Ações do Comando da Marinha	72
Tabela 22 Execução Orçamentária de 2000 a 2008 da Administração Central	73
Tabela 23 Execução Orçamentária de 2000 a 2008 da Administração Central (continuação)	74
Tabela 24 Execução Orçamentária de 2000 a 2008 do Comando da Aeronáutica.....	75
Tabela 25 Execução Orçamentária de 2000 a 2008 do Comando do Exército.....	75
Tabela 26 Execução Orçamentária de 2000 a 2008 do Comando do Exército (continuação).....	76
Tabela 27 Arrecadação de Receitas de 2000 a 2008 – Fundo do Ministério da Defesa	77
Tabela 28 Arrecadação de Receitas de 2000 a 2008 – Fundo de Administração do HFA	78

Tabela 29	
Arrecadação de Receitas de 2000 a 2008 – Fundo do Serviço Militar.....	78
Tabela 30	
Arrecadação de Receitas de 2000 a 2008 – Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	79
Tabela 31	
Arrecadação de Receitas de 2000 a 2008 – Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional – Anac	80
Tabela 32	
Arrecadação de Receitas de 2000 a 2008 – Fundo Naval	81
Tabela 33	
Ministério da Defesa – Orçamento de 2009	86
Gráfico 14	
Ministério da Defesa – Orçamento de 2009	87

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1	
Accountability do orçamento do Ministério da Defesa do Brasil.....	7
Definições de accountability	7
Accountability orçamentária do Ministério da Defesa do Brasil	11
A pesquisa.....	13
Análise dos resultados da pesquisa	15
Direito público ao acesso à execução orçamentária no Brasil	21
A questão legal.....	23
Das (in)consequências.....	27
Capítulo 2	
O histórico da execução orçamentária da Defesa Brasileira: de 1995 a 2008	30
O desempenho orçamentário da Defesa Brasileira pela ótica das despesas primárias.....	30
Apresentação dos dados de despesa primária	33
Análise preliminar	36
O desempenho orçamentário da Defesa Brasileira pela ótica do orçamento total	38
Apresentação dos dados de despesa total	39
Considerações prévias sobre o desempenho orçamentário da defesa brasileira.....	47
Capítulo 3	
Apontamentos sobre a execução orçamentária do Ministério da Defesa: de 2000 a 2008	58
Nota sobre a apresentação das rubricas orçamentárias	59
Primeira parte: despesa total por unidade orçamentária.....	59
Segunda parte: despesa total por grupo de despesa.....	61
Terceira parte: distribuição da despesa de pessoal	64
Quarta parte: despesa de custeio e investimentos por unidade orçamentária	64
Quinta parte: despesa de custeio e investimentos por fonte de recursos	66
Sexta parte: despesa de custeio e investimentos por principais programas e ações.....	68

Sétima parte: despesa total por unidade orçamentária, programa e ação	72
Oitava parte: arrecadação das receitas.....	76
Conclusão	82
Crise de identidade	82
<i>Path-dependency</i>	83
Falta de transparência pública	84
Ausência de política de Estado	85
Cortes orçamentários constantes.....	88
Desequilíbrio atuarial.....	89
Impulso pré-eleitoral.....	90
Accountability dos gastos militares no Brasil.....	90
Bibliografia.....	92
Anexos	111

Introdução

O presente estudo surgiu com o intuito de analisar a execução orçamentária do Ministério da Defesa (MD) do Brasil. A palavra “intuito” é necessária, pois a despeito do princípio constitucional da publicidade¹, os dados relativos às despesas da defesa nunca foram completamente divulgados pelo governo brasileiro. Com o golpe militar de 1964 iniciou-se o mais longo período de domínio das Forças Armadas (FAs) na história do País, durante o qual, o ostracismo foi preponderante. Em 1985 o regime é encerrado e os militares passam a ter um espaço diferente e uma influência proporcionalmente reduzida na vida nacional. Desde então, foram cinco os governos civis: José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O escopo do presente estudo abrange os governos destes dois últimos presidentes, ao longo dos quais, se manteve a mesma moeda (o Real), a estabilidade econômica e quando é criado o Ministério da Defesa.² Ocorre que – embora sob a judice da transparência – nem o governo Fernando Henrique, nem o governo Lula, abriram integralmente e durante toda a extensão de seus mandatos, as contas das Forças Armadas Brasileiras.

Historicamente gerou-se, assim, uma verdadeira “caixa-preta” na defesa brasileira, no sentido de que os recursos públicos são utilizados, mas não é aberto aos cidadãos, como, para que e em qual proporção, exatamente, ocorre tal destinação. Evidentemente, por se tratar de uma democracia representativa, para muito além do autoritarismo do regime militar, impõem-se aos governantes a devida prestação de contas de seus mandatos. Isso, justamente porque, os insumos são provenientes dos contribuintes que, para tanto, colaboram compulsoriamente com os seus impostos e, não obstante a

¹ Disposto no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

² Legalmente instituído em 1999, com o primeiro exercício financeiro exercido em 2000. “O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica. Uma de suas principais tarefas é o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País, caso da Política de Defesa Nacional (PDN), atualizada em julho de 2005. Criado em 10 de junho de 1999, o MD é o principal articulador de ações que envolvam mais de uma Força Singular.” Informações do site oficial do Ministério da Defesa: www.defesa.gov.br/conheca_md/index.php?o=oquee. (Acesso em 7/11/2009).

imposição legal, têm o direito moral de saber do emprego do erário público. Desse modo, a metáfora “caixa-preta” traduz a sensação de que informações cruciais estejam guardadas dentro de um instrumento a que só alguns técnicos têm acesso, tal qual ocorre em um acidente aéreo, ao se encontrar a caixa-preta de uma aeronave e, por algum motivo, manter-se sigilo de seu conteúdo. No caso do orçamento, contudo, a transparência, apesar de ser uma determinação legal, ainda é um desafio no Brasil: os dados não estão perdidos e – espera-se – não fazem parte de uma tragédia semelhante a um acidente, porém continuam, por algum motivo, restritos. Por isso, guardadas as proporções da analogia, o que se deseja traduzir é a necessidade de que o conhecimento das informações seja aberto, dos técnicos, ao público em geral, a fim de se evitar que os poucos que detêm o acesso a tais dados os utilizem de forma adversa ao que um regime democrático pressupõe: a vontade popular. E mais: a fim de se fazer valer o anseio público antes que as despesas sejam geradas, pois a simples divulgação do que foi feito não significa que haja a concordância daquilo que se realizou e nem que se consinta com o direcionamento tomado ou que se há de seguir. Este último fator, sobretudo, ocorre porque apenas ao se analisar as rubricas, é possível saber o real direcionamento da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Plano Plurianual (PPA), já que ambos são abrangentes e gerais, não permitindo aos cidadãos tomar consciência sobre a postura específica do País em relação à defesa.

Dito isso, cabe ressaltar que no Capítulo 1, intitulado “*Accountability* do orçamento do Ministério da Defesa do Brasil”, estão descritas as formas de pesquisa e os resultados obtidos que demonstram o exato nível de acesso às informações que se tem no Brasil em relação à execução orçamentária das Forças Armadas. Tal Capítulo, conforme o seu nome expressa, também provoca uma discussão de *accountability* – expressão de origem inglesa que será devidamente conceituada e que, por ora, o entendimento de que se trata de “transparência e responsabilização decorrentes de um mandato”, nos é suficiente. Além disso, aborda a bibliografia concernente às despesas das Forças Armadas Brasileiras e as devidas fontes utilizadas nos estudos em questão. Não obstante, é descrita a forma pela qual se obteve acesso a dados nunca antes divulgados, que compõem o objeto do presente estudo. Por fim, apontam-se os dispositivos legais que garantem a publicidade das informações

no Brasil e as devidas consequências (e inconseqüências) do descumprimento de tais pressupostos.

No Capítulo 2, “O histórico da execução orçamentária da Defesa Brasileira: de 1995 a 2008”, os gastos em questão são apresentados sob duas óticas: a da despesa primária e a da despesa total. Ambas com marco inicial que ultrapassa o objeto deste estudo, a fim de se apresentar o fundamento histórico, divulguem-se dados ainda não publicados e situar-se a *path-dependency* (dependência da trajetória) da defesa brasileira. No fechamento do Capítulo também é analisada a questão atuarial das Forças Armadas, já que se descobriu que os gastos com folha de pagamento consomem, anualmente, de 75% a 80% do total de seus orçamentos.

Por sua vez, o Capítulo 3, “Apontamentos sobre a execução orçamentária do Ministério da Defesa: de 2000 a 2008”, apresenta e delinea questões sobre as oito seções contidas nas rubricas orçamentárias da defesa, dentro do período proposto no título em questão e dispostas no Anexo 1. São elas: a despesa total por unidade orçamentária do Ministério; a despesa total por grupo de despesa; a despesa de pessoal; a despesa de custeio e investimentos por unidade orçamentária; a despesa de custeio e investimentos por fonte de recursos; a despesa de custeio e investimentos por principais programas e ações; a despesa total por unidade orçamentária, programa e ação; e a arrecadação das receitas.

Antes, porém, de se iniciar a abertura e análise dos dados, cabe a conceituação de gastos militares, já que estes são uma convenção social e podem ter diferentes definições, dependendo da forma de organização descritiva e orçamentária dos diferentes países ou locais em que sejam realizados. No caso da defesa do Brasil, não existe uma convenção pública específica, no entanto, os dados do Orçamento da União seguem, em geral, conceitos que são utilizados internacionalmente³, o que facilita a sua comparação com os dados de outros países. Os gastos (ou despesas) militares apresentados neste estudo, portanto, utilizam da seguinte conceituação geral:

³ O SIPRI apresenta tais convenções em: www.sipri.org/databases/milex/definitions. (Acesso em 1º/11/2009).

Despesas correntes e de capital em:

- Forças Armadas, incluindo a manutenção das Forças em tempo de paz;
- Ministérios da defesa e de outras agências governamentais empenhadas;
- Projetos públicos desenvolvidos no domínio da defesa;
- Forças paramilitares, quando estiverem treinando, equipadas e disponíveis para operações militares;
- Atividades militares específicas.

Tais despesas deverão incluir:

- Pessoal;
- Pensões de reforma dos militares;
- Serviços sociais para o pessoal e as suas famílias;
- Operações e manutenção;
- Procedimentos militares de investigação e desenvolvimento;
- Construção militar;
- Ajuda militar (para os gastos militares de países doadores).

Exclusão das despesas militares:

- Defesa civil;
- Despesas correntes anteriores a atividades militares;
- Os benefícios de veteranos de guerra;
- Desmobilização;
- Conversão de instalações de produção de armas;
- Destruição de armas.

Apresentada tal convenção, é crucial enfatizar porque o conhecimento de tais informações é relevante e, em termos de governança e políticas públicas, imprescindível. Para tanto, há de se delinear três questionamentos:⁴

1. O que saberemos ao final da leitura deste estudo que não sabemos agora?

⁴ Questões propostas por PROENÇA JR, Domício & SOARES, Priscila Ferraz. *In: Introdução ao Ofício Acadêmico. IOA-1. PEP-COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2009, pp. 31.*

2. Por que isso é importante?

3. Como sabemos que isso dialoga com o acervo do conhecimento humano?

A resposta para a primeira questão é: saberemos as rubricas da execução orçamentária do Ministério da Defesa de 2000 a 2008, além dos dados gerais de despesa primária e despesa total da defesa brasileira de 1995 a 2008.

Já a segunda indagação, pode ser, assim, esclarecida: somente a análise das rubricas é capaz gerar processos específicos de accountability que permitam à população produzir responsabilização sobre os mandatos entregues a representantes que administram a defesa brasileira. Tais informações podem ser estratégicas para o desenvolvimento de uma nação. Luiz Martins de Melo, no artigo “O financiamento da inovação nas empresas”, enfatiza:

Uma rápida olhada nos dados dos gastos do orçamento público americano em P&D [pesquisa e desenvolvimento] mostra, imediatamente, a escolha dos setores estratégicos: defesa e saúde. O primeiro responde por 45,6% do total e o segundo, por 27,9%. Juntos, somam 73,5 % dos gastos federais em P&D.⁵

Guardadas as proporções e as prioridades específicas entre Brasil e Estados Unidos, é fundamental que se observe – além das questões intrínsecas de defesa da pátria, garantia dos poderes constitucionais, bem como, da manutenção da lei e da ordem⁶ – a oportunidade de se desenvolver outras áreas do Estado e do conhecimento humano, utilizando-se, adequadamente, o orçamento de defesa. Tal paradigma envolve, inclusive, os inumeráveis empregos das pesquisas científicas, sejam elas públicas ou privadas.

Por fim, a terceira pergunta pode ser sanada pelo mergulho na bibliografia pesquisa, que será apresentada ao longo e ao final do estudo, bem como, pela construção racional de que mandatos públicos em regimes

⁵ MELO, L. M. O financiamento da inovação nas empresas. Valor Econômico, Rio de Janeiro, p. A14 - A14, 23 jul. 2007. Disponível em: http://inovacao.enap.gov.br/index.php?Itemid=50&id=230&option=com_content&task=view. (Acesso em 1º/11/2009).

⁶ Pressupostos do artigo 142 da Constituição Federal.

democráticos, por definição, são necessariamente transparentes, caso contrário, seriam mandatos privados que, ao envolverem coisas públicas, estariam, automaticamente, excluídos do escopo democrático.

Tal estudo perfaz, portanto, dois eixos: o acadêmico e o das políticas públicas.

O primeiro diz respeito à publicação dos dados, que até então, nunca haviam sido apresentados com o devido detalhamento e abrangência.

O segundo consiste no fato de que, uma vez comprovado que as informações jamais haviam sido apresentadas, fica demonstrada a limitação de se aplicar a accountability e o devido controle externo⁷ aos gastos militares no Brasil. Tal paradigma parte do pressuposto de que, sem transparência administrativa, não há como se materializar responsabilidades em responsabilização, seja no Ministério da Defesa, seja em qualquer outra pasta pública.

⁷ Descrito no artigo 70 e seguintes da Constituição Federal.

Accountability do orçamento do Ministério da Defesa do Brasil

Conforme disposto na Introdução, o presente estudo teve origem com a finalidade de se fazer accountability do orçamento do Ministério da Defesa do Brasil. Como marco inicial, para tanto, escolheu-se a primeira dotação orçamentária do referido Ministério – o ano de 2000 – quando, recém-criado, este inicia as suas atividades com as devidas previsões de receitas e despesas inseridas na Lei Orçamentária Anual (LOA) da União. Já como marco final, elegeu-se o ano de 2008, último período de execução orçamentária consumada até a finalização desta dissertação.

Definições de accountability

Palavra da língua inglesa, sem tradução simplificada para o português, para os fins aqui propostos, optou-se por utilizar “Accountability” tal qual no idioma original. Seu emprego geralmente está ligado ao conceito de “prestação de contas”, embora tal concepção não envolva a “responsabilização”, que é crucial na definição do termo.

Charles Pessanha afirma que o conceito implica em se manter indivíduos e instituições responsáveis por seu desempenho. Ou seja: “alguns atores têm o direito, por vezes o dever, de controlar o desempenho de outros atores segundo um conjunto de padrões preestabelecidos”, a fim de se verificar se a “atuação em questão está sendo operada dentro dos padrões e, caso contrário, impor sanções ou determinar responsabilidades”.⁸ Na obra “Accountability e Controle Externo no Brasil e na Argentina” – cuja qual, somada a grande parte de suas referências, formou a plataforma da cadeira “Constitucionalismo Moderno e Accountability”, ministrada pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da UFRJ, em 2008 – Pessanha destaca a definição do conceito pela ótica de uma cuidadosa seleção de autores, dentre os quais:

⁸ PESSANHA, Charles. “Accountability e Controle Externo no Brasil e na Argentina”. *In* Direitos e Cidadania, Angela de Castro Gomes (coord.). Rio de Janeiro, FGV Editora, pp.141. 2007.

Robert Behn correlaciona accountability diretamente ao controle financeiro, sobretudo orçamentário, por considerar este como uma das poucas ferramentas do Poder Legislativo sobre a administração pública.⁹

Michael Power, por sua vez, analisa o conceito de forma mais abrangente, com vistas à responsabilização na gestão jurídico-administrativa dos recursos, ampliando a conformidade fiscal aos princípios da economia, eficiência e efetividade.¹⁰

Paralelamente, Ruth Grant e Robert Keohane identificam sete tipos mecanismos de accountability e consideram suas aplicações nos Estados, ONGs, organizações multilaterais e redes transgovernamentais.¹¹ Tais mecanismos são: o “hierárquico”, para líderes de organizações; o de “supervisão”, para estados; o “fiscal”, para agências de capital; o “legal”, para cortes de justiça; o de “mercado”, para ‘ofertantes’ e consumidores; o de “nobres” ou de observação, entre organizações; e o “público-reputacional”, entre organizações e o público em geral.

Já Guilhermino O’Donnell identifica accountability em dois níveis: horizontal e vertical.¹² Esta diz respeito às ações realizadas pelos que ocupam posições em instituições do Estado, sejam eles eleitos ou não. Aquela se refere à existência de agências estatais que possuam o direito e o poder legal para realizar ações contra outros agentes ou órgãos do Estado, que possam ter cometido atos ou omissões delituosos. O’Donnell também aponta sete passos para se adquirir a accountability horizontal: primeiro, dar aos partidos de oposição um papel importante, na direção de agências fiscais, por exemplo. Segundo, tornar altamente profissionalizadas e financeiramente auto-suficientes, agências que desempenham papel preventivo, como os tribunais de contas, por exemplo. Terceiro, manter um Judiciário também altamente profissionalizado e com bom orçamento. Quarto, implantar tais recursos institucionais com descrença prudente nas inclinações republicanas. Quinto,

⁹ BEHN, Robert D. Rethinking democratic accountability. Washington: Brookings Institution, 2001.

¹⁰ POWER, Michael. The audit society: rituals of verification. Oxford University Press, 1999.

¹¹ GRANT, Ruth W.; KEOHANE, Robert O. Accountability and abuses of Power in world politics. American Political Science Review, v. 99, n. 1, 2005.

¹² O’DONNELL, Guilhermino. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua Nova, n. 44, 1998.

garantir o sentido liberal da *accountability*, procurando-se reduzir as desigualdades e garantir que fracos e pobres sejam tratados decentemente. Sexto, manter uma mídia independente, com liberdade de expressão. Sétimo, implementar uma rede de agências estatais capazes de efetivar a *accountability* horizontal.

Scott Mainwaring e Christopher Welna¹³ agregam à *accountability* a dimensão da responsabilidade pública do representante perante os representados, além de procurar aumentar a compreensão de formas não-eleitorais de *accountability*. Para tanto, os autores analisam o estágio de implementação do controle externo efetivado nos países latinos e indicam soluções de aumento da democracia, de modo a implementar mecanismos de presença natural da *accountability*, que consideram um conceito-chave nas ciências sociais.

Não obstante as definições apresentadas, para que se analise, especificamente, o objeto deste estudo, é fundamental que sejam apreciados, separadamente, alguns dos elementos da *accountability* – como o que é um “mandato”, o que é ser “*accountable*” e o que é um “*account*”. Só então será delineada uma conceituação específica.

É de conhecimento público que mandato perfaz-se num instituto social no qual determinados indivíduos podem ser representados por outros, desde que haja a concordância de ambos. Essa representação gera responsabilização por todos os atos executados pelas partes, em especial pelos representantes, pois estes detêm poderes que ultrapassam a sua esfera individual, ingressando no âmbito dos representados. Em outras palavras: trata-se de uma delegação de poderes que gera o direito/dever do representante (mandatário) de cumprir o que foi designado e o direito/dever do representado (mandante) de verificar o cumprimento do que foi designado.¹⁴

¹³ MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher. *Democratic accountability in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

¹⁴ Em “As metamorfoses do governo representativo”, Bernard Manin apresenta os princípios fundamentais da representação política, formulados no final do século XVIII e que se traduziram em práticas e instituições concretas. O primeiro é o de os representantes são eleitos pelos governados. O segundo, de que os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores. O terceiro, de que a opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo (liberdade de expressão). O quarto, de que as decisões políticas são tomadas após debate.

Conforme Jacqueline Muniz e Domício Proença Júnior, quem recebe um mandato se compromete a:

- I) Usar os poderes delegados apenas para buscar o fim que justifica o mandato;
- II) Exercer os poderes delegados escolhendo meios e formas de ação (ou inação que não contradigam este fim);
- III) Responder por estas escolhas, seus resultados e consequências, à luz deste fim.¹⁵

Pela ótica dos autores – que se apresentou como a mais precisa para os fins desta dissertação – ser accountable é ser responsabilizável por tudo o que se fez e que se deixou de fazer no exercício de um mandato. Trata-se de uma característica intrínseca ao mandato, portanto, independe de que o mandatário ou mandante reconheçam, ou não, tal responsabilização. E mesmo que não haja instrumentos para comprová-la, a responsabilização permeia a própria existência do mandato.¹⁶ Já account é justamente o instrumento, procedimento, bem como, qualquer mecanismo ou meio de se realizar a responsabilização. Logo acima, ao apresentar-se uma conceituação para “mandato”, delineou-se que representação gera responsabilização. Pois bem, de fato, para que a responsabilização seja gerada, é necessário que se demonstrem as relações de causa e efeito entre as ações, ou inações, do mandatário. Ou seja: o account pode ser maior ou menor de acordo com o grau de transparência de um mandato.

Após essa delimitação prévia, fica claro que accountability é uma característica indissociável à execução de um mandato, com a qual os

¹⁵ MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JUNIOR, Domício. *Da Accountability Seletiva à Plena Responsabilidade Policial*. In: Haydee Caruso; Jacqueline Muniz; Antonio Carlos Carballo Blanco. (Org.). *Polícia, Estado e Sociedade: Saberes e Práticas Latino-americanos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Publit Seleções Editoriais, 2007, v. 1, p. 25.

¹⁶ Aprofundando a questão da responsabilização, em “La Política Importa”, de J. Mark Payne, Daniel Zovatto e Mercedes Mateo Díaz, dentre outros autores, analisam aspectos de instituições de *accountability* na América Latina. Tais aspectos vão, desde a percepção de independência de poderes, como o Judiciário, até a vinculação de instituições centrais de auditoria, como o Tribunal de Contas e suas ações possíveis dentro do contexto dos países. O Ministério Público também é analisado, assim como a Defensoria Pública. Numa situação ideal, os autores classificam a prestação horizontal de contas como sendo exercida pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, auxiliados, assistidos e vigiados, mutuamente, por instituições superiores de auditoria, Ministério Público, Procuradoria Geral da República, Defensoria Pública e Comissão de Direitos Humanos. Quanto à prestação vertical de contas, os autores classificam a interação entre eleições, imprensa, sociedade civil organizada e cidadãos em geral.

representados podem responsabilizar os mandatários pelas escolhas feitas durante a representação.

Accountability orçamentária do Ministério da Defesa do Brasil

Fazer accountability do orçamento do Ministério da Defesa do Brasil, conforme o marco temporal proposto neste estudo, no entanto, mostrou-se uma tarefa irrealizável. Isso, porque, não foi encontrado nenhum documento público contendo a execução orçamentária do referido Ministério desde a sua criação.

Com o advento do Portal da Transparência, implementado e administrado pela Controladoria-Geral da União (CGU) a partir de novembro de 2004, começou, paulatinamente, a tornar-se possível aos cidadãos, o acompanhamento da execução financeira dos programas e ações do governo Federal.¹⁷ Os dados, no entanto, a que se tem acesso, se iniciam, quando muito, no próprio ano de 2004, sendo impraticável a realização de accountability ou qualquer tipo de acompanhamento em período pretérito a tal data. Outras ferramentas governamentais, que dão ingresso a bancos de dados do porte do Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR) ou do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) – cujos quais são as fontes de uma grande quantidade dos dados apresentados neste estudo – não têm a mesma condição de acesso irrestrito ao cidadão que o Portal da Transparência proporciona, tornando-se, portanto, inviável para qualquer pesquisador não atrelado ao governo a tarefa de análise histórica da execução orçamentária do Ministério da Defesa.¹⁸

¹⁷ “Lançado em novembro de 2004, o Portal da Transparência nasceu como o mais abrangente banco de informações, aberto à população, sobre o uso que o Governo Federal faz do dinheiro que arrecada em impostos.” Fonte: www.portaldatransparencia.gov.br/sobre/Iniciativa.asp. (Acesso em 1º/11/2009).

¹⁸ De acordo com o documento “Portal da Transparência”, apresentado em 2008 no 12º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, de autoria de Vânia Lúcia Ribeiro Vieira, responsável pela iniciativa na Controladoria-Geral da União: “A criação do Portal da Transparência não se constituiu tarefa fácil. Alguns obstáculos tiveram de ser vencidos para que o site entrasse no ar e observasse as diretrizes que haviam sido estabelecidas, como facilidade de acesso, utilização de linguagem cidadã, navegação simplificada e informações tempestivas e confiáveis. Problemas como **informações dispersas** em diversos sistemas de diferentes órgãos do Governo Federal, **falta de padronização das informações** a serem divulgadas, **informações não registradas** em sistemas de tecnologia de informação, **sigilo de dados e de informações** previsto em normativos e **informações e dados inconsistentes**

Não é objeto desta discussão se o mesmo ocorre com outras pastas do governo que não a Defesa, de qualquer forma, a origem dos dados exposta no Portal deixa clara a responsabilidade pelas informações:

(...) os dados divulgados no Portal da Transparência são de responsabilidade dos ministérios, por serem eles os órgãos executores dos programas de governo. A CGU, por sua vez, reúne e disponibiliza as informações sobre a aplicação desses recursos federais no Portal da Transparência.¹⁹

A questão é mais complexa quando se trata da atualização dos dados:

A atualização do Portal é feita mensalmente com a inserção de dados sobre a execução financeira dos programas e ações do Governo Federal. Os dados que alimentam o Portal são oriundos do Fundo Nacional de Saúde (quando o tema é relativo ao Ministério da Saúde), da Caixa Econômica Federal (quando o assunto refere-se ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ou ao Ministério do Desenvolvimento Agrário), da Secretaria do Tesouro Nacional (quando o tema é sobre o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI) e do Banco do Brasil (quando os dados referem-se aos Cartões de Pagamentos do Governo Federal).²⁰

Portanto, a informações são de responsabilidade de cada ministério, embora a atualização das mesmas seja compartilhada. Seja como for, iniciativas governamentais como o Portal da Transparência²¹, permitem que o cidadão comum observe apenas as rubricas dos respectivos gastos públicos recentes, mantendo, assim, os dados de defesa nacional num período de visualização bastante limitado.

Para se ter uma ideia dessa limitação, na realização do presente estudo constatou-se que os dados orçamentários – não só do Ministério da Defesa, mas também do período anterior à criação do mesmo, perfazendo, portanto, a

foram enfrentados. Assim, tendo em vista a complexidade de sua criação, e, ao lado disso, o **pequeno montante de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos** utilizados para a sua construção, bem como o **pouco tempo empregado no seu desenvolvimento**, pode-se considerar que a CGU utilizou-se de forma bastante eficiente dos recursos disponíveis para a presente iniciativa.” p. 5. “O ineditismo do projeto decorre do fato de que, **no Brasil, embora o acesso a informações públicas esteja previsto na Constituição Federal, o caminho para se obter esses dados é, por vezes, difuso e complexo e a linguagem utilizada, inacessível ao cidadão comum.**” p. 8. (Os grifos são nossos). Disponível em: http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=280. (Acesso em 1º/11/2009).

¹⁹ e ²⁰ www.portaldatransparencia.gov.br/sobre/Origem.asp. (Acesso em 1º/11/2009).

²¹ www.portaldatransparencia.gov.br. (Acesso em 1º/11/2009).

antiga estrutura das Forças Armadas Brasileiras²² –, nunca antes, haviam sido apresentados em qualquer outro trabalho acadêmico. Tais dados perfazem o período de 1995 a 2008 e o seu processo de sua busca é descrito a seguir.

A pesquisa

Além da busca por documentos públicos e instrumentos governamentais de prestação de contas descritos na seção anterior, a pesquisa realizada nesta dissertação abrangeu as principais plataformas e fontes de estudo da defesa brasileira, bem como, portais acadêmicos, grupos de trabalho e obras específicas.

Os locais de busca foram os seguintes²³:

- Portal do Ministério da Defesa;
- Portal da Transparência;
- Portal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Portal do Orçamento (do Senado Federal);
- Portal do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI);
- Portal da Capes;
- Portal do Scielo;
- Portal da Anpocs;
- Link da Secretaria de Orçamento Federal (SOF);
- Site Contas Abertas;
- Site da Escola Superior de Guerra;
- Site da Escola de Guerra Naval;
- Site da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército;
- Site da Escola das Forças Armadas;
- Site da Organização das Nações Unidas (ONU);

²² Buscaram-se dados com o período inicial de 1995, quando começa o primeiro exercício orçamentário integral cuja moeda corrente é o Real, bem como o mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

²³ O endereço dos locais de busca está documentado no item “Links” e nas demais referências da Bibliografia do presente estudo.

- Site: *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI);
- Site: *International Institute for Strategic Studies* (IISS),
- Site do Fundo Monetário Internacional (FMI),
- Site: *U. S. Bureau of Arms Control*;
- Site: *U. S. Department of Defense News*;
- Site: *United States Arms Control and Disarmament Agency* (USACDA);
- Google Scholar;
- Grupos de Pesquisa do Diretório Nacional de Pesquisa do CNPq;
- Associação Brasileira de Estudos da Defesa;
- Biblioteca Virtual do Ministério da Defesa.

A busca foi realizada com as seguintes palavras-chave:

- “Orçamento” & “defesa”;
- “Orçamento de defesa”;
- “Orçamento” & “forças”;
- “Orçamento” & “armadas”;
- “Orçamento das forças armadas”;
- “Orçamento” & “militar”;
- “Brazilian defense budget”;
- “Brazil defense budget”;
- “Defense budget of brazil”;
- “Brazil defense spending”;
- “Brazilian defense spending”;
- “Defense spendings of brazil”;
- “Defense spending of brazil”.

A opção de localização para as palavras-chave foi “em qualquer lugar do documento.” A busca pelos dados foi realizada no decorrer de março de 1º de março de 2008 a 10 de novembro de 2009, sendo que os filtros de pesquisa utilizados seguiram o critério da atualidade, perfazendo o período de publicação do estudo: “a partir de 1995”. Este ano foi escolhido por abranger o período das informações que são apresentadas nesta obra e incluir os cinco anos que antecedem a criação do Ministério da Defesa, durante os quais,

manteve-se a estabilidade financeira e a mesma moeda no Brasil, de modo que, o conhecimento de tais dados influenciam no entendimento dos antecedentes orçamentários do referido Ministério.

Análise dos resultados da pesquisa

Os resultados obtidos em todos os sítios, portais, sites, grupos, estudos, obras e buscadores pesquisados podem ser observados na Bibliografia deste estudo, contudo, dentre os que possuem consonância direta com o escopo da dissertação²⁴, destacam-se os que seguem abaixo, com as devidas observações das informações e fontes relativas que os mesmos contêm.

Luís Fernando Nogueira Pompeu, em sua dissertação “Aspectos políticos do orçamento de defesa: o orçamento da Marinha do Brasil e a Política de Defesa Nacional”²⁵, aborda as despesas gerais do Ministério da Defesa e, em particular, as da Marinha do Brasil, durante a execução orçamentária do Plano Plurianual de 2004 a 2007. O objetivo é analisar, conforme suas palavras, “o descompasso entre a atribuição de tarefas para a Marinha do Brasil e os recursos orçamentários que lhe são designados”. Para tanto, se propõe a:

(...) analisar o processo de elaboração do orçamento da Marinha em relação à Política de Defesa Nacional, uma vez que as dificuldades financeiras enfrentadas pela Marinha constituem obstáculo para o êxito de uma política de defesa nacional.²⁶

Na elaboração do estudo são apresentadas emendas parlamentares para a execução de projetos designados à Marinha do Brasil durante o período mencionado. Pompeu demonstra que tais emendas, no mais das vezes, não receberam as dotações orçamentárias previstas, já que estavam fora da

²⁴ Para além da confiabilidade relativa à abrangência dos resultados da pesquisa, cabe ressaltar que a bibliografia sobre a questão foi vasculhada com o auxílio dos orientadores deste estudo, sendo que os resultados pertinentes estão, efetivamente, relacionados ou levados em consideração ao longo da análise efetuada.

²⁵ POMPEU, Luís Fernando Nogueira. Aspectos políticos do orçamento de defesa: o orçamento da Marinha do Brasil e a Política de Defesa Nacional. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

²⁶ POMPEU. *Obj. Cit.* p. 4.

relação de prioridades do Poder Executivo. Os dados dispostos pelo autor, portanto, enfatizam, essencialmente, os aspectos políticos que geram relações de causa e efeito entre a previsão orçamentária e a execução de alguns programas da Marinha do Brasil entre 2004 e 2007, e não o orçamento de defesa do País como um todo, visto não ser este o seu objeto.²⁷

Já Claudio Rogerio de Andrade Flôr, em sua dissertação “Defesa, orçamento e tecnologia: um estudo de caso da Marinha do Brasil (1990 a 2005)”²⁸, apresenta a evolução das despesas militares a partir das Leis Orçamentárias Anuais. O autor busca verificar os motivos que “levam o Estado brasileiro no período pós Guerra Fria a adquirir material bélico descartado pelos países centrais”. Para tanto, no que concerne ao estudo orçamentário, lança mão dos dados de previsão legal do orçamento, não discutindo e, portanto, nem apresentando os dados de sua execução.

Por outro lado, Eduardo Ítalo Pesce, consegue, em “As Forças Armadas e o Orçamento da União em 2005”²⁹, apresentar números gerais da execução orçamentária do Ministério da Defesa de 2003 a 2005, porém os dados são superficiais e limitam-se aos títulos, como “pessoal”, “dívida”, “outras despesas correntes” e assim por diante, não sendo possível o aprofundamento de como as cifras foram gastas. Embora tenha publicado o estudo em uma revista governamental (da Marinha do Brasil) O autor também não teve acesso a tal aprofundamento, já que, conforme demonstra o seu estudo, utilizou como fonte principal a Lei Orçamentária Anual de 2005 e as informações gerais apresentadas no site Ministério da Defesa em 18/03/2006. Por fim, a pequena margem temporal não permite fazer maiores análises históricas dos dados orçamentários.

Eugenio Diniz, por sua vez, com a análise “Defesa, orçamento e projeto de força: uma análise da organização do exército brasileiro e suas perspectivas

²⁷ Tanto Pompeu, quanto Flôr (apresentado a seguir) são militares e seus trabalhos estão publicados na Biblioteca virtual do Ministério da Defesa: www.defesa.gov.br/espaco_academico/index.php?page=biblioteca_virtual. (Acesso em 10/11/2009).

²⁸ FLÔR, Claudio Rogerio de Andrade. Defesa, orçamento e tecnologia: um estudo de caso da Marinha do Brasil (1990 a 2005). Dissertação de mestrado em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 2008.

²⁹ PESCE, Eduardo Ítalo. As Forças Armadas e o orçamento da união em 2005. *In*: Revista Marítima Brasileira. Vol. 126, n 04/06 – abr/jun 2006.

de médio prazo”³⁰, apresentada no 32º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), compara os efetivos e equipamentos das Forças Armadas do Brasil com as da África do Sul, da Índia e de Israel, examinando, em seguida, quais seriam as condições hipotéticas do Brasil enfrentar alguma dessas nações. Para além do estruturado trabalho realizado pelo autor, suas conclusões relativas às perspectivas de investimentos para as Forças Armadas do Brasil abrangeram somente as despesas de pessoal e a comparação do montante gasto pelo Ministério da Defesa em relação às demais pastas da União. Ao longo do presente estudo serão apresentadas rubricas orçamentárias relativas, diretamente, ao item “investimentos”, assim como ao item “dívida”, ambas úteis para as conclusões de pesquisas como a do referido autor.

Em “A Estratégia Nacional de Defesa e o Orçamento da União”, o militar Marco César de Moraes se propõe a utilizar a Estratégia Nacional de Defesa e o Orçamento da União com a finalidade de: “despertar a atenção e o interesse, de civis e militares, para os assuntos de defesa e os respectivos recursos necessários, sejam eles provenientes do Orçamento da União ou de outras fontes e, com isso, vencer a precária percepção dos temas relativos a este assunto.”³¹ Como fonte de dados para tanto, utiliza o site Contas Abertas³², com alguns dados do SIAFI.³³ Os dados apresentados pelo autor, nesse item, perfazem apenas o resumo das despesas e investimentos do orçamento de defesa do Brasil entre 2001 e 2008, não sendo apresentada execução total. Em seguida, com algumas informações da Secretaria de Orçamento Federal (SOF)³⁴, Moraes apresenta um breve resumo das despesas discricionárias da Marinha, do Exército e da Aeronáutica de 2005 a 2008, incluindo uma projeção da Lei Orçamentária Anual de 2009.

³⁰ DINIZ, Eugenio. Defesa, orçamento e projeto de força: uma análise da organização do exército brasileiro e suas perspectivas de médio prazo. ANPOCS, 2008.

³¹ MORAES, Marco César de. A Estratégia Nacional de Defesa e o Orçamento da União. Centro de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2009. p. 1.

³² www.contasabertas.uol.com.br. (Acesso em 1º/11/2009).

³³ www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI/index.asp. (Acesso em 1º/11/2009).

³⁴ www.portalsof.planejamento.gov.br/portal. (Acesso em 1º/11/2009).

João Henrique Pederiva, participando da Consultoria de Orçamento do Senado Federal, em 2002, produziu o documento “A Defesa Brasileira e o Orçamento”³⁵. Neste, o autor utiliza como base de pesquisa, informações gerais de execução orçamentária do Ministério da Defesa de 2001, cujas quais teve acesso através da Câmara dos Deputados e do próprio Senado Federal.

Por outro lado, no estudo “Análise sobre a Viabilidade de Revitalização da Indústria de Defesa Brasileira”, Renato Peixoto Dagnino e Luiz Alberto Nascimento Campos Filho³⁶ utilizam dados da *United States Arms Control and Disarmament Agency, USACDA* (2003) e do *Stockholm International Peace Research Institute, SIPRI* (2005) que, conforme descrevem, “são as últimas fontes confiáveis disponíveis”³⁷. Com tais bases de dados, os autores prepararam, a convite do Ministério da Defesa, uma análise com vistas à revitalização da indústria de defesa brasileira. Os números oficiais provenientes do orçamento brasileiro constantes no artigo, embora este tenha sido encomendado pela própria Defesa brasileira, foram fornecidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.³⁸

Já José Carlos Amarante, no artigo “Recursos para a Defesa do Patrimônio Brasil”³⁹ discute a missão constitucional de defesa do patrimônio público do Brasil e compara o orçamento de defesa do País com as seguintes nações: Estados Unidos, França, China, Índia, Rússia, Turquia, África do Sul, Argentina, Chile, Venezuela e Peru. Tanto em relação ao Brasil, quanto aos demais países comparados, os dados orçamentários utilizados pelo autor são originados do banco de dados do SIPRI.

³⁵ PEDERIVA, João Henrique. A Defesa Brasileira e o Orçamento. *Security and Defense Studies Review*, v. 4, n. 2, p. 115-134, 2004.

³⁶ DAGNINO, Renato Peixoto & CAMPOS FILHO, Luiz Alberto Nascimento. Análise sobre a Viabilidade de Revitalização da Indústria de Defesa Brasileira. *Brazilian Business Review*. Vitória-ES. 2007. p. 191-207.

³⁷ DAGNINO & CAMPOS FILHO. *Obj. Cit.* p. 192.

³⁸ DAGNINO & CAMPOS FILHO. *Obj. Cit.* p. 203.

³⁹ AMARANTE, José Carlos A. Recursos para a Defesa do Patrimônio Brasil. (Artigo apresentado no encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, ocorrida em julho de 2008).

Também Carlos Wellington Leite de Almeida, no substancial “Transparência e controle na gestão da defesa”, utiliza os dados do SIPRI⁴⁰ e argumenta:

Alarmante é a falta de informações confiáveis provenientes da América do Sul. Brasileiros, argentinos, bolivianos e outros sul-americanos que desejarem estudar os gastos de defesa de seus países encontrarão informações nos Estados Unidos e na Europa mais facilmente do que em suas próprias origens. Atualmente, existem poucas fontes de informação internacionais que procuram realizar, sistematicamente, pesquisas sobre o nível de gastos com defesa. Entre elas destacam-se o *International Institute for Strategic Studies* (IISS), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), o *U.S. Bureau of Arms Control* e a Organização das Nações Unidas (ONU). E, mesmo nesses casos, as informações estão distantes da qualidade desejada.⁴¹

Justificando a ausência de dados oficiais do orçamento de defesa do Brasil, Almeida narra em seu estudo que, no Brasil, o Tribunal de Contas da União divulga anualmente informações sobre gastos de defesa nacional, no bojo sobre as contas da República, no entanto, ressalta, “essas informações não são amplamente divulgadas ao público.”⁴²

Com dados utilizados quase pela totalidade dos autores que publicaram obras sobre o orçamento de defesa do Brasil, o SIPRI é uma organização internacional que publica, anualmente, desde 1988, os gastos militares de diversos países do mundo, dentre os quais, o Brasil. Até 1994, os dados do SIPRI em relação às despesas militares de nosso País eram, declaradamente, estimados e, a partir de então, o valor final em Reais correntes de tais despesas e a sua relação com o PIB passou a ter status de “oficial”, embora na comparação com os dados apresentados neste estudo, os números tenham diferenças substanciais em quase todos os anos apreciados. Ou seja: no caso brasileiro, essa publicação internacional se restringe a estimativas ou relações

⁴⁰ ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. *Transparência e controle na gestão da defesa. Teoria e Pesquisa*. 2005, p. 25.

⁴¹ Quanto à qualidade dos dados, Almeida corrobora com SCHEETZ, Thomas. *Gastos militares em América del Sur: proliferación de armamento y medidas de fomento de La confianza y La seguridad em América Latina*. Lima: Centro Regional de las Naciones Unidas para la paz, el desarme y el desarrollo em América Latina y El Caribe, 2004.

⁴² ALMEIDA. *Obj. Cit.* p. 26.

simples dos gastos militares em relação ao PIB, além de possuir disparates – que não nos cabem abordar neste estudo – em relação aos números oficiais.⁴³

Conforme demonstrado, não foram, portanto, encontrados dados oficiais aprofundados (com as devidas rubricas em cada item de receita e despesa) sobre a execução orçamentária do Ministério da Defesa do Brasil que envolvam o período total do Ministério, apenas estimativas, números superficiais ou números orçamentários recentes, que não permitem realizar quaisquer avaliações maiores em termos de accountability.

De qualquer forma, em todos os casos descritos, fica claro que pouco ou nada da execução orçamentária de nosso Ministério da Defesa foi aberto ao público em geral ou, sequer, aos pesquisadores, sendo um mistério se o mesmo ocorre com os entes governamentais e autoridades que têm a atribuição legal da fiscalização. Outro fato evidente é que apenas militares ou pesquisadores que realizaram trabalhos para o governo – em alguns casos nem estes – tiveram acesso a um ou outro dado de execução orçamentária da Defesa brasileira.

A única maneira, portanto, de apresentar os dados que são o objeto deste estudo, foi contatar diretamente as autoridades do Ministério da Defesa do Brasil e procurar convencê-los a fornecer as informações.

Esse processo de contatos e busca de respostas desenvolveu-se por cerca de 18 meses, sendo feito, ora por telefone, ora por e-mail e, por fim, concretizado com uma audiência formal, no qual o acesso às informações foi, então, possibilitado. Por isso, embora tais informações sejam de caráter público, por questões de sigilo de fonte, preservo a identidade das autoridades que as forneceram. Além disso, números relativos a quantitativo de pessoal (que são abordados ao final do Capítulo 2), não foram obtidos sequer com as fontes do Ministério da Defesa, sendo necessário contatar a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e cruzar os dados, enfim, disponibilizados.

⁴³ Banco de dados do SIPRI: <http://milexdata.sipri.org/result.php4>. (Acesso em 1º/11/2009).

Direito público ao acesso da execução orçamentária no Brasil

“O Orçamento Geral da União (OGU) é o coração da administração pública federal”⁴⁴ – essa é a definição do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a questão que nomeia o presente subtítulo. Antes de mais nada, é mister destacar que não se trata de uma definição irrefletida: o referido Ministério, através de sua Secretaria de Orçamento Federal, é responsável não só pela elaboração do Orçamento do Brasil, como, também, pela coordenação do Sistema Orçamentário da União. Além disso, a enunciação apresentada pelo Ministério não se limita aí. Ele também afirma que “é no Orçamento que o cidadão identifica a destinação dos recursos que o governo recolhe sob a forma de impostos.” E, por fim, que: “nenhuma despesa pública pode ser realizada sem estar fixada no Orçamento.”⁴⁵

Das considerações acima, portanto, há que se concluir que o orçamento do Brasil tem, primeiro, a serventia de delinear a destinação dos recursos que o governo recolhe dos cidadãos em forma de impostos e, segundo, de esclarecer aos cidadãos como esses recursos foram empregados. Tal orçamento trata-se, dessa forma, de um plano. Este, por sua vez, prevê os gastos, ou, em outras palavras, as despesas. Contudo, para delinear-se tal previsão, é preciso que se tenha em vista um retrospecto e uma projeção: ambos da arrecadação – a receita.

Para calcular-se a receita é necessário o referido retrospecto, pois é com base na arrecadação passada que se tem base para projetar a atual ou a futura. Também é necessária a citada projeção, pois se pode arrecadar mais ou menos de acordo com a conjuntura econômica e social do País em relação a ele mesmo ou a resto do mundo.

Despesas e receitas são questões das finanças. O plano de que estamos falando, não obstante, envolve finanças públicas, já que a arrecadação é feita sobre os cidadãos do Brasil, ou seja: o dinheiro pertence ao público. Logo, para viabilizar que tal plano financeiro seja pensado e

⁴⁴ www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?sec=8. (Acesso em 1º/11/2009).

⁴⁵ Ambas as referências, bem como as atribuições legais, estão no link da respectiva Secretaria, no site supracitado e em: www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=45&sec=8. (Acesso em 1º/11/2009).

executado, é necessária uma representação desse público a quem o dinheiro pertence. Ao ser escolhida e assumir suas atribuições, essa representação passa a ser mandatária do povo, ou seja: tem o direito e o dever de cumprir aquilo para o que foi designada.

Quando tal representação pensa a arrecadação e a executa, passa a armazená-la ou a direcioná-la para as despesas previstas. Ao realizar tais ações, a representação está, portanto, administrando os recursos e, para além da representatividade, passa a ter, também, o atributo mandatário da administração.

A gerência dos recursos públicos em países nas quais a administração representa a população, como o Brasil, é pensada em prol do povo a quem tais recursos pertencem. Assim, as despesas que serão geradas com base nas receitas públicas arrecadadas, devem ser estrategicamente empregadas para beneficiar o povo.

Por fim, todo esse plano necessita de um período organizacional preliminarmente convencionado. Ou seja: é mister delimitar-se previamente quais despesas serão incluídas nas receitas de quais períodos. Caso contrário, corre-se o risco de se gastar mais do que foi arrecado e gerar-se despesas que não beneficiem o povo de forma tão emergencial a ponto de justificar o endividamento.

Desse modo, para além da definição de “coração da administração pública federal”, o orçamento da União nada mais é que o plano financeiro estratégico de uma administração, destinado a determinado exercício.⁴⁶

Dito isso, também é fundamental que se tenha clareza que não há nada de propriamente novo na definição acima⁴⁷, que na verdade, reflete o conjunto de leis e princípios constitucionais seguidos no Brasil e na maioria das nações democráticas para suas respectivas elaborações e controles⁴⁸ orçamentários.

⁴⁶ SMITHIES (1969, apud GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 6ª ed. São Paulo. Atlas: 1996:63) expressa que: “Planejamento, programação e orçamento constituem os processos por meio dos quais os objetivos e os recursos, e suas inter-relações, são levados em conta visando à obtenção de um programa de ação, coerente e compreensivo para o governo como um todo”.

⁴⁷ Conforme afirma Allan D. Manvel (1944): “Orçamento é um plano que expressa em termos de dinheiro, para um período de tempo definido, o programa de operações do governo e os meios de financiamento desse programa.” (Manvel apud Giacomoni 1996:61).

⁴⁸ É Montesquieu que, na obra “Do Espírito das Leis”, formula a teoria de que o Estado deve ser dividido em Poder Legislativo, Poder Executivo das coisas que dependem dos direitos das gentes (Executivo, da forma hoje conhecida) e Executivo das que dependem do direito civil

No caso brasileiro, sobretudo, tais pressupostos estão definidos na Constituição Federal, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e na Lei nº 4.320/1964. A questão legal, aliás é o tema do próximo subtítulo, no qual se dará aprofundamento à mesma.

O que, no entanto, deve ficar nítido é que, conforme apreciado nos itens referentes à accountability, “qualquer indivíduo, grupo ou instituição que recebe um mandato é *accountable* àqueles indivíduos, grupos ou instituições que lhe delegaram tal mandato”.⁴⁹ Ou seja: a partir do momento em que o povo escolhe representantes para uma administração, tais representantes são responsabilizáveis por tudo o que venham a fazer no exercício de seu mandato.

Qualquer questão orçamentária, portanto, já que – em consonância com a legislação – o próprio Ministério do Planejamento afirma: “nenhuma despesa pública pode ser realizada sem estar fixada no Orçamento”, é passível de responsabilização.

E dentro da concepção de “despesa pública” também se encontra o orçamento do Ministério da Defesa, que é o foco do presente estudo. Com isso, a conclusão, conceitual, novamente parafraseando o Ministério do Planejamento, quando afirma que “é no Orçamento que o cidadão identifica a destinação dos recursos que o governo recolhe sob a forma de impostos” é que, se nenhuma despesa pública pode ser efetuada fora do orçamento e se o cidadão identifica neste o destino dos recursos que entregou ao governo, também as despesas com Forças Armadas, assim como, com o Ministério da Defesa como um todo, precisam estar inclusas no Orçamento Geral da União e também estas devem estar disponíveis para consulta popular.

A questão legal

É inequívoca, pela legislação brasileira, a questão da transparência orçamentária. Esta é parte indissolúvel do princípio da publicidade, elencado no artigo 37 da Constituição Federal:

(Judiciário). MONTESQUIEU, C. O espírito das leis. (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

⁴⁹ MUNIZ & PROENÇA JR. *Obj. Cit.* p. 25.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)

Além disso, conforme referido no subitem anterior, há um conjunto de leis e princípios a serem seguidos na elaboração e controle do orçamento que garantem a sua transparência.⁵⁰ Sobre a questão, a Lei nº 4.320/1964, estabelece em seu artigo 2º:

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade.

Da mesma forma, considerando-se que no governo democrático adotado no Brasil, estabeleceu-se que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente (...)”⁵¹, tal transparência pode se dar por duas vias:

1. Em relação ao povo;
2. Em relação aos representantes eleitos de forma direta pelo povo.

É justamente para garantir essa transparência, bem como, o cumprimento das leis e dos demais princípios constitucionais, que foi criado o Tribunal de Contas da União, bem como, o controle externo descrito no artigo 70 e seguintes da Constituição Federal, que perfazem toda a Seção IX da mesma, tratando “Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária”.⁵²

⁵⁰ Conforme citado, dentre outras fontes, o tema é referenciado na própria Constituição, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e na mencionada Lei 4.320/1964.

⁵¹ Parágrafo único do artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil.

⁵² O processo de exame e julgamento de tomadas e prestação de contas anuais é expressão máxima do poder controlador do Tribunal de Contas da União, exercido em auxílio ao Congresso Nacional, aspecto que, se adequadamente cumprido, permite ao Tribunal exercer juízo sobre a gestão dos responsáveis pela administração de recursos públicos federais, bem como, fazer determinações e impor sanções (*enforcement*), as quais não são recorríveis (no que tange ao mérito), a outro órgão que não o próprio TCU, o que lhe confere status de independência. O Tribunal de Contas da União tem suas competências atuais previstas nos artigos 33, § 2º, 71 a 74 e 161, parágrafo único, da Constituição Federal. Além disso, em razão do exercício de tais competências, outras lhe foram atribuídas por lei ordinária. Dentre as competências constitucionais TCU, relacionadas direta ou indiretamente a *accountability* do Ministério da Defesa, destacam-se: Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos. (Fundamento: art. 33, § 2 e art. 71, II, CF); Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos.

Não obstante, reforça Almeida:

Um princípio orçamentário tem recebido atenção especial nos dias de hoje: o princípio da legitimidade. Esse princípio se refere à elaboração de forma legítima do orçamento aprovado e executado, ou seja, em obediência aos interesses nacionais e segundo a ideia socialmente aceita do que seja correto. No que se refere ao orçamento de defesa, a maior virtude do princípio da legitimidade é impulsionar o controle social sobre um tema normalmente afastado do cidadão comum. O controle social dos resultados alcançados pelas instituições governamentais é referenciado pelas entidades de fiscalização superiores e por pesquisas acadêmicas como ferramenta de consolidação da democracia e da eficiência no uso dos recursos públicos. A legitimidade do orçamento de defesa é fundamental para a sua aceitação pelas autoridades legislativas e pela sociedade. Isso porque, diante da natural relação econômica entre recursos escassos e necessidades ilimitadas, a destinação de recursos à defesa pode estar obstaculizando a realização de despesas sociais esperadas pelo cidadão comum, único destinatário legítimo dos benefícios resultantes de qualquer despesa governamental.⁵³

Ainda neste sentido, corrobora Pessanha:

As ideias inauguradas pelo constitucionalismo moderno e, posteriormente, contidas na *Declaration des droits de l'homme et du citoyen*, de 1789, tornaram-se o traço fundamental das modernas democracias representativas: o controle dos governantes pelos governados. Todos aqueles que exercem cargos ou funções públicas devem estar ao alcance do controle popular.⁵⁴

Em outras palavras: o Estado criou mecanismos para que as esferas que o compõe: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário se fiscalizem mutuamente, a fim de compartilhar o poder e garantir que não ocorram ilegalidades.⁵⁵ Afinal de contas, como esferas mandatárias do poder, quaisquer

(Fundamento: art. 71, VIII a XI, CF); Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades. (Fundamento: art. 74, § 2º, CF). Dentre as competências legais, por sua vez, enfatiza-se: Apreciar representações apresentadas por licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica acerca de irregularidades na aplicação da Lei de Licitações e Contratos. (Fundamento: Lei nº. 8.666/93); Processar e julgar infrações administrativas contra leis de finanças públicas. (Fundamento: Lei nº 10.028/2000).

⁵³ ALMEIDA. *Obj. Cit.* p. 36.

⁵⁴ PESSANHA. *Obj. Cit.* P. 141.

⁵⁵ Em “Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant”, Norberto Bobbio destaca que o principal problema do Estado constitucional moderno (como contraponto ao Estado absoluto) é

disparates cometidos acabariam por prejudicar àquele de quem o poder emana: o povo.⁵⁶

Para completar, no caso específico das informações da defesa do Brasil, existe legislação específica estabelecendo que devem ser divulgados os dados, desde relatórios de gestão até relatórios e certificados de auditoria, bem como, pareceres do órgão de controle interno e pronunciamentos do Ministro de Estado, pertinentes às contas anuais das unidades gestoras vinculadas à administração central do Ministério da Defesa.⁵⁷ Tal legislação é compreendida pelo disposto no Art. 20-B do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000,

o dos limites do poder estatal. Nesse sentido, o autor lembra que grande parte das teorias elaboradas durante séculos, inspirando a formação do Estado liberal e democrático, têm como base a elaboração de limites ao poder do Estado. Um dos principais argumentos evocados por Bobbio é o de que o Estado absoluto nasce da dissolução da sociedade medieval, que era pluralista. Com isso o autor quer dizer que tal sociedade estava regulada por diferentes fontes de produção jurídica e esta, organizada em diversos ordenamentos jurídicos. Bobbio afirma, assim, que contra a sociedade pluralista medieval, as grandes monarquias absolutas do início da Idade Moderna ser formaram através de duas unificações. Primeiro, da junção de todas as fontes de produção jurídica na lei, como expressão da vontade do soberano. Em segundo lugar, pela unificação de todos os ordenamentos jurídicos superiores e inferiores ao Estado, no “ordenamento jurídico estatal”. Desse modo, a questão central abordada por Bobbio em prol dos constitucionalistas é a seguinte: se o príncipe possui o poder absoluto, pode abusar dele. A forma de se impedir o abuso de poder é limitá-lo. Eis o surgimento da discussão das teorias políticas modernas: a solução desse problema, através do jus naturalismo, da separação de poderes ou da soberania popular. No primeiro, os direitos naturais constituem um limite ao poder do Estado e quando são reconhecidos, forma-se o Estado liberal. No segundo, forma-se o Estado constitucional, dividindo o poder em Executivo, Legislativo e Judiciário – independentes um do outro e em posição tal que possam controlar-se reciprocamente (daí um importante aspecto da *accountability*). O terceiro requer a participação de todos os cidadãos, de tal forma que, “pertencendo a todos, é como se o poder não pertencesse a ninguém” (expressão de Rousseau em “Do Contrato Social”).

⁵⁶ Por outro lado, em “Os Artigos Federalistas”, James Madison, Alexander Hamilton e Jhon Jay afirmam que, numa república simples, todo o poder concedido pelo povo é submetido à administração de um governo único, e a usurpação é evitada por uma divisão do governo em braços independentes e separados. Além disso, destacam que é de grande importância, numa república, não apenas proteger a sociedade contra a opressão de seus governantes, mas também proteger uma parte da sociedade contra a injustiça da outra. Ou seja: proteger os interesses da minoria, criando um poder independente da maioria ou inserindo um número tão grande de categorias distintas de cidadãos que tornaria improvável o conluio injusto de uma maioria.

⁵⁷ Essas unidades são a Secretaria de Organização Institucional – SEORI, o Fundo do Ministério da Defesa, o Fundo do Serviço Militar, a Representação do Brasil na Junta Internacional de Defesa e o Hospital das Forças Armadas – HFA. O SEORI compreende as contas das seguintes unidades gestoras: Departamento de Administração Interna (DEADI); Departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro (DEORF); Estado-Maior de Defesa (EMD); Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais (SPEAI); Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia (SELOM); Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA); Secretaria de Estudos e de Cooperação (SEC). Em todos os casos, os dados estão disponíveis a partir de 2005.

acrescido pelo Decreto nº 5.481, de 30 de junho de 2005, e pela Portaria nº 262, de 30 de agosto de 2005, da Controladoria-Geral da União.⁵⁸

Das (in)consequências

A história democrática do Brasil começou com as eleições diretas de 1985, já que, desde 1964, o País era dominado pelo regime militar. Essa trajetória ocorre quase concomitantemente com o advento e evolução da Internet (ocorrida ao longo da década de 1980), ferramenta que, sobretudo nestes últimos anos, tem aumentado substancialmente a transparência orçamentária brasileira. Conforme exposto neste Capítulo, links de acesso do próprio Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão permitem que se visualizem as leis orçamentárias, assim como, iniciativas governamentais da envergadura do Portal da Transparência, dão acesso aos respectivos gastos públicos recentes. Não obstante, quando o Ministério do Planejamento afirma que “é no Orçamento que o cidadão identifica a destinação dos recursos que o governo recolhe sob a forma de impostos” e que “nenhuma despesa pública pode ser realizada sem estar fixada no Orçamento”, o que está se reiterando é que o Orçamento da União é um mecanismo de account totalmente transparente, que engloba todas as despesas públicas e que pode ser acessado por todos os cidadãos do País. Os dados da execução orçamentária do Ministério da Defesa, por outro lado – sobretudo em períodos mais pretéritos ao ano de 2004 – permanecem restritos e limitados. Não se obtém, desse modo, uma visão histórica da instituição, tampouco, pode-se traçar uma perspectiva de estratégia de investimentos ou qualquer outra projeção de fundamento orçamentário.

Essa dificuldade – e, em determinados períodos, até impossibilidade – de acesso, confronta, diretamente, o princípio da transparência. Não obstante, impede que se gere accountability sobre o mandato dos representantes eleitos pelo povo.

Quando não se tem acesso aos dados de uma determinada administração, como o orçamento de um período específico, por exemplo,

⁵⁸ Sobre a legislação: www.defesa.gov.br/transparencia_adm/index.php?page=tomada_contas. (Acesso em 1º/11/2009).

reduz-se a quantidades de accounts e a possibilidade de se fazer accountability. A consequência indireta é que se reduzirão os representantes accountables – responsabilizáveis – pelos atos realizados durante seus mandatos.⁵⁹ A consequência direta é que se dificultará a avaliação do cumprimento do preceito democrático demonstrado no início deste estudo, quando se afirmou que a gerência dos recursos públicos em nações nas quais a administração representa a população, deve ser pensada em prol do povo a quem tais recursos pertencem. Resumindo em uma indagação: como saber se os recursos estão sendo estrategicamente empregados para beneficiar o povo, quando não se tem acesso ao orçamento?

Não se trata apenas de uma questão de o orçamento de tais períodos ter sido votado pelo Congresso Nacional, que em última análise, representa o povo e os entes federativos. Afinal de contas, como representantes diretos e indiretos, também os congressistas tem o direito/dever de prestar contas à população. Tampouco, se trata da finalidade de tais gastos estar ou não sendo avaliada por organizações governamentais específicas, como o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou de controle externo, como o Tribunal de Contas da União, por exemplo, já que, como todo o poder emana do povo, também estes representam a vontade popular e têm o direito/dever de serem accountables. Evidentemente, também não se trata de falta de interesse de pesquisadores em buscar tais dados orçamentários, uma vez que, conforme demonstrado na seção deste Capítulo referente à análise dos resultados da pesquisa, as informações têm sido publicadas por institutos nacionais e internacionais ao longo dos anos, porém os dados são sempre em forma de estimativas, ou então superficiais, já que não era possível a abertura e análise das rubricas orçamentárias. Trata-se, outrossim, de carência de transparência administrativa, no entanto, os motivos de tal carência não nos cabem neste estudo.

É difícil, por exemplo, sustentar que não se possibilitou que tais dados fossem disponibilizados à população porque a Internet ainda estava, na época, sendo implantada pelo governo, afinal de contas, nem atualmente os dados de acompanhamento da execução orçamentária, sequer da recente história

⁵⁹ DAHL (1989:14) enfatiza que “na ausência de controles externos, qualquer dado indivíduo ou grupo de indivíduos tiranizará os demais.”

completa do Ministério da Defesa, foram abertos na Internet. Além disso, há muitos outros meios de se buscar a transparência administrativa que não perpassam pela rede mundial de computadores.

Da mesma forma, argumentar-se que tais informações poderiam prejudicar o País, já que são dados que envolvem a defesa nacional, é uma falácia, uma vez que os dados de operações sigilosas são uma pequena parte do orçamento e, por questões inerentes, suas rubricas não permitem que se visualize no que os recursos foram aplicados – embora elas desponham, como poderá se constatar no Capítulo 3, com nomes de valores discriminados, que podem ser somados e comparadas às demais rubricas.

Nas palavras de Almeida:

O dever de transparência deve ser entendido como um dever democrático que tem o administrador público de prestar contas de seus atos de gestão e do uso que faz do dinheiro público. A transparência não deve ser vista apenas como uma exigência dos órgãos controladores, mas como uma exigência social sobre o administrador. A situação não é distinta em relação à defesa. Os administradores do sistema de defesa devem prestar contas de seus atos como os demais administradores de recursos do Estado.⁶⁰

Por fim, pode-se argumentar que tal transparência de fato existe, uma vez que os dados que compõem este estudo são uma prova cabal de que houve, sim, o acesso às informações. Neste caso, é necessário esclarecer que o acesso ao conjunto dos dados está ocorrendo anos depois dos respectivos exercícios orçamentários, o que, certamente, prejudica a responsabilização dos mandatários. Não obstante, ressalte-se que tais informações foram obtidas diretamente junto ao Ministério da Defesa, mediante solicitação insistente e individual. Os dados, não foram, portanto, abertos de forma abrangente à população, mas sim a um pesquisador, de forma isolada.

⁶⁰ ALMEIDA. *Obj. Cit.* p. 37.

Capítulo 2

O histórico da execução orçamentária da Defesa Brasileira: de 1995 a 2008

Neste Capítulo são apresentadas duas espécies de dados. Ambas abrangem o período histórico de 1995 a 2008, ou seja: ultrapassam o marco temporal inicial deste estudo – que, conforme exposto, se inaugura com o primeiro exercício financeiro do Ministério da Defesa, no ano de 2000. A primeira espécie é concernente ao desempenho orçamentário da defesa do Brasil pela ótica das despesas primárias. A segunda diz respeito aos dados da defesa pela ótica da despesa total. Tratam-se, portanto, de dados gerais, a fim de que, com a visualização dos mesmos, torne-se mais clara a análise das informações específicas, efetuada, através de apontamentos, no Capítulo 3 e organizada na Conclusão. Não obstante, embora as rubricas da execução orçamentária sejam analisadas, no Capítulo 3, conforme proposto, a partir de 2000, optou-se por manter a integralidade da visão geral dos dados do presente Capítulo a partir de 1995. Para além da observação do geral para o específico, tal opção foi feita a fim de se delinear os precedentes orçamentários da criação do Ministério. Por fim, o terceiro motivo dessa opção expositiva é apresentar os dados, já que, ainda que não sejam tão aprofundados quanto os do Capítulo seguinte, não foram encontrados em sua extensão em nenhum documento pesquisado.⁶¹

O desempenho orçamentário da Defesa Brasileira pela ótica das despesas primárias

Esta seção é dedicada ao desempenho orçamentário do Ministério da Defesa em relação às despesas primárias da União e destas com o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Os itens abordados, desse modo, são quatro: “despesas primárias”, “pessoal”, “custeio” e “investimentos”.⁶²

⁶¹ Justamente para tomar conhecimento se a publicação dos mesmos já havia sido realizada, a data inicial da busca foi o ano de 1995.

⁶² A conceituação convencionada pelo governo a respeito dos itens apresentados neste Capítulo pode ser apreciada na Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei 1.939, de 20 de maio de 1982, além do documento: “Séries históricas de dados e indicadores fiscais”. Brasil.

As despesas primárias são aquelas que pressionam o resultado primário, alterando o endividamento líquido do governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente. Para fins de distinção, diferentemente destas, as despesas não primárias (financeiras) não pressionam o resultado primário e nem alteram o endividamento líquido do governo no exercício financeiro correspondente, pois criam um direito ou extinguem uma obrigação, ambas de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo.

Já as despesas de pessoal são convencionadas pelo governo do Brasil como gastos da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder. Elas envolvem quaisquer espécies remuneratórias, tais como: vencimentos e vantagens (sejam estas fixas ou variáveis), subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza. Também abrangem contribuições a entidades fechadas de previdência, bem como, soldo, gratificações e adicionais, previstos na estrutura remuneratória dos militares, despesas com o ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, quando se referir à substituição de servidores.⁶³ No item estão inclusas, ainda, as despesas com sentenças judiciais de servidores públicos.

O item custeio envolve todos os gastos para a manutenção da máquina pública que não estejam sendo tratados nos outros itens. Por exemplo, a construção de uma base militar é investimento, fazê-la funcionar, por outro lado, requer verba de custeio. Pagamento de pessoal, no entanto, não é considerado custeio neste estudo, pois já está discriminado no item próprio.

Por fim, investimentos são despesas de capital com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas, bem como, com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Brasília, 2007.

⁶³ De acordo com disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Tabela 1

Série Histórica do Desempenho Orçamentário da Defesa Brasileira pela Ótica das Despesas Primárias														
	R\$ Bilhões													
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIB	705,60	844,00	939,20	979,30	1065,00	1179,48	1302,14	1477,82	1699,95	1941,50	2147,24	2369,80	2597,61	2889,72
Desp. Primárias União (DP-União)	103,00	119,20	136,10	148,10	161,73	184,62	213,47	241,67	266,98	312,93	363,08	410,77	472,13	521,49
Despesas Primárias MD (DP-MD)	12,66	13,75	14,55	16,10	16,75	19,39	23,74	25,73	24,85	27,78	31,05	34,63	38,87	44,57
Pessoal	9,37	10,51	11,27	12,76	13,21	15,12	18,73	21,33	21,11	22,61	24,86	28,53	30,77	35,43
Custeio	2,20	2,23	2,37	2,30	2,74	2,54	3,03	2,70	2,84	3,60	4,26	4,28	4,81	5,64
Investimentos	1,09	1,01	0,91	1,04	0,80	1,73	1,98	1,70	0,90	1,57	1,93	1,83	3,29	3,50

Fonte: Ministério da Defesa

Tabela 2

Relações do Desempenho Orçamentário do Ministério da Defesa pela Ótica das Despesas Primárias														
RELAÇÕES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
(DP-União)/PIB %	14,59	14,13	14,50	15,12	15,19	15,65	16,39	16,35	15,71	16,12	16,91	17,61	18,45	18,05
(DP-MD)/PIB %	1,79	1,63	1,55	1,64	1,57	1,64	1,82	1,74	1,46	1,43	1,45	1,48	1,52	1,54
Pessoal/PIB %	1,33	1,25	1,20	1,30	1,24	1,28	1,44	1,44	1,24	1,16	1,16	1,22	1,20	1,23
Custeio/PIB %	0,31	0,26	0,25	0,24	0,26	0,22	0,23	0,18	0,17	0,19	0,20	0,18	0,19	0,20
Investimentos/PIB %	0,15	0,12	0,10	0,11	0,08	0,15	0,15	0,11	0,05	0,08	0,09	0,08	0,13	0,12
(DP-MD)/(DP-União) %	12,30	11,53	10,68	10,87	10,36	10,50	11,12	10,65	9,31	8,88	8,55	8,43	8,23	8,55
Pessoal/(DP-União) %	9,10	8,82	8,28	8,62	8,17	8,19	8,77	8,83	7,91	7,23	6,85	6,95	6,52	6,79
Custeio/(DP-União) %	2,14	1,87	1,74	1,55	1,69	1,37	1,42	1,12	1,06	1,15	1,17	1,04	1,02	1,08
Investim./(DP-União) %	1,06	0,84	0,67	0,70	0,50	0,94	0,93	0,70	0,34	0,50	0,53	0,44	0,70	0,67
Pessoal/(DP-MD) %	74,02	76,44	77,45	79,25	78,87	77,99	78,88	82,90	84,96	81,40	80,06	82,38	79,17	79,50
Custeio/(DP-MD) %	17,36	16,25	16,27	14,30	16,33	13,09	12,78	10,51	11,43	12,94	13,72	12,35	12,36	12,66
Investim./(DP-MD) %	8,62	7,31	6,28	6,46	4,80	8,92	8,34	6,59	3,61	5,66	6,22	5,27	8,46	7,84

Fonte: Ministério da Defesa

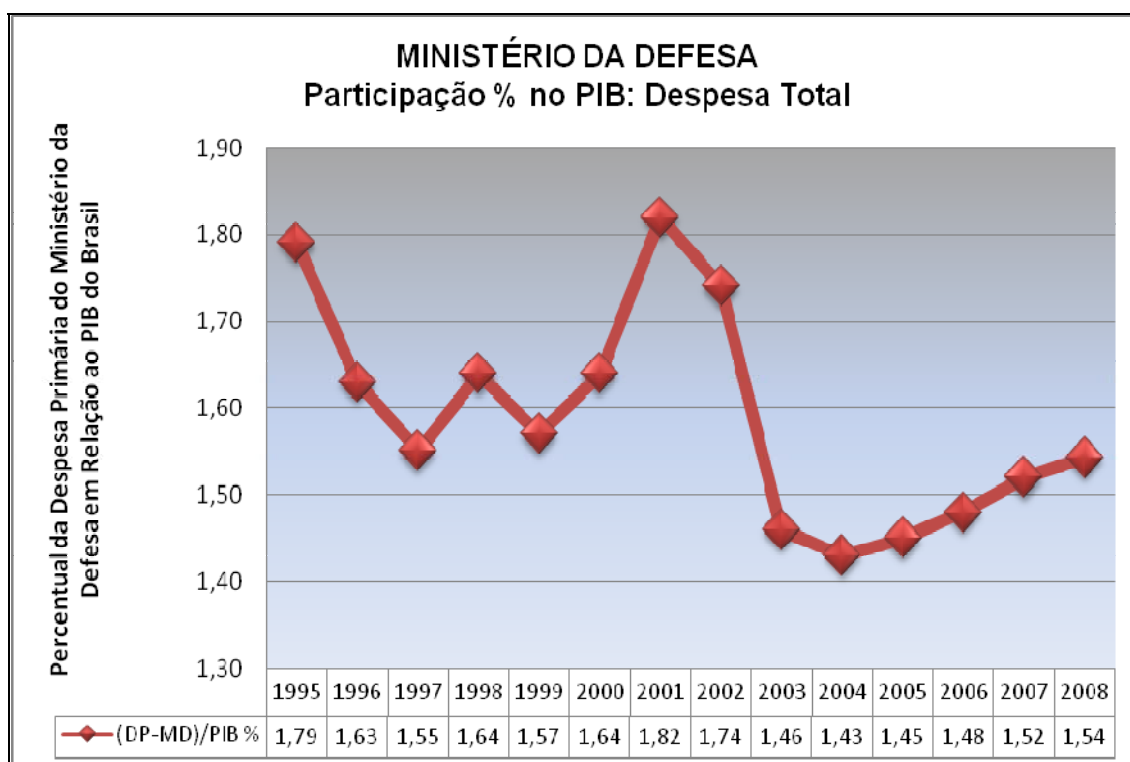
Apresentação dos dados de despesa primária

As relações dos dados da Tabela 1 referem-se, primeiramente, ao montante com que as despesas primárias da União incidem sobre o PIB e, em seguida, ao montante com que as despesas primárias do Ministério da Defesa incidem sobre as despesas primárias da União. Por sua vez, podem-se observar as devidas porções de pessoal, custeio e investimentos incidindo sobre as despesas primárias do Ministério da Defesa.

Para fins de avaliação dos dados da Tabela 1 é de interesse analítico a geração de comparações mediante relações percentuais, do que se deriva a Tabela 2, apresentada na sequência.

Assim, a análise gráfica dos dados das Tabelas 01 e 02, no que concerne às despesas primárias do Ministério da Defesa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, resulta na representação do Gráfico 1:

Gráfico 1

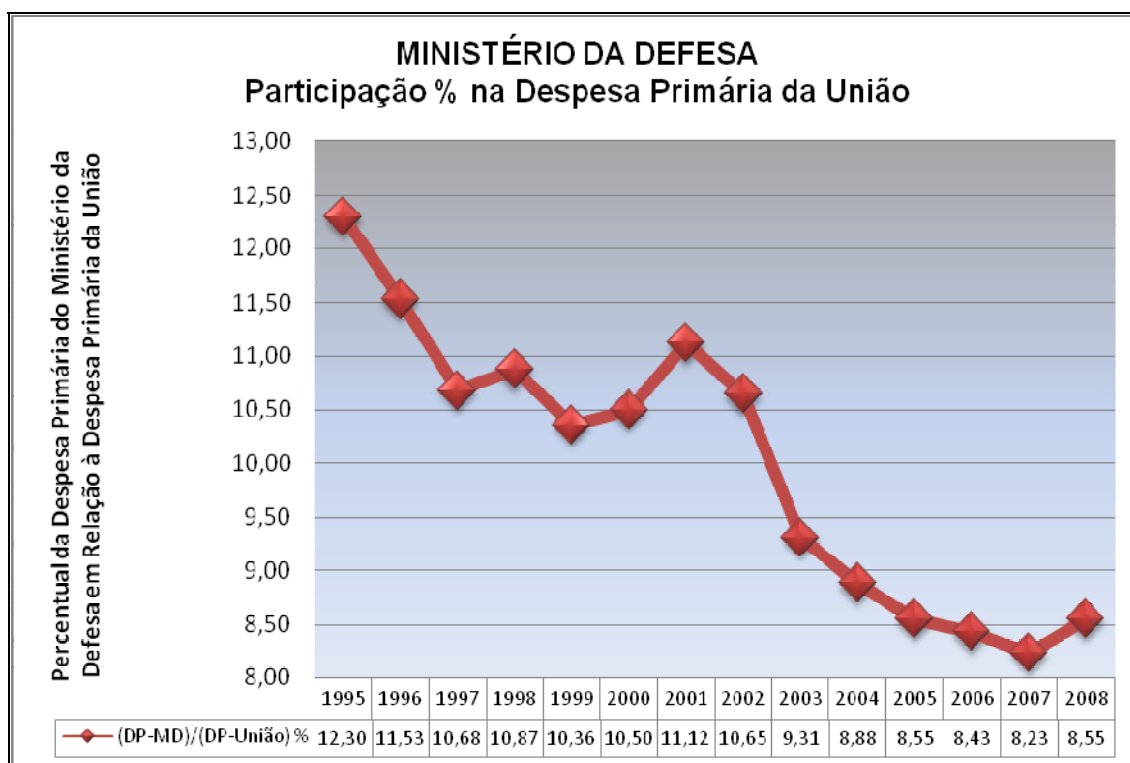


Fica nítido, no Gráfico 1, o considerável aumento na proporção das despesas primárias do Ministério da Defesa com o PIB brasileiro nos anos de 2000 e 2001, justamente quando se inicia o exercício orçamentário do

Ministério da Defesa (criado em 10 de junho de 1999). Nos anos seguintes, no entanto, tal relação com o PIB segue linha decrescente até 2004. A partir de então, se reinicia uma escalada, com tendência de crescimento no fechamento de 2008, quando, então, as despesas primárias da defesa representaram 1,54% do PIB brasileiro, subindo dois décimos em relação a 2007, mas consideravelmente abaixo dos 1,79% de 1995.

É evidente que tal Gráfico, por si só, não representa uma diferença na injeção de recursos, tendo em vista que o PIB brasileiro cresceu substancialmente desde 1995, deste modo, cabe analisar as despesas do MD em relação às despesas primárias da União:

Gráfico 2

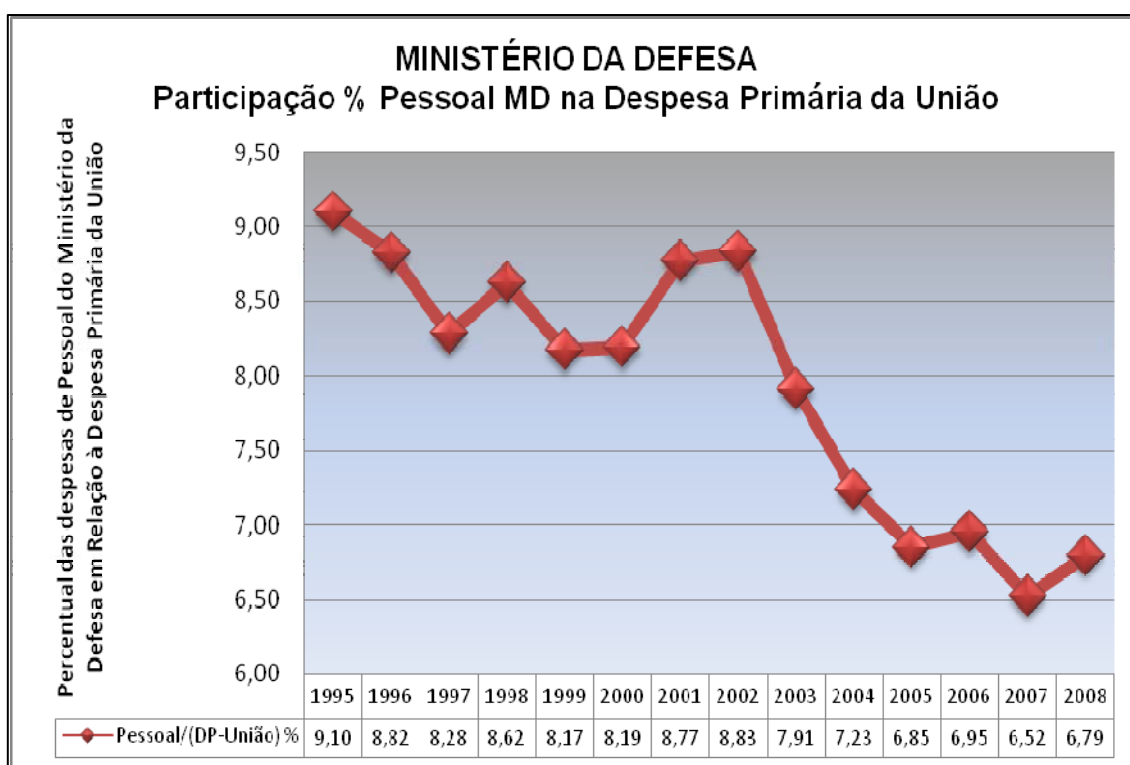


No caso do Gráfico 2, a queda é evidente. Ressalvados os anos de 2000 e 2001, tal qual no Gráfico 1, quando do início do exercício orçamentário do MD, fica claro que a proporção de despesas em defesa se distanciou das demais despesas da União. Cabe, porém, destacar a tendência de aumento registrada no ano de 2008, que acabou se deparando com a crise econômica mundial de 2009 e com um primeiro momento de contingenciamento do

Orçamento Geral da União de um modo geral (e, especialmente, da defesa), que será aprofundado na Conclusão.

No Gráfico 3 estão discriminados os gastos com pessoal do Ministério da Defesa em relação às despesas primárias da União, porém dada a sua importância, os mesmos serão abordados com aprofundamento no fechamento deste Capítulo, levando-se em consideração as despesas de pessoal da própria União, bem como, outros parâmetros inerentes à sua análise, tais quais, quantitativo e variação de renda per capita.

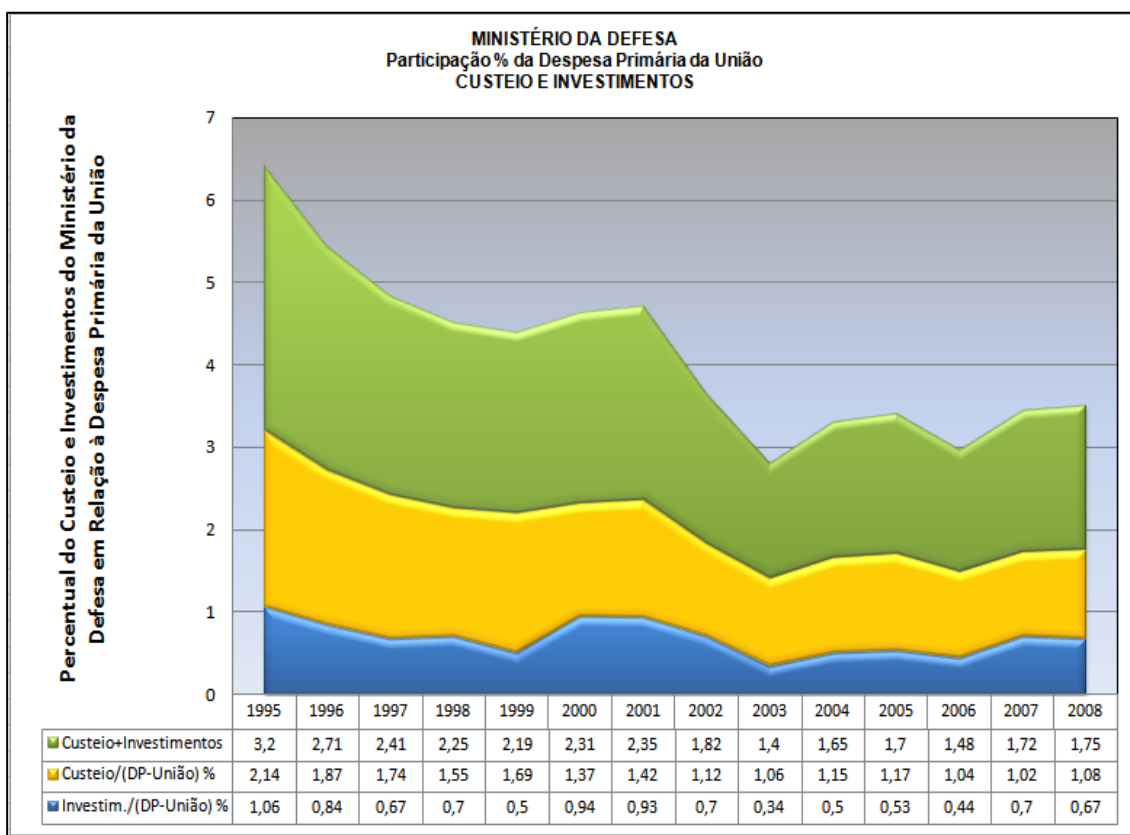
Gráfico 3



Para fins de melhor visualização e comparação, no que diz respeito às execuções específicas de custeio e investimentos da defesa em relação às referidas despesas primárias, geramos três linhas gráficas, dentre as quais, a primeira representa a somatória de custeio com investimentos, a segunda apenas custeio e a terceira apenas investimentos.

Assim, tanto no Gráfico 2 quanto no Gráfico 4, mantêm-se a tendência de queda com crescimento em 2000 e 2001, com nova queda posterior e fechamento com propensão a recuperação em 2008 (exceto no item investimentos, que apresenta leve retração).

Gráfico 4



Análise preliminar

Uma vez que as despesas primárias com pessoal e encargos sociais da União em 2008 foram de R\$ 132,40 bilhões (vide a coluna “Realizado 2008”, na Tabela 3, abaixo), quase um quarto desse total foi consumido com pagamento de pessoal e encargos sociais do Ministério da Defesa que, sozinho, precisou de 35,43 bilhões para pagar a sua folha.

É frequente que a maior parte das despesas das instituições públicas brasileiras seja realizada com folha de pagamento. Contudo, também é cabal o fato de que o montante aplicado em investimentos na defesa do Brasil está em último lugar na comparação com as demais prioridades deste orçamento.

Extraindo-se a média dos percentuais da Tabela 2, conclui-se que, entre 1995 e 2008:

- 79,52% das despesas primárias do MD foram destinadas a pagamento de pessoal;

- 13,74% foram destinadas a custeio;
- 6,74% aplicadas em investimentos.

Tabela 3

Ministério do Planejamento – Despesas Primárias da União: 2008/LOA 2009							
Discriminação	Realizado 2008		LOA 2009		Reprog 2009		Reprog (-) LOA
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões
I. DESPESAS TOTAIS	518.656,0	17,95	609.789,9	19,32	600.364,8	19,42	-9.425,2
I.1. Pessoal e Encargos Sociais	132.405,8	4,58	154.911,9	4,91	153.845,0	4,98	-1.066,8
I.2. Benefícios da Previdência	199.562,0	6,91	228.642,8	7,24	220.992,0	7,15	-7.650,8
I.3. Outras Desp. Obrigatórias	53.946,5	1,87	68.843,4	2,18	68.129,6	2,20	-713,7
I.3.1. Abono e Seguro Desemprego	20.411,2	0,71	24.349,5	0,77	24.349,5	0,79	
I.3.2. Benefícios LOAS	14.087,4	0,49	16.674,0	0,53	16.674,0	0,54	
I.3.3. Renda Mensal Vitalícia - RMV	1.948,8	0,07	1.874,5	0,06	1.874,5	0,06	
I.3.4. Sentenças Judiciais - OCC	1.573,8	0,05	2.098,6	0,07	2.098,7	0,07	0,1
I.3.5. Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	5.216,1	0,18	3.900,0	0,12	3.900,0	0,13	
I.3.6. Fundo Constitucional do DF	474,0	0,02	690,9	0,02	450,5	0,01	-240,4
I.3.7. Fundef / Fundeb - Complementação	3.174,3	0,11	5.061,8	0,16	5.070,2	0,16	8,3
I.3.8. Subsídios, Subvenções e Proagro	3.984,0	0,14	11.292,4	0,36	6.006,9	0,19	-5.285,5
I.3.9. Fundos FDA e FDNE	332,6	0,01			1.200,0	0,04	1.200,0
I.3.10. Créditos Extraordinários					3.000,0	0,10	3.000,0
I.3.11. Despesas Custeadas com Recursos de Doações	64,2	0,00	107,0	0,00	107,0	0,00	
I.3.12. Despesas Custeadas com Recursos de Convênios	127,9	0,00	265,3	0,01	265,3	0,01	
I.3.13. Fabricação de Cédulas e Moedas	599,9	0,02			600,0	0,02	600,0
I.3.14. Complemento do FGTS	1.837,7	0,06	2.253,1	0,07	2.253,1	0,07	
I.3.15. Transferência ANA	23,1	0,00	35,1	0,00	35,1	0,00	
I.3.16. Anistiados	91,6	0,00	226,7	0,01	226,7	0,01	
I.3.17. Benefícios de Legislação Especial			14,4	0,00	18,3	0,00	3,8
I.4. Despesas Discricionárias	132.741,6	4,59	157.391,9	4,99	157.398,1	5,09	6,2
I.4.1. Poder Executivo	127.105,2	4,40	151.071,2	4,79	151.071,2	4,89	
I.4.2. Legislativo/Judiciário/MPU	5.636,4	0,20	6.320,7	0,20	6.326,9	0,20	6,2

Fonte: SOF

Outro fator que chama a atenção é a redução percentual progressiva do item custeio em relação às despesas primárias do próprio Ministério da Defesa, afinal, se o investimento é pequeno, a conclusão é que os gastos em manutenção serão maiores. Isso porque, quando se adquire pouco equipamento novo, evidentemente será necessário gerar despesas para manter o equipamento antigo em utilização. Não é isso que se visualiza na execução orçamentária. Na verdade, é justamente o contrário. Causa, portanto, estranheza que, ao passo que as despesas primárias sobem, gaste-se cada vez menos em custeio para dar estrutura ao inchaço da máquina. Não obstante, como suprir a máquina de infraestrutura, quando o item investimentos apresenta, por oras retrações como as de 1999 e 2003 e por outras, mantém-se percentualmente constante, sempre em último lugar nas prioridades orçamentárias? Quanto aos números relativos a 1999 e 2003, aliás, fica nítido

que nos momentos de crise, o primeiro item da defesa ao receber cortes é o de investimentos. Foi assim na crise econômica mundial de 1999, durante o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso e, da mesma forma, no momento de instabilidade econômica e aumento do Risco Brasil decorrentes da incerteza advinda do revezamento político, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva subiu ao poder, em 2003. Em ambos os anos, os investimentos para a defesa do País foram os menores do período estudado, respectivamente, 4,80% e 3,61% do total das despesas primárias militares, contra a média de 6,74% do lapso temporal em questão.

A eficácia dos gastos em despesa de pessoal, por outro lado, precisa ser levada em consideração de acordo com a distribuição dos recursos em quantitativo e renda per capita. Tais itens serão abordados, em parte, no fechamento deste Capítulo e, de forma diferenciada, na análise específica das rubricas orçamentárias (Capítulo 3).

Além disso, somente ao deflacionar-se o montante dos gastos e analisá-los à luz do orçamento total é que será possível inferir a variação real dos mesmos. Tal é o intuito do próximo subtítulo.

O desempenho orçamentário da Defesa Brasileira pela ótica do orçamento total

A presente seção trata do orçamento total do Ministério da Defesa, de modo que, difere da anterior por possuir itens específicos para análise, como dívida e inversões financeiras, que ficam fora da contabilização de despesas primárias. No decorrer da seção foram produzidos gráficos em moeda corrente (R\$) dos respectivos anos de Execução Orçamentária. Além disso, tais gráficos foram corrigidos pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI).⁶⁴

⁶⁴ O IGP-DI é adotado pelo Ministério da Defesa em suas projeções a análises, de modo que, foi empregado neste estudo como forma de dispensar adaptações aos formuladores de políticas e estudiosos que venham a utilizar os dados aqui apresentados.

Dentre os conceitos orçamentários empregados nas análises desta seção⁶⁵, o item “outras despesas correntes”, perfaz os gastos que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de bens de capital.

“Inversões financeiras”, por sua vez, são despesas de capital com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, e com a constituição ou aumento do capital da instituição.

Em se tratando de ativos, “dívida” é a maneira de se usar um futuro poder de aquisição no presente, antes que a soma dos recursos tenha sido recebida. A dívida pode ser distribuída em diferentes exercícios orçamentários.⁶⁶

Apresentação dos dados de despesa total

Para a verificação da Tabela 3 cabe ressaltar que o orçamento total foi dividido por grupos de despesa, permitindo a avaliação dos gastos militares em áreas específicas do MD, como a Administração Central, o Comando da Aeronáutica, do Exército e da Marinha.

Uma informação que vale ser enfatizada é que, embora, a fonte desses dados sejam o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e o Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR), eles nos foram repassados por contatos do próprio Ministério da Defesa já que, para além das restrições de login, em local algum tivemos acesso aos mesmos, senão pela forma descrita no Capítulo 1.

⁶⁵ Para fins didáticos, tanto o item “pessoal e encargos sociais”, quanto “investimentos”, possuem as mesmas definições apresentadas, respectivamente, nos itens “pessoal” e “investimentos” da seção sobre despesas primárias.

⁶⁶ Reitera-se que a conceituação dos itens apresentados neste Capítulo segue as convenções do Ministério do Planejamento e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e pode ser apreciada no Documento “Séries Históricas de Dados e Indicadores Fiscais”. Disponível em: www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/estatisticas_fiscais/estatisticas_fiscais_metodologia_02.pdf. (Acesso em 1º/11/2009).

Tabela 4

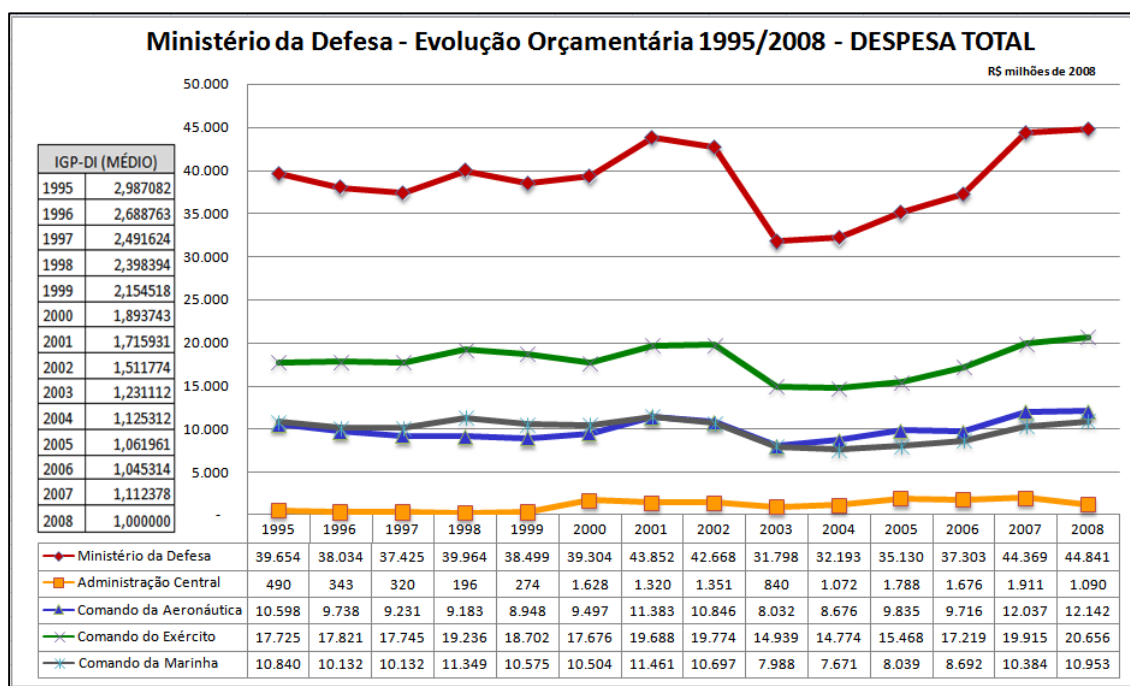
Orçamento Total do Ministério da Defesa por Grupo de Despesa														
Em R\$ milhões Correntes														
Grupo de Despesa	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	164	127	129	82	127	860	769	894	683	952	1.684	1.603	1.828	1.090
Pessoal e Encargos Sociais	40	59	59	23	29	38	48	72	64	212	233	345	118	199
Outras Despesas Correntes	85	58	57	48	50	78	93	96	89	190	260	361	368	526
Investimentos + Inversões	39	10	13	11	7	602	386	331	129	164	661	246	948	365
Dívida	0	0	0	0	41	141	242	395	401	386	530	651	394	0
COMANDO DA AERONÁUTICA	3.548	3.622	3.707	3.829	4.153	5.015	6.634	7.174	6.524	7.710	9.261	9.295	10.821	12.142
Pessoal e Encargos Sociais	2.046	2.312	2.284	2.636	2.718	3.177	4.032	4.555	4.637	4.952	5.403	6.343	6.958	8.035
Outras Despesas Correntes	840	729	785	669	785	884	1.120	1.033	1.076	1.439	1.494	1.528	1.768	1.794
Investimentos + Inversões	436	415	466	382	409	744	1.170	1.009	589	1.141	1.053	1.131	1.536	2.078
Dívida	226	165	173	142	241	209	312	576	222	178	1.311	293	559	235
COMANDO DO EXÉRCITO	5.934	6.628	7.122	8.020	8.680	9.334	11.474	13.080	12.134	13.128	14.565	16.473	17.903	20.656
Pessoal e Encargos Sociais	4.881	5.529	6.078	6.833	7.195	8.005	9.886	11.179	11.028	11.764	12.957	14.706	15.953	18.186
Outras Despesas Correntes	699	716	742	666	985	749	829	832	920	1.108	1.400	1.505	1.600	2.007
Investimentos + Inversões	298	303	180	339	211	177	215	310	125	181	143	215	318	443
Dívida	56	79	122	182	289	403	543	759	62	75	65	47	32	20
COMANDO DA MARINHA	3.629	3.768	4.063	4.732	4.908	5.547	6.679	7.076	6.488	6.817	7.570	8.315	9.335	10.953
Pessoal e Encargos Sociais	2.447	2.613	2.846	3.265	3.269	3.900	4.760	5.528	5.383	5.684	6.264	7.137	7.744	9.013
Outras Despesas Correntes	660	731	784	919	916	827	992	742	755	859	1.106	883	1.069	1.314
Investimentos + Inversões	356	276	254	307	176	206	207	46	54	84	75	234	487	609
Dívida	166	148	179	240	547	613	720	759	296	190	125	61	35	17
MINISTÉRIO DA DEFESA	13.275	14.145	15.020	16.663	17.869	20.755	25.556	28.224	25.829	28.608	33.080	35.686	39.887	44.841
Pessoal e Encargos Sociais	9.414	10.514	11.266	12.757	13.211	15.121	18.725	21.334	21.112	22.612	24.857	28.531	30.773	35.433
Outras Despesas Correntes	2.284	2.234	2.367	2.302	2.736	2.538	3.034	2.704	2.839	3.596	4.260	4.277	4.805	5.641
Investimentos + Inversões	1.129	1.005	913	1.039	803	1.730	1.979	1.696	897	1.570	1.933	1.826	3.289	3.465
Dívida	448	392	474	564	1.119	1.367	1.818	2.490	981	830	2.030	1.052	1.020	272

Fonte: SIDOR/SIAFI

A Tabela 4 permite verificar que a despesa total do Ministério da Defesa vem aumentando progressivamente, em valores nominais, desde 1995, embora tenha sofrido pequena retração em 2003, quando ocorre o revezamento de poder político a partir da Presidência da República e a instabilidade econômica decorrente da incerteza inicial das diretrizes do novo governo.

Cabe, porém, avaliar os valores em termos reais, conforme o Gráfico 5. Neste, ficam muito nítidas as nuances da variação política e econômica sobre a Defesa. Nota-se, com clareza, que o solapamento do ano de 2003 só foi recuperado, em termos orçamentários reais, em 2007, quando os valores se aproximam da execução orçamentária de 2001 e 2002. Nestes dois anos, aliás, o orçamento de defesa tem um significativo aumento em relação aos anteriores do governo Fernando Henrique Cardoso.

Gráfico 5



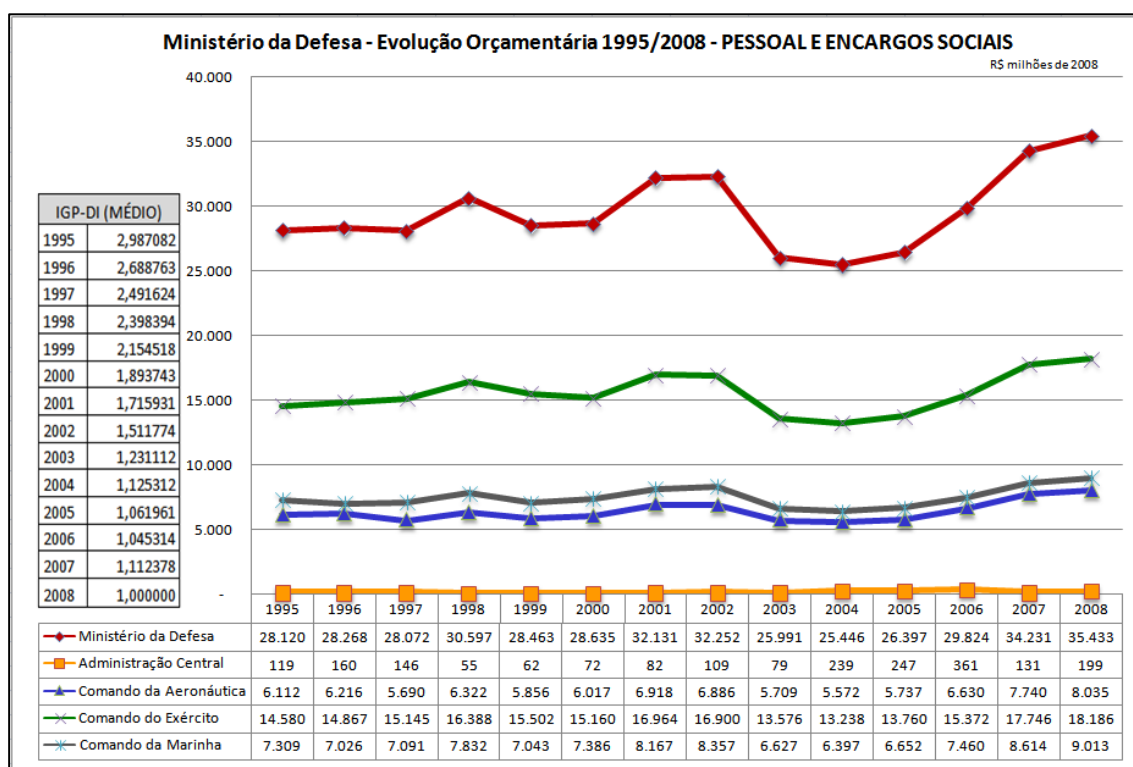
É de conhecimento público que, nos últimos anos de um governo democraticamente eleito, tende-se a aumentar os gastos públicos, sobretudo quando se procura eleger aliados políticos que perpetuem a situação no poder.⁶⁷ Por outro lado, também é verdade que a defesa começa o seu

⁶⁷ Principalmente em relação à União, para a qual ainda não se aplicam as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

primeiro exercício financeiro constituída como Ministério em 2000 e disso, também, advém o dado de um substancial aumento de recursos, tanto no orçamento total, quanto nas forças (das quais se destaca o Exército, enquanto a Marinha e Aeronáutica ficam, praticamente, empatadas). Além disso, a Administração Central dá um salto em 2000, quando começa a ter novo status.

As despesas de pessoal dispõem dos mesmos valores daquelas apresentadas no Capítulo anterior, já que são consideradas primárias. A deflação das mesmas, no entanto, nos permite comparar os gastos reais em pessoal e encargos sociais do Ministério da Defesa, bem como, comparar graficamente tais despesas entre as Forças e Administração Central (Gráfico 6).

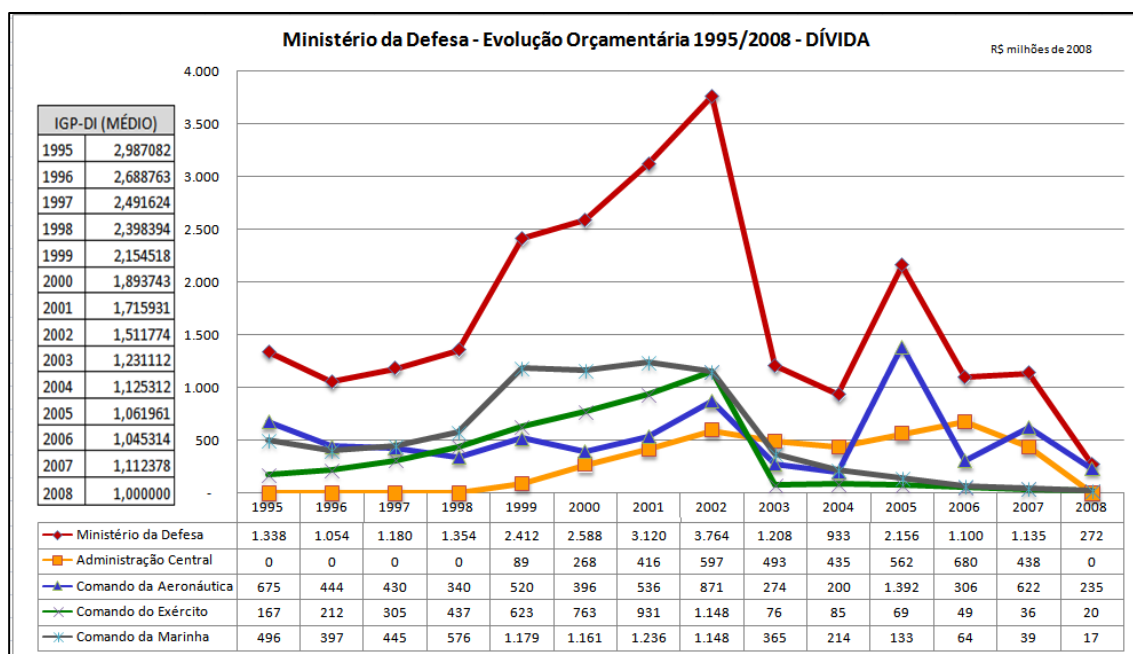
Gráfico 6



Chama a atenção, neste último, que os valores em pagamento de pessoal da Administração Central não sofreram aumento real significativo com a criação do Ministério da Defesa, em 2000. Ou seja: num primeiro momento, as despesas de pessoal para administrar a nova estrutura permaneceram estáveis. Em 2002, por outro lado, às vésperas da campanha presidencial, até sofreram um leve inchaço, ao contrário do que ocorreu com as Forças. Na

sequência, em 2004, esses valores encolhem, juntamente com o restante do orçamento, porém, a partir de 2004, os números dobram, com a inclusão de funcionários do novo governo neste setor (onde há mais civis trabalhando do que no restante da estrutura do Ministério). O orçamento da Administração Central, então, em 2006, às vésperas de uma nova eleição presidencial, aumenta em mais um terço, diferentemente do que acontece com o restante do Ministério que, embora tenha obtido aumento significativo em folha de pagamento neste ano, não é proporcionalmente equiparável ao que ocorre na Administração Central. Tais números ficam ainda mais evidentes em 2007, quando a folha de pagamento da Administração cai, aparentemente, por desinchaço proveniente de remanejamento de pessoal, para quase um terço do ano anterior. Quanto à remuneração total do MD, percebe-se que, embora as despesas totais reais tenham se mantido, até 2007, inferiores a 2002 os gastos fecham o ano de 2008 com tendência a expressivo aumento. Na Tabela 4 a dívida do Ministério da Defesa e das respectivas seções do mesmo pode ser visualizada em valores reais, que são corrigidos em R\$ de 2008 pelo IGP-DI no Gráfico 7.

Gráfico 7



Tal dívida tem um importante papel quando associada ao item investimentos, pois pode ocorrer que, se não foram realizados investimentos significativos, pelo menos poder-se-ia ter dado um passo em direção à

modernização da defesa brasileira jogando-se os gastos para orçamentos futuros, através de endividamento, sobretudo quando dentro de um mesmo mandato, a fim de se evitar dívidas para governos futuros. Subtraindo-se a escalada constante que ocorre até 2002, não é o que se dá a partir de então.

Apenas em 2005 é que se faz um endividamento significativo em prol da Aeronáutica, para a aquisição de aeronaves e equipamentos de modernização, gerando um pico solitário durante o governo Lula até 2008. Percebe-se, assim, na análise do Gráfico 7, que nem os investimentos em defesa aumentaram em termos reais no País, nem, nos últimos anos, foram adquiridos equipamentos ou gerada infraestrutura que dê suporte ao efetivo.

Para avaliar os valores relativos ao custeio real do Ministério da Defesa (Gráfico 8) é mister o aprofundamento dos itens da execução orçamentária, contudo, este último Gráfico não deixa dúvidas quanto ao aspecto geral desse item do orçamento: ele foi sendo depreciado, ano após ano, de 1995 a 2003; ou seja: durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso. Desde então, passou a ser recuperado. Contudo, ao fechar o ano de 2008, só havia atingido o patamar alcançado em 2001 – ainda longe do pico no qual o Gráfico se inicia, em 1995. Fica evidente, deste modo, que o governo FHC gastou tão pouco para manter a máquina da defesa (conforme o Gráfico 8), quanto investiu em prol da mesma até 1999 (como demonstrado na análise das despesas primárias e no Gráfico 9 – neste, até o ano de 1999). Trata-se de uma política, no mínimo, questionável, já que o item investimentos manteve-se estável e com pouca monta em comparação aos demais. Por outro lado, as dívidas seguiram uma escalada crescente (vide Gráfico 7), enquanto a verba de custeio caiu em valores reais durante todo aquele governo, de acordo com o mencionado Gráfico 8.⁶⁸ As dúvidas que ficam são:

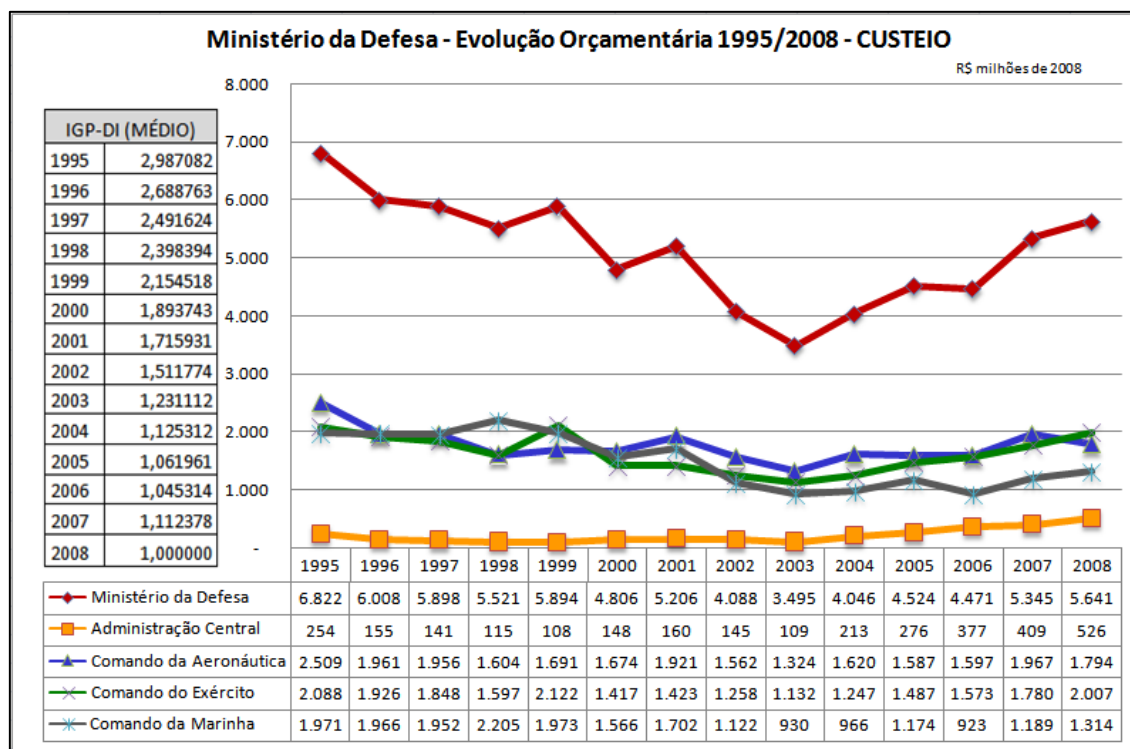
1. Quais são os efeitos de oito anos de progressiva redução de recursos em manutenção dos equipamentos existentes?

2. Se o item custeio foi, paulatinamente, reduzido de 1995 até 2003, como se deu suporte às aquisições geradas através de dívidas?

3. Por que as aquisições foram feitas através de dívidas até o ano de 1999, e não da inclusão, planejada, dos gastos, no item investimentos?

⁶⁸ Este apresenta, deflacionados, os valores nominais do item custeio que constam na Tabela 1.

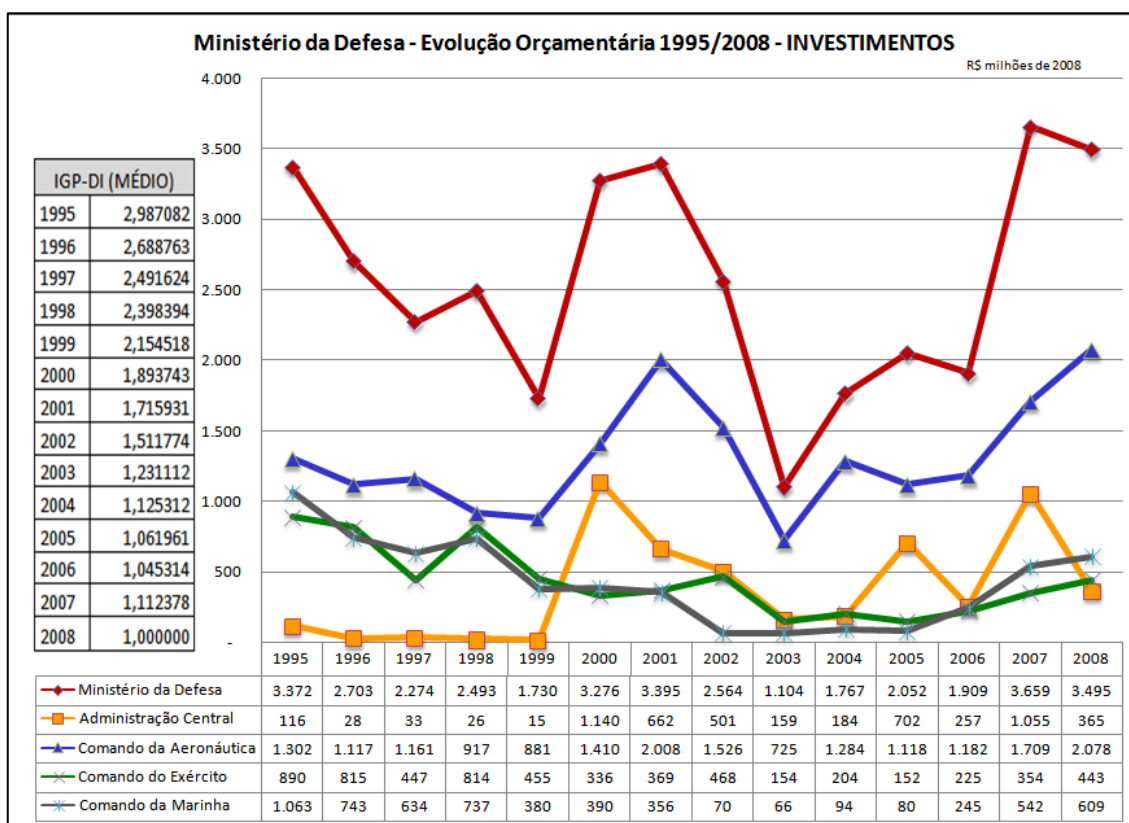
Gráfico 8



Para além das questões suscitadas, outro fator que se constata, no item relativo a investimentos e inversões financeiras da Tabela 4, é a inconstância do mesmo. Os valores têm quedas bruscas durante as crises econômicas, evidenciando a falta de política para defesa no Brasil e tornado claro porque se utilizou de endividamento, principalmente até 2002, para suprir a defesa: quando falta dinheiro para as outras áreas do governo, o primeiro item do orçamento do MD a sofrer cortes é o de investimentos, por isso, deixar previsto um gasto nesse item, seria o mesmo que comprometer os recursos que, posteriormente, poderiam oferecer desconforto político ao serem remanejados para preencher as lacunas (a análise das Leis Orçamentárias Anuais do período estudo demonstra que os investimentos previstos pouco diferem dos executados: são sempre percentuais relativamente reduzidos do orçamento de defesa). É nítida a falta de política de Estado que esse tipo de governança gera. A saída, portanto, para se investir na defesa quando o planejamento falha, quando uma crise econômica surpreende o país ou quando, por necessidade faz-se necessário investir em defesa, perfaz-se no endividamento, pois este ultrapassa os limites orçamentários, permitindo que o governo jogue as dívidas para orçamentos futuros. A questão é que, a partir de 2002, fizeram-

se progressivamente menos dívidas – com picos em 2005 e 2007, por isso, a fim de tornar compreensível a questão de como se deram os investimentos neste período, deflacionamos os dados do item em questão para a produção do Gráfico 9. Neste, a inconstância é evidente, pois se percebe que os valores reais não têm uma escalada crescente como demonstra a Tabela 4, mas sim uma sequência instável de altos e baixos, que delinea que, se recorrer ao endividamento foi a estratégia econômica para a defesa utilizada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o mesmo não ocorreu durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, que, conforme explicita o Gráfico 7, contraiu progressivamente menos dívidas em prol da defesa, ao passo que aumentou relativamente os investimentos para a mesma, com exceção dos solavancos de 2006 e 2008 – anos estes, diretamente posteriores ao aumento das dívidas citadas: de 2005 e 2007. Esta ação, no entanto, não se traduz no aumento de investimentos para a defesa brasileira, mas sim na troca de alocação de recursos nos itens orçamentários. Cabe, além disso, mencionar, que de 2002 a 2005 os investimentos para o Exército caíram substancialmente, ficando, inclusive, abaixo dos da Administração Central em 2002, 2003, 2005, 2006 e 2007.

Gráfico 9



Considerações prévias sobre o desempenho orçamentário da defesa brasileira

Para fins de conclusão deste Capítulo, na qual se abordará, sobretudo, a questão dos gastos em pessoal do Ministério da Defesa, são necessários alguns conceitos e informações, advindos da legislação vigente⁶⁹, bem como, de dados da Marinha do Brasil e do Ministério da Previdência Social.

Primeiro, é preciso que se esclareça o que é pensão militar. Semelhante a outros modelos de pensão, trata-se de um valor pago, mensalmente, aos beneficiários de alguém falecido ou assim considerado, nos termos da lei. No caso militar brasileiro, tal valor tem origem bicentenária, ainda no período colonial.⁷⁰

Desse modo, tanto os militares da ativa, quanto os inativos, da União, sempre contribuíram para suas respectivas pensões. O valor atual é de 7,5% mensais para a pensão militar e de até 3,5% destinados à assistência médico-hospitalar, sobre os seus proventos.

Também é importante destacar que o vínculo dos militares com as suas profissões permanece, mesmo em situação de inatividade – quando podem ser, então, classificados como integrantes da “reserva” ou “reformados”. Os primeiros são passíveis de mobilização a qualquer momento, em caso de necessidade do País. Já os segundos não podem ser mobilizados, pois a reforma se dá por motivos, legalmente, incapacitantes.

Além desses fatores, deve ficar claro que os militares federais do Brasil nunca possuíram e não possuem um regime próprio de previdência, sendo beneficiários, como as demais classes de trabalhadores nesta condição, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS):

Em todos esses diplomas legais e na própria Constituição Federal, nunca houve e não há qualquer referência a sistema ou a regime previdenciário dos militares federais. Portanto, não há regime

⁶⁹ A legislação referente à inatividade militar e aquisição pensões é a seguinte: Estatuto dos Militares (Lei n° 6.880, de 09 de dezembro de 1980); Lei de Remuneração dos Militares (Medida Provisória n° 2.215-10, de 31 de agosto de 2001) e na Lei de Pensões (Lei n° 3.765 de 04 de maio de 1960).

⁷⁰ O Plano de Montepio Militar dos Oficiais do Corpo da Marinha foi criado em 23 de setembro de 1795.

previdenciário dos militares (...). A remuneração dos militares na inatividade, dos reformados e os da reserva, é total e integralmente custeada pelo Tesouro Nacional. Portanto, os militares não contribuem para “garantir a reposição de renda” quando não mais puderem trabalhar. Essa garantia é totalmente sustentada pelo Estado.⁷¹

Desse modo, dada as suas condições, ora específicas, ora em intersecção com outras classes de trabalhadores do País, os militares contribuem, durante o período na ativa e também na inatividade, até o falecimento, para formar o patrimônio que será repassado aos seus dependentes. Contudo, também existem leis de pensões específicas, que geram direitos a pensionistas militares e a civis que, na expressão exata utilizada pela Marinha do Brasil:

(...) não atendiam aos requisitos impostos pelas necessidades das Forças Armadas. Nesse universo, uns não contribuíram para a pensão militar (a maioria) ou não contribuíram de forma proporcional ao benefício concedido.⁷²

A primeira conclusão, portanto, é que diversas leis⁷³ geraram uma série de instituidores de pensão, que, conforme a expressão da própria Marinha, “não contribuíram de forma proporcional” em relação “ao benefício concedido”.

A questão é que, na análise dos gastos com pessoal, tanto aqueles que recebem pensões consideradas ‘proporcionais’ pela Marinha, quanto os que apenas foram beneficiados pela legislação, destacam-se em termos de expressão de benefícios ganhos. Isso é o que demonstra a Tabela 5.

⁷¹ Fonte: site oficial da Marinha do Brasil: www.mar.mil.br/menu_v/ingresse_na_marinha/pensao.htm. (Acesso em 1º/11/2009).

⁷² *Obj. Cit.*: Marinha do Brasil: www.mar.mil.br/menu_v/ingresse_na_marinha/pensao.htm. (Acesso em 1º/11/2009).

⁷³ Eis a legislação: Decreto-Lei n° 8.794, de 23 de janeiro de 1946, que estabelece pensão para os herdeiros de ex-combatentes da FEB, na 2ª Guerra Mundial; Lei n° 3.738, de 4 de abril de 1960, que estabelece pensão para viúva de militar ou funcionário civil atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave; Lei n° 4.242, de 17 de julho de 1963, que estabelece pensão de 2º Sargento para os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial, incapacitados, que participaram ativamente das operações de guerra.

Tabela 5

Quantidade de militares ativos, inativos e quantidade de pensionistas*														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ativos	320.822	322.423	321.448	277.531	321.466	328.087	325.987	279.313	321.844	346.014	325.237	424.398	426.771	427.698
Inativos	117.509	122.512	124.801	119.013	128.252	128.630	129.387	129.801	130.394	130.941	132.808	134.109	135.088	138.009
Inst. Pensão	150.423	153.705	156.636	168.371	164.398	167.697	171.044	173.963	177.143	182.120	186.014	189.723	190.797	191.700
Inativos + Inst. Pensão	267.932	276.217	281.437	287.384	292.650	296.327	300.431	303.764	307.537	313.061	318.822	323.832	325.885	329.709
Ativos+ Inat.+Pensão	588.754	598.640	602.885	564.915	614.116	624.414	626.418	583.077	629.381	659.075	644.059	748.230	752.656	757.407
Proporção: Ativos/ Inat.+Pensão	1,20	1,17	1,14	0,97	1,10	1,11	1,09	0,92	1,05	1,11	1,02	1,31	1,31	1,30
<p><i>*Exclusive civis que trabalham no Ministério da Defesa; (Elaboração Própria); Fonte: 1995/2007 - SIAFI/MF - Fonte: 2008 - SRH/MP e STN/MP</i></p> <p><i>OBS: para fins de quantitativo, extrair o "efetivo variável", ou seja, militares que não seguem carreira (em 2009, 40 mil no Exército, contra 100 mil de 2008).</i></p>														

De elaboração própria, a Tabela foi gerada com a junção de dados do SIAFI, da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – ambas, estas, componentes do Ministério do Planejamento. Nela estão desconsiderados os civis que trabalham na defesa e o efetivo variável, formado por jovens que frequentam serviço militar obrigatório, sem, necessariamente, seguir carreira. A primeira constatação, em relação à Tabela, é que a folha de pagamento das Forças Armadas Brasileiras contabilizou, até 2008, 757.407 pessoas, das quais:

- 427.698 militares na ativa;
- 138.009 inativos;
- 191.700 instituidores de pensão.

Ou seja: a soma de inativos e instituidores de pensão é de 329.709 pessoas, com quase 100 mil pessoas a menos que o total de militares na ativa.

A análise visual da Tabela 5 é efetuada no Gráfico 10, onde se pode comparar o quantitativo de militares na ativa – 56%, em contraste com os inativos e instituidores de pensão, que somam 44% do total de beneficiários.

Gráfico 10

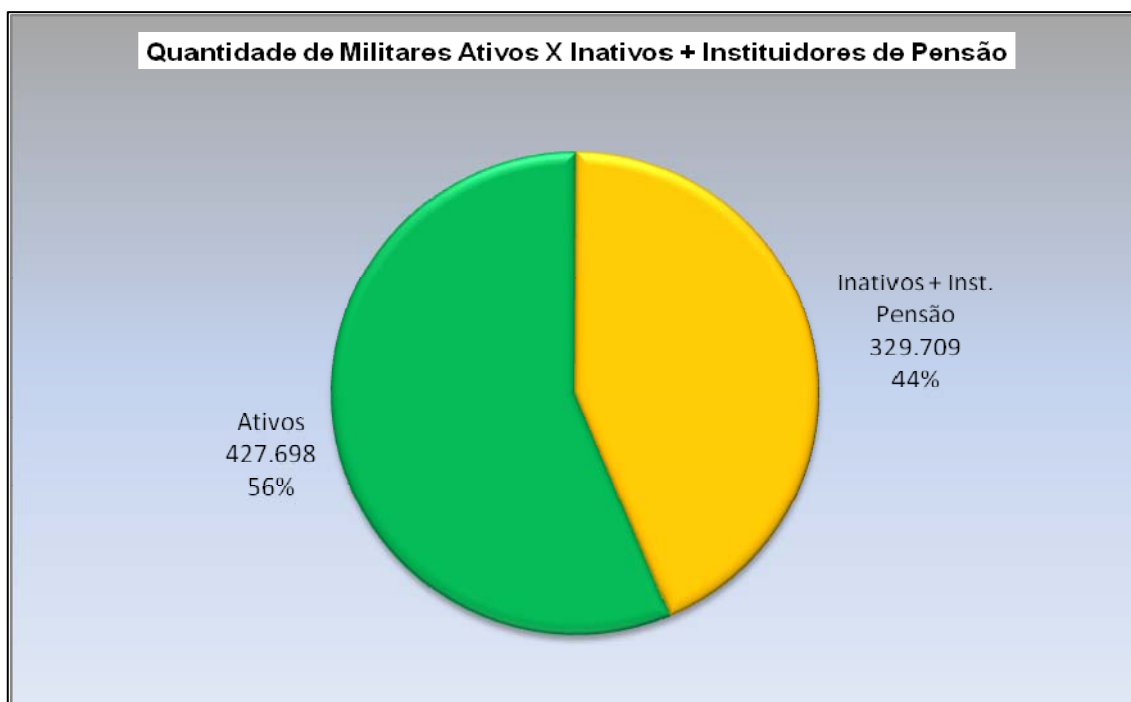


Tabela 6

Despesa Anual de Pessoal Militar, segundo a situação de vínculo*														Em R\$ milhões correntes	
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Ativos	3.864,6	4.096,8	4.222,7	5.267,9	4.140,3	5.769,5	6.375,6	8.293,9	7.898,7	7.724,9	8.256,7	9.635,6	10.216,1	11.960,1	
Inativos	2.599,0	2.924,1	3.071,1	3.715,6	4.113,0	4.362,2	6.402,8	6.613,6	7.096,2	7.462,1	8.022,1	9.234,7	10.068,8	11.353,3	
Instituidor de Pensão	1.943,0	2.033,6	2.494,7	2.918,7	3.278,9	3.484,6	4.471,4	5.042,8	5.078,4	5.432,7	6.281,4	6.971,1	7.482,8	8.629,4	
Inat.+ Inst. de Pensão	4.542,0	4.957,7	5.565,8	6.634,3	7.391,9	7.846,8	10.874,2	11.656,4	12.174,6	12.894,8	14.303,5	16.205,8	17.551,6	19.982,7	
Militares (Total)	8.406,6	9.054,4	9.788,5	11.902,2	11.532,2	13.616,3	17.249,8	19.950,3	20.073,3	20.619,6	22.560,2	25.841,4	27.767,8	31.942,7	
Proporção: Inat.+Pensão/Ativos	1,18	1,21	1,32	1,26	1,79	1,36	1,71	1,41	1,54	1,67	1,73	1,68	1,72	1,67	

**Exclusive civis que trabalham no Ministério da Defesa; (Elaboração Própria com dados do SIAFI)*

Tabela 7

Despesa Anual de Pessoal Militar, segundo a situação de vínculo*														Em R\$ milhões de 2008	
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Ativos	11.543,9	11.015,3	10.521,4	12.634,5	8.920,4	10.926,0	10.940,1	12.538,5	9.724,2	8.692,9	8.768,3	10.072,2	11.364,2	11.960,1	
Inativos	7.763,4	7.862,2	7.652,0	8.911,5	8.861,5	8.260,9	10.986,8	9.998,3	8.736,2	8.397,2	8.519,2	9.653,2	11.200,3	11.353,3	
Instituidor de Pensão	5.803,9	5.467,9	6.215,9	7.000,2	7.064,4	6.598,9	7.672,6	7.623,6	6.252,1	6.113,5	6.670,6	7.287,0	8.323,7	8.629,4	
Inat.+ Inst. de Pensão	13.567,3	13.330,1	13.867,9	15.911,7	15.926,0	14.859,8	18.659,4	17.621,8	14.988,3	14.510,7	15.189,8	16.940,1	19.524,0	19.982,7	
Militares (Total)	25.111,2	24.345,4	24.389,3	28.546,2	24.846,3	25.785,8	29.599,5	30.160,3	24.712,5	23.203,6	23.958,1	27.012,4	30.888,2	31.942,8	
Proporção: Inat.+Pensão/Ativos	1,18	1,21	1,32	1,26	1,79	1,36	1,71	1,41	1,54	1,67	1,73	1,68	1,72	1,67	

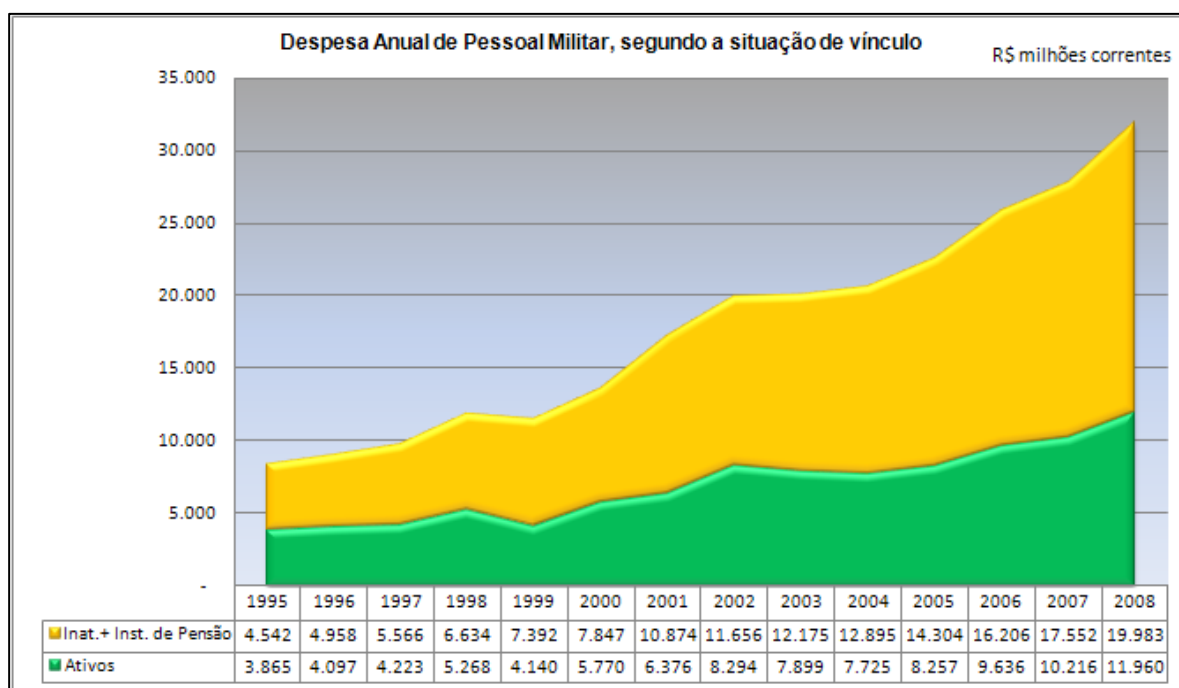
**Exclusive civis que trabalham no Ministério da Defesa; (Elaboração Própria)*

A segunda conclusão é que a proporção de ativos sobre a somatória de inativos e instituidores de pensão é de 1,3, contudo, quando se trata de gastos, essa proporção se inverte, de modo que: instituidores de pensão, somados a inativos, constituem uma proporção de despesas de 1,67 sobre os militares na ativa, conforme demonstram as Tabelas 6 e 7.

Nestas, é possível avaliar como o orçamento de pessoal do Ministério da Defesa é distribuído entre o seu quantitativo militar. Na primeira Tabela, em relação a R\$ correntes e, na segunda, corrigidos pelo IGP-DI.

A proporção do aumento corrente das despesas em pessoal é evidenciado no Gráfico 11, onde fica clara a desproporção do aumento de gastos com inativos e instituidores em pensão em relação a militares na ativa.

Gráfico 11



Para se ter uma ideia mais exata de como esses valores são distribuídos, calculamos a renda per capita dos militares em R\$ correntes (Tabela 8) e, em seguida, na Tabela 9, a atualizamos para R\$ de 2008.

Tabela 8

Renda per capita dos Militares*												Em R\$ correntes		
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ativos	1.204,6	1.270,6	1.313,6	1.898,1	1.287,9	1.758,5	1.955,8	2.969,4	2.454,2	2.232,5	2.538,7	2.270,4	2.393,8	2.796,4
Inativos	2.211,7	2.386,8	2.460,8	3.122,0	3.207,0	3.391,3	4.948,6	5.095,2	5.442,1	5.698,8	6.040,4	6.886,0	7.453,5	8.226,5
Inst. Pensão	1.291,7	1.323,1	1.592,7	1.733,5	1.994,5	2.077,9	2.614,2	2.898,8	2.866,8	2.983,0	3.376,8	3.674,4	3.921,9	4.501,5
Proporção: Inat.+Pensão/Ativos	2,91	2,92	3,09	2,56	4,04	3,11	3,87	2,69	3,39	3,89	3,71	4,65	4,75	4,55

**Exclusive civis que trabalham no Ministério da Defesa; (Elaboração Própria)*

Tabela 9

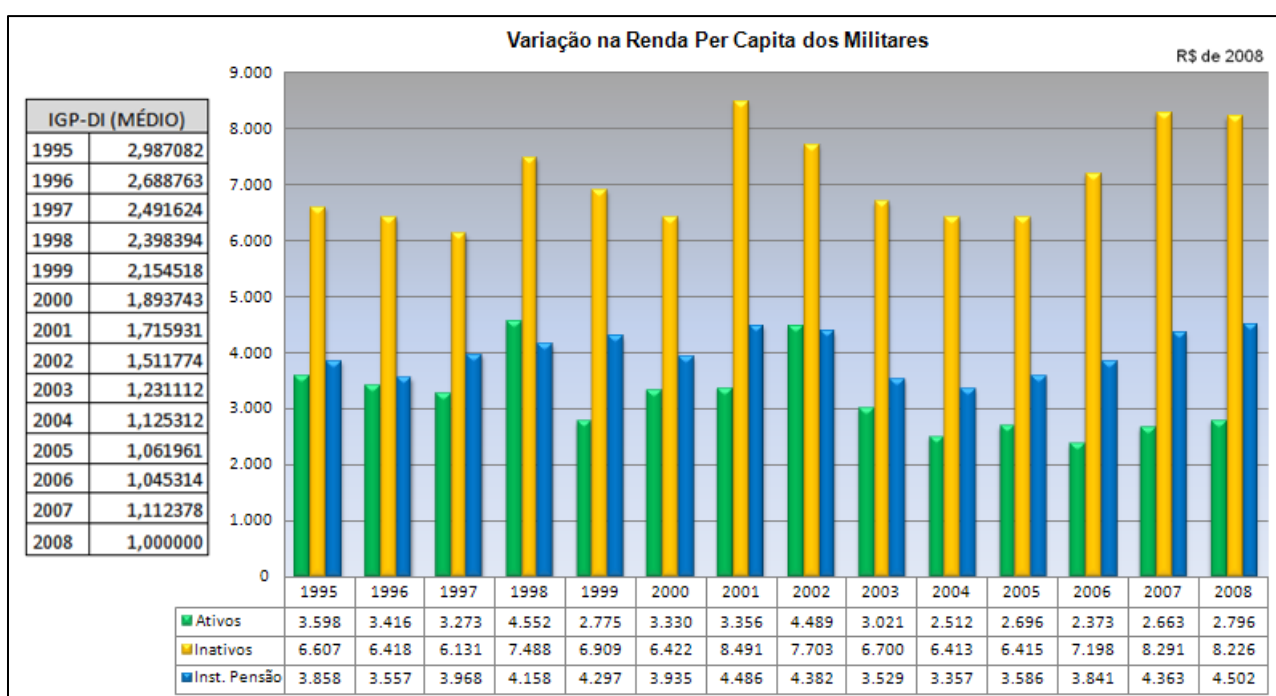
Renda per capita dos Militares*												Em R\$ de 2008		
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ativos	3.598,2	3.416,4	3.273,1	4.552,5	2.774,9	3.330,2	3.356,0	4.489,1	3.021,4	2.512,3	2.696,0	2.373,3	2.662,8	2.796,4
Inativos	6.606,7	6.417,5	6.131,4	7.487,8	6.909,5	6.422,2	8.491,4	7.702,8	6.699,9	6.413,0	6.414,6	7.198,0	8.291,1	8.226,5
Inst. Pensão	3.858,4	3.557,4	3.968,3	4.157,6	4.297,2	3.935,0	4.485,8	4.382,3	3.529,4	3.356,8	3.586,1	3.840,9	4.362,6	4.501,5
Proporção: Inat.+Pensão/Ativos	2,91	2,92	3,09	2,56	4,04	3,11	3,87	2,69	3,39	3,89	3,71	4,65	4,75	4,55

**Exclusive civis que trabalham no Ministério da Defesa; (Elaboração Própria)*

A terceira conclusão é, assim, demonstrada no Gráfico 12, representando a Tabela 9, que elaboramos para tornar nítido o desequilíbrio, em valores deflacionados, na distribuição per capita de salários pagos pelo Ministério da Defesa a militares ativos, inativos e a instituidores de pensão.

Assim, em dezembro de 2008, a renda per capita dos militares na ativa foi de R\$ 2.796,40, enquanto a dos militares inativos foi de 8.226,50 e dos instituidores de pensão de R\$ 4.501,50.

Gráfico 12



A quarta conclusão é o resultado desse desequilíbrio, pois embora os militares na ativa representem 56% do total do efetivo, frente a 44% da somatória de inativos e instituidores de pensão, cerca de 37% dos recursos são destinados aos militares da ativa, contra 63% dos demais. O desequilíbrio atuarial decorrente torna-se claro ao comparar-se o Gráfico 10 ao Gráfico 13. O que leva à quinta conclusão: em 2008, inativos e instituidores de pensão, somados, ganharam 4,55 vezes a mais do que militares na ativa.

A sexta conclusão, com base na Tabela 9, é que essa desproporção vem se mantendo ao longo do período estudado, de modo que, como os militares não possuem um regime próprio de previdência, o seu desequilíbrio atuarial incide diretamente sobre os recursos do INSS.

Gráfico 13



Por fim, esta análise leva à conclusão de que, embora de 1995 a 2008 o orçamento de defesa tenha se mantido como o terceiro maior da União – atrás, apenas, de Previdência e Saúde (conforme apresentado na Tabela 33, da Conclusão), tal fato mascara a ineficiência no emprego dos recursos. Ou seja: em relação às outras pastas do governo, se gasta um valor considerável, o que deixa implícita a questão de que dificilmente esse orçamento irá aumentar para além das proporções normais de crescimento econômico do Brasil – como, aliás, ocorreu ao longo do período estudado, com a ênfase de que, como demonstra o início deste Capítulo, em relação às despesas primárias do País, os recursos foram ficando cada vez menores ao longo dos anos estudados.⁷⁴

Já no concernente ao direcionamento das despesas, a presente seção evidenciou que, num orçamento tão volumoso na comparação às demais áreas governamentais, a maior parte dos recursos são absorvidos – em percentuais

⁷⁴ Com ideia semelhante: DINIZ, Eugênio, 2008, *in* Defesa, orçamento e projeto de força, p. 12: “O que tudo isso indica é que *aumentos da verba orçamentária alocada às Forças Armadas brasileiras não deverão resolver carências de equipamento combatente, pois tenderão a ser absorvidas pelas despesas com inativos* – a não ser que esses aumentos fossem muito significativos, o que ou não parece condizente com a realidade orçamentária brasileira, ou implicará sacrifícios substanciais em outras áreas, sendo as candidatas mais óbvias, em função do volume de recursos, seriam a saúde e a educação.”

que variam, anualmente, entre 75% e 80% do montante – para o pagamento da folha, dos quais, cerca 62% para inativos e instituidores de pensão, restando em torno de 38% para militares na ativa.

Quanto à qualidade dos demais gastos, ao se observar os Relatórios de Avaliação dos Planos Plurianuais, produzidos pelo próprio Ministério da Defesa, fica claro que a maior parte dos recursos não são utilizados, sequer, para a atividade fim da defesa. Neste sentido, enfatiza Luís Fernando Nogueira Pompeu:⁷⁵

(...) o fato de a maior parte dos recursos – cerca de 80% em média – estarem sendo empregados em atividades classificadas pelo próprio MD como não sendo tipicamente de defesa, parece indicar haver a necessidade de se repensar a estrutura de gastos do MD.⁷⁶

De fato, o Relatório de Avaliação produzido em 2008 é incisivo:

Ressalta-se que, deste total, boa parte do aumento de gastos foi direcionada a rubricas dentro do próprio Ministério, como Pessoal (Ativo e Inativo), Serviço de Saúde das Forças Armadas, Apoio Administrativo e Reserva de Contingência, as quais não se enquadram tipicamente como atividades de Defesa.⁷⁷

Já o Relatório de 2009 (com ano base de 2008) parece dar uma “resposta” ao fato dos recursos estarem sendo direcionados a outras áreas que não as de atividade-fim da defesa:

O Governo tem utilizado as Forças Armadas, por intermédio do Ministério da Defesa, em ações voltadas para o desenvolvimento nacional e em iniciativas de apoio à sociedade civil, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial, atendendo ao objetivo setorial de apoiar as ações do governo para o desenvolvimento do país.⁷⁸

⁷⁵ Observando o Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007: exercício 2008 – ano base 2007, Caderno 5 – Ministério da Defesa, 2008. 258 p.

⁷⁶ POMPEU. *Obj. Cit.* pp. 39 e 40.

⁷⁷ Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007. *Obj. Cit.* pp. 11. Disponível em: www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_PPA/relatorio_2008/08_PPA_Aval_cad05_MD.pdf. (Acesso em 1º/11/2009).

⁷⁸ Ministério da Defesa. Plano Plurianual, 2008-2011. Relatório de Avaliação. Exercício 2009, Ano Base 2008. Brasília, 2009. 171 p. *Obj. Cit.* pp. 13. Disponível em: www.efs.org/portal/page/portal/TCU/comunidades/gestao_orcamentaria/programacao_orcamentaria/PPA-2008-11.pdf. (Acesso em 1º/11/2009).

Evidentemente, qualquer conclusão que se possa fazer, no presente estudo, quanto à qualidade dos gastos do Ministério de Defesa, precisa estar alicerçada sobre as rubricas de execução orçamentária. É por esse motivo que, para além das “autocríticas” e “autorespostas” que a defesa e o governo em geral possam dar a si, a sociedade só tem possibilidade de participar do processo de accountability quando há transparência pública.

Fica evidente, portanto, a necessidade de a população ter acesso às informações – não de recortes de determinados períodos e nem só de relatórios apresentados pelos gestores – mas sim dados integrais e completos, onde os próprios interessados, sejam estudiosos ou cidadãos em geral (que, afinal de contas, pagam os seus impostos e contribuem para o Estado Brasileiro existir), possam fazer juízo de como vêm sendo administrados os recursos públicos do País. Para tanto, o próximo Capítulo deste estudo é voltado, quase na totalidade, à exposição e apontamentos sobre os itens da execução orçamentária do Ministério da Defesa do Brasil.

Capítulo 3

Apontamentos sobre a execução orçamentária do Ministério da Defesa: de 2000 a 2008

A execução orçamentária do Ministério da Defesa de 2000 a 2008 – que é objeto deste estudo – é apresentada, com o máximo de preservação possível das informações e formatação visual fornecidas pelo governo brasileiro – no Anexo 1, conforme a disposição descrita abaixo:

Na primeira parte, da página 1 a 2, consta a despesa total por unidade orçamentária do Ministério.

A segunda, da página 3 a 5 elenca a despesa total por grupo de despesa.

Na terceira – páginas 6 a 9 – pode-se visualizar a distribuição da despesa de pessoal.

A despesa de custeio e investimentos por unidade orçamentária é compreendida na quarta parte, nas páginas 10 e 11.

Das páginas 12 até a 17 é exibida a despesa de custeio e investimentos por fonte de recursos, perfazendo a quinta parte.

O conteúdo exposto da página 18 até a 22 delinea a sexta parte: despesa de custeio e investimentos por principais programas e ações.

A sétima parte, das páginas 23 a 60, expressa a despesa total por unidade orçamentária, programa e ação.

Por fim, a oitava parte, dentre as páginas 61 a 78, demonstra a arrecadação das receitas.

No presente Capítulo, portanto, tendo em vista os dados apresentados no Anexo 1, são feitos apontamentos inauguratórios referentes aos gastos do Ministério da Defesa. Deste modo, se por um lado, o período de pesquisa dedicado ao presente estudo foi utilizado, quase na íntegra, a reunir as informações que possibilitem accountability da defesa brasileira, por outro, neste Capítulo são geradas as primeiras observações referentes aos dados obtidos, de forma a avançar, tanto na geração de accounts, quanto na fundamentação de futuros estudos nesta área.

Nota sobre a apresentação das rubricas orçamentárias

A primeira constatação de qualquer cidadão ao observar a execução orçamentária do Ministério da Defesa é a de que os dados não foram feitos para ser amplamente entendidos. No máximo – e se for o caso – podem acabar sendo apresentados, tal qual ocorre através deste estudo, contudo, rubricas são geradas, alteradas, suprimidas e transformadas sem qualquer esclarecimento de como, quando, por que e como isso ocorreu. A simples divulgação, portanto, dos números, não significa, necessariamente, transparência pública, já que ao buscar-se transparência, há de se demonstrar o máximo de informações possíveis, e não o mínimo – que perfaz, apenas, as absolutamente necessárias.

Esta observação é dirigida à divulgação da execução orçamentária à luz do princípio da publicidade do governo brasileiro como um todo, e não somente ao Ministério da Defesa, já que, conforme expressado, os dados do Anexo 1 provêm, quase na totalidade, dos instrumentos governamentais de gerenciamento SIDOR e SIAFI.

Primeira parte: despesa total por unidade orçamentária

Fazendo-se a análise percentual da Tabela 10 (que reproduz a página 2 do Anexo 1) pode-se constatar que a Administração Central somada à Anac manteve uma média de 4% do total dos recursos, sendo os anos de maior percentual os de 2005 e 2007, quando obtiveram 5% do montante, e o menor, o de 2008, quando ficaram com 2% do rateio. Considerando-se que a Anac só foi orçamentariamente criada em 2006, constata-se, portanto, que a sua participação não influenciou significativamente o percentual da divisão de recursos.

Entre os comandos militares, a Marinha teve a média de 26% do total da divisão no período estudado. Seu ano de menor participação no orçamento total em relação às demais forças foi o de 2000, quando obteve 24% do montante. O ano de maior participação foi o de 2005, quando lhe coube 28%.

O Exército é a força que, percentualmente, mais recebeu recursos, com uma média de 46% do total orçamentário. O ano de maior retração foi o de

2004, quando ficou com 44%, e o de maior, foi o de 2003, quando obteve 47% do montante.

Tabela 10

Ministério da Defesa Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - DESPESA TOTAL									
Comando/ Unidade Orçamentária	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	859.623	769.232	893.906	682.518	952.262	1.683.831	1.523.740	1.707.706	869.468
MINISTERIO DA DEFESA	830.367	720.862	825.718	619.275	875.857	1.595.488	1.421.312	1.609.293	765.403
FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA	3.511	2.724	1.739	5.938	3.090	3.631	3.862	2.974	639
FUNDO DE ADM. DO HFA	20.592	40.039	61.429	52.462	67.297	79.527	93.219	90.016	98.410
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	5.153	5.607	5.020	4.843	6.018	5.185	5.347	5.423	5.016
AGÊNCIA NAC. DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	0	0	0	0	0	0	78.619	120.535	220.040
COMANDO DA AERONÁUTICA	5.014.711	6.633.861	7.174.035	6.524.039	7.710.056	9.260.742	9.295.316	10.820.655	12.142.665
COMANDO DA AERONAUTICA	4.014.690	5.787.145	6.334.152	5.783.269	6.609.094	8.189.384	8.061.568	9.554.852	10.682.255
CAIXA DE FINANC. IMOB. DA AERONAUTICA	9.014	13.477	6.416	3.418	6.324	9.057	8.271	9.043	6.789
FUNDO AERONAUTICO	933.684	772.531	787.325	686.330	990.406	1.003.894	1.199.420	1.256.760	1.453.621
FUNDO AEROVIARIO	57.323	60.708	46.142	51.022	95.232	58.407	26.057	0	0
COMANDO DO EXERCITO	9.333.770	11.473.554	13.080.008	12.134.224	13.128.480	14.565.341	16.473.543	17.902.893	20.655.687
COMANDO DO EXERCITO	9.072.811	11.185.116	12.728.382	11.807.037	12.697.111	14.097.159	15.920.085	17.321.313	19.852.738
FUNDAÇÃO OSORIO	3.425	3.676	4.000	4.472	5.382	5.826	7.552	8.376	9.417
FUNDO DO EXERCITO	257.534	284.762	347.626	322.715	425.987	462.356	545.906	573.204	661.764
INDUSTRIA DE MATERIAL BÉLICO	0	0	0	0	0	0	0	0	131.768
COMANDO DA MARINHA	5.546.576	6.679.257	7.075.639	6.488.044	6.816.998	7.570.142	8.314.520	9.335.411	10.953.480
COMANDO DA MARINHA	5.064.214	6.097.781	6.759.958	6.235.162	6.402.302	7.206.413	7.887.742	8.781.618	10.509.640
TRIBUNAL MARITIMO	1.004	1.203	1.260						
SEC. COMIS. INTERM. REC. MAR	6.761	4.389	3.159	3.066	5.569	6.461	21.246	21.718	63.386
FUNDO NAVAL	447.284	542.450	289.067	226.187	369.426	309.344	350.350	453.980	309.171
FUNDO DES. ENS. PROF. MARITIMO	27.313	33.434	22.195	23.629	39.701	47.924	55.182	78.095	71.283
MINISTÉRIO DA DEFESA	20.754.680	25.555.904	28.223.588	25.828.825	28.607.796	33.080.056	35.685.738	39.987.200	44.841.340
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL+ANAC	859.623	769.232	893.906	682.518	952.262	1.683.831	1.602.359	1.828.241	1.089.508
COMANDO DA AERONÁUTICA	5.014.711	6.633.861	7.174.035	6.524.039	7.710.056	9.260.742	9.295.316	10.820.655	12.142.665
COMANDO DO EXÉRCITO	9.333.770	11.473.554	13.080.008	12.134.224	13.128.480	14.565.341	16.473.543	17.902.893	20.655.687
COMANDO DA MARINHA	5.546.576	6.679.257	7.075.639	6.488.044	6.816.998	7.570.142	8.314.520	9.335.411	10.953.480

Fonte: SIDOR - SMAFI

A Marinha é a força que, na comparação às demais, recebeu percentualmente menos recursos durante o período estudado, com na média de 24% do total do orçamento. O lapso temporal de maior obtenção foi o de 2000, quando recebeu 27% do total (ultrapassando a média da Aeronáutica). Os anos de maior retração foram os de 2005, 2006 e 2007, quando obteve 23% do montante. Nitidamente, os percentuais que não foram repassados à Marinha neste período de queda percentual, foram proporcionalmente revertidos à Aeronáutica.

Quanto à análise nominal, pode-se visualizar que o orçamento da Anac quase triplica em três anos, chegando a R\$ 220 milhões em 2008.

Por outro lado, o Fundo do Ministério da Defesa, que em 2000 teve uma despesa de R\$ 3,5 milhões e, em 2003 chegou a R\$ 5,9 milhões, em 2008 teve a sua menor despesa, chegando a R\$ 639 mil.

Já o Fundo Aeroviário, que chegou a ter uma despesa de R\$ 95.232 milhões em 2004, nos anos de 2007 e 2008 teve despesa zero. O contrário

ocorre com a Indústria de Material Bélico, que após ter recebido despesa zero de 2000 a 2007, em 2008 recebe uma injeção de recursos de R\$ 131.768 milhões. Em ambos os casos, é possível deduzir, apenas pela visualização, que as rubricas orçamentárias foram criadas ou extintas, o que não fica claro é quando os campos não contêm quaisquer números, nem mesmo o zero, como ocorre com o Tribunal Marítimo, cujos valores simplesmente desaparecem a partir de 2003, ficando em branco desde então.

Segunda parte: despesa total por grupo de despesa

Na Tabela 11 (página 4 do Anexo 1) pode-se observar que a Administração Central não teve dívida em 2008, após ter passado por um pico orçamentário de R\$ 651.117 milhões em 2006, apesar disso, também o item custeio e investimentos, depois de ter obtido R\$ 1.234.817 bilhão em 2007, foi reduzido quase pela metade em 2008, passando a R\$ 775.106 milhões em 2008. Ou seja: não se gastou em dívida e também se gastou consideravelmente menos em custeio e investimentos.

Tabela 11

MINISTÉRIO DA DEFESA Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - DESPESA TOTAL									
R\$ ml									
Comando/ Grupo de Despesa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	859.622	769.232	893.906	652.518	952.262	1.663.831	1.522.799	1.707.706	869.467
Pessoal	38.051	47.536	71.840	64.073	212.492	232.809	335.744	78.513	94.361
Pessoal e Encargos Sociais	38.051	47.536	71.840	64.073	212.492	232.809	335.744	78.513	94.361
Dívida	141.415	242.489	394.737	400.702	386.293	529.533	651.117	394.276	0
Juros e Encargos da Dívida	23.589	41.998	234.382	349.100	335.596	290.050	240.800	101.252	0
Amortização da Dívida	111.826	200.491	160.355	51.602	50.697	239.483	410.317	293.024	0
Custeio e Investimentos	680.157	479.205	427.329	217.743	359.477	921.489	536.878	1.234.817	775.106
Outras Despesas Correntes	78.035	93.314	96.196	88.846	189.700	260.210	307.075	297.680	417.570
Investimentos	602.062	385.891	331.133	128.897	169.777	311.279	229.803	372.027	279.536
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	350.000	0	565.110	78.000
AGÊNCIA NAC. DE AVIAÇÃO CIVIL	0	0	0	0	0	0	78.620	120.535	220.040
Pessoal	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Custeio e Investimentos	0	0	0	0	0	0	69.578	81.172	115.277
Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	0	0	53.534	70.615	107.942
Investimentos	0	0	0	0	0	0	16.044	10.557	7.335
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIDOR / SIAFI

Cabe ressaltar que o desenho orçamentário da Administração Central e da Anac apresentam contrastes na forma de administração dos recursos em relação às forças. Guardadas as diferenças organizacionais, percebe-se que em 2000, quando o Ministério da Defesa inicia o seu primeiro período orçamentário como instituição, 79% dos recursos da Administração Central foram empregados em custeio e investimentos, 4% em pessoal e 16% em

dívidas. Os custeios e investimentos vão decrescendo, então, e as dívidas e despesas de pessoal aumentando até 2003. Neste ano, o percentual da dívida chegou a 59% do orçamento da Administração Central, enquanto que, pessoal foram a 9% e custeio e investimentos a 32%. As dívidas são, então, enxugadas até 2006, quando é criada a Anac. Em 2007 elas voltam a decrescer e o desenho do ano de 2008 é completamente contrastante com a estrutura das forças: já que o item custeio e investimentos atinge 89% do total do orçamento, pessoal 11% e a dívida é zero.

Na Tabela 12 (página 5 do Anexo 1) desponta o fato de que a média de gastos com dívida na Aeronáutica é de 5% do total do orçamento de 2000 a 2008. As despesas com pessoal atingem a média de 64% e custeio e investimentos a média de 30% – perfazendo-se na força que, proporcionalmente, em relação ao próprio orçamento, mais contabilizou neste item. É curioso como, em 2003, os gastos em pessoal saltam dos 63% contabilizados em 2002, para 71% do total orçamentário da força, inclusive porque, no ano seguinte – 2004 – são retraídos para 64% e caem para 58% no exercício posterior, em 2005.

Tabela 12

MINISTÉRIO DA DEFESA Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - DESPESA TOTAL									
R\$ mil									
Comando/ Grupo de Despesa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
COMANDO DA AERONÁUTICA	5.014.711	6.693.861	7.174.035	6.524.039	7.710.056	9.260.742	9.295.316	10.820.655	12.142.665
Pessoal	3.177.141	4.091.695	4.554.942	4.637.079	4.951.714	5.402.630	6.343.003	6.957.553	8.035.461
Pessoal e Encargos Sociais	3.177.141	4.091.695	4.554.942	4.637.079	4.951.714	5.402.630	6.343.003	6.957.553	8.035.461
Dívida	209.266	312.374	576.421	222.309	177.948	1.310.968	292.866	558.910	234.587
Juros e Encargos da Dívida	68.756	119.434	277.314	68.020	43.614	1.005.929	81.101	67.624	52.020
Amortização da Dívida	140.510	192.940	299.107	154.289	134.334	305.039	211.795	491.286	182.567
Custeio e Investimentos	1.628.394	2.299.792	2.042.672	1.664.591	2.580.394	2.547.144	2.659.447	3.304.192	3.672.617
Outras Despesas Correntes	680.889	1.119.734	1.030.481	1.075.585	1.439.195	1.494.155	1.528.374	1.767.878	1.794.347
Investimentos	744.421	1.170.058	1.009.191	588.404	1.141.164	1.051.919	1.129.589	1.534.071	2.075.269
Inversões Financeiras				662	35	1.100	1.484	2.243	3.001
COMANDO DO EXÉRCITO	9.333.770	11.473.554	13.060.008	12.134.224	13.128.480	14.565.341	16.473.543	17.902.893	20.655.687
Pessoal	8.005.119	9.886.292	11.179.100	11.027.744	11.763.951	12.957.109	14.705.980	15.953.470	18.165.890
Pessoal e Encargos Sociais	8.005.119	9.886.292	11.179.100	11.027.744	11.763.951	12.957.109	14.705.980	15.953.470	18.165.890
Dívida	402.674	542.807	759.489	62.012	75.248	65.168	47.916	31.347	19.671
Juros e Encargos da Dívida	107.776	92.516	47.802	15.592	17.817	14.456	10.489	6.659	3.338
Amortização da Dívida	294.898	450.291	711.687	46.420	57.431	50.712	37.429	24.688	16.333
Custeio e Investimentos	925.977	1.044.455	1.141.475	1.044.468	1.289.281	1.543.064	1.719.645	1.918.076	2.450.126
Outras Despesas Correntes	748.515	829.137	931.865	919.673	1.107.815	1.400.096	1.505.267	1.600.196	2.007.255
Investimentos	177.462	195.318	308.010	113.095	179.765	141.268	164.678	276.140	442.871
Inversões Financeiras	0	20.000	1.500	11.700	1.700	1.700	49.700	41.800	0
COMANDO DA MARINHA	5.546.576	6.679.257	7.075.639	6.488.044	6.816.998	7.570.142	8.314.520	9.335.411	10.953.479
Pessoal	3.900.345	4.759.586	5.528.109	5.382.641	5.684.261	6.264.284	7.137.381	7.744.379	9.012.885
Pessoal e Encargos Sociais	3.900.345	4.759.586	5.528.109	5.382.641	5.684.261	6.264.284	7.137.381	7.744.379	9.012.885
Dívida	613.262	720.490	759.078	296.277	190.022	124.806	60.959	34.789	17.189
Juros e Encargos da Dívida	116.278	136.155	72.627	27.935	14.121	8.201	5.593	2.730	1.119
Amortização da Dívida	496.984	584.335	686.451	268.342	175.901	116.605	55.376	32.059	16.070
Custeio e Investimentos	1.032.969	1.199.181	788.452	809.126	942.715	1.181.952	1.116.190	1.556.239	1.925.405
Outras Despesas Correntes	827.091	991.732	742.217	755.156	858.845	1.105.689	882.576	1.068.316	1.314.359
Investimentos	205.758	206.971	45.789	59.968	89.854	75.264	239.604	486.923	609.046
Inversões Financeiras	90	478	452		16				
MINISTÉRIO DA DEFESA	20.754.690	25.555.904	28.223.588	25.828.825	28.607.796	33.080.056	35.685.738	39.887.200	44.641.338
Pessoal	15.120.654	18.725.111	21.933.961	21.111.597	22.612.418	24.856.832	28.591.150	30.773.379	35.493.360
Pessoal e Encargos Sociais	15.120.654	18.725.111	21.933.961	21.111.597	22.612.418	24.856.832	28.591.150	30.773.379	35.493.360
Dívida	1.366.617	1.818.160	2.489.669	981.300	829.511	2.030.475	1.052.860	1.019.326	271.447
Juros e Encargos da Dívida	322.999	390.103	632.125	406.647	411.238	1.318.586	397.973	178.265	56.477
Amortização da Dívida	1.044.218	1.428.057	1.857.544	574.653	418.273	711.889	714.887	841.061	214.970
Custeio e Investimentos	4.287.407	5.012.633	4.999.928	3.735.988	5.165.867	6.192.749	6.101.728	8.094.496	9.136.531
Outras Despesas Correntes	2.937.584	3.039.917	2.703.859	2.639.262	3.595.595	4.260.119	4.276.826	4.805.625	5.641.473
Investimentos	1.729.736	1.956.236	1.694.117	884.394	1.568.590	1.579.830	1.775.716	2.679.718	3.414.057
Inversões Financeiras	90	20.478	1.952	12.262	1.751	362.600	51.194	502.193	81.001

Fonte: SICOR/ SIAFI

A média dos gastos do Exército no período em questão é de 2% em dívida, 88% em pessoal e 10% em custeio e investimentos. Trata-se da força que, tanto percentualmente, quanto em valores reais, mais gastou com pessoal. Assim como ocorre com a Marinha, o ano de 2003 é o que registra maior percentual de despesas em pessoal para o Exército, atingindo o pico de 91% do total de seu orçamento. Também é interessante observar-se que, em 2000, a força empenhou 4% de seu orçamento em dívida e 10% em custeio e investimentos, somando 14%. Em 2001, a dívida representa 5%, enquanto custeio e investimentos alcançam 9%, somando, novamente, 14%. O mesmo ocorre em 2002, exceto pelo fato da dívida aumentar para 6%, elevando a somatória para 15%. A partir de então, em 2003 e 2004, a dívida se retrai para 1% e acaba desaparecendo de 2005 a 2008. Os gastos em custeio e investimento, no entanto, se mantêm entre 10% e 12% do total do orçamento da força, ou seja: novamente o corte do item dívida não representou o aumento proporcional dos custeios e investimentos. Trata-se da força que, percentualmente em relação ao próprio orçamento, menos obteve investimentos.

A média da dívida da Marinha no período em questão ficou em 5% do seu total orçamentário, enquanto pessoal ficou em 80% e custeio e investimentos, 15%. Assim como ocorre com o Exército, a redução do percentual em dívida – que no ano de 2000 atingiu 11% do total de seu orçamento – não aumentou, proporcionalmente o item de custeio e investimentos. Este, em 2000, chegou ao pico de 19% do orçamento da força, que somado à dívida, atingiu 30%. Em 2007 e 2008, custeio e investimentos mantiveram 17% e 18% do total orçamentário, enquanto a dívida foi zero.

Evidentemente, nem todo o endividamento gerado nas Forças Armadas pode ser aplicado em itens enquadráveis como de custeio e investimentos, no entanto, considerando-se que a única opção orçamentária restante nas rubricas é o item de pessoal e, ressaltando que, além deste atingir os maiores índices em todos os orçamentos em questão, bem como, ser previsto, anualmente como despesa primária, é forçoso concluir-se que quando o item dívida decresce e não é, proporcionalmente, aumentado o item custeio e investimentos, está se gastando menos na manutenção e melhoria das forças.

Terceira parte: distribuição da despesa de pessoal

Na Tabela 13 (página 7 do Anexo 1) verifica-se que, quanto à divisão dos recursos de pessoal, na Administração Central somada à Anac, os inativos representam uma média 19%, enquanto os ativos, 81% do total orçamentário. É o único caso em que isso ocorre nos dados em questão, pois os inativos ficam com as maiores fatias do orçamento em todos os comandos.

Tabela 13⁷⁹

MINISTÉRIO DA DEFESA									
Execução Orçamentária de 2000 a 2007 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS									
R\$ mil									
Comando/ Grupo de Pessoal	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	38.051	47.538	71.840	64.073	212.492	232.809	335.744	78.613	94.361
Ativo	28.940	41.017	63.163	45.203	88.628	47.284	52.875	59.491	66.754
Inativo	9.111	6.521	8.677	9.883	11.280	12.202	15.058	19.122	27.607
Subtotal	38.051	47.538	71.840	55.086	99.908	59.486	67.933	78.613	94.361
Anistiados	0	0	0	8.987	112.584	173.323	267.811	0	0
A N A C	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Ativo	0	0	0	0	0	0	8.165	33.122	86.821
Inativo	0	0	0	0	0	0	877	6.241	17.942
Subtotal	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Anistiados	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COMANDO DA AERONAUTICA	3.177.141	4.031.695	4.554.942	4.637.079	4.951.714	5.402.630	6.343.003	6.957.553	8.035.460
Ativo	1.486.837	1.698.918	2.025.077	2.014.889	2.112.561	2.305.138	2.688.396	2.807.996	3.223.214
Inativo	1.690.304	2.332.777	2.529.865	2.622.190	2.839.153	3.097.492	3.654.607	3.981.676	4.570.854
Subtotal	3.177.141	4.031.695	4.554.942	4.637.079	4.951.714	5.402.630	6.343.003	6.789.672	7.794.068
Anistiados	0	0	0	0	0	0	0	167.881	241.392
COMANDO DO EXÉRCITO	8.005.119	9.886.292	11.179.100	11.027.744	11.763.951	12.957.109	14.705.980	15.953.470	18.185.890
Ativo	3.182.136	3.257.043	3.885.348	3.708.398	4.079.265	4.539.794	5.197.804	5.589.320	6.566.671
Inativo	4.822.983	6.629.249	7.293.752	7.319.346	7.684.686	8.417.315	9.508.176	10.327.387	11.581.557
Subtotal	8.005.119	9.886.292	11.179.100	11.027.744	11.763.951	12.957.109	14.705.980	15.916.707	18.148.228
Anistiados	0	0	0	0	0	0	0	36.763	37.662
COMANDO DA MARINHA	3.900.345	4.759.586	5.528.109	5.382.641	5.684.261	6.264.284	7.137.381	7.744.379	9.012.895
Ativo	1.660.066	1.816.717	2.183.899	2.007.690	2.114.964	2.288.842	2.590.941	2.738.470	3.204.428
Inativo	2.240.279	2.942.869	3.344.210	3.374.951	3.569.297	3.975.442	4.546.440	4.905.906	5.678.761
Subtotal	3.900.345	4.759.586	5.528.109	5.382.641	5.684.261	6.264.284	7.137.381	7.644.466	8.883.189
Anistiados	0	0	0	0	0	0	0	99.913	129.696
MINISTÉRIO DA DEFESA	15.120.656	18.725.111	21.333.991	21.111.537	22.612.418	24.856.832	28.531.150	30.773.378	35.433.359
Ativo	6.357.979	6.813.695	8.157.487	7.776.180	8.395.418	9.181.058	10.538.181	11.228.399	13.147.888
Inativo	8.762.677	11.911.416	13.176.504	13.326.370	14.104.416	15.502.451	17.725.158	19.240.422	21.876.721
Subtotal	15.120.656	18.725.111	21.333.991	21.102.550	22.499.834	24.683.509	28.263.339	30.468.821	35.024.609
Anistiados	0	0	0	8.987	112.584	173.323	267.811	304.557	408.750

Fonte: SIDOR / SIAFI

Na Aeronáutica o total de inativos contabilizou 57%, contrastando com os 43% na ativa.

Por sua vez, na Marinha o contraste é ainda maior, com a média de 62% de inativos e 38% de ativos no período estudado.

O Exército apresentou o maior desequilíbrio de todas as forças, com a média de 65% de inativos e 35% de ativos.

A única forma de analisarem-se, adequadamente, os dados da página 8 é cruzando-os com o número de beneficiários que receberam vencimentos ou

⁷⁹ Note-se que o título da Tabela: "Execução Orçamentária de 2000 a 2007 – Pessoal e Encargos Sociais" está errado, já que os dados se estendem até o ano de 2008. Ainda assim, por tratar-se de informação primária, optou-se por publicá-la dessa forma.

encargos sociais. Neste estudo, parte desse quantitativo é delineado no Capítulo 2, no entanto, é impraticável comparar-se o salário de civis que atuam no Ministério da Defesa ao de militares, quando se tem acesso apenas ao montante gasto, e não como tais despesas foram divididas.

Por outro lado, é curioso, nos dados da Tabela 14 (página 9 do Anexo 1), que os gastos com militares na Administração Central só ocorreram de 2003 a 2006.

Tabela 14

MINISTÉRIO DA DEFESA									RS mil
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS									
COMANDO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	38.051	47.538	71.840	64.073	212.492	232.809	335.744	78.613	94.361
Pessoal Civil	38.051	47.538	71.840	55.085	99.908	59.486	67.933	78.613	94.361
Ativo	28.940	41.017	63.163	45.202	88.628	47.284	52.875	59.491	66.754
Inativo	9.111	6.521	8.677	9.883	11.280	12.201	15.058	19.122	27.607
Pessoal Militar	0	0	0	8.987	112.584	173.323	267.811	0	0
Ativo	0	0	0	8.987	112.584	173.323	267.811	0	0
Inativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A N A C	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Pessoal Civil	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Ativo	0	0	0	0	0	0	8.165	33.122	96.821
Inativo	0	0	0	0	0	0	877	6.241	17.942
COMANDO DA AERONÁUTICA	3.177.141	4.031.695	4.554.942	4.637.079	4.951.714	5.402.630	6.343.003	6.957.553	8.035.460
Pessoal Civil	540.391	483.993	641.370	631.678	694.336	688.943	781.321	870.215	956.346
Ativo	165.878	159.244	227.642	242.311	281.734	264.672	293.703	313.889	330.905
Inativo	374.513	324.749	413.727	389.367	412.602	424.270	487.618	556.326	625.441
Pessoal Militar	2.636.750	3.547.702	3.913.572	4.005.401	4.257.378	4.713.687	5.561.682	6.087.339	7.079.114
Ativo	1.320.959	1.539.674	1.797.434	1.772.578	1.830.827	2.040.466	2.394.693	2.661.988	3.133.702
Inativo	1.315.791	2.008.028	2.116.138	2.232.823	2.426.551	2.673.221	3.166.989	3.425.351	3.945.412
COMANDO DO EXÉRCITO	8.005.119	9.886.292	11.179.100	11.027.744	11.763.951	12.957.109	14.705.980	15.953.470	18.185.891
Pessoal Civil	539.775	523.392	569.793	609.725	679.949	673.813	775.987	863.768	974.565
Ativo	202.897	184.947	210.320	218.114	258.526	230.623	267.591	303.622	350.927
Inativo	336.877	338.445	359.473	391.611	421.424	443.189	508.406	560.145	623.638
Pessoal Militar	7.465.344	9.362.900	10.609.307	10.418.020	11.084.001	12.283.297	13.929.993	15.089.703	17.211.326
Ativo	2.979.248	3.072.097	3.675.028	3.490.284	3.820.739	4.309.171	4.930.223	5.322.460	6.253.406
Inativo	4.486.096	6.290.803	6.934.279	6.927.735	7.263.263	7.974.126	8.999.770	9.767.242	10.957.920
COMANDO DA MARINHA	3.900.345	4.759.586	5.528.109	5.382.641	5.684.261	6.264.284	7.137.381	7.744.379	9.012.885
Pessoal Civil	440.572	423.395	456.923	495.036	542.542	549.181	681.505	756.390	896.891
Ativo	193.416	193.181	204.603	228.310	247.065	229.653	284.145	304.060	358.374
Inativo	247.156	230.215	252.320	266.726	295.477	319.528	397.361	452.321	538.517
Pessoal Militar	3.459.774	4.336.191	5.071.187	4.887.605	5.141.719	5.715.103	6.455.876	6.987.999	8.125.994
Ativo	1.466.649	1.623.535	1.979.296	1.781.379	1.867.899	2.059.189	2.306.796	2.534.323	2.975.750
Inativo	1.993.124	2.712.656	3.091.891	3.106.226	3.273.820	3.655.914	4.149.080	4.453.676	5.150.244
MINISTÉRIO DA DEFESA	15.120.656	18.725.111	21.333.991	21.111.536	22.612.419	24.856.631	28.531.149	30.773.379	35.433.360
Pessoal Civil	1.558.788	1.478.319	1.739.925	1.791.523	2.016.735	1.971.422	2.315.789	2.608.339	3.016.926
Ativo	591.122	578.389	705.728	731.937	875.952	772.233	906.469	1.014.184	1.193.781
Inativo	967.667	899.929	1.034.197	1.059.586	1.140.783	1.199.189	1.409.320	1.594.155	1.823.145
Pessoal Militar	13.561.867	17.246.793	19.594.066	19.320.013	20.595.684	22.885.410	26.215.361	28.165.041	32.416.434
Ativo	5.766.856	6.235.306	7.451.758	7.053.229	7.632.050	8.582.148	9.899.522	10.518.772	12.362.858
Inativo	7.795.011	11.011.487	12.142.308	12.266.784	12.963.634	14.303.261	16.315.839	17.646.269	20.053.576

Fonte: SIDOR / SIAFI

Nos demais anos, inclusive 2007 e 2008, o montante dessas despesas é zero, o que leva à conclusão de que, se excetuado o período de 2003 a 2006, somente civis trabalharam na Administração Central do Ministério da Defesa.

Quarta parte: despesa de custeio e investimentos por unidade orçamentária

Comparando-se apenas os itens de custeio e investimentos das três forças – Tabela 15 e página 11 do Anexo 1 – a Aeronáutica contabiliza os

maiores percentuais, chegando à média de 49% do total, enquanto o Exército fica em segundo, com 28% e a Marinha em último, com 23%.

É interessante que a ordem nem sempre foi essa: em 2000 e 2001 a Marinha ainda obtinha percentualmente mais custeio e investimentos que o Exército. Em 2000 aquela contabilizou 28,8% dos itens, enquanto que o este obteve 25,8% e a Aeronáutica 45,4%.

Em 2001, embora descendente, a Marinha continuou na frente do Exército, com 26,5% do total dos itens, enquanto este ficou com 23% e a Aeronáutica 50,5%.

Em 2002, porém, a situação se inverte e a Marinha passa a obter 19,8%, ao passo que o Exército dispara para 28,7% e a Aeronáutica se mantém no topo, com 51,4%.

Tabela 15

Ministério da Defesa									
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - CUSTEIO E INVESTIMENTOS									
R\$ mil									
Comando/ Unidade Orçamentária	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	680.157	479.204	427.328	217.743	353.476	921.489	536.877	1.234.820	775.107
MINISTERIO DA DEFESA	650.902	443.484	402.294	179.760	303.509	867.958	476.919	1.180.705	726.821
FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA	3.510	2.724	1.739	5.938	3.090	3.631	3.862	2.975	639
FUNDO DE ADM. DO HFA	20.592	27.389	18.275	27.202	40.859	44.716	50.750	45.717	42.631
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	5.153	5.607	5.020	4.843	6.018	5.184	5.346	5.423	5.016
AGÊNCIA NAC. DE AVIAÇÃO CIVIL	0	0	0	0	0	0	69.578	81.170	115.277
COMANDO DA AERONAUTICA	1.628.304	2.289.792	2.042.672	1.664.652	2.580.394	2.547.141	2.659.447	3.304.191	3.872.617
COMANDO DA AERONAUTICA	633.933	1.452.235	1.208.743	926.806	1.485.138	1.484.052	1.433.287	2.046.466	2.417.404
CAIXA DE FINANC. IMOB. DA AERO.	3.364	4.318	462	494	618	789	683	965	1592
FUNDO AERONAUTICO	933.684	772.531	787.325	686.330	999.406	1.003.894	1.199.420	1.256.760	1.453.621
FUNDO AEROVIARIO	57.323	60.708	46.142	51.022	95.232	58.406	26.057	0	0
COMANDO DO EXERCITO	925.978	1.044.455	1.141.475	1.044.468	1.289.281	1.543.064	1.719.645	1.918.075	2.450.126
COMANDO DO EXERCITO	666.927	757.986	792.177	719.763	860.746	1.077.913	1.170.672	1.341.729	1.683.418
FUNDAÇÃO OSORIO	1.517	1.707	1.672	1.990	2.548	2.795	3.067	3.142	3.623
FUNDO DO EXERCITO	257.534	284.762	347.626	322.715	425.987	462.356	545.906	573.204	661.764
IND. DE MATERIAL BÉLICO - IMBEL	0	0	0	0	0	0	0	0	101.321
COMANDO DA MARINHA	1.032.969	1.199.182	788.451	809.125	942.716	1.181.052	1.116.180	1.556.240	1.923.405
COMANDO DA MARINHA	551.456	618.749	473.872	556.244	528.019	817.323	689.402	1.002.447	1.479.565
TRIBUNAL MARITIMO	155	160	158	0	0	0	0	0	0
SEC. COMIS. INTERM. REC. MAR	6.761	4.389	3.159	3.065	5.570	6.461	21.246	21.718	63.386
FUNDO NAVAL	447.284	542.450	289.067	226.187	369.426	309.344	350.350	453.980	309.171
FUNDO DES. ENS. PROF. MARÍTIMO	27.313	33.434	22.195	23.629	39.701	47.924	55.182	78.095	71.283
MINISTERIO DA DEFESA	4.267.408	5.012.633	4.399.926	3.735.988	5.165.867	6.192.746	6.101.727	8.094.496	9.136.532
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL+ANAC	680.157	479.204	427.328	217.743	353.476	921.489	606.455	1.315.990	890.384
COMANDO DA AERONAUTICA	1.628.304	2.289.792	2.042.672	1.664.652	2.580.394	2.547.141	2.659.447	3.304.191	3.872.617
COMANDO DO EXERCITO	925.978	1.044.455	1.141.475	1.044.468	1.289.281	1.543.064	1.719.645	1.918.075	2.450.126
COMANDO DA MARINHA	1.032.969	1.199.182	788.451	809.125	942.716	1.181.052	1.116.180	1.556.240	1.923.405

Fonte: SIDOR / SIAFI

Quinta parte: despesa de custeio e investimentos por fonte de recursos

Destaca-se a grande quantidade de fontes próprias e vinculadas da Anac para custeio e investimentos (página 13 do Anexo 1, bem como, Tabela 16), na relação com as fontes provenientes do tesouro livre. Nem a Anac, nem

a Administração Central, no entanto, recebem quaisquer recursos para custeio e investimentos oriundos de convênios e doações.

Tabela 16

Ministério da Defesa Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - CUSTEIO E INVESTIMENTOS									
									R\$ mil
Fonte de Recursos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	680.158	479.205	427.329	217.743	353.476	921.489	536.878	1.234.820	775.106
Tesouro livre	635.324	456.979	409.303	201.423	339.210	909.858	503.054	1.209.848	724.827
Próprias e Vinculadas	44.834	22.226	18.026	16.320	14.266	11.631	33.824	24.972	50.279
SUBTOTAL	680.158	479.205	427.329	217.743	353.476	921.489	536.878	1.234.820	775.106
Convênios e Doações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANAC	0	0	0	0	0	0	69.578	81.170	115.277
Tesouro livre	0	0	0	0	0	0	170	4.438	24.827
Próprias e Vinculadas	0	0	0	0	0	0	69.408	76.732	90.450
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	0	69.578	81.170	115.277
Convênios e Doações	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tesouro Livre compreende as fontes 100, 106, 111, 135, 138, 142, 147, 148, 149, 153, 175, 185, 300, 311, 342 e 369
Próprias e Vinculadas compreende as fontes 136, 150, 151, 172, 174, 175, 176, 180, 192, 250, 280, 292, 350 e 650
Convênios e Doações compreende as fontes 181, 281 e 296
Fonte: SIDOR / SIAFI

Na Tabela 17 (página 14 do Anexo 1) fica claro que a Marinha é a força que menos recebe recursos de convênios e doações, na comparação com as demais, apesar de, em 2008, ter recebido mais nessa rubrica do que a Aeronáutica, a segunda que menos recebe.

No que diz respeito, exclusivamente, às fontes de recursos das três forças (páginas 15, 16 e 17 do Anexo 1), constata-se que a Aeronáutica é a que possui maior quantidade de fontes próprias e vinculadas (média de 44% de 2000 a 2008) em relação às provenientes do tesouro livre (56% no período), para despesas de custeio e investimentos.

Em seguida vem a Marinha, com 34% dos recursos de origem própria e vinculada e 66% do tesouro.

Por fim, o Exército contabilizou, em média, 30% de fontes próprias e vinculadas contra 70 subsidiadas pelo tesouro para os itens de despesa e investimentos.

Tabela 17

Ministério da Defesa Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - CUSTEIO E INVESTIMENTOS									
R\$ mil									
Fonte de Recursos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
COMANDO DA AERONÁUTICA	1.628.304	2.289.792	2.042.672	1.664.652	2.580.394	2.547.143	2.659.446	3.304.191	3.872.617
Tesouro livre	498.217	1.471.619	1.212.721	926.806	1.485.138	1.484.052	1.443.287	2.107.093	2.342.086
Próprias e Vinculadas	1.130.087	812.243	825.436	733.780	1.092.568	1.060.326	1.214.599	1.194.695	1.526.968
SUBTOTAL	1.628.304	2.283.862	2.038.157	1.660.586	2.577.706	2.544.378	2.657.886	3.301.788	3.869.054
Convênios e Doações	0	5.930	4.515	4.066	2.688	2.765	1.560	2.403	3.563
COMANDO DO EXÉRCITO	925.977	1.044.455	1.141.475	1.044.468	1.289.281	1.543.063	1.719.645	1.918.075	2.450.127
Tesouro livre	633.725	732.237	798.612	708.308	847.541	1.037.376	1.129.300	1.281.192	1.603.977
Próprias e Vinculadas	262.524	284.954	329.483	324.531	427.954	464.178	548.107	575.472	817.442
SUBTOTAL	896.249	1.017.191	1.128.095	1.032.839	1.275.494	1.501.554	1.677.407	1.856.664	2.421.419
Convênios e Doações	29.728	27.264	13.380	11.629	13.786	41.509	42.238	61.411	28.708
COMANDO DA MARINHA	1.032.969	1.199.181	788.451	809.125	942.716	1.181.051	1.116.181	1.556.240	1.923.405
Tesouro livre	566.941	641.940	498.542	567.206	598.394	833.476	712.129	1.110.720	1.524.041
Próprias e Vinculadas	466.028	557.241	289.909	241.919	344.322	344.968	402.776	442.789	395.350
SUBTOTAL	1.032.969	1.199.181	788.451	809.125	942.716	1.178.444	1.114.905	1.553.509	1.919.391
Convênios e Doações	0	0	0	0	0	2.607	1.276	2.731	4.014
MINISTÉRIO DA DEFESA	4.267.408	5.012.633	4.399.927	3.735.988	5.165.867	6.192.746	6.101.728	8.094.496	9.136.532
Tesouro livre	2.334.207	3.302.775	2.919.178	2.403.743	3.270.283	4.264.762	3.787.940	5.713.291	6.219.758
Próprias e Vinculadas	1.903.473	1.676.664	1.462.854	1.316.550	1.879.109	1.881.103	2.268.714	2.314.660	2.880.489
SUBTOTAL	4.237.680	4.979.439	4.382.032	3.720.293	5.149.392	6.145.865	6.056.654	8.027.951	9.100.247
Convênios e Doações	29.728	33.194	17.894	15.695	16.474	46.881	45.074	66.545	36.285

Tesouro Livre compreende as fontes 100, 106, 111, 135, 138, 142, 147, 148, 149, 153, 175, 185, 300, 311, 342 e 369
Próprias e Vinculadas compreende as fontes 136, 150, 151, 172, 174, 175, 176, 180, 192, 250, 280, 292, 350, 650, 680 e 681
Convênios e Doações compreende as fontes 181, 281 e 296

Fonte: SIDOR / SIAFI

Sexta parte: despesa de custeio e investimentos por principais programas e ações

Todas as despesas de custeio e investimentos, nos principais programas e ações do Ministério da Defesa são discriminadas nessa seção. Ela aprofunda, portanto, a quarta e a quinta partes do Anexo 1.

Dito isso, é nítido, na Tabela 18 (página 19 do Anexo 1), o quanto as ações de caráter sigiloso possuem impacto pequeno no orçamento da Administração Central, representando de R\$ 10 mil a R\$ 248 mil ao longo do período estudado, exceto pelo ano de 2004, quando essa cifra saltou para R\$ 2.084 milhões. Além disso, na página 26 do Anexo 1 contabiliza-se valores de R\$ 29 mil a R\$ 38 mil em ações sigilosas na gestão da Política de Defesa Nacional. Já na página 28 do mesmo, despontam R\$ 10 mil no ano de 2003, embutidas no item de operações militares e R\$ 162 mil inclusas como ações de caráter sigiloso no preparo e emprego combinado das forças em 2008. No Exército, tais ações vão de R\$ 209 mil a R\$ 1,8 milhão no programa de adestramento e operações militares (página 42), além de R\$ 3 milhões em caráter sigiloso dentro do programa de preparo e emprego da força terrestre

em 2008 (página 45). No Comando da Marinha, as ações de caráter sigiloso aparecem dentro do programa de adestramento e operações militares, de 2000 a 2007, como valores que vão de R\$ 37 mil a R\$ 90 mil (página 51), assim como, no programa de preparo e emprego do poder naval, em 2008, com R\$ 160 mil (página 53). Dada a dimensão reduzida desses recursos perante o orçamento total, não se justifica, portanto, que as demais rubricas da execução orçamentária não sejam amplamente acessíveis e transparentes.

Tabela 18

Ministério da Defesa									
Execução Orçamentária por Principais Programas e Ações - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL									
GRUPO DE PROGRAMAS E AÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS	22.401	29.634	20.332	16.170	137.305	182.958	103.692	169.538	161.426
Missões de Paz	7.352	4.221	6.322	5.189	117.526	147.793	80.709	131.773	127.920
Cooperação Militar com Países Amigos	0	0	0	0	702	6.234	2.416	1.023	1.957
Operações Militares Conjuntas	0	0	6.201	9.972	14.894	18.754	16.268	29.779	27.028
Intensificação da Presença Militar em Fronteiras	15.011	25.379	7.779	1.000	2.100	9.929	4.097	6.530	4.379
Caráter Sigiloso	38	35	29	10	2.084	248	201	431	162
SIVAM - SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA	832.962	488.333	471.974	196.583	101.095	111.217	0	0	0
Sítios Operacionais	542.476	238.390	291.094	164.597	83.095	0	0	0	0
Obras Cíveis	81.105	109.688	12.102	15.068	15.000	111.217	0	0	0
Sistema de Aeronaves	208.447	127.390	142.211	16.318	3.000	0	0	0	0
Diariais (Manutenção, Contratação de Sinais, Integração de Bases de Dados, Concepção Ge	934	12.965	26.567	0	0	0	0	0	0
GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	2.401	5.901	6.684	7.583	10.385	10.660	9.956	11.598	9.338
Altos Estudos (ESG)	1.356	4.092	4.075	5.532	7.878	7.160	7.134	7.501	6.245
Diariais (Desenvolvimento Científico, Capacitação de Servidores, Sistema de Informações Lo	1.045	1.809	2.609	2.050	2.507	3.500	2.822	4.097	3.094
PROGRAMA CALHA NORTE	37.407	16.033	26.240	14.323	41.581	133.032	163.212	272.661	221.388
Calha Norte	37.407	16.033	26.240	14.323	41.581	133.032	163.212	272.661	221.388
COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS	6.987	4.397	3.616	6.629	18.217	18.494	22.490	23.223	25.324
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas	6.987	4.397	3.616	6.629	18.217	18.494	22.490	23.223	25.324
ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE CIVIL	0	0	0	0	13.299	11.787	123.349	29.630	16.836
Soldado-Cidadão	0	0	0	0	13.299	11.787	123.349	29.630	16.836
Gripe Aviária	0	0	0	0	0	0	115.759	13.639	1.231
Projeto Rondón	0	0	0	0	137	1.930	4.018	4.827	4.827
DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	0	0	0	0	0	0	69.578	81.170	115.017
Agência Nacional de Aviação Civil	0	0	0	0	0	0	69.578	81.170	115.017
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	20.592	24.380	15.413	18.201	38.320	40.212	45.852	41.788	37.987
Gestão da Unidade	0	0	0	0	11.759	10.673	11.012	15.552	14.648
Manutenção dos Serviços Médicos-Hospitalares	20.592	24.380	15.413	18.201	26.562	29.540	34.840	26.237	23.339
MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	5.104	5.552	5.106	5.004	6.202	5.507	5.642	5.765	5.243
Mobilização para o Serviço Militar	5.104	5.552	5.020	4.843	6.018	5.185	5.347	5.423	5.016
Programa de Mobilização para a Defesa Nacional	0	0	86	161	184	322	296	343	227
INFRA-ESTRUTURA - AUMENTO DE CAPITAL (*)	0	0	0	0	0	350.000	0	573.410	78.000
INFRA-ESTRUTURA - Aumento de Capital (*)	0	0	0	0	0	350.000	0	573.410	78.000
APOIO AO REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS	0	0	0	0	0	29.807	0	0	0
Apoio ao Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas	0	0	0	0	0	29.807	0	0	0
APOIO ADMINISTRATIVO	23.542	24.164	23.509	35.507	28.568	58.077	61.620	105.331	76.010
Administração da Unidade	18.475	21.822	21.514	33.015	24.643	52.045	53.975	98.240	68.941
Benefícios (Assistência Pré-Escolar, Auxílios Transporte e Alimentação) e Assistência Médica	5.066	2.342	1.995	2.492	3.925	6.031	7.645	7.091	7.069
DEMAIS CUSTEIOS E INVESTIMENTOS	0	7	3	66	52	19.818	1.065	1.875	143.814
Demais Custeios e Investimentos	0	7	3	66	52	19.818	1.065	1.875	143.814
TOTAL ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	951.395	598.400	572.876	300.067	395.024	971.570	606.456	1.315.990	890.383

Fonte: SIDOR / SIAFI

Já a Tabela 19 (página 20 do Anexo 1) demonstra que a instrução militar e adestramento na Aeronáutica teve uma curiosa retração em 2008, na comparação com os três anos anteriores.

É fica especificado o quanto foi gasto em aquisição, “modernização” e “revitalização” de aeronaves (expressões do próprio orçamento).

No caso do item aquisição, a maior despesa ocorre em 2008, quando são gastos R\$ 745 milhões, perante um prospecto que em 2000 gerou um gasto de R\$ 23 milhões.

O conteúdo também esclarece que o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), após ter recebido uma injeção de R\$ 133 milhões a título de “obras

civis” em 2000, fica três anos sem receber recursos: de 2001 a 2003. Então passa a receber verbas de manutenção do sistema de aeronaves.

Tabela 19

Ministério da Defesa									
Execução Orçamentária por Principais Programas e Ações - COMANDO DA AERONÁUTICA									
R\$ mil									
GRUPO DE PROGRAMAS E AÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES NA AERONÁUTICA	421.584	516.131	448.960	503.751	583.224	750.350	658.835	904.288	918.489
Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico	246.359	297.966	237.283	200.480	250.796	297.082	205.742	432.228	423.267
Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes	71.762	88.848	94.393	183.699	194.292	294.789	318.197	328.449	300.043
Manutenção e Suprimento de Fardamento	8.993	14.777	14.320	15.277	15.268	17.757	14.217	9.996	39.150
Manutenção e Suprimento de Material Bélico	19.716	21.156	23.055	14.926	19.813	23.801	18.438	16.286	43.066
Instrução Militar e Adestramento na Aeronáutica	30.715	34.146	33.061	30.981	44.617	46.478	40.645	42.330	36.466
Alimentação de Pessoal	44.039	59.236	46.827	58.387	58.438	70.443	61.595	75.000	76.498
REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	104.444	720.345	519.131	296.443	656.010	540.542	600.193	856.566	1.102.879
Aquisição de Aeronaves	23.286	340.420	180.276	187.666	476.253	386.972	546.933	664.420	745.321
Modernização e Revitalização de Aeronaves	81.158	379.925	338.856	108.777	179.758	153.569	53.260	192.147	357.558
ENSINO PROFISSIONAL NA AERONÁUTICA	5.962	6.319	7.351	6.069	7.696	8.074	8.247	8.542	16.212
Ensino Profissional na Aeronáutica	5.962	6.319	7.351	6.069	7.696	8.074	8.247	8.542	16.212
TECNOLOGIA DE USO AERESPACIAL	94.112	95.103	106.371	26.233	88.524	65.305	61.711	40.533	43.123
Desenvolvimento do AM-X	76.263	77.626	94.863	19.868	68.477	52.221	50.834	26.184	23.637
Desenvolvimento do AL-X	8.069	7.974	3.100	0	8.500	1.155	0	0	0
Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados	4.236	4.144	4.018	3.687	6.415	5.993	7.732	12.485	13.653
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial	5.543	5.359	4.390	2.678	5.132	5.936	3.146	1.865	5.833
SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	37.482	52.422	58.015	58.511	126.608	132.413	168.537	194.155	204.226
Serviço de Saúde das Forças Armadas	37.482	52.422	58.015	58.511	126.608	132.413	168.537	194.155	204.226
DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	49.514	51.373	36.257	38.587	95.082	90.237	43.533	2.405	22.508
Desenvolvimento da Aviação Civil	49.514	51.373	36.257	38.587	95.082	90.237	43.533	2.405	22.508
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	83.937	162.021	75.646	50.471	112.279	84.594	129.746	174.133	224.302
Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional e Estadual	83.937	162.021	75.646	50.471	112.279	84.594	129.746	174.133	224.302
SEGURANÇA DE VOO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	414.601	338.461	454.149	371.299	487.922	433.925	522.506	656.931	745.717
Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	211.973	248.921	279.214	296.336	359.436	322.613	361.223	494.781	418.109
Modernização e Revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	202.628	89.539	174.936	74.963	128.486	111.311	161.283	162.150	327.608
SIVAM - SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZONIA	133.000	0	0	0	5.001	4.000	1.488	2.000	2.000
Manutenção do Sistema de Aeronaves	0	0	0	0	5.001	4.000	1.488	2.000	2.000
Obras Cíveis do SIVAM	133.000	0	0	0	0	0	0	0	0
PROGRAMA NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	1.039	3.710	3.741	5.631	5.843	5.572	4.114	4.219	3.663
Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	1.039	3.710	3.741	5.631	5.843	5.572	4.114	4.219	3.663
APOIO ADMINISTRATIVO	245.990	299.266	300.189	290.878	364.853	382.203	393.711	410.969	469.382
Administração da Unidade	197.272	237.755	245.706	239.171	310.175	331.988	341.414	353.030	408.214
Benefícios (Assistência Pré-Escolar, Auxílios Transporte e Alimentação e Assistência Médica)	48.718	61.511	54.482	51.707	54.678	50.215	52.297	57.939	61.169
DEMAIS CUSTEIOS E INVESTIMENTOS	36.958	44.966	33.187	17.102	47.642	50.344	67.001	49.449	120.115
Demais Custeios e Investimentos	36.958	44.966	33.187	17.102	47.642	50.344	67.001	49.449	120.115
TOTAL COMANDO DA AERONÁUTICA	1.628.622	2.290.116	2.042.997	1.664.974	2.580.684	2.547.558	2.659.623	3.304.191	3.672.617

Fonte: SIDO R / SIAFI

Além disso, a Tabela 19 demonstra o quanto o País gastou, no custeio e investimento de satélites e programas espaciais (como a participação na construção da Estação Espacial Internacional), dentro do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE): de R\$ 1 milhão a R\$ 5,8 milhões ao longo do período estudado. Cabe ressaltar que o programa é composto de por cooperação financeira internacional.

Na Tabela 20 (página 21 do Anexo 1) torna-se claro que não foi produzido material de emprego militar na Indústria Bélica até 2008, apesar de o aumento de capital para a mesma ter sido, continuamente, acrescido de 2001 a 2007.

Tabela 20

Ministério da Defesa									
Execução Orçamentária por Principais Programas e Ações - COMANDO DO EXÉRCITO									
R\$ mil									
GRUPO DE PROGRAMAS E AÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO	313.147	319.771	287.628	367.232	564.324	589.059	556.512	568.082	644.786
Manutenção e Suprimento de Munições	12.662	13.432	7.434	9.035	16.761	21.741	33.553	65.462	39.283
Alimentação de Pessoal	120.920	120.260	111.458	164.287	227.055	233.061	208.572	220.454	246.646
Manutenção e Suprimento de Fardamento	46.603	46.650	32.482	32.987	85.989	79.436	70.833	41.390	77.624
Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes	12.572	18.814	7.276	21.089	30.359	38.192	41.495	47.147	30.206
Emprego da Força Terrestre em Operações	1.365	1.342	641	4.565	2.253	2.397	960	9	1.784
Manutenção e Suprimento de Material Bélico	20.650	20.618	3.835	9.311	16.285	31.377	42.039	39.854	73.120
Manutenção e Suprimento de Material de Aviação	11.888	12.642	15.947	33.146	40.577	49.528	43.871	50.690	30.348
Manutenção e Suprimento dos Sistemas de Telemática Militar	4.239	6.227	2.658	7.273	8.546	14.554	11.446	10.013	16.198
Capacitação Operacional da Força Terrestre	2.986	3.318	1.823	2.323	6.371	8.451	12.626	11.539	15.921
Instrução Militar e Adestramento do Exército	79.262	76.466	104.074	83.216	128.127	110.322	91.117	81.533	113.655
REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO	108.596	118.786	304.410	101.128	100.818	58.618	48.720	168.455	304.505
Reaparelhamento e Adequação do Exército	108.596	118.786	304.410	101.128	100.818	58.618	48.720	168.455	304.505
ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO	12.123	11.796	11.820	13.275	16.750	20.131	18.065	20.341	27.954
Ensino Profissional no Exército	12.123	11.796	11.820	13.275	16.750	20.131	18.065	20.341	27.954
TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	4.614	4.423	3.725	3.852	5.629	15.190	14.317	15.341	26.119
Avaliação de Material de Emprego Dual, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Força T	4.614	4.423	3.725	3.852	5.629	15.190	14.317	15.341	26.119
SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	192.626	210.107	249.772	252.233	312.475	388.565	481.216	515.325	622.230
Serviço de Saúde das Forças Armadas	192.626	210.107	249.772	252.233	312.475	388.565	481.216	515.325	622.230
PRODUÇÃO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR - IMBEL	0	40.000	3.000	23.400	3.400	3.400	82.400	83.600	101.321
IMBEL - Aumento de Capital	0	40.000	3.000	23.400	3.400	3.400	82.400	83.600	0
IMBEL - Produção de Material	0	0	0	0	0	0	0	0	101.321
ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE (BEC'S)	29.728	27.264	13.380	11.629	19.814	41.133	41.842	60.725	28.666
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade (BEC's)	29.728	27.264	13.380	11.629	19.814	41.133	41.842	60.725	28.666
APOIO ADMINISTRATIVO	218.202	279.339	241.560	265.924	244.336	397.836	441.298	479.611	660.590
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos	1.422	1.463	1.829	2.413	4.561	11.830	14.131	16.239	13.274
Administração da Unidade	136.673	152.046	133.994	146.654	188.933	276.489	288.295	364.321	392.805
Benefícios (Assistência Pré-Escolar, Auxílios Transporte e Alimentação e Assistência Médica)	80.107	125.831	105.736	116.857	50.842	109.516	138.872	99.050	254.430
DEMAIS CUSTEIOS E INVESTIMENTOS	46.942	52.969	27.680	17.494	23.535	30.933	68.075	48.496	34.035
Demais Custeios e Investimentos	46.942	52.969	27.680	17.494	23.535	30.933	68.075	48.496	34.035
TOTAL COMANDO DO EXÉRCITO	925.976	1.064.455	1.142.975	1.056.168	1.291.081	1.544.864	1.752.445	1.959.976	2.450.126

Fonte: SIDOR / SIAFI

Já a Tabela 21 (página 22 do Anexo 1) demonstra que o Programa Nuclear da Marinha não possui uma constância na aplicação de recursos, com picos que variam entre R\$ 35 milhões e R\$ 99 milhões, o que torna, no mínimo, questionável a prioridade dos estudos para o submarino e demais aproveitamentos da tecnologia nuclear, tanto pela Marinha, quanto pelo Estado brasileiro.

Não obstante, na página 54 pode-se observar a intermitência de tais recursos no programa de tecnologia de uso naval.

Ainda no caso em questão, de 2000 a 2002 há despesas na ação de construção do protótipo de submarino de propulsão nuclear, sendo que em 2003 o investimento para essa ação foi zero; em 2004, voltam a aparecer recursos e depois não há mais investimentos no período estudado, exceto um crédito extraordinário em 2005 (página 54).

Além disso, o desenvolvimento e aplicação de tecnologia nuclear em pesquisas e empreendimentos conjuntos só aparece em 2004 e 2005.

Tabela 21

Ministério da Defesa									
Execução Orçamentária por Principais Programas e Ações - COMANDO DA MARINHA									
R\$ mil									
GRUPO DE PROGRAMAS E AÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA	351.543	444.898	393.128	402.769	449.899	561.012	485.571	630.315	792.161
Manutenção de Meios Navais e Sistemas Operativos	60.276	81.271	61.100	67.453	75.221	128.538	194.121	182.736	236.537
Sobressalentes e Munições	85.618	63.937	47.797	60.433	64.652	92.536	30.063	24.402	90.835
Aprestamento das Forças Navais	99.399	148.879	158.470	132.094	120.222	178.364	118.691	254.240	252.964
Combustíveis	21.858	57.407	39.528	38.130	89.520	67.266	49.949	63.822	98.774
Fardamento	9.702	9.886	6.568	6.642	5.000	7.266	4.680	10.000	21.082
Alimentação de Pessoal	74.690	83.518	79.664	98.017	95.284	87.043	88.047	95.116	91.969
REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA	246.139	310.932	20.523	42.371	89.300	216.656	133.100	338.991	361.289
Resparelhamento e Adequação da Marinha	246.139	310.932	20.523	42.371	89.300	216.656	133.100	338.991	361.289
ENSINO PROFISSIONAL NA MARINHA	8.421	14.459	3.382	10.286	5.113	9.439	5.128	9.997	18.247
Ensino Profissional na Marinha	8.421	14.459	3.382	10.286	5.113	9.439	5.128	9.997	18.247
TECNOLOGIA DE USO NAVAL	70.253	85.807	48.368	44.765	66.873	54.862	37.973	44.632	116.359
Tecnologia de Emprego Naval	1.410	9.279	1.719	924	2.445	2.433	2.036	3.265	16.781
Programa Nuclear da Marinha	68.842	76.528	46.649	43.840	64.428	52.429	35.937	41.367	99.578
SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	15.813	62.052	74.851	51.323	90.383	107.278	126.146	153.386	173.487
Serviço de Saúde das Forças Armadas	15.813	62.052	74.851	51.323	90.383	107.278	126.146	153.386	173.487
PROGRAMA ANTÁRTICO	2.652	2.427	1.288	1.870	4.226	3.635	12.942	16.316	18.688
Programa Antártico	2.652	2.427	1.288	1.870	4.226	3.635	12.942	16.316	18.688
SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	33.564	48.702	21.200	18.536	47.893	56.364	63.366	140.271	113.207
Segurança da Navegação Aquaviária	33.564	48.702	21.200	18.536	47.893	56.364	63.366	140.271	113.207
APOIO ADMINISTRATIVO	297.123	223.499	222.725	235.417	186.624	167.532	242.368	213.964	266.484
Administração da Unidade	222.913	145.529	139.629	121.452	111.527	78.757	153.018	124.066	170.920
Benefícios (Assistência Pré-Escolar, Auxílios Transporte e Alimentação e Assistência Médica)	74.210	77.970	83.097	113.965	75.097	88.775	89.350	89.898	95.564
DEMAIS CUSTEIOS E INVESTIMENTOS	7.461	6.406	2.986	1.788	2.405	4.274	9.584	8.367	63.483
Demais Custeios e Investimentos	7.461	6.406	2.986	1.788	2.405	4.274	9.584	8.367	63.483
TOTAL COMANDO DA MARINHA	1.032.969	1.199.182	788.451	809.126	942.716	1.181.052	1.116.180	1.556.240	1.923.405

Fonte: SIDOR / SIAFI

Sétima parte: despesa total por unidade orçamentária, programa e ação

A despesa total do Ministério da Defesa, organizada por cada rubrica de unidade, programa e ação orçamentária, é apresentada nesta seção. Ela profunda, assim, a primeira e segunda partes do Anexo 1.

A Tabela 22 (página 24 do Anexo 1) informa que foram investidos recursos na intensificação da presença das Forças Armadas na fronteira do País em 2001 e de 2004 a 2007, além das intensificações que ocorrem em 2002, 2003 e 2008 e despontam na página 28 e novamente em 2001 (página 27).

Já a página 25 demonstra a atuação das Forças Armadas para contingência (em 2006), bem como, prevenção, preparação e enfrentamento da pandemia de influenza, (em 2007). As páginas 26 e 27 exibem que, entre 2003 a 2006 foram realizados gastos com indenização a anistiados políticos-militares⁸⁰ na Administração Central. Na Aeronáutica tais valores despontam em 2008 (página 36), assim como no Exército (página 46). Não obstante, a página 27 também esclarece que a única adequação do setor produtivo aos

⁸⁰ Conforme a Lei 10.559, de 13/11/2002.

interesses da defesa nacional foi realizada em 2003, num montante de R\$ 25 mil.

Tabela 22

Ministério da Defesa Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL									
	R\$ mil								
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
MINISTERIO DA DEFESA									
ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS					186.011	197.706	103.692	169.338	
ACDES DE CARATER SIGILOSO					2.094	248	201	231	
ACDES DE COOPERACAO MILITAR COM PAISES AMIGOS					702	1.208	2.416	1.023	
APOIO DAS FORÇAS ARMADAS NA REGIAO DE CONFLITO NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)						19.774			
INTENSIFICACAO DA PRESENCIA DAS FORÇAS ARMADAS NAS AREAS DE FRONTEIRA					2.100	9.136	4.097	6.530	
INTENSIFICACAO DA PRESENCIA DAS FORÇAS ARMADAS NAS AREAS DE FRONTEIRA (CREDITO EXTRAORDINARIO)						793			
MISSAO DAS NAÇOES UNIDAS PARA O HAITI					148.070			128.004	
MISSAO DAS NAÇOES UNIDAS PARA O HAITI (CREDITO EXTRAORDINARIO)						141.380	75.045		
MISSAO DAS NAÇOES UNIDAS PARA O TIMOR LESTE					13.051				
OPERACOES MILITARES COMBINADAS OU CONJUNTAS					14.894	14.000	16.259	29.779	
OPERACOES MILITARES COMBINADAS OU CONJUNTAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)						4.754			
PARTICIPACAO BRASILEIRA EM MISSOES DE PAZ					5.109	5.413	5.665	3.769	
PARTICIPACAO BRASILEIRA EM MISSOES DE PAZ (CREDITO EXTRAORDINARIO)						1.000			
ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES CONJUNTAS	22.854								
INTENSIFICACAO DA PRESENCIA DAS FORÇAS ARMADAS NAS AREAS DE FRONTEIRA	15.011								
MISSAO DAS NAÇOES UNIDAS PARA O TIMOR LESTE	7.843								
ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DO EXERCITO								200	
ACDES DE CARATER SIGILOSO								200	
APOIO ADMINISTRATIVO	40.336	48.763	33.164	35.915	42.233	68.912	72.978	127.682	101.983
ACDES DE INFORMATICA	1.013	1.366	1.693						
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	5.894	13.021	12.260	19.239	40.972	39.079	69.265	120.124	94.753
ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							27.289		
ALIMENTACAO DE PESSOAL								993	646
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES					146	1.094	2.031	2.444	1.576
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS					36	43	39	31	25
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						1.102			
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						308			
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					850		1.188	1.178	1.354
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					229		389	410	366
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS							1.067	2.603	3.264
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES	1.089	671	668						
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	3.911	2.350	3.527						
REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS	28.449	31.356	15.015	16.676					
ASSISTENCIA AO TRABALHADOR	4.901	942							

Fonte: SIDOR / SIAFI

Os recursos para o item de participação brasileira em missões de paz despontam em 2003, com R\$ 13 milhões e em 2008, com R\$ 127 milhões – Tabela 23 (página 28 do Anexo 1).

A Tabela 23 também delinea que os gastos com promoção da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico ocorreram em 2006 e 2007, com R\$ 387 mil e R\$ 363 mil, respectivamente.

Da mesma forma que a Administração Central, o Comando da Aeronáutica gastou valores proporcionalmente reduzidos – que podem ser visualizados na Tabela 23 (página 33 do Anexo 1), em ações de caráter sigiloso, de 2000 a 2007 e, em 2008, não se realizaram gastos em tal ação.

Tabela 23

Ministério da Defesa Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL									
	R\$ mil								
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PARTICIPAÇÃO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - ADEQUAÇÃO DA INFRA-E								565.110	
OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)	141.414	242.489	394.738	400.703	386.295	529.532	651.117	394.275	
AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA	141.414	242.489	394.738	400.703	386.295	529.532	651.117	394.275	
OPERACOES MILITARES			29.682	24.356					
ACCES DE CARATER SIGILOSO				10					
INTENSIFICACAO DA PRESENCIA DAS FORCAS ARMADAS NAS AREAS DE FRONTEIRA			7.779	1.000					
MISSAO DAS NAOCOES UNIDAS PARA O TIMOR LESTE			15.701						
OPERACOES MILITARES COMBINADAS OU CONJUNTAS			6.201	9.972					
PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSOES DE PAZ				13.374					
OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									78.000
PARTICIPAÇÃO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - ADEQUAÇÃO DA INFRA-E									21.000
PARTICIPAÇÃO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA									57.000
PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORCAS ARMADAS									159.499
ACCES DE CARATER SIGILOSO									162
INTENSIFICACAO DA PRESENCIA DAS FORCAS ARMADAS NAS AREAS DE FRONTEIRA									4.379
OPERACOES MILITARES COMBINADAS OU CONJUNTAS									27.028
PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSOES DE PAZ									127.920
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	9.111	3.533	4.292	4.963	5.179	5.487	5.288	5.958	8.223
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	7.748	3.533	4.292	4.963	5.179	5.487	5.288	5.958	8.223
PAGAMENTO DE PENSOES - SERVIDORES CIVIS	1.362								
PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO							387	363	
DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO PARA A DEFESA NACIONAL							199	183	
DOMÍNIO DE TECNOLOGIAS PARA A DEFESA NACIONAL							169	180	
PROTECAO SOCIAL A INFANCIA	149								
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	149								
RELACOES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZACOES INTERNACIONAIS						5.026			
APOIO A OPERACAO DE AJUDA HUMANITARIA AOS PAISES DA ASIA ATINGIDOS PELO MARFEMTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						5.026			
RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUCAO									141.382
SOCORRO E ASSISTENCIA AOS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES									141.382
SERVICO DE SAUDE DAS FORCAS ARMADAS		44						943	418
GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA		44						943	418
MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES DO HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS			44						

Fonte: SIDOR / SIAFI

A Tabela 24 (página 34 do Anexo 1) chama a atenção para o fato de que entre 2006 e 2008 não tenha havido despesas, na Aeronáutica, com ações de especialização e aperfeiçoamento de oficiais e civis, tampouco de sargentos, bem como, formação, tanto de oficiais, quanto de sargentos.

Além disso, de 2000 a 2005 não aparecem investimentos para a formação desses quadros. Situação semelhante se passa com o Exército (página 44): aperfeiçoamento de oficiais e sargentos ocorre de 2000 a 2005, mas o item capacitação para ambos só desponta em 2006 e 2007.

Para finalizar, capacitação de oficiais e praças da Marinha, também só ocorre em 2006 e 2007, assim como a formação de oficiais e praças se dá de 2000 a 2005 (página 56).

Tabela 24

Ministério da Defesa Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA AERONÁUTICA										R\$ mil
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS							52.570	60.440	69.500	
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES	6.528	6.756	6.280							
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS MOVEIS	35.290	51.468	39.037							
REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS	165.700	159.056	227.471	241.722						
REMUNERACAO DOS MILITARES DAS FORCAS ARMADAS	1.220.959	1.539.674	1.797.495	1.772.578	1.890.827	2.040.488	2.294.693	2.484.107	2.892.210	
ASSISTENCIA AO TRABALHADOR	28.130	31.511								
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES									8.650	
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS			20.547							
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3.250	3.250								
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	25.880	29.064								
ASSISTENCIA E COOPERACAO DA AERONAUTICA A SOCIEDADE CIVIL	155	158								
ACCES CIVICO-SOCIAIS	78	79								
APOIO AEREO PARA O TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS	78	79								
ASSISTENCIA E COOPERACAO DAS FORCAS ARMADAS A SOCIEDADE CIVIL						100				
ACCES CIVICO-SOCIAIS						50				
APOIO AEREO PARA O TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS						50				
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	203	204	205	205	50	175				
MANUTENCAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS	203	204	205	205	50	175				
DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS									167.881	
INDENIZACAO A ANISTADOS POLITICOS - MILITARES (LEI 10.559, DE 13/11/2002)									151.417	
PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS A ANISTADOS POLITICOS MILITARES NOS TERMOS DA MEDIDA PROVISORIA N 300, DE 2									16.464	
ENSINO PROFISSIONAL DA AERONAUTICA	5.556	6.319	7.351	6.069	7.696	8.074	8.247	8.542	16.212	
CURSO DE GRADUACAO EM ENGENHARIA	696	572	672	672	930	950	776	695	9.981	
CURSO DE POS-GRADUACAO	156	169	160	160	160	200	197	150	571	
CURSOS DE ALTOS ESTUDOS DE POLITICA ESTRATEGICA		411	411	411	959	1.170	1.170	1.000	2.310	
ENSINO PREPARATORIO PARA FORMACAO DE OFICIAIS	369	395	395	363	396	400	400	499	1.272	
ESPECIALIZACAO E APERFEICOMENTO DE OFICIAIS E CIVIS	2.043	2.227	3.245	1.852	1.849	1.995				
ESPECIALIZACAO E APERFEICOMENTO DE SARGENTOS E CIVIS	526	501	535	535	510	560				
FORMACAO DE OFICIAIS	867	928	933	916	1.496	1.500				
FORMACAO DE SARGENTOS	628	669	688	627	999	1.000				
FORMACAO E ESPECIALIZACAO DE CABOS E SOLDADOS	303	328	332	332	397	399		399	500	
FORMACAO, APERFEICOMENTO E ESPECIALIZACAO DE OFICIAIS E CIVIS								3.788	4.299	
FORMACAO, APERFEICOMENTO E ESPECIALIZACAO DE SARGENTOS E CIVIS								1.517	1.499	
GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	848	1.623	3.020	2.261	3.351	2.065		832		
CONTRIBUICAO A COMISSAO LATINO-AMERICANA DE AVIACAO CIVIL - CLAC	38	77	126	224	119	122				
CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DE AVIACAO CIVIL INTERNACIONAL - OACI	911	1.546	2.894	2.037	3.232	1.943		832		

Fonte: SIDOR/ SIAFI

Na Tabela 25 (página 45 do Anexo 1) fica nítido que o Exército gastou R\$ 200 mil, em 2008, para a segurança de autoridades, abrindo a questão de por que essa atribuição lhe foi delegada.

Tabela 25

Ministério da Defesa Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DO EXERCITO										R\$ mil
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENTOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FED.								250	300	
OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	20.000	1.500	11.700	1.700	1.700	1.700	49.700	41.800		
PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - REESTRUTURACAO DA INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL	20.000	1.500	11.700	1.700	1.700	1.700	32.700	41.800		
PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO							17.000			
OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)	402.674	542.807	759.433	62.012	75.249	65.168	47.918	31.346		
AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA	402.674	542.807	759.433	62.012	75.249	65.168	47.918	31.346		
OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS									280	
CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENTOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FED.									290	
OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									16.471	
AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA									16.471	
PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE									536.157	
ACCES DE CARACTER SIGILOSO									3.000	
CAPACITACAO OPERACIONAL DA FORÇA TERRESTRE									15.921	
DOCTRINA E ESTRATEGIA MILITAR									250	
EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE EM OPERACOES									2.000	
FORMACAO E ADESTRAMENTO DA RESERVA MOBILIZAVEL									100	
LOGISTICA DE ALIMENTACAO, VETERINARIA E AGRICOLA									246.646	
LOGISTICA DE MATERIAL DE AVIACAO									40.458	
LOGISTICA DE MATERIAL DE COMUNICACOES									5.041	
LOGISTICA DE MATERIAL DE INTENDENCIA E SAUDE									77.691	
LOGISTICA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO MILITAR									132.248	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO									2.000	
SEGURANCA A AUTORIDADES									200	
SELECCAO PARA O SERVICO MILITAR E APRESENTACAO DA RESERVA EM DISPONIBILIDADE									6.789	
TRANSPORTE LOGISTICO DE SUPERFICIE									4.894	
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	4.822.706	6.628.950	7.293.406	7.318.958	7.684.136	8.416.658	9.452.491	10.263.932	11.511.525	
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - MILITARES DAS FORCAS ARMADAS	2.283.902	3.691.119	6.994.279	6.927.735	7.282.262	7.974.126	8.999.770	9.767.242	10.957.920	
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	200.163	204.306	359.130	391.222	420.874	442.542	452.721	496.690	553.605	
PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORCAS ARMADAS	2.202.193	2.799.684								
PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	136.448	133.950								
REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO	108.596	117.786	304.410	101.128	101.825	60.418	46.667	166.165	295.939	
ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES	5.250	5.999	1.287	1.288	9.054	5.570				
AQUISICAO DE MEIOS TERRESTRES							22.445	71.961	85.354	

Fonte: SIDOR/ SIAFI

Já a Tabela 26 (página 47 do Anexo 1) confirma, como referido na primeira parte deste Capítulo (relativa a despesa total por unidade orçamentária), que a Indústria de Material Bélico do Brasil teve a sua primeira despesa orçamentária em 2008, com R\$ 131 milhões.

Tabela 26

Ministério da Defesa Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DO EXÉRCITO										Rs mil
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
PRODUÇÃO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR							1.453	840	700	
REVITALIZAÇÃO DE MATERIAIS DE EMPREGO MILITAR							1.746	1.223	1.423	
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	93	100	105.635	116.763						
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES			17.685	21.156						
ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS			37.152	39.500						
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			9.831	11.010						
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			40.898	45.017						
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	93	100	69	80						
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	51	62	56	31						
ESTUDOS E PESQUISAS DE BIOSSEGURANÇA DO EXÉRCITO	51	62	56	31						
52.121 COMANDO DO EXÉRCITO	9.003.203	11.185.116	12.728.382	11.807.037	12.697.111	14.097.159	15.920.085	17.321.313	19.852.738	
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL										
OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS									10	
CUMPRIMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS PERIÓDICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FED.									10	
OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)									3.200	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA									3.200	
PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO									128.558	
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES									2.702	
ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS									44	
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS									2.151	
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS									880	
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA									73.005	
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SANEAMENTO E PROTEÇÃO AMBIENTAL									932	
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL									33.117	
PRODUÇÃO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR									15.726	
52.221 INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL									131.768	
FUNDAÇÃO OSÓRIO										
APOIO ADMINISTRATIVO	2.062	2.338	2.433				5.330	6.031	6.834	
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	82	176	92				4.309	4.963	5.695	
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							145	156	145	
ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							11	11	12	
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							185	155	149	

Fonte: SDO R / SIAFI

Oitava parte: arrecadação das receitas

Nessa seção é apresentada a discriminação das fontes de recursos, bem como, a descrição e montante das receitas no tesouro livre e de origem vinculada. Trata-se de um aprofundamento descritivo relevante da quinta parte do Anexo 1. Desse modo, a codificação das fontes constantes no orçamento do Ministério da Defesa é a seguinte:⁸¹

142: Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural;

⁸¹ A legenda completa das fontes de recursos pode ser visualizada em: www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2005/Red_Final/vol1/VO_L1-quadro9.pdf. (Acesso em 10/11/2009).

- 150: Recursos Próprios Não-Financeiros;
 172: Outras Contribuições Econômicas;
 174: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia;
 175: Taxas por Serviços Públicos;
 176: Outras Contribuições Sociais;
 180: Recursos Próprios Financeiros;
 181: Recursos de Convênios;
 250: Recursos Próprios Não-Financeiros;
 280: Recursos Próprios Financeiros;
 281: Recursos de Convênios;
 296: Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais.

Assim, o Fundo do Ministério da Defesa, cujos dados estão registrado na Tabela 27 (página 61 do Anexo 1) possui, como fontes livres de arrecadação, a 250 e a 280. Ambas tiveram redução significativa no montante do orçamento de 2000 a 2008, sendo que os recursos próprios não-financeiros passaram de R\$ 1,9 milhão em 2000 para R\$ 781 mil em 2008, enquanto que, os recursos próprios financeiros passaram de R\$ 3,4 milhões em 2000 para R\$ 1,4 milhão em 2008.

Tabela 27

Ministério da Defesa Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008 Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional									
R\$ Mil correntes									
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	5.354,1	5.853,9	4.421,6	6.129,4	4.120,7	3.365,6	2.569,5	2.129,1	2.257,4
LIVRE	5.354,1	5.853,9	4.421,6	6.129,4	4.120,7	3.365,6	2.569,5	2.129,1	2.257,4
Fonte 250	1.938,3	2.134,7	900,0	1.331,8	740,5	626,4	701,6	757,5	781,0
13150000 Taxa de Ocupação de Imóveis	430,2	460,1	453,6	381,5	460,7	426,0	478,9	0,0	0,0
13152000 Taxa de Ocupação de Imóveis Funcionais e Próprios Nacionais Residenciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	533,3	579,0
13301100 Receita de Outorga de Direitos de Uso de Outros Bens Públicos	0,0	0,0	60,4	110,4	166,0	173,8	180,8	0,0	0,0
13330100 Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	187,5	187,6
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16001300 Serviços Administrativos	119,7	56,4	56,6	59,1	72,9	26,5	27,9	35,3	14,4
16009900 Outros Serviços	0,0	1.611,8	329,4	62,8	0,6	0,1	14,0	1,3	0,0
19210900 Outras Indenizações	0,0	6,3	0,0	738,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19909900 Outras Receitas	1.381,5	0,0	0,0	0,0	20,4	0,0	0,0	0,0	0,0
22190000 Alienação de Outros Bens Móveis	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fonte 280	3.415,7	3.719,2	3.521,6	4.797,6	3.380,1	2.739,3	1.867,9	1.371,7	1.476,4
13210000 Juros de Títulos de Renda	151,0	265,8	139,7	4.797,6	3.380,1	2.739,3	1.867,9	1.371,7	1.476,4
13250000 Remuneração de Depósitos Bancários	3.264,7	3.453,4	3.381,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: SIDOR / SIAFI

O Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas (Tabela 28 e página 62 do Anexo 1) tem como fontes livres a 150, a 174 e a 180. A primeira apresentou oscilações e forte queda até chegar a 2004, quando

proporcionou R\$ 9,7 milhões, subindo posteriormente e fechando 2008 com R\$16,3 milhões. A segunda e a terceira fontes pouco influenciaram o orçamento do Hospital das Forças Armadas ao longo do período pesquisado.

Tabela 28

Ministério da Defesa Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008 Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional									
R\$ Mil correntes									
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HFA	12.783,8	11.263,4	13.043,6	10.886,3	9.724,6	15.756,7	15.835,6	19.254,8	16.501,1
LIVRE	12.783,8	11.263,4	13.043,6	10.886,3	9.724,6	15.756,7	15.835,6	19.254,8	16.501,1
Fonte 150	12.783,8	11.263,4	13.043,6	10.886,3	9.724,6	15.753,8	15.653,4	19.220,1	16.302,8
13150000 Taxa de Ocupação de Imóveis	378,1	642,7	890,7	947,9	748,2	803,5	1.197,8	0,0	0,0
13152000 Taxa de Ocupação de Imóveis Funcionais e Próprios Nacionais Residenciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.470,6	1.451,4
13301100 Receita de Outorga de Direitos de Uso de Outros Bens Públicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	68,3	112,1	0,0	0,0
13330100 Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	90,8	59,3
16000501 Serviços Hospitalares	10.768,9	10.401,1	12.135,4	8.777,5	7.971,6	12.871,8	2.384,4	1.577,7	3.302,6
16001300 Serviços Administrativos	1.616,8	218,6	227,6	1.160,9	1.004,2	2.010,1	286,8	769,0	389,4
19160800 Multas e Juros de Mora de Taxas de Ocupação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2
19169900 Outras Multas e Juros de Mora	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5
19199900 Outras Multas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
19220700 Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9
19229900 Outras Restituições	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
76000501 Serviços Hospitalares - Operações Intracorporatárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11.690,1	15.511,5	11.094,8
Fonte 174	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
19199900 Outras Multas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
Fonte 180	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	182,2	34,7	198,3
13250000 Remuneração de Depósitos Bancários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	182,2	34,7	198,3

Fonte: SIDOR / SIAFI

Já o Fundo do Serviço Militar (Tabela 29 e página 63 do Anexo 1) possui as fontes livres 180, 174 e 175. Os recursos próprios financeiros tiveram aumento progressivo de 2000 (quando contabilizavam R\$ 454 mil) a 2008, quando alcançaram R\$ 1,05 milhão.

Por sua vez, as taxas pelo exercício do poder de polícia e as taxas por serviços públicos oscilaram durante o período, embora tenham aumentado, confirmando que a participação do serviço militar para além de suas atividades-fim tem sido constante.

Tabela 29

Ministério da Defesa Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008 Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional									
R\$ Mil correntes									
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	4.840,4	5.394,6	5.588,0	5.959,8	5.799,9	5.674,3	5.542,6	5.524,1	6.036,8
LIVRE	454,0	659,9	694,7	939,0	682,6	1.210,4	1.244,9	1.001,2	1.055,8
Fonte 180	454,0	659,9	694,7	939,0	682,6	1.210,4	1.244,9	1.001,2	1.055,8
13210000 Juros de Títulos de Renda	0,0	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13250000 Remuneração de Depósitos Bancários	454,0	657,2	694,7	939,0	682,6	1.210,4	1.244,9	1.001,2	1.055,8
VINCULADA	4.386,4	4.734,7	4.893,3	5.020,7	5.117,3	4.463,9	4.297,7	4.522,9	4.980,9
Fonte 174	2.098,4	2.560,3	2.429,1	2.680,8	2.414,1	2.731,9	2.518,6	2.197,3	2.594,1
19190800 Multas Previstas na Lei do Serviço Militar	2.098,4	2.560,3	2.429,1	2.680,8	2.414,1	2.731,9	2.518,6	2.197,3	2.594,1
Fonte 175	2.288,0	2.174,4	2.464,3	2.340,0	2.703,1	1.732,0	1.779,1	2.325,6	2.386,9
11221500 Taxa Militar	2.288,0	2.174,4	2.464,3	2.340,0	2.703,1	1.732,0	1.779,1	2.325,6	2.386,9

Fonte: SIDOR / SIAFI

A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (Tabela 30 e página 64 do Anexo 1), que tem como fontes de recursos livres a 250 e a 280 contraiu redução de R\$ 1,4 milhão em 2000 para R\$ 255 mil em 2008 nos seus recursos próprios não-financeiros, bem como, uma contração de R\$ 5,2 milhão em 2000 para R\$ 4,8 milhão em 2008 nos seus recursos próprios financeiros, após ter passado por um pico de R\$ 7,1 milhão em 2001.

Tabela 30

Ministério da Defesa Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008 Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional									
R\$ Mil correntes									
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA	6.708,9	13.257,4	6.255,4	3.886,0	4.569,4	5.160,3	4.978,2	4.606,7	5.146,5
LIVRE	6.708,9	13.257,4	6.255,4	3.886,0	4.569,4	5.160,3	4.978,2	4.606,7	5.146,5
Fonte 250	1.450,6	6.064,8	1.473,5	383,8	1.492,1	196,3	233,2	221,5	255,3
15300000 Receita da Indústria de Construção	1.135,4	5.689,3	558,3	110,9	32,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16001300 Serviços Administrativos	262,5	360,3	915,2	273,0	1.460,1	11,1	136,0	157,5	166,4
19160000 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	25,2	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	42,9	97,2	64,0	86,8
22250000 Alienação de Imóveis Urbanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	42,3	0,0	0,0	0,0
22290000 Alienação de Outros Bens Imóveis	27,5	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fonte 280	5.258,3	7.192,5	4.781,9	3.502,1	3.077,3	4.964,0	4.745,0	4.385,2	4.891,2
13210000 Juros de Títulos de Renda	142,1	297,8	1.417,4	117,6	253,0	2.577,7	2.765,0	0,0	0,0
13250000 Remuneração de Depósitos Bancários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.569,2	3.026,0
16000201 Juros de Empréstimos	2.179,2	5.005,9	1.522,1	1.561,1	1.908,8	1.402,0	712,9	723,5	975,5
16000203 Serviços Financeiros de Compensação de Variações Salariais	74,3	28,5	25,3	22,5	22,9	24,6	0,7	1,7	20,6
16000299 Outros Serviços Financeiros	600,7	390,0	329,6	325,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23007002 Amortização de Empréstimos - em Contrato	102,2	0,0	104,9	79,8	46,8	11,3	5,9	1,5	1,5
23008001 Amortização de Financiamentos de Bens	2.159,8	0,0	1.382,7	1.395,4	645,7	946,3	1.260,5	1.089,3	867,2
23009900 Amortização de Empréstimos Diversos	0,0	1.470,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: SIDOR / SIAFI

O Fundo Aeronáutico (páginas 65 e 66) possui como fonte livre a 250, a 280, bem como, as fontes vinculadas 250 e 281. Todas tiveram aumento significativo no período estudado, exceto a última, de recursos de convênios, que caiu, ano a ano, desde 2000 (quando era de R\$ 7,5 milhões) até 2008, quando fechou com R\$ 2,7 milhões.

As fontes livres da Agência Nacional de Aviação Civil, dispostas na Tabela 31 (página 67 do Anexo 1) são a 150, 174, 180, 250 e a 280, enquanto que as vinculadas são a 172 e a 176. A fonte 150 (de recursos próprios não-financeiros), após ter alcançado um pico de R\$ 40 milhões em 2007, a título de serviços de inspeção e fiscalização, fechou 2008 sem recursos. Um caso semelhante ocorreu com a fonte 180 (de recursos próprios financeiros) que passou de R\$ 13 milhões em 2007, a título de remuneração de depósitos financeiros, para zero em 2008. Uma fonte que envolve diretamente o público e que teve grande retração foi a classificada dentro de outras contribuições econômicas (172), a título de adicional sobre as tarifas de passagens aéreas,

que em 2000 era arrecadada num montante de R\$ 35 milhões e que, em 2008 (lembrando que a Anac foi criada em 2006) fechou o ano com R\$ 119 mil reais.

Tabela 31

Ministério da Defesa Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008 Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional									
R\$ Mil correntes									
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AGÊNCIA NAC. DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	78.748,3	61.905,7	74.722,5	80.683,0	82.276,1	64.985,1	84.932,5	117.949,4	159.849,6
LIVRE	9.726,7	15.934,2	34.488,2	27.321,3	27.824,2	33.248,3	44.252,9	55.452,1	88.170,2
Fonte 150	3.841,4	6.097,2	6.989,8	6.466,5	6.641,8	11.823,6	25.268,2	40.875,0	0,0
18001400 <i>Serviços de Inspeção e Fiscalização</i>	3.841,4	6.097,2	6.989,8	6.466,5	6.641,8	11.823,6	25.268,2	40.875,0	0,0
Fonte 174	737,4	1.475,0	960,2	1.917,4	1.054,9	868,0	622,2	807,8	1.665,6
19193000 <i>Multas Previstas no Código Brasileiro de Aeronáuticos</i>	737,4	1.475,0	960,2	1.917,4	1.054,9	868,0	622,2	807,8	1.665,6
Fonte 180	5.148,0	8.362,0	26.538,2	18.937,4	18.127,5	20.556,7	18.362,5	13.090,9	0,0
13250000 <i>Remuneração de Depósitos Bancários</i>	5.148,0	8.362,0	26.538,2	18.937,4	18.127,5	20.556,7	18.362,5	13.090,9	0,0
Fonte 250	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	678,4	63.671,7
16001300 <i>Serviços Administrativos</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	678,4	11.741,8
16001400 <i>Serviços de Inspeção e Fiscalização</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	51.857,0
19192700 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,3
19220700 <i>Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	121,9
19229900 <i>Outras Restituições</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	91,2
19909900 <i>Outras Receitas</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	47,8
76001400 <i>Serviços de Inspeção e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,7
Fonte 280	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22.832,9
13250000 <i>Remuneração de Depósitos Bancários</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22.832,9
VINCULADA	69.021,6	45.971,5	40.234,3	53.361,7	54.451,9	31.736,8	40.679,6	62.497,3	71.679,4
Fonte 172	35.296,4	16.833,2	6.964,4	14.636,7	4.962,4	148,2	267,3	535,2	119,3
12201600 <i>Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas</i>	35.296,4	16.833,2	6.964,4	14.636,7	4.962,4	148,2	267,3	535,2	119,3
Fonte 176	33.725,2	29.138,4	33.269,9	38.725,0	49.489,4	31.588,7	40.412,3	61.962,1	71.560,1
12100500 <i>Contribuição para o Ensino Aeroespacial</i>	33.725,2	29.138,4	33.269,9	38.725,0	49.489,4	31.588,7	40.412,3	61.962,1	71.560,1

Fonte: SIDOR / SIAFI

O Comando do Exército (página 68) possui a fonte vinculada 181, que oscilou de R\$ 11 milhões, em 2003, a R\$ 59 milhões, em 2007, fechando 2008 com R\$ 42 milhões, demonstrando a inconstância no repasse de recursos dos convênios do Exército.

A Fundação Osório (página 69) tem como fontes livres a 250 e a 296. A primeira aumentou, progressivamente, de 2000 (quando era de R\$ 1,1 milhão) para 2008, quando chegou a R\$ 2,4 milhões. Dado o caráter da instituição, a maior contribuição para esse desempenho está na natureza da receita de serviços educacionais.

Já o Fundo do Exército (páginas 70, 71 e 72) possui como fontes livres a 250 e a 280, além das vinculadas 174 e 250. Todas tiveram oscilações com tendência ao aumento durante o período em questão.

O Comando da Marinha (página 73) possui como fonte vinculada a 142, formada, essencialmente, de royalties pela produção e excedentes de petróleo e gás natural em plataforma. O crescimento desses recursos foram

substanciais e constantes, partindo de R\$ 272 milhões em 2000, para 1,7 bilhão em 2008.

Tabela 32

Ministério da Defesa Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008 Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional									
R\$ Mil correntes									
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
FUNDO NAVAL	346.787,6	273.965,2	324.221,4	284.173,8	326.949,9	449.924,9	360.297,4	353.384,7	385.786,9
LIVRE	273.261,5	177.563,3	179.514,9	153.379,7	149.804,5	269.624,8	175.467,4	157.506,9	177.766,4
Fonte 172	15.666,6	8.850,9	11.582,5	6.663,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
12209900 <i>Outras Contribuições Econômicas</i>	15.666,6	8.850,9	11.582,5	6.663,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fonte 174	4.148,8	1.892,9	1.654,1	1.405,5	2.022,6	2.407,5	2.553,4	2.780,1	2.959,1
19190200 <i>Multas do Regulamento para o Tráfego Marítimo</i>	4.148,8	1.892,9	1.654,1	1.405,5	2.022,6	2.407,5	2.553,4	2.780,1	2.959,1
Fonte 250	113.874,2	46.214,0	52.038,3	37.069,2	40.406,5	145.772,9	40.845,1	44.563,0	53.486,5
13120000 <i>Arrendamentos</i>	2.025,3	1.727,1	1.605,6	1.321,1	1.873,8	3.155,9	2.627,7	3.089,8	3.131,3
13150000 <i>Taxas de Ocupação de Imóveis</i>	3.604,8	4.648,4	4.697,5	4.710,0	4.480,6	5.179,2	5.206,1	0,0	0,0
13153000 <i>Taxas de Ocupação de Outros Imóveis</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.677,4	5.822,1
13190000 <i>Outras Receitas Imobiliárias</i>	123,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13900000 <i>Outras Receitas Patrimoniais</i>	0,0	90,8	65,0	79,0	24,5	34,2	46,6	46,5	18,3
15202100 <i>Receta da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários</i>	2.600,6	3.988,2	3.146,1	1.164,3	4.204,0	4.503,5	3.612,5	4.135,4	3.410,2
15209800 <i>Outras Receitas da Indústria de Transformação</i>	400,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16000101 <i>Serviços de Comercialização de Medicamentos</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.472,9
16000199 <i>Outros Serviços Comerciais</i>	2.693,9	259,8	245,6	314,5	297,6	0,0	0,0	1.279,5	1.475,6
16000600 <i>Serviços Portuários</i>	1.993,6	2.532,5	1.852,1	1.634,9	892,5	995,0	965,1	1.073,2	380,0
16000900 <i>Serviços de Socorro Marítimo</i>	2,2	60,7	3,1	8,7	21,0	4,1	0,4	4,5	2,5
16001300 <i>Serviços Administrativos</i>	613,5	1.265,8	1.762,7	1.508,2	1.040,1	13.566,2	12.467,7	13.921,9	16.109,6
16001400 <i>Serviços de Inspeção e Fiscalização</i>	66,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16001600 <i>Serviços Educacionais</i>	2.365,8	3.257,0	2.985,0	2.458,1	3.410,6	0,0	0,0	0,0	0,0
16001800 <i>Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação</i>	2.550,0	2.606,3	3.556,6	3.680,7	1.547,1	43,5	22,6	34,8	287,0
16002100 <i>Serviços de Hospedagem e Alimentação</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.126,3
16002200 <i>Serviços de Estudos e Pesquisas</i>	507,5	635,0	786,5	650,2	270,8	126,9	0,0	93,1	45,3
19169900 <i>Outras Multas e Juros de Mora</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
19192700 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos</i>	996,0	1.315,8	177,4	5,2	9,2	89,6	73,4	47,1	63,7
19199900 <i>Outras Multas</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
19219900 <i>Outras Indenizações</i>	86.198,6	22.180,2	26.123,6	16.895,2	21.073,7	116.642,3	14.443,5	14.427,7	16.890,1

Fonte: SIDOR / SIAFI

O Fundo Naval, apresentado na Tabela 32 (bem como, nas páginas 74, 75 e 76 do Anexo 1) tem como fontes livres a 172, 174, 250 e 280 e como vinculadas as 135, 250 e 281. Na fonte 280, mais precisamente na natureza da receita de remuneração de depósitos bancários, percebe-se uma constante fonte de recursos para o Fundo que em 2008 totalizava R\$ 121 milhões.

O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (páginas 77 e 78) possui como fontes livres a 250 e a 280, bem como, a vinculada 135. A maior natureza de receita do Fundo é a de serviços educacionais que, no entanto, após alcançar um pico de R\$ 665 milhões em 2001, fecharam 2008 com R\$ 255 milhões.

Conclusão

A fim de organizar as diversas considerações desencadeadas pelas informações apresentadas no estudo, este Capítulo é dividido em sete tópicos, correspondentes a nove conclusões.

O primeiro tópico é concernente à crise de identidade que a execução orçamentária demonstra sobre as atividades exercidas pelo Ministério da Defesa em contraponto às atividades-fim deste.

O segundo diz respeito ao rompimento do histórico orçamentário perante o pleiteamento de recursos para a execução da Estratégia Nacional de Defesa.

O terceiro relata a dificuldade de se procurar angariar recursos públicos tendo-se em vista uma trajetória de pouca transparência.

O quarto demonstra, através da forma de aquisição de equipamentos pelo endividamento, a falta de uma política de Estado para a defesa.

O quinto evidencia os cortes orçamentários ao longo do histórico orçamentário e promove uma perspectiva de tal governança.

O sexto exhibe a postura do Ministério da Defesa perante o seu desequilíbrio atuarial.

O sétimo descreve a impossibilidade de se gerar accountability sem informações e aponta um horizonte para os dados apresentados neste estudo.

Crise de identidade

As atribuições legais das Forças Armadas Brasileiras são estabelecidas no “caput” do artigo 142 da Constituição Federal de 1988, onde lhes é conferido um mandato consubstanciado em três pilares:⁸²

1. Defesa da Pátria;
2. Garantia dos poderes constitucionais;
3. Garantia da lei e da ordem.

⁸² “Art. 142 - As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.”

Tais atribuições, por sua vez, desdobram-se em diversas facetas não explícitas pela lei, o que acarreta em que, determinadas tarefas delegadas às Forças Armadas sejam constantemente questionadas. No mais das vezes, contudo, o entendimento legal – por não haver previsão evidenciada, nem no artigo 142, nem no 144 da Constituição Federal⁸³ – é o de que as Forças Armadas devem atuar subsidiariamente para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, depois de esgotados os outros instrumentos.⁸⁴

O que, no entanto, é inequívoco, ao nos depararmos com o fato de que 80% do total do orçamento de defesa foi utilizado, no período pesquisado, a usos que não são aqueles das atividades-fim defesa brasileira, é que os militares têm praticado, constantemente, funções que não lhes são, especificamente, atribuídas por lei.

A primeira conclusão, portanto, é esta: a prática evidenciada pelo orçamento dos comandos militares no Brasil – em especial, do Exército – não está de acordo a identidade que a lei lhes atribui.

Path-dependency

Pleiteando o convencimento público da necessidade de valorização da defesa nacional e de investimentos para essa pasta, o Ministro da Defesa,

⁸³ “Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares”

⁸⁴ Artigo 15, § 2º, da Lei Complementar 97/1999: “A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal”.

Nelson Jobim, declarou que a execução da Estratégia Nacional de Defesa (END) consumirá, anualmente, durante duas décadas, 0,7% do PIB do Brasil.⁸⁵

Constatou-se, neste estudo, que a média das despesas primárias do MD em relação ao PIB do Brasil de 1995 a 2008 foi de 1,59%. Adicionar 0,7% a esse percentual significaria que os gastos com defesa no País passariam a ser cerca de 2,29% do PIB – um montante que jamais ocorreu ao longo do período pesquisado, sendo que o índice mais alto foi justamente o registrado no início do lapso temporal, em 1995, quando tal percentual era de 1,79% do PIB.

Isso não significa, é claro, que não seja possível uma mudança de conceitos para, como pretende o ministro, “se efetivar a Estratégia de Defesa”, mas de acordo com a *path-dependency*⁸⁶ (a “dependência da trajetória” ou a “rota dependente”) da defesa brasileira, e esta é a segunda conclusão, não há indicadores, no período estudado, que sustentem tal adimplemento.⁸⁷

Falta de transparência pública

Supondo-se a possibilidade de haver um rompimento na *path-dependency* da defesa brasileira, que acabaria por, realmente, concretizar o aumento de recursos pretendido para a Estratégia de Defesa Nacional, há de se esperar que também se rompa a tradição da falta de transparência pública.

A questão, aliás, da gestão democrática da defesa brasileira é descrita por Domício Proença Júnior e Eugênio Diniz em “Considerações Técnicas da Política de Defesa do Brasil”:

⁸⁵Fonte: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/10/08/jobim-diz-que-plano-de-defesa-consumira-ate-0-7-do-pib-que-transferencia-de-tecnologia-determinante-767968651.asp>. (Acesso em 1º/11/2009).

⁸⁶ Nessa ótica, afirmam Ricardo Ramalheite Moreira e Alain Herscovici: “A existência de *path-dependency* expressa o caráter irreversível e histórico do sistema estudado. O passado é irrevogável, não podendo ser reproduzido com exatidão, na medida em que as condições iniciais não são mais as mesmas; o futuro, por sua vez, está somente no imaginário dos agentes: *ex ante*, o futuro ainda não existe.” MOREIRA, Ricardo Ramalheite & HERSCOVICI, Alain. *Path-dependency, expectativas e regulação econômica - elementos de análise a partir de uma perspectiva pós-keynesiana*. Revista Economia contemporânea. Rio de Janeiro: 547-574, set./dez. 2006. pp: 549.

⁸⁷ Por outro lado, argumenta Eli Diniz: “O conceito de *path-dependency* é importante exatamente porque pode haver uma reação ao *path* anterior, levando-o a outra direção (Pierson, 2000a:252), tal como a rota adotada no Brasil para liberar suas instituições do passado autoritário e centralizador do regime militar.” DINIZ, Eli (Org.). *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p 238.

A herança autoritária – talvez mesmo do autoritarismo varguista – no campo da defesa nacional foi a alienação da sociedade do debate e dos problemas de preparo e aperfeiçoamento das Forças Armadas do Brasil. Paradoxalmente, a expressão mais visível dessa desconexão é o grau de sigilo que resguarda formalmente suas atividades: esta regra acabou por excluir os civis. O preço deste distanciamento é um orçamento militar declinante, já há quarenta anos, que hoje redundava numa capacidade militar que já está, mesmo, abaixo do considerado como mínimo tolerável pelos próprios militares.⁸⁸

Neste sentido, o fato de o Ministério da Defesa buscar a conscientização da importância de se investir em uma Estratégia Nacional de Defesa é diretamente contraditório à postura de falta de transparência pública da defesa brasileira ao deixar de divulgar as suas informações orçamentárias durante anos seguidos, conforme demonstrado no Capítulo 1 deste estudo. A terceira conclusão, portanto, é que o apoio à defesa passa pela transparência de suas ações perante a sociedade.⁸⁹

Ausência de política de Estado

Um fator que, nitidamente que não rompe com a path dependency do Ministério da Defesa ao longo, do período estudado é, justamente, a forma de aquisição de equipamentos: o endividamento. Conforme demonstram os Gráficos 7 e 9, apesar de, a partir de 2003 o governo Lula ter alternado os gastos com dívidas para a rubrica investimentos em favor da defesa – o que, conforme demonstrado não significa que houve aumento de investimentos,

⁸⁸ PROENÇA JR, Domício; DINIZ, Eugênio. Considerações Técnicas da Política de Defesa do Brasil. In: Engenharia de Produção 99, 1999, Rio de Janeiro. Anais do XIX ENEGEP, 1999. v. 1. pp 8.

⁸⁹ Para citar um caso concreto, o processo de licitação envolvendo a compra de caças para a Aeronáutica, em 2009, deixou indícios de obscuridade, pois mal a concorrência pública foi aberta e o próprio presidente da República declarou que o ganhador já havia sido escolhido – a empresa francesa Dassault, com 36 caças Rafale – uma afronta à Lei das Licitações: 8.666, de 21 de junho de 1993. Como contraponto, a imprensa e, por extensão, a sociedade, se questionou sobre os termos do contrato, a competitividade dos preços, a efetividade da transferência de tecnologia e, novamente, a falta de transparência. A notícia pode ser lida em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/09/08/lula-amorim-anunciaram-acordo-com-franca-para-compra-de-cacas-mas-fab-sequer-concluiu-analise-767531120.asp>. (Acesso em 1º de novembro de 2009).

mas sim troca de alocação de recursos nos itens orçamentários – para projetar a possibilidade de haver planejamento orçamentário para os futuros gastos do MD, basta observar a Tabela 33, onde é apresentada a distribuição da LOA de 2009 por função orçamentária e distribuição por órgãos.

A Tabela esclarece que o orçamento só foi atualizado do montante de 2008 e que, em local algum está visível a injeção de mais R\$ 37,5 bilhões para a aquisição de caças, o que o aumentaria em cerca de 81%.

Tabela 33⁹⁰

Ministério da Defesa – Orçamento 2009			(Em R\$ Milhões)		
Distribuição por Função Orçamentária			Distribuição por Órgãos		
		%			%
Previdência Social	293.030	18,53%	Legislativo, Judiciário e MPU	41.614,0	2,63%
Saúde	54.739	3,46%	Minist. Previdência Social	239.909	15,17%
Assistência Social	32.683	2,07%	Minist. Saúde	59.519	3,76%
Educação	36.483	2,31%	MINISTÉRIO DA DEFESA	51.382	3,25%
DEFESA NACIONAL	25.912	1,64%	Minist. Trabalho	42.033	2,66%
Trabalho	26.653	1,69%	Minist. Desenvolvimento Social	32.699	2,07%
Judiciária	20.733	1,31%	Minist. Educação	40.525	2,56%
Administração	21.647	1,37%	Minist. Fazenda	19.359	1,22%
Agricultura	17.692	1,12%	Minist. Transportes	12.973	0,82%
Transporte	26.653	1,69%	Minist. Integração Nacional	12.962	0,82%
Encargos Especiais	951.904	60,19%	Minist. Justiça	9.237	0,58%
Reserva Contingência	24.635	1,56%	Minist. Agricultura	7.639	0,48%
Demais	48.683	3,08%	Minist. Cidades	10.151	0,64%
TOTAL	1.581.447	100%	Encargos Financeiros da União	233.352	14,76%
<p>A função Encargos Especiais inclui o pagamento da dívida pública, as transferências e das sentenças judiciais. A função Defesa Nacional não contempla o pagamento de inativos e pensionistas e a amortização e encargos da dívida, que estão incluídos nas funções Previdência Social Encargos Especiais, respectivamente.</p>			Transf. a Estados e Municípios	155.253	9,82%
			Dívida e Demais Órgãos	612.840	38,75%
			TOTAL	1.581.447	100,00%

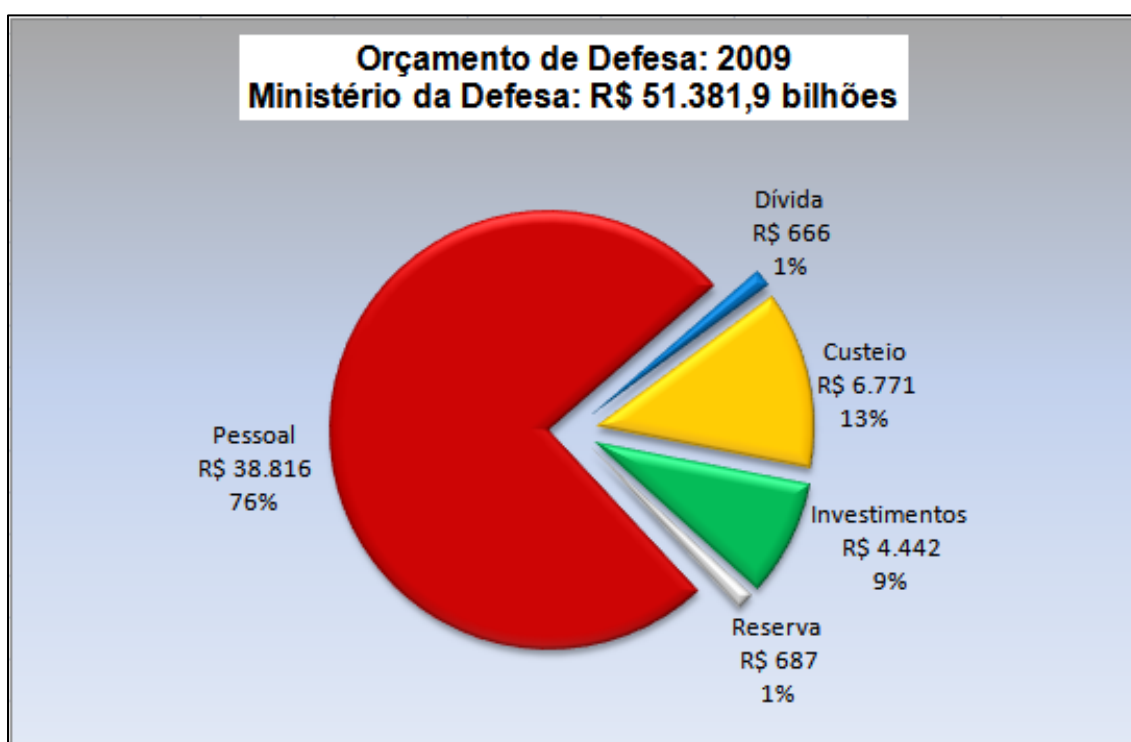
Fonte: Ministério da Defesa

O Gráfico 14 também demonstra que o item “investimentos”, na LOA de 2009, nem de longe se aproxima dos R\$ 37,5 bilhões, chegando, outrossim, a R\$ 4,4 bilhões, e isso contabilizando todo o Ministério da Defesa, o que, na previsão final, dá um total de 9% no item investimentos.

⁹⁰ Quanto à Distribuição Orçamentária por Órgãos, o Ministério da Defesa pode ser comparado, na Tabela 33, aos outros ministérios em termos de recursos. Evidencia-se, assim, que a Defesa, com R\$ 51.382 bilhões e 3,25% do total do Orçamento da União, ficou em terceiro lugar na ordem de previsão de recursos, precedida pelo Ministério da Previdência Social e pelo Ministério da Saúde, respectivamente, de acordo com a LOA de 2009. A Educação aparece em quarto lugar, com 2,56% do total orçamentário.

Da mesma forma, o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2010 deixa de fora adimplementos no item investimentos da defesa – trazendo uma previsão total de R\$ 54,94 bilhões do Tesouro, que somados aos R\$ 3,23 bilhões oriundos de outras fontes, atinge um orçamento previsto em R\$ 58,17 bilhões para o Ministério da Defesa.⁹¹ Não há, assim, previsão para R\$ 37,5 bilhões em investimentos, o que leva à conclusão de que os mesmos, se forem efetivados, se darão, ou em forma de dívida, ou em forma de crédito suplementar – este último, porém, jamais ocorreu, com tamanha monta, durante o período estudado.

Gráfico 14



Com isso, chegamos à quarta conclusão: ao contrário do planejamento, o que, novamente fica evidente, é a falta de política de Estado na administração da defesa do País. A afirmação se baseia no fato de que, se houvesse uma Política de Defesa Nacional concreta, que fosse posta em prática no Brasil, não seria necessário adquirir-se equipamentos através de endividamento ou crédito suplementar, pois as previsões seriam incluídas no

⁹¹Em: www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Elaboracao:PL. (Acesso

item correspondente: o de investimento. Resta, ainda outra questão: ocorrendo a aquisição, dadas as eleições presidenciais de 2010, a conta ficará para o governo seguinte.

Logo, esta é a quinta conclusão: a Política de Defesa Nacional não tem sido efetiva na finalidade descrita em sua Introdução, de “estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional.”⁹²

Cortes orçamentários constantes

Observando-se os contingenciamentos ocorridos em 1999 e 2003 (descritos no Capítulo 2) observa-se que a defesa sofre diretamente com os cortes advindos das crises, sobretudo no concernente a investimentos.

Para completar esse quadro, cabe ressaltar que, quando a crise econômica mundial de 2009 teve início, um dos primeiros orçamentos a serem contingenciados, foi o da defesa:

No dia 27/01/2009, o governo anunciou o bloqueio de R\$ 37,2 bilhões (25% do total) dos recursos para custeio e investimento no orçamento. O Ministério da Defesa, que contava com R\$ 11,05 bilhões, ficou com apenas R\$ 4,484 bilhões (redução de 59,5%). A crise econômica parece estar revertendo o modesto aumento dos gastos com a defesa, verificado entre 2005 e 2007.⁹³

A questão já se tornou constante e há até Projeto de Emenda Constitucional (PEC 53/04)⁹⁴ tramitando no Senado Federal, que proíbe tal contingenciamento por um prazo de 10 anos.⁹⁵

em 1º/11/2009).

⁹² O Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. A PND está disponível em: www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home. (Acesso em 1º/11/2009).

⁹³ PESCE, Eduardo Italo. Marinha do Brasil: Perspectivas. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. 2009. pp 3. Disponível em: www.mar.mil.br/diversos/Artigos_selecionados/MB_perspectivas.pdf. (Acesso em 1º/11/2009).

⁹⁴ www.senado.gov.br/jornal/noticia.asp?codEditoria=22&dataEdicaoVer=20091012&dataEdicaoAtual=20091012&nomeEditoria=Comiss%C3%B5es&codNoticia=89769. (Acesso em 1º/11/2009).

No que diz respeito à questão das prioridades governamentais entre 1996 e 2005, discorre Helder Pereira da Silva:

Os objetivos da política econômica influenciaram as demais áreas da Política Interna e Externa brasileira, através da contenção dos gastos e investimentos públicos. Desta maneira, a área de defesa foi relegada ao segundo plano de prioridades, uma vez que as metas principais dos governantes deste período foram consolidar a estabilização financeira e realizar o processo de ajuste macro-econômico.⁹⁶

Assim, a sexta conclusão é que o item “investimentos” do orçamento do Ministério da Defesa – pela falta da efetividade de uma política de Estado que contemple a defesa, conforme demonstrado na seção anterior – é diretamente afetado pelos cortes de recursos durante as crises econômicas.

Desequilíbrio atuarial

As considerações prévias do Capítulo 2, assim como os apontamentos do Capítulo 3, demonstraram o déficit atuarial constante que os militares na ativa têm em relação aos inativos, bem como, o agravamento que os instituidores de pensão geram a esse desequilíbrio. Pois bem, o Ministério da Defesa, através do documento “Avaliação Atuarial dos Compromissos Financeiros da União com os Militares das Forças Armadas e seus Pensionistas”⁹⁷ admite que existe um déficit atuarial crescente nas Forças Armadas que, no entanto, afirma, deverá ser controlado pela medida Provisória

⁹⁵ A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado pediu a rejeição da PEC 85/03, que previa a proibição de cortes no orçamento de Defesa por um período indeterminado.

⁹⁶ SILVA, Helder Pereira. *In: A criação do Ministério da Defesa e a sua influência na formação da Segunda Política de Defesa Nacional*. São Paulo, 2007. pp 2 e 3. (Estudo apresentado no I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, promovido pela UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Disponível em: www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/silva.pdf. (Acesso em 1º/11/2009).

⁹⁷ Ministério da Defesa. *Avaliação Atuarial dos Compromissos Financeiros da União com os Militares das Forças Armadas e seus Pensionistas*. Secretaria de Organização Institucional. Departamento de Organização e Legislação. Brasília, 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/projetos/PLN/2009/ANEXOS%20LDO/MSG255-4.7_ANEXO%20IV.7%20Militares.pdf. (Acesso em 1º/11/2009).

nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.⁹⁸ No entanto, pelas projeções do próprio Ministério, tal controle só começaria a ocorrer a partir de 2043.⁹⁹

Tais declarações demonstram que o Ministério da Defesa deposita a resolução de seu problema atuarial crescente às alterações já realizadas na legislação, especialmente pela Medida Provisória em questão.

Assim, a sétima conclusão é a seguinte: apesar da gravidade do desequilíbrio da folha de pagamento das Forças Armadas Brasileiras, não se está tomando – ou não estão sendo divulgadas – novas medidas para corrigir a questão.

Impulso pré-eleitoral

A oitava conclusão deste estudo é o que denominamos de “impulso pré-eleitoral do orçamento de defesa”. Esse impulso se traduz no aumento, especialmente no ano anterior às eleições e no próprio ano eleitoral, de recursos para as Forças Armadas. Foi assim em 1998, às vésperas das eleições presidenciais. Isso também ocorreu em 2001 e 2002, quando melhor se percebeu tal fenômeno. Além disso, ele foi novamente repetido em 2005 e 2006. Como a compra dos novos caças, no valor estimado em R\$ 37,5 bilhões, irá impulsionar os números da execução orçamentária, às vésperas das eleições de 2010, essa é uma questão a ser reconfirmada ou rompida.

Accountability dos gastos militares no Brasil

Uma vez demonstrado que grande parte do conjunto de dados aqui apresentados não haviam sido publicados, resta, como nona conclusão, a substancial limitação de se promover accountability sobre o orçamento militar no Brasil.

⁹⁸ Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm. (Acesso em 1º/11/2009).

⁹⁹ Através da extinção do direito à pensão vitalícia pelas filhas dos militares, da perda do direito à transferência para a reserva com vencimentos do posto superior e do congelamento do percentual de tempo de serviço.

Tal paradigma parte do pressuposto de que, se tais dados não foram publicados, o Ministério da Defesa não tem sido accountable, não vem sendo feito account e estamos distantes de fazer accountability da defesa, já que sem a informação de como o mandato vem sendo exercido, não há como se chegar ao produto que permite converter e materializar responsabilidades em responsabilização.

Este estudo se perfaz, assim, como um elo de ligação, no qual se integram dados que não eram de conhecimento público, a outros que, ao se cumprir o princípio da transparência, espera-se que continuem a ser divulgados após a publicação das informações aqui apresentadas.

O intuito é que outros pesquisadores, autoridades e cidadãos, com o acesso a estes dados, possam prosseguir, não só com o acompanhamento histórico da execução orçamentária da defesa brasileira, mas também com a devida accountability que tais dados podem proporcionar.

Bibliografia

ABREU, G.M. **A Decisão do Brasil de Participar da Minustah no Contexto da Implementação de Políticas Públicas**. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. 21, n. 46, p. 108-140, 2006.

ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. **Economia e orçamento para a defesa nacional**. Revista do Tribunal de Contas da União, Brasília, 2001.

_____. **Transparência e controle na gestão da defesa**. Teoria e Pesquisa. 2005.

ALMEIDA, P.R. **A OTAN e o Fim da Guerra Fria**. Revista Espaço Acadêmico, [Maringá], v.1, n.9, Fev. 2002. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/009/09_almeida_otan.htm. Acesso em 10 de novembro de 2009.

ALMINO, João. **Inserção internacional de segurança do Brasil: a perspectiva diplomática**. Brasil e o Mundo: Novas Visões, 2002
AMARAL, Roberta Montello. A avaliação de resultados no setor público: teoria e aplicação prática no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, (Mimeo) 2003.

AMARAL, Roberto. **O papel da C & T na defesa da soberania nacional**. In: PINTO, A. J. R.; ROCHA, R. A. P.; SILVA, R. D. P. (Org.) As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

AMARANTE, José Carlos Albano do. **Recursos para a Defesa do Patrimônio Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos, v. 1, p. 1, 2009. Disponível em: www.defesa.ufjf.br/arq/Art%2056.htm. Acesso em 1º de novembro de 2009.

_____. **O Alvorecer do Século XXI e a Ciência & Tecnologia nas Forças Armadas**. A Defesa Nacional, v. 794, p. 50-71, 2002.

AMORA, Dimmi. **Decreto regulamenta novas promoções de oficiais da PM**. O Globo, Rio de Janeiro, Rio, p. 22, 19 maio 2007.

AMORIM, C.L.N. **O Brasil e os Novos Conceitos Globais e Hemisféricos de Segurança**. In: Atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança, 2003, Itaipava. Disponível em: www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2178. Acesso em 10 de novembro de 2009.

ANANIAS, Patrus. **Políticas sociais e a questão estratégica nacional**. In: PINTO, A. J. R.; ROCHA, R. A. P.; SILVA, R. D. P. (Org.). Desafios na atuação das Forças Armadas. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2005.

ANTUNES, A.; MERCADO, A. **A aprendizagem tecnológica no Brasil: A experiência da indústria química e petroquímica**. E-Papers Serviços Editoriais. Rio de Janeiro: 2000.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações: os sistemas internacionais**. Trad. Sérgio Bath. Brasília, D.F.: Ed. da UNB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

ARRUDA, João Rodrigues. **O uso político das Forças Armadas e outras questões militares**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ARSINA Jr., João Paulo Soares. **Política Externa e Política de Defesa no Brasil no Brasil: Síntese Imperfeita**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

AUGUSTO, Cláudio. **Operação Navalha: entrevista Wálter Maierovitch**. O Estado de São Paulo, São Paulo, Nacional, p. A 10, 19 maio 2007.

AZEVEDO, Sérgio de; ANASTASIA, Fátima. **Governança, “accountability” e responsividade**. Revista de Economia Política, v. 22, n.1, p. 79-97, jan./mar. 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BARROSO, J.L.V. **Segurança e Uso da Força no Contexto da OTAN Pós-Guerra Fria**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 27, p. 43-63, Novembro de 2006.

BEHN, Robert D. **Rethinking democratic accountability**. Washington: Brookings Institution, 2001.

BERTAZZO, Juliana. **Does the new international security agenda endanger Brazilian democracy?** Revista Brasileira de Política Internacional. 2007, vol. 50, n. 2, pp. 25-41.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, 1994.

BRIGADÃO, Clóvis. **O Brasil diante dos desafios internacionais em matéria de segurança e defesa**. In: PINTO, J. R. A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. P. (Orgs.). O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança. Vol. 2. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004, p. 179-198.

_____; PROENÇA Jr., Domício (Orgs.). **Brasil e o Mundo: novas visões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002, 446 p.

CABRAL, Otávio. **Radiografia dos militares**. Revista Veja, ed. 2036, pp. 130-142, 24/11/2007.

CABRAL, Ricardo Pereira. **O Império Pós-Moderno - Uma análise sobre a Estratégia de Engajamento e Expansão e o posicionamento do Brasil.** *In:* Darc Costa; Francisco Carlos Teixeira da Silva. (Org.). Mundo Latino e Mundialização. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2004, p. 101-125.

CALVANO, Alberto; NETO, Álvaro. **Relações perigosas.** O Globo, Rio de Janeiro, Opinião, p. 7, 21 abr. 2007.

CARGNIN, Antonio Paulo. **A dimensão territorial no planejamento governamental brasileiro: avanços e limitações na elaboração dos Planos Plurianuais.** *In:* I Seminário Reforma do Estado e Território, 2007, Porto Alegre. I Seminário "Reforma do Estado e Território": Integração Sul-Americana e Gestão do Território, 2007.

CARVALHO, Antonio Ramalho de Souza; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido; MASCARENHAS, C.C. **Ferramentas de disseminação do conhecimento em uma Instituição de CT&I de defesa nacional.** Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, v. 3 n 2, p. Maio a-Agosto, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, Olavo de. **A moral dos imorais.** Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/061207jb.html>. Acesso em 10 de novembro de 2009.

CASTELAN, D.R. **Segurança e Defesa na década de noventa: interpretações do Itamaraty e Forças Armadas.** *In:* I Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas, 2007, São Paulo. Anais da Primeira Edição, 2007. v. 1. p. 1-30.

CEPIK, Marco. **Regime político e sistema de inteligência no Brasil: legitimidade e efetividade como desafios institucionais.** Dados. 2005, vol.48, n.1.

CHESNAIS, J.C. **A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção.** Ciência & Saúde. Coletiva, v. 1, n. 4, p. 53-69, 1999.

CHIPMAN, John. **The military balance 2007.** The International Institute for Strategic Studies. London: Arundel House, 2007.

CORTÊS, George Luiz Coelho. **As Forças Armadas e a Segurança Pública.** 2007. Disponível em: www.eceme.ensino.eb.br/portalcee/arquivos/as_forcas_armadas_e_a_seguranca_publica_cel_cortes.pdf www.eceme.ensino.eb.br. Acesso em 10 de novembro de 2009.

COSTA, Darc. **O Brasil diante dos desafios internacionais de segurança e defesa.** *In:* Desafios na atuação das Forças Armadas. *In:* PINTO, A. J. R.; ROCHA, R. A. P.; e SILVA, R. D. P.(Org.). O Brasil no cenário de defesa e

segurança. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

_____. **Segurança e defesa: uma única visão abaixo do Equador**. Revista Brasileira de Política Internacional. 1999, vol.42, n.1, pp. 127-156.

COSTA, Fernando Sampaio. **Ciência e Tecnologia no Brasil e no Exército Brasileiro**. Brasília, 2007. Disponível em: http://74.125.47.132/search?q=cache:PwgAsAk3yMUJ:www.eceme.ensino.eb.br/portalcee/arquivos/ciencia_e_tecnologia_no_brasil_e_no_exercito_brasileiro_cel_sampaio.pdf+Ci%C3%AAncia+e+tecnologia+no+Brasil+e+no+ex%C3%A9rcito+brasileiro&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk. Acesso em 10 de novembro de 2009.

COSTA, Lysias Augusto. **Defesa Nacional: o que todo brasileiro deve saber**. Editora Armazém de Ideias. Belo Horizonte. 2001

COSTA, R. **As Propostas de Reforma da OTAN**. Informação Internacional: Análise Econômica e Política, Lisboa, p. 379-391, 1998. Disponível em: www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor_inter_1998.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2009.

DAGNINO, Renato Peixoto & CAMPOS FILHO, Luiz Alberto Nascimento. **Análise sobre a Viabilidade de Revitalização da Indústria de Defesa Brasileira**. Brazilian Business Review. Vitória-ES. 2007. p. 191-207.

_____. **A Oficina do CGEE e a política de financiamento à inovação para enfrentar a crise**. Jornal da Ciência, v. 3732, p. 641, 2009.

_____. **Em que a Economia de Defesa pode ajudar nas decisões sobre a revitalização da Indústria de Defesa brasileira?** Oikos (Rio de Janeiro), v. 1, p. 113-137, 2008.

_____; CAMPOS FILHO, Luiz Alberto. **A revitalização da indústria de defesa brasileira: análise da alternativa Cooperação Sul-americana/européia**. Vértices (Campos dos Goitacazes), v. 9, p. 31-42, 2007.

_____. **A política de defesa brasileira: nem racionalismo, nem incrementalismo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Jun 2009, vol.24, n.70, pp. 61-74.

DAMATTA, Roberto. **Deve haver algo de podre...** O Globo, Rio de Janeiro, Opinião, p. 7, 30 maio 2007.

DAVIS, Nicholas. **O Fundef e o orçamento da educação: Desvendando a caixa preta**. Campinas: Autores Associados, 1999.

DEVEDOVE, L.U.D. **A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): O Gêrmen da Cooperação em Defesa e Segurança na Europa Ocidental**. Diálogos em Relações Internacionais, [Paris], v. 1. 2005. Disponível em: www.franca.unesp.br/revistari/Leonardo%20Ulian%20Dall%20Evedove.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2009.

DINIZ, Eli (Org.). **Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p 238.

DINIZ, Eugenio. **Defesa, orçamento e projeto de força: uma análise da organização do exército brasileiro e suas perspectivas de médio prazo**. ANPOCS, 2008.

DUTRA, Francisco. **Isonomia à vista**. Jornal de Brasília, Brasília, Economia, p. 19, 11 maio 2007.

EISENBERG, José Monroe. **Internet e Política**. Cadernos da Escola do Legislativo, vol. 5, nº 10, Belo Horizonte, 2001, pp. 63-105.

ELSTER, Jon; SLAGSTAD, Rune. **Constitucionalismo y democracia**. México: FCE, 1999.

FARIAS, Pedro C.L. **Desempenho, transparência e regulação: o mito das incompatibilidades congênitas**. Trabalho apresentado no IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2 – 5 Nov. 2004. Disponível em: <http://74.125.47.132/search?q=cache:jQUWK9r-EUwJ:www.clad.org.ve/fulltext/0049938.pdf+Desempenho,+transpar%C3%AAncia+e+regula%C3%A7%C3%A3o:+o+mito+das+incompatibilidades+cong%C3%AAntas&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk>. Acesso em 10 de novembro de 2009.

FERGUSON, Martin. **Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento**. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.) internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FERNANDES, Fernando Bartholomeu. **As relações civil-militares durante o Governo Fernando Henrique Cardoso 1995-2002**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FERREIRA, José Roberto M. **Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUC/SP, São Paulo, 1986.

FEYERABEND, Paul. **Against Method**. 3rd ed. Verso. 1993. London: Verso, 1993. 279 p.

FIGUEIREDO, Rubens. **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2005.

FINKELSTEIN, Norman G. **A indústria do Holocausto**. 5 ed., 2006. Rio de Janeiro. Ed. Record, 156 p.

FLÔR, Claudio Rogerio de Andrade. **Defesa, orçamento e tecnologia: um estudo de caso da Marinha do Brasil (1990 a 2005)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 2008.

FONTOURA, P.R.C.T. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da Nações Unidas**. 1999. 448 f. (XXXVIIº Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco). Instituto Rio Branco, Brasília, 1999.

FRANÇA, J.L.; VASCONCELLOS, A.C. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

FREITAS, Juarez. **A Democracia como Princípio Jurídico**. Direito Público Moderno, Del Rey, v. 1, p. 167-197, 2003.

FUJITA, Edmundo. **Uma Política de Defesa Sustentável para o Brasil**. Parcerias Estratégicas, nº 5, Centro de Estudos Estratégicos/SAE, 1998. pp.101-112.

GAIO, André Moysés. **As reações das Instituições militares ao processo de globalização**. In: Paulo Edgar A. Resende; Octávio Ianni; L. Dowbor. (Org.). *Desafio da Globalização*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998, v. único, p. 50-60.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIAMBIAGI, Fábio (2005). "Rompendo com a ruptura: O governo Lula (2003-2004)", In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; BARROS DE CASTRO, Lavinia e Hermann, Jennifer (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. São Paulo: Elsevier Publishing Company/Campus: 196-217.

GÓES FILHO, Paulo. **O Clube das Nações: a missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dunará, 2003. v. 1.

GOULART, Gustavo. **A máfia oficial: bicheiros dizem que não são mais bicheiros**. O Globo, Rio de Janeiro, Rio, p. 14, 27 abr. 2007.

GRANT, Ruth W.; KEOHANE, Robert O. **Accountability and abuses of Power in world politics**. American Political Science Review, v. 99, n. 1, 2005.

HELENA, Ezo Santa. **O processo de alocação dos recursos federais pelo Congresso Nacional**. Caderno ASLEGIS. Brasília, 2003.

HENDRIKSEN, E. S., BREDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1993.

INTRILIGATOR, M. D. **On the Nature and Scope of Defence Economics**. Defence Economics, 1990, Vol. 1, pp. 3-11.

IZECKSOHN, Vitor. **O Cerne da Discórdia**. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002. v. 1. 202 p.

JOHNSON, H. T.; ROBERT, S. K. **A relevância da contabilidade de custos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

KOIFMAN, Fabio. **Presidentes do Brasil: de Jânio a Lula**. Vol. 2. Editora Rio, Rio de Janeiro: 2003.

LAKATOS, Imre. 1980. **The Methodology of Scientific Research Programmes: Volume 1: Philosophical Papers**. New Ed. Cambridge University Press. (Originally published 1978).

LAKATOS, Imre; FEYERABEND, Paul & MOTTERLINI, Matteo (editor). 2000. **For and Against Method: Including Lakatos' Lectures on Scientific Method and the Lakatos-Feyerabend Correspondence**. 1st ed. University Of Chicago Press.

LANNES, Ulisses Lisboa Perazzo. **O Brasil e as operações de manutenção da paz**. In: Gilberto Dupas & Tullo Vigevani (orgs) O Brasil e as novas dimensões da segurança internacional. São Paulo, Alfa Omega, 1999.

LEAL, C.M. A OTAN e a PESD: **Duas Realidades Complementares ou Concorrentes?** Informação Internacional. Análise Econômica e Política, Lisboa, v.1, p. 199-264, 2004. Disponível em: www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor_inter_2004_I_III1.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2009.

LEONEL, Benedito Onofre Ferreira. "Alocação de Recursos nas Forças Armadas". PBS&D, 2005.

LOCKE. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. São Paulo, Martin Claret. 2002.

LOURENÇÃO, Humberto José. **Forças Armadas e Amazônia (1985 a 2006)**. (Tese de Doutorado). Unicamp, Campinas: 2007.

MACHADO, Raul. "Orçamento e Forças Armadas". PBS&D, 2004.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander, e JAY, John. **Os Artigos Federalistas, 1787-1788**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher. **Democratic accountability in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

MANIN, Bernard (1995). "As metamorfoses do governo representativo". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 29, pp.5-34.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: L&PM Pocket, 2001.

MARINHO, Vera Maria Costa; SEIDL, Peter Rudolf; LONGO, Waldimir Pirró e. **O papel governamental como ator essencial para a P&D de medicamentos: um estudo de casos**. Quím. Nova. 2008, vol.31, n.7, pp. 1912-1917.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, USP, Brasil: 2007.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação: 1963-1990**. Ed. Unesp. São Paulo: 2004.

MATOS, M. O. **Ingresso do Brasil no Sistema OTAN de Catalogação: Perspectivas de Desenvolvimento da Indústria Bélica Brasileira**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, n.8, p. 76-90, 2006.

MELO, Luiz Martins de. **O financiamento da inovação nas empresas**. Valor Econômico, Rio de Janeiro, p. A14 - A14, 23 jul. 2007. Disponível em: http://inovacao.enap.gov.br/index.php?Itemid=50&id=230&option=com_content&task=view. Acesso em 1º de novembro de 2009.

MENDES, Andrea Ribeiro. **A Constituição das Fronteiras Marítimas Brasileiras: do “Mar Territorial” à “Amazônia Azul”**. Dissertação de Mestrado. ENCE/IBGE. Rio de Janeiro, 2006.

MEZAROBBA, Glenda. **À sombra das Forças Armadas**. Revista Brasileira de Ciências. Socias. 2007, vol.22, n.65.

MITTAL, A., MIOLA, J., BRUNET, L., SILVA, L.H. **Gastos de guerra: alternativas democráticas de aplicação**. Corag, 2002.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul**. Revan, RJ, 2003.

MONTESQUIEU, C. **O espírito das leis**. (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MORAES, Marco César de. **A Estratégia Nacional de Defesa e o Orçamento da União**. Centro de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2009.

MOREIRA, Ricardo Ramallete & HERSCOVICI, Alain. **Path-dependence, expectativas e regulação econômica - elementos de análise a partir de uma perspectiva pós-keynesiana**. Revista Economia contemporânea. Rio de Janeiro: 547-574, set./dez. 2006.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações. A luta pelo poder e pela paz**. Brasília: UnB, 2003

MORONI, J. A. **O direito à participação no Governo Lula**. Saúde em debate, v. 29, n. 71, p.284-304, 2005.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **A defesa brasileira e o orçamento**. Security and Defense Studies Review, 2004.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JUNIOR, Domício. **Da Accountability Seletiva à Plena Responsabilidade Policial**. In: Haydee Caruso; Jacqueline Muniz; Antonio Carlos Carballo Blanco. (Org.). Polícia, Estado e Sociedad: Saberes e Práticas Latino-americanos. 1 ed. Rio de Janeiro: Publit Seleções Editoriais, 2007, v. 1, p. 25.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **Governança e financiamento do Projeto Calha Norte**. Novos Cadernos NAEA. v. 8, n. 1, p. 115-140, jun. 2005

NASCIMENTO, M. L.; SÁ, Alcindo José De. **O Entorno Regional e a Volta do Planejamento como Ferramenta de Gestão do Território: a Amazônia Permanece em Foco**. Revista de Geografia (Recife), v. 24, p. 191-211, 2007.

NEUMANNE, José. **Quem é que tem mais direito à vida?** O Estado de São Paulo, São Paulo, Espaço aberto, p. A2, 07 mar. 2007.

O'DONNELL, Guilhermino. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. Lua Nova, n. 44, 1998.

OLIVEIRA, A. ; ZAVERUCHA, J. **Tráfico de drogas: revisando a bibliografia e justificando a explicação por mecanismo**. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 62, p. 05-18, 2006.

PATTILLO, G. **El presupuesto de defensa en Chile: procesos decisionales y propuesta de indicadores de evolución**. Security and Defense Studies Review, vol. 1, n. 2, p. 125-145, Winter 2001.

PAYNE, J. Mark, ZOVATTO, Daniel G. & DÍAZ, Mercedes Mateo. **La política importa – democracia y desarrollo en América Latina**. Edición revisada. Editorial Planeta and Harvard University, 2006.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões**. 4. ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 2004. 246 p.

PEDERIVA, João Henrique. A contabilidade e os custos indiretos. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, v. 27, n. 113, p. 60-77, set-out 1998.

_____. **Accountability, Constituição e Contabilidade**. Revista de informação legislativa. Brasília, ano 35, n. 140, p. 17-40, out-dez 1998.

_____. **A Defesa Brasileira e o Orçamento**. Security and Defense Studies Review, v. 4, n. 2, p. 115-134, 2004;

PEREIRA FILHO, Oliveira Alves; TANNURI-PIANTO, Maria Eduarda; SOUZA, Maria da Conceição Sampaio de. **Medidas de Custo Eficiência dos Serviços Subnacionais de Segurança Pública: 2001-2006**. In: XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008, Salvador - BA. Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008.

PEREIRA, A.; ZAVERUCHA, J. **The Neglected Step-Child: Military Justice and Democratic Transition in Chile**. Social Justice, Estados Unidos, v. 32, p. 115-131, 2005.

PEREIRA, José Matias. **Políticas de defesa da concorrência e de regulação econômica: as deficiências do sistema brasileiro de defesa da concorrência**. Revista de Administração Contemporânea, v. 10, n. 2, 2006, p. 51-73.

PEREIRA, Merval. **Ações inconsequentes**. O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 4, 19 maio 2007.

PEREIRA, S. **Segurança e Defesa Européia: Qual a Articulação entre as Organizações Internacionais no Pós-Guerra Fria?** Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais (CIARI), [S.l.], [2005?]. Disponível em: www.ciari.org/investigacao/seguranca_e_defesa_europeia.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2009.

PESCE, Eduardo Ítalo. **As Forças Armadas e o orçamento da união em 2005**. In: Revista Marítima Brasileira. Vol. 126, n 04/06 – abr/jun 2006.

_____. **Marinha do Brasil: Perspectivas**. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. 2009. p 3. Disponível em: www.mar.mil.br/diversos/Artigos_selecionados/MB_perspectivas.pdf. Acesso em 1º de novembro de 2009.

PESSANHA, Charles. **Accountability e Controle Externo no Brasil e na Argentina**. In Direitos e Cidadania, Angela de Castro Gomes (Coord.). Rio de Janeiro, FGV Editora, pp.139-167. 2007.

PETREI, H. **Budget and Control: Reforming the Public Sector in Latin America**. USA: Inter-American Development Bank, 1998.

POLLONI, M.; CONTRERAS, A.; ORTIZ, C. **Relaciones entre las Fuerzas Armadas y el Poder Legislativo en Chile: análisis e proposiciones**. Security and Defense Studies Review, vol. 1, n. 1, p.61-76, Spring 2001.

POMPEU, Luís Fernando Nogueira. **Aspectos políticos do orçamento de defesa: o orçamento da Marinha do Brasil e a Política de Defesa Nacional**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRJ: 2009.

PONTES, Cecília Carmen Cunha. **Strategic information management within industrial enterprises of telecommunications sector in Brazil**. Ci. Inf. 1999, vol.28, n.1, pp. 20-27.

POWER, Michael. **The audit society: rituals of verification**. Oxford University Press, 1999.

PROENÇA Jr, Domício; DUARTE, Érico Esteves . **Os Estudos Estratégicos como base reflexiva da Defesa Nacional**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 50, p. 29-46, 2007.

_____; DINIZ, Eugênio. **Considerações Técnicas da Política de Defesa do Brasil**. In: Engenharia de Produção 99, 1999, Rio de Janeiro. Anais do XIX ENEGEP, 1999. v. 1.

_____; RAZA, S. G. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 188 p.

_____. **Política de defesa no Brasil: Uma análise crítica.** Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

_____; SOARES, Priscila Ferraz. *In: Introdução ao Ofício Acadêmico.* IOA-1. PEP-COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

RAZA, Salvador Ghelfi. **Projeto de Força: o elo ausente em reformas de defesa.** Texto apresentado no *Research and Education in Defense and Security Studies – Redes 2002.* Disponível em: www.ndu.edu (Acesso em 10 de novembro de 2009).

REST, Y. **A Defesa Européia: situação político-militar e perspectivas.** Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, Marinha do Brasil, 2004. 20 f. Ensaio.

RIBEIRO, A. S. **O Novo Conceito Estratégico da NATO.** Revista da Armada, [S.l.], v.321, Jun.1999. Disponível em: www.marinha.pt/extra/revista/ra_jun1999/pag6.html. Acesso em 10 de novembro de 2009.

RODRIGUES, Lino; FREIRE, Flávio. **Greve da PF causa transtornos em aeroportos.** O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 12, 23 maio 2007.

ROSIÉRE, Antonio Carlos Ayrosa. “Alocação de Recursos na função Defesa”. PBS&D, 2004;

ROUSSEAU, Jean-jacques. **Do Contrato Social - Princípios do Direito Político.** Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2002.

SACCHETTI, António E. Ferraz (2005). “Forças armadas, a instituição e as associações”. *In: Temas e Reflexões.* Nº 4.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis (Org.) **Controle civil sobre os militares: política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai.** Ed. Unesp: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais de Unesp, Unicamp e PUC/SP. São Paulo: 2007.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **The Brazilian Military in Post-Democratic Transition.** Revista Fuerzas Armadas y Sociedad 18(3-4): 115-146. 2004. Disponível em: www.fasoc.cl/php/fasoc.php?seccion=articulo&id_articulo=500. Acesso em 10 de novembro de 2009.

SARAIVA, J.F.S. (Org.). **Dois Séculos de História: Entre a Ordem Bipolar e o Policentrismo.** Relações Internacionais, Brasília: IBRI, 2001.

SARDENBERG, Ronaldo. **O papel da C & T na defesa da soberania.** *In: PINTO, A. J. R.; ROCHA, R. A. P.; e SILVA, R. D. P.(Org.). As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País.* Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

SCHEETZ, Thomas. **El presupuesto de defensa en Argentina: su contexto y una metodología de análisis.** Security and Defense Studies Review, v. 2, n. 1, p. 46-65, Summer 2002.

_____. **Gastos militares em América del Sur: proliferación de armamento y medidas de fomento de La confianza y La seguridad em América Latina.** Lima: Centro Regional de las Naciones Unidas para la paz, el desarme y el desarrollo em América Latina y El Caribe, 2004.

SILVA FILHO, José Vicente. **A Força Nacional de Segurança Pública.** Disponível em: www.josevicente.com.br. Acesso em 10 de novembro de 2009.

_____. **Forças Armadas na Segurança Pública.** Disponível em: www.josevicente.com.br. Acesso em 10 de novembro de 2009.

SILVA, Fernando Antonio Rezende & CUNHA, Armando Santos Moreira da. **O Orçamento Público e a Transição do Poder.** Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2003.

SILVA, Helder Pereira. *In: A criação do Ministério da Defesa e a sua influência na formação da Segunda Política de Defesa Nacional.* São Paulo, 2007. pp 2 e 3. (Estudo apresentado no I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, promovido pela UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Disponível em: www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/silva.pdf. (Acesso em 1º de novembro de 2009).

SILVA, Othon Luiz Pinheiro e GUIMARÃES, Leonan dos Santos. **Atenção ao uso da retórica antinuclear.** Folha de São Paulo, 10 dez. 2007, Opinião A 3.

SIMONS, R. **Levers of control: how managers use innovative control systems to drive strategic renewal.** USA: Harvard Business School Press, 1995.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Quando o barato sai caro e o caro sai barato.** Correio Braziliense, Brasília, Opinião, p. 27, 8 mar. 2007.

SOARES, L.F.M. **O Brasil no cenário Regional de Defesa e Segurança.** Disponível em: PINTO, J.R.A.; ROCHA, A.J.R.; SILVA, R.D.P. (Org.). O Brasil no Cenário Internacional de Defesa e Segurança. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. (Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança, 5). p. 149-170.

SOARES, Samuel Alves e MATHIAS, Suzeley Kalil. **Forças Armadas, orçamento e autonomia militar.** *In: Perspectiva*, nº 24/25, 85-113, São Paulo, UNESP, 2002.

SORIANO, J. P. **Acuerdos y desacuerdos sobre la redefinición del concepto de las instituciones de seguridad interamericana: las posiciones de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Estados Unidos y México.** *Security and Defense Studies Review*, v. 1, n. 1, p.1-41, Spring 2001.

SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. **Participação sul-americana em operações de paz: um estudo de caso da participação dos países do Cone Sul na MINUSTAH.** Rio de Janeiro: Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº03, Rio, 2009.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**. 11 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

STEIMAN, Rebeca. **Brasil e América do Sul: questões institucionais de fronteira**. UFRJ. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/REBECAlegislatlas.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2009.

STRAYER, Joseph R. **As origens medievais do Estado Moderno**. Portugal, Gradiva Publicações. 1986.

TORRES, Fernando. **Gabinete de Ação Integrada discute termo de cooperação**. Disponível em: www.seguranca.rj.gov.br/content.asp?cc=12&id=2216. Acesso em 10 de novembro de 2009.

TRISTÃO, Gilberto. **A reorganização do processo de planejamento e orçamento do governo federal: estratégia de modernização gerencial**. Trabalho apresentado no VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. Disponível em: www.ij.derecho.ucr.ac.cr/archivos/documentacion/inv%20otras%20entidades/CLAD/CLAD%20VII/DOCUMENTOS/TRISTAOA.PDF. Acesso em 10 de novembro de 2009.

TUMA, Romeu. **Proposta de emenda constitucional nº534 de 21/03/07: dispõe sobre criação da Guarda Nacional**. Disponível em: www2.camara.gov.br/internet/proposicoes/chamadaExterna.html?link=http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=50573. Acesso em 10 de novembro de 2009.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras – Fundamentos sociais do Estado: Direito Público e cultura**. 3. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974.

VIDIGAL, Armando A. F. **O Brasil diante dos desafios internacionais de segurança e defesa**. In: PINTO, A. J. R.; ROCHA, R. A. P.; SILVA, R. D. P.(Org.). O Brasil no cenário de defesa e segurança. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

VIDIGAL, Edson Carvalho. **Estamos vivendo um estado nazista**. ISTOÉ, nº 1864, p. 7-9, 06 jul. 2005.

VIDIGAL, Sueli. **Proposta de emenda constitucional nº 24 de 21/03/07: dispõe sobre criação da Força Nacional de Segurança Pública**. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=345544. Acesso em 10 de novembro de 2009.

VIGGIANO, J.L. **Questões Humanitárias e a OTAN: Perspectivas da Década de 90**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. HISTÓRIA: GUERRA e PAZ. 2005, Londrina. Disponível em: www.anpuh.uepg.br/xxiii-

simposio/anais/textos/JULIANA%20LYRA%20VIGGIANO.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2009.

ZAVERUCHA, Jorge. **(Des)controle civil sobre os militares no governo Fernando Henrique Cardoso**. Lusotopie, França, v. 3, p. 399-418, 2003.

_____. **A Fragilidade do Ministério da Defesa Brasileiro**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 25, p. 107-121, 2005.

_____. **De FHC a Lula: A militarização da Agência Brasileira de Inteligência**. Revista de Sociologia e Política, v. 16, p. 177-195, 2008.

_____. **La militarización de la seguridad pública en Brasil**. Nueva Sociedad, v. 213, p. 128-146, 2008.

_____. **Militares e Participação Política no Brasil do Final e Início do Século XXI**. Revista da USP, Brasil, v. 49, p. 8-20, 2001.

_____. **Ministério da Defesa: Um Poder Virtual**. Strategic Evaluation, v. 1, p. 23-46, 2007.

_____. **Poder Militar Entre o Autoritarismo e a Democracia**. Política Hoje, Brasil, v. 15, p. 8-30, 2001.

_____; REZENDE, F. **How the Military Competes for Expenditure in Brazilian Democracy: Arguments for an outlier**. International Political Science Review, v. 30, p. 407-429, 2009.

_____; TEIXEIRA, H. B. **A Literatura sobre Relações Civis-Militares no Brasil (1964-2002): Uma Síntese**. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 55, p. 59-72, 2003.

_____. **FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia, 1999-2002**. Rio de Janeiro, Record, 2005.

Documentos

BRASIL, Controladoria Geral da União. Balanço Geral da União, v 1, 2004. Relatório de Atividades do Poder Executivo. Disponível em: www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2004/Volume1/C%20-%20006.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2009.

_____. Legendas das Fontes de Recursos Federais. www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2005/Re_d_Final/vol1/VOL1-quadro9.pdf. Acesso em 1º de novembro de 2009.

MARINHA DO BRASIL, Centro de Comunicação Social. Amazônia Azul. A nossa última fronteira. Disponível em:

www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/nossa_ultima_frenteira.htm. Acesso em 10 de novembro de 2009.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Reservas de Urânio no Brasil. Disponível em: www.inb.gov.br/reservasBrasil.asp. Acesso em 10 de novembro de 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Avaliação Atuarial dos Compromissos Financeiros da União com os Militares das Forças Armadas e seus Pensionistas. Secretaria de Organização Institucional. Departamento de Organização e Legislação. Brasília, 2009. Disponível em:

www.planalto.gov.br/ccivil/projetos/PLN/2009/ANEXOS%20LDO/MSG255-4.7_ANEXO%20IV.7%20Militares.pdf. (Acesso em 1º de novembro de 2009).

_____. Relatório de Avaliação do Plano Plurianual, 2004-2007. Exercício 2008, ano base 2007. Caderno 5, Brasília, 2008. 258 p. Disponível em: www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_PPA/relatorio_2008/08_PPA_Aval_cad05_MD.pdf. (Acesso em 1º de novembro de 2009).

_____. Relatório de Avaliação do Plano Plurianual, 2008-2011. Exercício 2009, ano base 2008. Brasília, 2009. 171 p. Disponível em: www.efs.org/portal/page/portal/TCU/comunidades/gestao_orcamentaria/programacao_orcamentaria/PPA-2008-11.pdf (Acesso em 1º de novembro de 2009).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Avaliação do PPA. Disponível em: www.abrasil.gov.br/avalppa/avalplano/content/default.htm, Acesso em 1º de novembro de 2009.

_____. Avança Brasil. Disponível em: www.abrasil.gov.br/index.htm. Acesso em 1º de novembro de 2009.

_____. Séries históricas de dados e indicadores fiscais. Brasil. Secretaria de Orçamento Federal. Brasília, 2007. Disponível em:

www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/estatisticas_fiscais/estatisticas_fiscais_metodologia_02.pdf. Acesso em 1º de novembro de 2009.

NATO, North Atlantic Treaty Organization. A OTAN no Futuro. Disponível em: www.otan.nato.int/docu/review/2006/issue2/portuguese/military.html. Acesso em 10 de novembro de 2009.

_____. Uma OTAN Renovada. Disponível em:

www.nato.int/docu/review/2006/issue3/portuguese/art1.html. Acesso em 10 de novembro de 2009.

SENADO FEDERAL. Revista de Informação Legislativa, nº 159, jul-set/2003; Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília. 2003.

THE WHITE HOUSE. The National Security Strategy of the United States of America 2002. The National Security Strategy of the United States of America 2006. Washington. Disponível em: www.whitehouse.gov/nsc/. Acesso em 10 de novembro de 2009.

Links

Estratégia Nacional de Defesa:

www.fab.mil.br/portal/defesa/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf.

Acesso em 1º de novembro de 2009.

Política de Defesa Nacional de 1996:

www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/DEFES.htm. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Política de Defesa Nacional de 2005:

www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=home. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Portal da Transparência: www.portaldatransparencia.gov.br. Acesso em 1º de novembro de 2009.

_____. Sobre o Portal da Transparência:

www.portaldatransparencia.gov.br/sobre/Iniciativa.asp. Acesso em 1º de novembro de 2009.

_____. Documento “Portal da Transparência”:

http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=280. Acesso em 1º de novembro de 2009.

_____. Origem do Portal da Transparência:

www.portaldatransparencia.gov.br/sobre/Origem.asp. Acesso em 1º de novembro de 2009.

SIPRI. World military expenditure 1988-2008:

www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_world_graph.html. Acesso em 1º de novembro de 2009.

_____. Recent trends in military expenditure:

www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_trends.html. Acesso em 1º de novembro de 2009.

_____. The 15 major spender countries in 2007:

www.sipri.org/contents/milap/milex/mex_major_spenders.pdf. Acesso em 1º de novembro de 2009.

_____. Yearbook2008 Armaments, disarmament and international security summary: <http://yearbook2008.sipri.org/files/SIPRIYB08summary.pdf>. Acesso em 1º de novembro de 2009.

_____. The SIPRI definition of military expenditure:

www.sipri.org/databases/milex/definitions. Acesso em 1º de novembro de 2009.

_____. The SIPRI Military Expenditure Database:

<http://milexdata.sipri.org/result.php4>. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Notícia sobre a aquisição da caças para a Aeronáutica:

<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/09/08/lula-amorim-anunciaram-acordo-com-franca-para-compra-de-cacas-mas-fab-sequer-concluiu-analise-767531120.asp>. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Notícia sobre Estratégia Nacional de Defesa:

<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/10/08/jobim-diz-que-plano-de-defesa-consumira-ate-0-7-do-pib-que-transferencia-de-tecnologia-determinante-767968651.asp>. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Portal do Orçamento (Senado Federal):

www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado. Acesso em 10 de novembro de 2009.

Site: Arms Control & Disarmament Agency - US Department of State:

www.state.gov/www/global/arms/. Acesso em 10 de novembro de 2009.

Site Contas Abertas: www.contasabertas.uol.com.br.

Site da Organização das Nações Unidas (ONU): www.un.org. Acesso em 10 de novembro de 2009.

Site da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento:

www.portalsof.planejamento.gov.br/portal. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Site do Fundo Monetário Internacional (FMI): www.imf.org. Acesso em 10 de novembro de 2009.

Site do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI: www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI/index.asp. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Site do Ministério do Planejamento:

www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?sec=8. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Site do Tribunal de Contas da União: www.tcu.gov.br. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Site: International Institute for Strategic Studies (IISS): www.iiiss.org/. Acesso em 10 de novembro de 2009.

Site: United States - Department of Defense News: www.defenselink.mil. Acesso em 10 de novembro de 2009.

Site: U.S. Arms Control and Disarmament Agency (USACDA): www.dosfan.lib.uic.edu/acda/. Acesso em 10 de novembro de 2009.

Site: U.S. Bureau of Arms Control:

www.state.gov/www/global/arms/bureauac.html. Acesso em 10 de novembro de 2009.

Site Military Power Review: www.militarypower.com.br. Acesso em 10 de novembro de 2009.

Site oficial da Aeronáutica do Brasil: www.fab.mil.br. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Site oficial do Exército do Brasil: www.exercito.gov.br. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Site oficial da Marinha do Brasil (informações sobre pensão militar): www.mar.mil.br/menu_v/ingresse_na_marinha/pensao.htm. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Tramitação do Projeto de Emenda Constitucional 53/04 no Senado: www.senado.gov.br/jornal/noticia.asp?codEditoria=22&dataEdicaoVer=20091012&dataEdicaoAtual=20091012&nomeEditoria=Comiss%C3%B5es&codNoticia=89769. Acesso em 1º de novembro de 2009.

Transparência Administrativa do Ministério da Defesa:
www.defesa.gov.br/transparencia_adm/index.php?page=tomada_contas.
Acesso em 1º de novembro de 2009.

Legislação

BRASIL, Constituição da República Federativa. 1988.

Decreto-Lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946, que estabelece pensão para os herdeiros de ex-combatentes da FEB, na 2ª Guerra Mundial.

Decreto nº 3 897 de 24/08/2001: Fixa as diretrizes para emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/visualizarNorma.html?ideNorma=391395&PalavrasDestaque=>. Acesso em 10 de novembro de 2009. Publicado em: Diário Oficial da União, Seção 1, eletrônico, 27 ago. 2001, p. 66.

Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980).

Lei 10.559, de 13/11/2002.

Lei 11.473, de 10/05/2007.

Lei 1.939, de 20 de maio de 1982.

Lei 3.765, de 4 de maio de 1960.

Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

Lei Complementar 97/1999.

Lei Complementar nº 101, de 2000.

Lei de Pensões (Lei nº 3.765 de 04 de maio de 1960).

Lei de Remuneração dos Militares (Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001).

Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960, que estabelece pensão para viúva de militar ou funcionário civil atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave.

Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, que estabelece pensão de 2º Sargento para os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial, incapacitados, que participaram ativamente das operações de guerra.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Lei Orçamentária Anual de 2009: Disponível em:
www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Elaboracao:PL
Acesso em 1º de novembro de 2009.

Leis orçamentárias anuais: Portal do Orçamento do Senado Federal.
Disponível em:
http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado. Acesso em 10 de novembro de 2009.

Anexos

Anexo 1

Execução Orçamentária do Ministério da Defesa de 2000 a 2008

Primeira Parte

Despesa total por unidade orçamentária

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - DESPESA TOTAL

R\$ ml									
Comando/ Unidade Orçamentária	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	859.623	769.232	893.906	682.518	952.262	1.683.831	1.523.740	1.707.706	869.468
MINISTERIO DA DEFESA	830.367	720.862	825.718	619.275	875.857	1.595.488	1.421.312	1.609.293	765.403
FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA	3.511	2.724	1.739	5.938	3.090	3.631	3.862	2.974	639
FUNDO DE ADM. DO HFA	20.592	40.039	61.429	52.462	67.297	79.527	93.219	90.016	98.410
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	5.153	5.607	5.020	4.843	6.018	5.185	5.347	5.423	5.016
AGÊNCIA NAC. DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	0	0	0	0	0	0	78.619	120.535	220.040
COMANDO DA AERONÁUTICA	5.014.711	6.633.861	7.174.035	6.524.039	7.710.056	9.260.742	9.295.316	10.820.655	12.142.665
COMANDO DA AERONAUTICA	4.014.690	5.787.145	6.334.152	5.783.269	6.609.094	8.189.384	8.061.568	9.554.852	10.682.255
CAIXA DE FINANC. IMOB. DA AERONAUTICA	9.014	13.477	6.416	3.418	6.324	9.057	8.271	9.043	6.789
FUNDO AERONAUTICO	933.684	772.531	787.325	686.330	999.406	1.003.894	1.199.420	1.256.760	1.453.621
FUNDO AEROVIARIO	57.323	60.708	46.142	51.022	95.232	58.407	26.057	0	0
COMANDO DO EXÉRCITO	9.333.770	11.473.554	13.080.008	12.134.224	13.128.480	14.565.341	16.473.543	17.902.893	20.655.687
COMANDO DO EXERCITO	9.072.811	11.185.116	12.728.382	11.807.037	12.697.111	14.097.159	15.920.085	17.321.313	19.852.738
FUNDAÇÃO OSORIO	3.425	3.676	4.000	4.472	5.382	5.826	7.552	8.376	9.417
FUNDO DO EXERCITO	257.534	284.762	347.626	322.715	425.987	462.356	545.906	573.204	661.764
INDUSTRIA DE MATERIAL BÉLICO	0	0	0	0	0	0	0	0	131.768
COMANDO DA MARINHA	5.546.576	6.679.257	7.075.639	6.488.044	6.816.998	7.570.142	8.314.520	9.335.411	10.953.480
COMANDO DA MARINHA	5.064.214	6.097.781	6.759.958	6.235.162	6.402.302	7.206.413	7.887.742	8.781.618	10.509.640
TRIBUNAL MARITIMO	1.004	1.203	1.260						
SEC. COMIS. INTERM. REC. MAR	6.761	4.389	3.159	3.066	5.569	6.461	21.246	21.718	63.386
FUNDO NAVAL	447.284	542.450	289.067	226.187	369.426	309.344	350.350	453.980	309.171
FUNDO DES. ENS. PROF. MARÍTIMO	27.313	33.434	22.195	23.629	39.701	47.924	55.182	78.095	71.283
MINISTÉRIO DA DEFESA	20.754.680	25.555.904	28.223.588	25.828.825	28.607.796	33.080.056	35.685.738	39.887.200	44.841.340
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL+ANAC	859.623	769.232	893.906	682.518	952.262	1.683.831	1.602.359	1.828.241	1.089.508
COMANDO DA AERONÁUTICA	5.014.711	6.633.861	7.174.035	6.524.039	7.710.056	9.260.742	9.295.316	10.820.655	12.142.665
COMANDO DO EXÉRCITO	9.333.770	11.473.554	13.080.008	12.134.224	13.128.480	14.565.341	16.473.543	17.902.893	20.655.687
COMANDO DA MARINHA	5.546.576	6.679.257	7.075.639	6.488.044	6.816.998	7.570.142	8.314.520	9.335.411	10.953.480

Fonte: SIDOR / SAFI

Segunda Parte

Despesa total por grupo de despesa

MINISTÉRIO DA DEFESA
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - DESPESA TOTAL

R\$ mil									
Comando/ Grupo de Despesa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
COMANDO DA AERONÁUTICA	5.014.711	6.633.861	7.174.035	6.524.039	7.710.056	9.260.742	9.295.316	10.820.655	12.142.665
Pessoal	3.177.141	4.031.695	4.554.942	4.637.079	4.951.714	5.402.630	6.343.003	6.957.553	8.035.461
Pessoal e Encargos Sociais	3.177.141	4.031.695	4.554.942	4.637.079	4.951.714	5.402.630	6.343.003	6.957.553	8.035.461
Dívida	209.266	312.374	576.421	222.309	177.948	1.310.968	292.866	558.910	234.587
Juros e Encargos da Dívida	68.756	119.434	277.314	68.020	49.614	1.005.929	81.101	67.624	52.020
Amortização da Dívida	140.510	192.940	299.107	154.289	134.334	305.039	211.765	491.286	182.567
Custeio e Investimentos	1.628.304	2.289.792	2.042.672	1.664.651	2.580.394	2.547.144	2.659.447	3.304.192	3.872.617
Outras Despesas Correntes	883.883	1.119.734	1.033.481	1.075.585	1.439.195	1.494.125	1.528.374	1.767.878	1.794.347
Investimentos	744.421	1.170.058	1.009.191	588.404	1.141.164	1.051.919	1.129.599	1.534.071	2.075.259
Inversões Financeiras				662	35	1.100	1.484	2.243	3.001
COMANDO DO EXÉRCITO	9.333.770	11.473.554	13.080.008	12.134.224	13.128.480	14.565.341	16.473.543	17.902.893	20.655.687
Pessoal	8.005.119	9.886.292	11.179.100	11.027.744	11.763.951	12.957.109	14.705.980	15.953.470	18.185.890
Pessoal e Encargos Sociais	8.005.119	9.886.292	11.179.100	11.027.744	11.763.951	12.957.109	14.705.980	15.953.470	18.185.890
Dívida	402.674	542.807	759.433	62.012	75.248	65.168	47.918	31.347	19.671
Juros e Encargos da Dívida	107.776	92.516	47.802	15.592	17.817	14.406	10.489	6.659	3.338
Amortização da Dívida	294.898	450.291	711.631	46.420	57.431	50.762	37.429	24.688	16.333
Custeio e Investimentos	925.977	1.044.455	1.141.475	1.044.468	1.289.281	1.543.064	1.719.645	1.918.076	2.450.126
Outras Despesas Correntes	748.515	829.137	831.965	919.679	1.107.816	1.400.096	1.505.257	1.600.198	2.007.255
Investimentos	177.462	195.318	308.010	113.095	179.765	141.268	164.678	276.140	442.871
Inversões Financeiras	0	20.000	1.500	11.700	1.700	1.700	49.700	41.800	0
COMANDO DA MARINHA	5.546.576	6.679.257	7.075.639	6.488.044	6.816.998	7.570.142	8.314.520	9.335.411	10.953.479
Pessoal	3.900.345	4.759.586	5.528.109	5.382.641	5.684.261	6.264.284	7.137.381	7.744.379	9.012.885
Pessoal e Encargos Sociais	3.900.345	4.759.586	5.528.109	5.382.641	5.684.261	6.264.284	7.137.381	7.744.379	9.012.885
Dívida	613.262	720.490	759.078	296.277	190.022	124.806	60.959	34.793	17.189
Juros e Encargos da Dívida	116.278	136.155	72.627	27.935	14.121	8.201	5.583	2.730	1.119
Amortização da Dívida	496.984	584.335	686.451	268.342	175.901	116.605	55.376	32.063	16.070
Custeio e Investimentos	1.032.969	1.199.181	788.452	809.126	942.715	1.181.052	1.116.180	1.556.239	1.923.405
Outras Despesas Correntes	827.091	991.732	742.217	755.158	858.845	1.105.688	892.576	1.069.316	1.314.959
Investimentos	205.788	206.971	45.783	53.968	83.854	75.364	233.604	486.923	609.046
Inversões Financeiras	90	478	452		16				
MINISTÉRIO DA DEFESA	20.754.680	25.555.904	28.223.588	25.828.825	26.607.796	33.080.056	35.685.738	39.887.200	44.841.338
Pessoal	15.120.656	18.725.111	21.333.991	21.111.537	22.612.418	24.856.832	28.531.150	30.773.378	35.433.360
Pessoal e Encargos Sociais	15.120.656	18.725.111	21.333.991	21.111.537	22.612.418	24.856.832	28.531.150	30.773.378	35.433.360
Dívida	1.366.617	1.818.160	2.489.669	981.300	829.511	2.030.475	1.052.860	1.019.326	271.447
Juros e Encargos da Dívida	322.399	390.103	632.125	460.647	411.238	1.318.586	337.973	178.265	56.477
Amortização da Dívida	1.044.218	1.428.057	1.857.544	520.653	418.273	711.889	714.887	841.061	214.970
Custeio e Investimentos	4.267.407	5.012.633	4.399.928	3.735.988	5.165.867	6.192.749	6.101.728	8.094.496	9.136.531
Outras Despesas Correntes	2.537.584	3.033.917	2.703.859	2.839.262	3.595.595	4.260.119	4.276.826	4.805.625	5.641.473
Investimentos	1.729.733	1.958.238	1.694.117	884.964	1.568.560	1.579.830	1.773.718	2.679.718	3.414.057
Inversões Financeiras	90	20.478	1.952	12.362	1.751	352.800	51.184	609.153	81.001

Fone: SDCR/ SIAFI

Terceira Parte
Despesa de pessoal

MINISTÉRIO DA DEFESA
Execução Orçamentária de 2000 a 2007 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ mil

Comando/ Grupo de Pessoal	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	38.051	47.538	71.840	64.073	212.492	232.809	335.744	78.613	94.361
Ativo	28.940	41.017	63.163	45.203	88.628	47.284	52.875	59.491	66.754
Inativo	9.111	6.521	8.677	9.883	11.280	12.202	15.058	19.122	27.607
Subtotal	38.051	47.538	71.840	55.086	99.908	59.486	67.933	78.613	94.361
Anistiados	0	0	0	8.987	112.584	173.323	267.811	0	0
A N A C	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Ativo	0	0	0	0	0	0	8.165	33.122	86.821
Inativo	0	0	0	0	0	0	877	6.241	17.942
Subtotal	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Anistiados	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COMANDO DA AERONÁUTICA	3.177.141	4.031.695	4.554.942	4.637.079	4.951.714	5.402.630	6.343.003	6.957.553	8.035.460
Ativo	1.486.837	1.698.918	2.025.077	2.014.889	2.112.561	2.305.138	2.688.396	2.807.996	3.223.214
Inativo	1.690.304	2.332.777	2.529.865	2.622.190	2.839.153	3.097.492	3.654.607	3.981.676	4.570.854
Subtotal	3.177.141	4.031.695	4.554.942	4.637.079	4.951.714	5.402.630	6.343.003	6.789.672	7.794.068
Anistiados	0	0	0	0	0	0	0	167.881	241.392
COMANDO DO EXÉRCITO	8.005.119	9.886.292	11.179.100	11.027.744	11.763.951	12.957.109	14.705.980	15.953.470	18.185.890
Ativo	3.182.136	3.257.043	3.885.348	3.708.398	4.079.265	4.539.794	5.197.804	5.589.320	6.566.671
Inativo	4.822.983	6.629.249	7.293.752	7.319.346	7.684.686	8.417.315	9.508.176	10.327.387	11.581.557
Subtotal	8.005.119	9.886.292	11.179.100	11.027.744	11.763.951	12.957.109	14.705.980	15.916.707	18.148.228
Anistiados	0	0	0	0	0	0	0	36.763	37.662
COMANDO DA MARINHA	3.900.345	4.759.586	5.528.109	5.382.641	5.684.261	6.264.284	7.137.381	7.744.379	9.012.885
Ativo	1.660.066	1.816.717	2.183.899	2.007.690	2.114.964	2.288.842	2.590.941	2.738.470	3.204.428
Inativo	2.240.279	2.942.869	3.344.210	3.374.951	3.569.297	3.975.442	4.546.440	4.905.996	5.678.761
Subtotal	3.900.345	4.759.586	5.528.109	5.382.641	5.684.261	6.264.284	7.137.381	7.644.466	8.883.189
Anistiados	0	0	0	0	0	0	0	99.913	129.696
MINISTERIO DA DEFESA	15.120.656	18.725.111	21.333.991	21.111.537	22.612.418	24.856.832	28.531.150	30.773.378	35.433.359
Ativo	6.357.979	6.813.695	8.157.487	7.776.180	8.395.418	9.181.058	10.538.181	11.228.399	13.147.888
Inativo	8.762.677	11.911.416	13.176.504	13.326.370	14.104.416	15.502.451	17.725.158	19.240.422	21.876.721
Subtotal	15.120.656	18.725.111	21.333.991	21.102.550	22.499.834	24.683.509	28.263.339	30.468.821	35.024.609
Anistiados	0	0	0	8.987	112.584	173.323	267.811	304.557	408.750

Fonte: SIDOR / SIAFI

MINISTÉRIO DA DEFESA
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ mil

Comando/ Grupo de Pessoal	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	38.051	47.538	71.840	64.073	212.492	232.809	335.744	78.613	94.361
Pessoal Civil	38.051	47.538	71.840	55.086	99.908	59.486	67.933	78.613	94.361
Pessoal Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	38.051	47.538	71.840	55.086	99.908	59.486	67.933	78.613	94.361
Anistiados	0	0	0	8.987	112.584	173.323	267.811	0	0
A N A C	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Pessoal Civil	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Pessoal Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Anistiados	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COMANDO DA AERONAUTICA	3.177.141	4.031.695	4.554.942	4.637.079	4.951.714	5.402.630	6.343.003	6.957.553	8.035.460
Pessoal Civil	540.391	483.993	641.369	631.678	694.336	688.943	781.321	870.215	956.346
Pessoal Militar	2.636.750	3.547.702	3.913.573	4.005.401	4.257.378	4.713.687	5.561.682	5.919.457	6.837.722
Subtotal	3.177.141	4.031.695	4.554.942	4.637.079	4.951.714	5.402.630	6.343.003	6.789.672	7.794.068
Anistiados	0	0	0	0	0	0	0	167.881	241.392
COMANDO DO EXÉRCITO	8.005.119	9.886.292	11.179.100	11.027.744	11.763.951	12.957.109	14.705.980	15.953.470	18.185.891
Pessoal Civil	539.775	523.392	569.793	609.724	679.950	673.812	775.987	863.767	974.566
Pessoal Militar	7.465.344	9.362.900	10.609.307	10.418.020	11.084.001	12.283.297	13.929.993	15.052.940	17.173.663
Subtotal	8.005.119	9.886.292	11.179.100	11.027.744	11.763.951	12.957.109	14.705.980	15.916.707	18.148.229
Anistiados	0	0	0	0	0	0	0	36.763	37.662
COMANDO DA MARINHA	3.900.345	4.759.586	5.528.109	5.382.641	5.684.261	6.264.284	7.137.381	7.744.379	9.012.885
Pessoal Civil	440.572	423.396	456.922	495.036	542.542	549.181	681.505	756.380	886.892
Pessoal Militar	3.459.773	4.336.190	5.071.187	4.887.605	5.141.719	5.715.103	6.455.876	6.888.086	7.996.297
Subtotal	3.900.345	4.759.586	5.528.109	5.382.641	5.684.261	6.264.284	7.137.381	7.644.466	8.893.189
Anistiados	0	0	0	0	0	0	0	99.913	129.696
MINISTÉRIO DA DEFESA	15.120.656	18.725.111	21.333.991	21.111.537	22.612.418	24.856.832	28.531.150	30.773.378	35.433.360
Pessoal Civil	1.558.789	1.478.319	1.739.924	1.791.524	2.016.736	1.971.422	2.315.788	2.608.338	3.016.928
Pessoal Militar	13.561.867	17.246.792	19.594.067	19.311.026	20.483.098	22.712.087	25.947.551	27.860.483	32.007.682
Subtotal	15.120.656	18.725.111	21.333.991	21.102.550	22.499.834	24.683.509	28.263.339	30.468.821	35.024.610
Anistiados	0	0	0	8.987	112.584	173.323	267.811	304.557	408.750

Fonte: SIDOR / SIAFI

MINISTERIO DA DEFESA
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

R\$ mil

COMANDO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	38.051	47.538	71.840	64.073	212.492	232.809	335.744	78.613	94.361
Pessoal Civil	38.051	47.538	71.840	55.085	99.908	59.486	67.933	78.613	94.361
Ativo	28.940	41.017	63.163	45.202	88.628	47.284	52.875	59.491	66.754
Inativo	9.111	6.521	8.677	9.883	11.280	12.201	15.058	19.122	27.607
Pessoal Militar	0	0	0	8.987	112.584	173.323	267.811	0	0
Ativo	0	0	0	8.987	112.584	173.323	267.811	0	0
A N A C	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Pessoal Civil	0	0	0	0	0	0	9.042	39.363	104.763
Ativo	0	0	0	0	0	0	8.165	33.122	86.821
Inativo	0	0	0	0	0	0	877	6.241	17.942
COMANDO DA AERONÁUTICA	3.177.141	4.031.695	4.554.942	4.637.079	4.951.714	5.402.630	6.343.003	6.957.553	8.035.460
Pessoal Civil	540.391	483.993	641.370	631.678	694.336	688.943	781.321	870.215	956.346
Ativo	165.878	159.244	227.642	242.311	281.734	264.672	293.703	313.889	330.905
Inativo	374.513	324.749	413.727	389.367	412.602	424.270	487.618	556.326	625.441
Pessoal Militar	2.636.750	3.547.702	3.913.572	4.005.401	4.257.378	4.713.687	5.561.682	6.087.339	7.079.114
Ativo	1.320.959	1.539.674	1.797.434	1.772.578	1.830.827	2.040.466	2.394.693	2.661.988	3.133.702
Inativo	1.315.791	2.008.028	2.116.138	2.232.823	2.426.551	2.673.221	3.166.989	3.425.351	3.945.412
COMANDO DO EXÉRCITO	8.005.119	9.886.292	11.179.100	11.027.744	11.763.951	12.957.109	14.705.980	15.953.470	18.185.891
Pessoal Civil	539.775	523.392	569.793	609.725	679.949	673.813	775.987	863.768	974.565
Ativo	202.887	184.947	210.320	218.114	258.526	230.623	267.581	303.622	350.927
Inativo	336.887	338.445	359.473	391.611	421.424	443.189	508.406	560.145	623.638
Pessoal Militar	7.465.344	9.362.900	10.609.307	10.418.020	11.084.001	12.283.297	13.929.993	15.089.703	17.211.326
Ativo	2.979.248	3.072.097	3.675.028	3.490.284	3.820.739	4.309.171	4.930.223	5.322.460	6.253.406
Inativo	4.486.096	6.290.803	6.934.279	6.927.735	7.263.263	7.974.126	8.999.770	9.767.242	10.957.920
COMANDO DA MARINHA	3.900.345	4.759.586	5.528.109	5.382.641	5.684.261	6.264.284	7.137.381	7.744.379	9.012.885
Pessoal Civil	440.572	423.395	456.923	495.036	542.542	549.181	681.505	756.380	896.891
Ativo	193.416	193.181	204.603	226.310	247.065	229.653	284.145	304.060	358.374
Inativo	247.156	230.215	252.320	268.726	295.477	319.528	397.361	452.321	538.517
Pessoal Militar	3.459.774	4.336.191	5.071.187	4.887.605	5.141.719	5.715.103	6.455.876	6.987.999	8.125.994
Ativo	1.466.649	1.623.535	1.979.296	1.781.379	1.867.899	2.059.189	2.306.796	2.534.323	2.975.750
Inativo	1.993.124	2.712.656	3.091.891	3.106.226	3.273.820	3.655.914	4.149.080	4.453.676	5.150.244
MINISTERIO DA DEFESA	15.120.656	18.725.111	21.333.991	21.111.536	22.612.419	24.856.831	28.531.149	30.773.379	35.433.360
Pessoal Civil	1.558.788	1.478.319	1.739.925	1.791.523	2.016.735	1.971.422	2.315.789	2.608.339	3.016.926
Ativo	591.122	578.389	705.728	731.937	875.952	772.233	906.469	1.014.184	1.193.781
Inativo	967.667	899.929	1.034.197	1.059.586	1.140.783	1.199.189	1.409.320	1.594.155	1.823.145
Pessoal Militar	13.561.867	17.246.793	19.594.066	19.320.013	20.595.684	22.885.410	26.215.361	28.165.041	32.416.434
Ativo	5.766.856	6.235.306	7.451.758	7.053.229	7.632.050	8.582.148	9.899.522	10.518.772	12.362.858
Inativo	7.795.011	11.011.487	12.142.308	12.266.784	12.963.634	14.303.261	16.315.839	17.646.269	20.053.576

Fonte: SIDOR / SIAFI

Quarta Parte

Despesa de custeio e investimentos por unidade orçamentária

Ministério da Defesa

Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - CUSTEIO E INVESTIMENTOS

R\$ mil

Comando/ Unidade Orçamentária	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	680.157	479.204	427.328	217.743	353.476	921.489	536.877	1.234.820	775.107
MINISTERIO DA DEFESA	650.902	443.484	402.294	179.760	303.509	867.958	476.919	1.180.705	726.821
FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA	3.510	2.724	1.739	5.938	3.090	3.631	3.862	2.975	639
FUNDO DE ADM. DO HFA	20.592	27.389	18.275	27.202	40.859	44.716	50.750	45.717	42.631
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	5.153	5.607	5.020	4.843	6.018	5.184	5.346	5.423	5.016
AGÊNCIA NAC. DE AVIAÇÃO CIVIL	0	0	0	0	0	0	69.578	81.170	115.277
COMANDO DA AERONÁUTICA	1.628.304	2.289.792	2.042.672	1.664.652	2.580.394	2.547.141	2.659.447	3.304.191	3.872.617
COMANDO DA AERONAUTICA	633.933	1.452.235	1.208.743	926.806	1.485.138	1.484.052	1.433.287	2.046.466	2.417.404
CAIXA DE FINANC. IMOB. DA AERO.	3.364	4.318	462	494	618	789	683	965	1592
FUNDO AERONAUTICO	933.684	772.531	787.325	686.330	999.406	1.003.894	1.199.420	1.256.760	1.453.621
FUNDO AEROVIARIO	57.323	60.708	46.142	51.022	95.232	58.406	26.057	0	0
COMANDO DO EXÉRCITO	925.978	1.044.455	1.141.475	1.044.468	1.289.281	1.543.064	1.719.645	1.918.075	2.450.126
COMANDO DO EXERCITO	666.927	757.986	792.177	719.763	860.746	1.077.913	1.170.672	1.341.729	1.683.418
FUNDAÇÃO OSORIO	1.517	1.707	1.672	1.990	2.548	2.795	3.067	3.142	3.623
FUNDO DO EXERCITO	257.534	284.762	347.626	322.715	425.987	462.356	545.906	573.204	661.764
IND. DE MATERIAL BÉLICO - IMBEL	0	0	0	0	0	0	0	0	101.321
COMANDO DA MARINHA	1.032.969	1.199.182	788.451	809.125	942.716	1.181.052	1.116.180	1.556.240	1.923.405
COMANDO DA MARINHA	551.456	618.749	473.872	556.244	528.019	817.323	689.402	1.002.447	1.479.565
TRIBUNAL MARITIMO	155	160	158	0	0	0	0	0	0
SEC. COMIS. INTERM. REC. MAR	6.761	4.389	3.159	3.065	5.570	6.461	21.246	21.718	63.386
FUNDO NAVAL	447.284	542.450	289.067	226.187	369.426	309.344	350.350	453.980	309.171
FUNDO DES. ENS. PROF. MARÍTIMO	27.313	33.434	22.195	23.629	39.701	47.924	55.182	78.095	71.283
MINISTÉRIO DA DEFESA	4.267.408	5.012.633	4.399.926	3.735.988	5.165.867	6.192.746	6.101.727	8.094.496	9.136.532
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL+ANAC	680.157	479.204	427.328	217.743	353.476	921.489	606.455	1.315.990	890.384
COMANDO DA AERONÁUTICA	1.628.304	2.289.792	2.042.672	1.664.652	2.580.394	2.547.141	2.659.447	3.304.191	3.872.617
COMANDO DO EXÉRCITO	925.978	1.044.455	1.141.475	1.044.468	1.289.281	1.543.064	1.719.645	1.918.075	2.450.126
COMANDO DA MARINHA	1.032.969	1.199.182	788.451	809.125	942.716	1.181.052	1.116.180	1.556.240	1.923.405

Fonte: SIDOR / SIAFI

Quinta Parte

Despesa de custeio e investimentos por fonte de recursos

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - CUSTEIO E INVESTIMENTOS

R\$ mil									
Fonte de Recursos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	680.158	479.205	427.329	217.743	353.476	921.489	536.878	1.234.820	775.106
Tesouro livre	635.324	456.979	409.303	201.423	339.210	909.858	503.054	1.209.848	724.827
Próprias e Vinculadas	44.834	22.226	18.026	16.320	14.266	11.631	33.824	24.972	50.279
SUBTOTAL	680.158	479.205	427.329	217.743	353.476	921.489	536.878	1.234.820	775.106
Convênios e Doações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANAC	0	0	0	0	0	0	69.578	81.170	115.277
Tesouro livre	0	0	0	0	0	0	170	4.438	24.827
Próprias e Vinculadas	0	0	0	0	0	0	69.408	76.732	90.450
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	0	69.578	81.170	115.277
Convênios e Doações	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tesouro Livre compreende as fontes 100, 106, 111, 135, 138, 142, 147, 148, 149, 153, 175, 185, 300, 311, 342 e 369

Próprias e Vinculadas compreende as fontes 136, 150, 151, 172, 174, 175, 176, 180, 192, 250, 280, 292, 350 e 650

Convênios e Doações compreende as fontes 181, 281 e 296

Fonte: SIDOR / SIAFI

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - CUSTEIO E INVESTIMENTOS

R\$ mil									
Fonte de Recursos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
COMANDO DA AERONAUTICA	1.628.304	2.289.792	2.042.672	1.664.652	2.580.394	2.547.143	2.659.446	3.304.191	3.872.617
Tesouro livre	498.217	1.471.619	1.212.721	926.806	1.485.138	1.484.052	1.443.287	2.107.093	2.342.086
Próprias e Vinculadas	1.130.087	812.243	825.436	733.780	1.092.568	1.060.326	1.214.599	1.194.695	1.526.968
SUBTOTAL	1.628.304	2.283.862	2.038.157	1.660.586	2.577.706	2.544.378	2.657.886	3.301.788	3.869.054
Convênios e Doações	0	5.930	4.515	4.066	2.688	2.765	1.560	2.403	3.563
COMANDO DO EXÉRCITO	925.977	1.044.455	1.141.475	1.044.468	1.289.281	1.543.063	1.719.645	1.918.075	2.450.127
Tesouro livre	633.725	732.237	798.612	708.308	847.541	1.037.376	1.129.300	1.281.192	1.603.977
Próprias e Vinculadas	262.524	284.954	329.483	324.531	427.954	464.178	548.107	575.472	817.442
SUBTOTAL	896.249	1.017.191	1.128.095	1.032.839	1.275.494	1.501.554	1.677.407	1.856.664	2.421.419
Convênios e Doações	29.728	27.264	13.380	11.629	13.786	41.509	42.238	61.411	28.708
COMANDO DA MARINHA	1.032.969	1.199.181	788.451	809.125	942.716	1.181.051	1.116.181	1.556.240	1.923.405
Tesouro livre	566.941	641.940	498.542	567.206	598.394	833.476	712.129	1.110.720	1.524.041
Próprias e Vinculadas	466.028	557.241	289.909	241.919	344.322	344.968	402.776	442.789	395.350
SUBTOTAL	1.032.969	1.199.181	788.451	809.125	942.716	1.178.444	1.114.905	1.553.509	1.919.391
Convênios e Doações	0	0	0	0	0	2.607	1.276	2.731	4.014
MINISTÉRIO DA DEFESA	4.267.408	5.012.633	4.399.927	3.735.988	5.165.867	6.192.746	6.101.728	8.094.496	9.136.532
Tesouro livre	2.334.207	3.302.775	2.919.178	2.403.743	3.270.283	4.264.762	3.787.940	5.713.291	6.219.758
Próprias e Vinculadas	1.903.473	1.676.664	1.462.854	1.316.550	1.879.109	1.881.103	2.268.714	2.314.660	2.880.489
SUBTOTAL	4.237.680	4.979.439	4.382.032	3.720.293	5.149.392	6.145.865	6.056.654	8.027.951	9.100.247
Convênios e Doações	29.728	33.194	17.894	15.695	16.474	46.881	45.074	66.545	36.285

Tesouro Livre compreende as fontes 100, 106, 111, 135, 138, 142, 147, 148, 149, 153, 175, 185, 300, 311, 342 e 369

Próprias e Vinculadas compreende as fontes 136, 150, 151, 172, 174, 175, 176, 180, 192, 250, 280, 292, 350, 650, 680 e 681

Convênios e Doações compreende as fontes 181, 281 e 296

Fonte: SIDOR / SIAFI

Ministério da Defesa

Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - CUSTEIO E INVESTIMENTOS (*)

(R\$ mil)

Fonte de Recursos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADM. CENTRAL	680.158	479.205	427.329	217.743	353.476	921.489	536.878	1.234.820	775.106
Tesouro Livre	635.324	456.979	409.303	201.423	339.210	909.858	503.054	1.209.848	724.827
Próprias e Vinculadas	44.834	22.226	18.026	16.320	14.266	11.631	33.824	24.972	50.279
ANAC	0	0	0	0	0	0	69.578	81.170	115.277
Tesouro Livre							170	4.438	24.827
Próprias e Vinculadas							69.408	76.732	90.450
AERONÁUTICA	1.628.304	2.283.862	2.038.157	1.660.586	2.577.706	2.544.378	2.657.886	3.301.788	3.869.054
Tesouro Livre	412.821	1.471.619	1.212.721	926.806	1.485.138	1.484.052	1.443.287	2.107.093	2.342.086
Próprias e Vinculadas	1.215.483	812.243	825.436	733.780	1.092.568	1.060.326	1.214.599	1.194.695	1.526.968
EXÉRCITO	896.249	1.017.191	1.128.095	1.032.839	1.275.495	1.501.554	1.677.407	1.856.664	2.421.419
Tesouro Livre	633.725	732.237	798.612	708.308	847.541	1.037.376	1.129.300	1.281.192	1.603.977
Próprias e Vinculadas	262.524	284.954	329.483	324.531	427.954	464.178	548.107	575.472	817.442
MARINHA	1.032.969	1.199.181	788.451	809.125	942.716	1.178.444	1.114.905	1.553.509	1.919.391
Tesouro Livre	566.941	641.940	498.542	567.206	598.394	833.476	712.129	1.110.720	1.524.041
Próprias e Vinculadas	466.028	557.241	289.909	241.919	344.322	344.968	402.776	442.789	395.350
TOTAL COMANDOS	3.557.522	4.500.234	3.954.703	3.502.550	4.795.917	5.224.376	5.450.198	6.711.961	8.209.864
Tesouro Livre	1.613.487	2.845.796	2.509.875	2.202.320	2.931.073	3.354.904	3.284.716	4.499.005	5.470.104
Próprias e Vinculadas	1.944.035	1.654.438	1.444.828	1.300.230	1.864.844	1.869.472	2.165.482	2.212.956	2.739.760
MINISTÉRIO DA DEFESA	4.237.680	4.979.439	4.382.032	3.720.293	5.149.393	6.145.865	6.056.654	8.027.951	9.100.247
Tesouro Livre	2.248.811	3.302.775	2.919.178	2.403.743	3.270.283	4.264.762	3.787.940	5.713.291	6.219.758
Próprias e Vinculadas	1.988.869	1.676.664	1.462.854	1.316.550	1.879.110	1.881.103	2.268.714	2.314.660	2.880.489

(*) Exclusivo Convênios e Doações

Tesouro Livre compreende as fontes 100, 106, 111, 135, 138, 142, 147, 148, 149, 153, 175, 185, 900, 911, 942 e 969

Próprias e Vinculadas compreende as fontes 136, 150, 151, 172, 174, 175, 176, 180, 192, 250, 280, 292, 950, 650, 680 e 681

Fonte: SIDOR / SIAFI

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - CUSTEIO (*)

R\$ mil									
Fonte de Recursos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	78.095	93.314	96.196	88.846	189.700	260.210	307.075	297.683	417.570
Tesouro Livre	40.741	72.953	79.716	74.354	178.781	251.991	283.520	276.659	371.018
Próprias e Vinculadas	37.354	20.361	16.480	14.492	10.919	8.219	23.555	21.024	46.552
ANAC	0	0	0	0	0	0	53.534	70.612	107.942
Tesouro Livre	0	0	0	0	0	0	170	4.438	24.827
Próprias e Vinculadas	0	0	0	0	0	0	53.364	66.174	83.115
COMANDO DA AERONÁUTICA	883.883	1.114.468	1.031.487	1.072.219	1.437.387	1.492.096	1.526.951	1.766.553	1.791.881
Tesouro Livre	371.960	686.057	589.218	587.275	724.355	818.379	778.282	1.095.302	1.092.672
Próprias e Vinculadas	511.923	428.411	442.269	484.944	713.032	673.717	748.669	671.251	699.209
COMANDO DO EXÉRCITO	754.595	823.926	827.038	914.765	1.100.475	1.377.295	1.485.670	1.563.553	1.998.089
Tesouro Livre	515.950	585.679	538.338	616.607	738.211	959.172	980.685	1.037.250	1.244.089
Próprias e Vinculadas	238.645	238.247	288.700	298.158	362.264	418.123	504.985	526.303	754.000
COMANDO DA MARINHA	827.092	991.733	742.216	755.158	858.845	1.103.256	881.576	1.066.585	1.311.552
Tesouro Livre	454.560	562.294	475.473	538.720	562.863	791.302	505.017	714.407	977.080
Próprias e Vinculadas	372.532	429.439	266.743	216.438	295.982	311.954	376.559	352.178	334.472
TOTAL COMANDOS	2.465.570	2.930.127	2.600.741	2.742.142	3.396.707	3.972.647	3.894.197	4.396.691	5.101.522
Tesouro Livre	1.342.470	1.834.030	1.603.029	1.742.602	2.025.429	2.568.853	2.263.984	2.846.959	3.313.841
Próprias e Vinculadas	1.123.100	1.096.097	997.712	999.540	1.371.278	1.403.794	1.630.213	1.549.732	1.787.681
MINISTÉRIO DA DEFESA	2.543.665	3.023.441	2.696.937	2.830.988	3.586.407	4.232.857	4.254.806	4.764.986	5.627.034
Tesouro Livre	1.383.211	1.906.983	1.682.745	1.816.956	2.204.210	2.820.844	2.547.674	3.128.056	3.709.686
Próprias e Vinculadas	1.160.454	1.116.458	1.014.192	1.014.032	1.382.197	1.412.013	1.707.132	1.636.930	1.917.348

(*) Exclusivo Convênios e Doações

Tesouro Livre compreende as fontes 100, 106, 111, 135, 138, 142, 147, 149, 149, 153, 175, 195, 300, 311, 342 e 369

Próprias e Vinculadas compreende as fontes 136, 150, 151, 172, 174, 175, 176, 180, 192, 250, 280, 292, 350, 650, 680 e 681

Fonte: SIDOR / SIAFI

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - INVESTIMENTOS (*)

(R\$ mil)

Fonte de Recursos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	602.062	385.891	331.132	128.897	163.776	661.279	229.803	937.137	357.536
Tesouro Livre	594.582	384.026	329.587	127.069	160.429	657.867	219.534	933.188	353.809
Próprias e Vinculadas	7.480	1.865	1.545	1.828	3.347	3.412	10.269	3.949	3.727
ANAC	0	0	0	0	0	0	16.044	10.558	7.335
Tesouro Livre	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Próprias e Vinculadas	0	0	0	0	0	0	16.044	10.558	7.335
COMANDO DA AERONÁUTICA	744.421	1.169.393	1.006.669	588.366	1.140.320	1.052.282	1.130.934	1.535.235	2.077.173
Tesouro Livre	126.257	785.561	623.503	339.531	760.784	665.673	665.004	1.011.791	1.249.414
Próprias e Vinculadas	618.164	383.832	383.166	248.835	379.536	386.609	465.930	523.444	827.759
COMANDO DO EXÉRCITO	151.654	193.266	301.057	118.074	175.020	124.259	191.738	293.112	423.330
Tesouro Livre	117.775	146.559	260.274	91.701	109.330	78.204	148.616	243.943	359.888
Próprias e Vinculadas	33.879	46.707	40.783	26.373	65.690	46.055	43.122	49.169	63.442
COMANDO DA MARINHA	205.878	207.450	46.235	53.967	83.871	75.188	233.329	486.923	607.840
Tesouro Livre	112.381	79.647	23.069	28.486	35.531	42.174	207.112	396.313	546.961
Próprias e Vinculadas	93.497	127.803	23.166	25.481	48.340	33.014	26.217	90.610	60.879
TOTAL COMANDOS	1.101.953	1.570.109	1.353.961	760.407	1.399.211	1.251.729	1.556.001	2.315.270	3.108.343
Tesouro Livre	356.413	1.011.767	906.846	459.718	905.645	786.051	1.020.732	1.652.047	2.156.263
Próprias e Vinculadas	745.540	558.342	447.115	300.689	493.566	465.678	535.269	663.223	952.080
MINISTÉRIO DA DEFESA	1.704.015	1.956.000	1.685.093	889.304	1.562.987	1.913.008	1.801.848	3.262.965	3.473.214
Tesouro Livre	950.995	1.395.793	1.236.433	586.787	1.066.074	1.443.918	1.240.266	2.585.235	2.510.072
Próprias e Vinculadas	753.020	560.207	448.660	302.517	496.913	469.090	561.582	677.730	963.142

(*) Exclui-se Convênios e Doações

Tesouro Livre compreende as fontes 100, 106, 135, 138, 142, 147, 148, 149, 153, 175, 185, 300, 311, 342 e 369

Próprias e Vinculadas compreende as fontes 111, 136, 150, 151, 172, 174, 175, 176, 180, 192, 250, 280, 292, 350, 650, 680 e 681

Fonte: SIDOR / SIAFI

Sexta Parte

**Despesa de custeio e investimentos
por principais programas e ações**

Ministério da Defesa

Execução Orçamentária por Principais Programas e Ações - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

	R\$ mil									
GRUPO DE PROGRAMAS E AÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS	22.401	29.634	20.332	16.170	137.305	182.958	103.692	169.538	161.426	
Missões de Paz	7.352	4.221	6.322	5.189	117.526	147.793	80.709	131.773	127.920	
Cooperação Militar com Países Amigos	0	0	0	0	702	6.234	2.416	1.023	1.937	
Operações Militares Conjuntas	0	0	6.201	9.972	14.894	18.754	16.268	29.779	27.028	
Intensificação da Presença Militar em Fronteiras	15.011	25.379	7.779	1.000	2.100	9.929	4.097	6.530	4.379	
Caráter Sigiloso	38	35	29	10	2.084	248	201	431	162	
SIVAM - SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA	832.962	488.333	471.974	196.583	101.095	111.217	0	0	0	
Sítios Operacionais	542.476	238.390	291.094	164.597	83.095	0	0	0	0	
Obras Cíveis	81.105	109.688	12.102	15.668	15.000	111.217	0	0	0	
Sistema de Aeronaves	208.447	127.390	142.211	16.318	3.000	0	0	0	0	
Demais (Manutenção, Contratação de Sinais, Integração de Bases de Dados, Concepção Ge	934	12.865	26.567	0	0	0	0	0	0	
GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	2.401	5.901	6.684	7.583	10.385	10.660	9.956	11.598	9.338	
Altos Estudos (ESG)	1.356	4.092	4.075	5.532	7.878	7.160	7.134	7.501	6.245	
Demais (Desenvolvimento Científico, Capacitação de Servidores, Sistema de Informações Lo	1.045	1.809	2.609	2.050	2.507	3.500	2.822	4.097	3.094	
PROGRAMA CALHA NORTE	37.407	16.033	26.240	14.323	41.581	133.032	163.212	272.661	221.388	
Calha Norte	37.407	16.033	26.240	14.323	41.581	133.032	163.212	272.661	221.388	
COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS	6.987	4.397	3.616	6.629	18.217	18.494	22.490	23.223	25.324	
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas	6.987	4.397	3.616	6.629	18.217	18.494	22.490	23.223	25.324	
ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE CIVIL	0	0	0	0	13.299	11.787	123.349	29.630	16.836	
Soldado-Cidadão	0	0	0	0	13.299	11.650	5.660	11.972	10.778	
Gripe Aviária	0	0	0	0	0	0	115.759	13.639	1.231	
Projeto Rondon	0	0	0	0	0	137	1.930	4.018	4.827	
DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	0	0	0	0	0	0	69.578	81.170	115.017	
Agência Nacional da Aviação Civil	0	0	0	0	0	0	69.578	81.170	115.017	
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	20.592	24.380	15.413	18.201	38.320	40.212	45.852	41.788	37.987	
Gestão da Unidade	0	0	0	0	11.759	10.673	11.012	15.552	14.648	
Manutenção dos Serviços Médicos-Hospitalares	20.592	24.380	15.413	18.201	26.562	29.540	34.840	26.237	23.339	
MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	5.104	5.552	5.106	5.004	6.202	5.507	5.642	5.765	5.243	
Mobilização para o Serviço Militar	5.104	5.552	5.020	4.843	6.018	5.185	5.347	5.423	5.016	
Programa de Mobilização para a Defesa Nacional	0	0	86	161	184	322	296	343	227	
INFRAERO - AUMENTO DE CAPITAL (*)	0	0	0	0	0	350.000	0	573.410	78.000	
INFRAERO - Aumento de Capital (*)	0	0	0	0	0	350.000	0	573.410	78.000	
APOIO AO REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS	0	0	0	0	0	29.807	0	0	0	
Apoio ao Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas	0	0	0	0	0	29.807	0	0	0	
APOIO ADMINISTRATIVO	23.542	24.164	23.509	35.507	28.568	58.077	61.620	105.331	76.010	
Administração da Unidade	18.475	21.822	21.514	33.015	24.643	52.045	53.975	98.240	68.941	
Benefícios (Assistência Pré-Escolar, Auxílios Transporte e Alimentação e Assistência Médica	5.066	2.342	1.995	2.492	3.925	6.031	7.645	7.091	7.069	
DEMAIS CUSTEIOS E INVESTIMENTOS	0	7	3	66	52	19.818	1.065	1.875	143.814	
Demais Custeios e Investimentos	0	7	3	66	52	19.818	1.065	1.875	143.814	
TOTAL ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	951.395	598.400	572.876	300.067	395.024	971.570	606.456	1.315.990	890.383	

Ministério da Defesa

Execução Orçamentária por Principais Programas e Ações - COMANDO DA AERONÁUTICA

	R\$ mil									
GRUPO DE PROGRAMAS E AÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES NA AERONÁUTICA	421.584	516.131	448.960	503.751	583.224	750.350	658.835	904.288	918.489	
Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico	246.359	297.966	237.283	200.480	250.796	297.082	205.742	432.228	423.267	
Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes	71.762	88.848	94.393	183.699	194.292	294.789	318.197	328.449	300.043	
Manutenção e Suprimento de Fardamento	8.993	14.777	14.320	15.277	15.268	17.757	14.217	9.996	39.150	
Manutenção e Suprimento de Material Bélico	19.716	21.156	23.055	14.926	19.813	23.801	18.438	16.286	43.066	
Instrução Militar e Adestramento na Aeronáutica	30.715	34.146	33.081	30.981	44.617	46.478	40.645	42.330	36.466	
Alimentação de Pessoal	44.039	59.238	46.827	58.387	58.438	70.443	61.595	75.000	76.498	
REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	104.444	720.345	519.131	296.443	656.010	540.542	600.193	856.566	1.102.879	
Aquisição de Aeronaves	23.286	340.420	180.276	187.666	476.253	386.972	546.933	664.420	745.321	
Modernização e Revitalização de Aeronaves	81.158	379.925	338.856	108.777	179.758	153.569	53.260	192.147	357.558	
ENSINO PROFISSIONAL NA AERONÁUTICA	5.962	6.319	7.351	6.069	7.696	8.074	8.247	8.542	16.212	
Ensino Profissional na Aeronáutica	5.962	6.319	7.351	6.069	7.696	8.074	8.247	8.542	16.212	
TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL	94.112	95.103	106.371	26.233	88.524	65.305	61.711	40.533	43.123	
Desenvolvimento do AM-X	76.263	77.626	94.863	19.868	68.477	52.221	50.834	26.184	23.637	
Desenvolvimento do AL-X	8.069	7.974	3.100	0	8.500	1.155	0	0	0	
Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados	4.236	4.144	4.018	3.687	6.415	5.993	7.732	12.485	13.653	
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial	5.543	5.359	4.390	2.678	5.132	5.936	3.146	1.865	5.833	
SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	37.482	52.422	58.015	58.511	126.608	132.413	168.537	194.155	204.226	
Serviço de Saúde das Forças Armadas	37.482	52.422	58.015	58.511	126.608	132.413	168.537	194.155	204.226	
DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	49.514	51.373	36.257	38.587	95.082	90.237	43.533	2.405	22.508	
Desenvolvimento da Aviação Civil	49.514	51.373	36.257	38.587	95.082	90.237	43.533	2.405	22.508	
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	83.937	162.021	75.646	50.471	112.279	84.594	129.746	174.133	224.302	
Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional e Estadual	83.937	162.021	75.646	50.471	112.279	84.594	129.746	174.133	224.302	
SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	414.601	338.461	454.149	371.299	487.922	433.925	522.506	656.931	745.717	
Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	211.973	248.921	279.214	296.336	359.436	322.613	361.223	494.781	418.109	
Modernização e Revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	202.628	89.539	174.936	74.963	128.486	111.311	161.283	162.150	327.608	
SIVAM - SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA	133.000	0	0	0	5.001	4.000	1.488	2.000	2.000	
Manutenção do Sistema de Aeronaves	0	0	0	0	5.001	4.000	1.488	2.000	2.000	
Obras Cíveis do SIVAM	133.000	0	0	0	0	0	0	0	0	
PROGRAMA NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	1.039	3.710	3.741	5.631	5.843	5.572	4.114	4.219	3.663	
Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	1.039	3.710	3.741	5.631	5.843	5.572	4.114	4.219	3.663	
APOIO ADMINISTRATIVO	245.990	299.266	300.189	290.878	364.853	382.203	393.711	410.969	469.382	
Administração da Unidade	197.272	237.755	245.706	239.171	310.175	331.988	341.414	353.030	408.214	
Benefícios (Assistência Pré-Escolar, Auxílios Transporte e Alimentação e Assistência Médica)	48.718	61.511	54.482	51.707	54.678	50.215	52.297	57.939	61.169	
DEMAIS CUSTEIOS E INVESTIMENTOS	36.958	44.966	33.187	17.102	47.642	50.344	67.001	49.449	120.115	
Demais Custeios e Investimentos	36.958	44.966	33.187	17.102	47.642	50.344	67.001	49.449	120.115	
TOTAL COMANDO DA AERONÁUTICA	1.628.622	2.290.116	2.042.997	1.664.974	2.580.684	2.547.558	2.659.623	3.304.191	3.872.617	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária por Principais Programas e Ações - COMANDO DO EXÉRCITO

	R\$ mil									
GRUPO DE PROGRAMAS E AÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO	313.147	319.771	287.628	367.232	564.324	589.059	556.512	568.082	644.786	
Manutenção e Suprimento de Munições	12.662	13.432	7.434	9.035	18.761	21.741	33.553	65.462	39.283	
Alimentação de Pessoal	120.920	120.260	111.458	164.287	227.055	233.061	208.572	220.454	246.646	
Manutenção e Suprimento de Fardamento	46.603	46.650	32.482	32.987	85.989	79.436	70.833	41.380	77.624	
Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes	12.572	18.814	7.276	21.089	30.359	38.192	41.495	47.147	30.206	
Emprego da Força Terrestre em Operações	1.365	1.342	641	4.565	2.253	2.397	960	9	1.784	
Manutenção e Suprimento de Material Bélico	20.650	20.618	3.835	9.311	16.285	31.377	42.039	39.854	73.120	
Manutenção e Suprimento de Material de Aviação	11.888	12.642	15.947	33.146	40.577	49.528	43.871	50.690	30.348	
Manutenção e Suprimento dos Sistemas de Telemática Militar	4.239	6.227	2.658	7.273	8.546	14.554	11.446	10.013	16.198	
Capacitação Operacional da Força Terrestre	2.966	3.318	1.823	2.323	6.371	8.451	12.626	11.539	15.921	
Instrução Militar e Adestramento do Exército	79.262	76.468	104.074	83.216	128.127	110.322	91.117	81.533	113.655	
REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO	108.596	118.786	304.410	101.128	100.818	58.618	48.720	168.455	304.505	
Reaparelhamento e Adequação do Exército	108.596	118.786	304.410	101.128	100.818	58.618	48.720	168.455	304.505	
ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO	12.123	11.796	11.820	13.275	16.750	20.131	18.065	20.341	27.954	
Ensino Profissional no Exército	12.123	11.796	11.820	13.275	16.750	20.131	18.065	20.341	27.954	
TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	4.614	4.423	3.725	3.852	5.629	15.190	14.317	15.341	26.119	
Avaliação de Material de Emprego Dual, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Força T	4.614	4.423	3.725	3.852	5.629	15.190	14.317	15.341	26.119	
SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	192.626	210.107	249.772	252.233	312.475	388.565	481.216	515.325	622.230	
Serviço de Saúde das Forças Armadas	192.626	210.107	249.772	252.233	312.475	388.565	481.216	515.325	622.230	
PRODUÇÃO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR - IMBEL	0	40.000	3.000	23.400	3.400	3.400	82.400	83.600	101.321	
IMBEL - Aumento de Capital	0	40.000	3.000	23.400	3.400	3.400	82.400	83.600	0	
IMBEL - Produção de Material	0	0	0	0	0	0	0	0	101.321	
ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE (BEC'S)	29.728	27.264	13.380	11.629	19.814	41.133	41.842	60.725	28.666	
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade (BEC's)	29.728	27.264	13.380	11.629	19.814	41.133	41.842	60.725	28.666	
APOIO ADMINISTRATIVO	218.202	279.339	241.560	265.924	244.336	397.836	441.298	479.611	660.509	
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos	1.422	1.463	1.829	2.413	4.561	11.830	14.131	16.239	13.274	
Administração da Unidade	136.673	152.046	133.994	146.654	188.933	276.489	288.295	364.321	392.805	
Benefícios (Assistência Pré-Escolar, Auxílios Transporte e Alimentação e Assistência Médica	80.107	125.831	105.736	116.857	50.842	109.516	138.872	99.050	254.430	
DEMAIS CUSTEIOS E INVESTIMENTOS	46.942	52.969	27.680	17.494	23.535	30.933	68.075	48.496	34.035	
Demais Custeios e Investimentos	46.942	52.969	27.680	17.494	23.535	30.933	68.075	48.496	34.035	
TOTAL COMANDO DO EXÉRCITO	925.978	1.064.455	1.142.975	1.056.168	1.291.081	1.544.864	1.752.445	1.959.976	2.450.126	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária por Principais Programas e Ações - COMANDO DA MARINHA

	R\$ mil									
GRUPO DE PROGRAMAS E AÇÕES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA	351.543	444.898	393.128	402.769	449.899	561.012	485.571	630.315	792.161	
Manutenção de Meios Navais e Sistemas Operativos	60.276	81.271	61.100	67.453	75.221	128.538	194.121	182.736	236.537	
Sobressalentes e Munições	85.618	63.937	47.797	60.433	64.652	92.536	30.063	24.402	90.835	
Aprestamento das Forças Navais	99.399	148.879	158.470	132.094	120.222	178.364	118.691	254.240	252.964	
Combustíveis	21.858	57.407	39.528	38.130	89.520	67.266	49.949	63.822	98.774	
Fardamento	9.702	9.886	6.568	6.642	5.000	7.266	4.680	10.000	21.082	
Alimentação de Pessoal	74.690	83.518	79.664	98.017	95.284	87.043	88.047	95.116	91.969	
REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA	246.139	310.932	20.523	42.371	89.300	216.656	133.100	338.991	361.289	
Reaparelhamento e Adequação da Marinha	246.139	310.932	20.523	42.371	89.300	216.656	133.100	338.991	361.289	
ENSINO PROFISSIONAL NA MARINHA	8.421	14.459	3.382	10.286	5.113	9.439	5.128	9.997	18.247	
Ensino Profissional na Marinha	8.421	14.459	3.382	10.286	5.113	9.439	5.128	9.997	18.247	
TECNOLOGIA DE USO NAVAL	70.253	85.807	48.368	44.765	66.873	54.862	37.973	44.632	116.359	
Tecnologia de Emprego Naval	1.410	9.279	1.719	924	2.445	2.433	2.036	3.265	16.781	
Programa Nuclear da Marinha	68.842	76.528	46.649	43.840	64.428	52.429	35.937	41.367	99.578	
SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	15.813	62.052	74.851	51.323	90.383	107.278	126.146	153.386	173.487	
Serviço de Saúde das Forças Armadas	15.813	62.052	74.851	51.323	90.383	107.278	126.146	153.386	173.487	
PROGRAMA ANTÁRTICO	2.652	2.427	1.288	1.870	4.226	3.635	12.942	16.316	18.688	
Programa Antártico	2.652	2.427	1.288	1.870	4.226	3.635	12.942	16.316	18.688	
SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	33.564	48.702	21.200	18.536	47.893	56.364	63.366	140.271	113.207	
Segurança da Navegação Aquaviária	33.564	48.702	21.200	18.536	47.893	56.364	63.366	140.271	113.207	
APOIO ADMINISTRATIVO	297.123	223.499	222.725	235.417	186.624	167.532	242.368	213.964	266.484	
Administração da Unidade	222.913	145.529	139.629	121.452	111.527	78.757	153.018	124.066	170.920	
Benefícios (Assistência Pré-Escolar, Auxílios Transporte e Alimentação e Assistência Médica)	74.210	77.970	83.097	113.965	75.097	88.775	89.350	89.898	95.564	
DEMAIS CUSTEIOS E INVESTIMENTOS	7.461	6.406	2.986	1.788	2.405	4.274	9.584	8.367	63.483	
Demais Custeios e Investimentos	7.461	6.406	2.986	1.788	2.405	4.274	9.584	8.367	63.483	
TOTAL COMANDO DA MARINHA	1.032.969	1.199.182	788.451	809.126	942.716	1.181.052	1.116.180	1.556.240	1.923.405	

Sétima Parte

Despesa total por unidade orçamentária, programa e ação

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	14	38								
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS		53								
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	4.394	714								
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	493	137								
ASSISTENCIA E COOPERACAO DAS FORÇAS ARMADAS A SOCIEDADE										16.836
APOIO DAS FORÇAS ARMADAS AO PROJETO RONDON										4.827
FORMACAO CIVICO-PROFISSIONAL DE JOVENS EM SERVICO MILITAR - SOLDADO CIDADAO										10.778
PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA										1.231
ASSISTENCIA E COOPERACAO DAS FORÇAS ARMADAS A SOCIEDADE CIVIL						11.787	123.349	29.630		
APOIO DAS FORÇAS ARMADAS AO PROJETO RONDON						137	1.930	4.018		
FORMACAO CIVICO-PROFISSIONAL DE JOVENS EM SERVICO MILITAR - SOLDADO CIDADAO						9.937	5.680	11.972		
FORMACAO CIVICO-PROFISSIONAL DE JOVENS EM SERVICO MILITAR - SOLDADO CIDADAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						1.713				
PLANO DE CONTINGENCIA PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA							115.759	11.239		
PREVENCAO, PREPARACAO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA								2.300		
CALHA NORTE	29.163	16.033	26.240	14.323	41.581	133.082	163.752	273.361	222.519	
APOIO AEREO NA REGIAO DA CALHA NORTE	3.036	943	1.111	698	703	611	609	1.951	3.145	
APOIO AS COMUNIDADES CARENTES NA REGIAO DA CALHA NORTE	328	211	372	757	875	87	602	18.386	12.332	
CONSERVACAO DE RODOVIAS NA REGIAO DA CALHA NORTE	547	768	868	548	549	483	4.217	7.965	1.382	
CONSTRUCAO DE EMBARCACOES PARA CONTROLE E SEGURANCA DA NAVEGACAO FLUVIAL NA REGIAO DA CALHA NORTE		191	210	228	228	1.769	1.695	3.581	6.984	
CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE PEQUENOS TRECHOS DE ESTRADAS VICINAIS								8.494		
DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR PARA AS COMUNIDADES ISOLADAS NA REGIAO DA CALHA NORTE	16	103								
DISTRIBUICAO DE MATERIAL DIDATICO PARA AS COMUNIDADES ISOLADAS NA REGIAO DA CALHA NORTE	47	42								
DISTRIBUICAO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO BASICO AS COMUNIDADES INDIGENAS NA REGIAO DA CALHA NORTE	47	41								
ESTUDO DOS PROBLEMAS E DAS DEMANDAS DA REGIAO DA CALHA NORTE	112	16								
GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							541	700	1.131	
IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS MAIS CARENTES DA REGIAO DA CALHA NORTE		4.132	2.925	6.142	24.325	76.478	84.328	117.890	149.729	
IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA BASICA EM MUNICIPIOS DA REGIAO NORTE						39.469	59.845	87.883		
IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS MAIS CARENTES DA REGIAO DA CALHA NORTE	22.107									
IMPLANTACAO DE UNIDADES MILITARES NA REGIAO DA CALHA NORTE		8.279	18.569	3.993	10.000	8.783	7.392	17.996	31.777	
MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA INSTALADA NOS PELOTOES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DA REGIAO DA CALHA NORTE	390	350	392	800	3.644	4.100	3.188	5.999	11.214	
MANUTENCAO DE AERODROMOS NA REGIAO DA CALHA NORTE	338	780	681	549	599	483	575	998	1.995	
MANUTENCAO DE EMBARCACOES NA REGIAO DA CALHA NORTE	2.076	71	993	533	533	704	695	998	2.024	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
MANUTENCAO DE PEQUENAS CENTRAIS ELETRICAS NA REGIAO DA CALHA NORTE	118	106	118	75	125	68	65	500	805	
COMUNICACOES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGENCIA NAS FORÇAS ARMADAS					18.217	18.494	22.490	23.223		
IMPLANTACAO DE CENTROS DE OPERACOES DO COMANDO SUPREMO E FORÇAS SINGULARES					3.119	2.831	8.541	3.322		
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE COMUNICACOES MILITARES SEGURAS					1.450	398	964	926		
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE COMUNICACOES MILITARES VIA SATELITE - SISCOMIS					6.230	7.018	5.980	6.216		
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE COMUNICACOES ESTRATEGICAS E DE GUERRA ELETRONICA					2.000	2.500				
SENSORIAMENTO REMOTO PARA APOIO A INTELIGENCIA							2.362	2.358		
SISTEMA DE COMUNICACOES MILITARES VIA SATELITE					5.418	5.747	4.643	10.400		
COMUNICACOES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGENCIA NAS FORÇAS ARMADAS									25.324	
IMPLANTACAO DE CENTROS DE OPERACOES DO COMANDO SUPREMO E FORÇAS SINGULARES										2.413
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE COMUNICACOES MILITARES SEGURAS										698
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE COMUNICACOES MILITARES VIA SATELITE - SISCOMIS										8.468
SENSORIAMENTO REMOTO PARA APOIO A INTELIGENCIA										1.614
SISTEMA DE COMUNICACOES MILITARES VIA SATELITE										12.133
COOPERACAO CIENTIFICA, TECNICA E TECNOLOGICA INTERNACIONAL					167					
TRANSPORTE DE AERONAVE E INSUMOS PARA AJUDA HUMANITARIA AO SENEGAL NO COMBATE A PRAGA DE GAFANHOTOS (CREDITO E					167					
DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	8.244									
OBRAS CM/S DE PEQUENO PORTE NOS MUNICIPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA	8.244									
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA						350.000		8.300		
ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA PARA OS JOGOS PAN-AMERICANOS								8.300		
PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - REFORMA E AMPLIACAO D						350.000				
DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS						173.323	267.811			
INDENIZACAO A ANSIADOS POLITICOS - MILITARES (LEI 10.559, DE 13/11/2002)						173.323	267.811			
GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS		7	3	66	52	45	46	43	40	
CONTRIBUICAO A FEDERACAO MUNDIAL DOS EX-COMBATENTES		7	3	11						
CONTRIBUICAO AO COMITE INTERNACIONAL DE MEDICINA MILITAR - ICMM				10						
CONTRIBUICAO AO CONSELHO INTERNACIONAL DO DESPORTO MILITAR - CISM				45	52	45	46	43	40	
GESTAO DA POLITICA DE DEFESA NACIONAL	12.471	39.473	9.451	14.436	23.809	40.686	10.107	10.524	10.963	
ACCES DE CARATER SIGILOSO	38	35	29							
ALIMENTACAO DE PESSOAL		500	632	1.188	1.187	1.235	960			
ALTOS ESTUDOS MILITARES	1.358									
APOIO AO REPARCELHAMENTO E MODERNIZACAO DAS FORÇAS ARMADAS						29.807				

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO					200	167	186	220	194	
CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO DE CATALOGAÇÃO MILITAR	458									
CURSOS DE ALTOS ESTUDOS DE POLÍTICA ESTRATÉGICA		4.092	4.075	5.592	7.878	7.160	7.134	7.501	6.245	
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA A DEFESA NACIONAL	589	536	533	420	401	744				
DOMÍNIO DE TECNOLOGIAS PARA A DEFESA NACIONAL										261
FORMAÇÃO CÍVICO-PROFISSIONAL DE JOVENS EM SERVIÇO MILITAR - SOLDADO CIDADÃO					13.299					
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE OPERAÇÕES DO COMANDO SUPREMO E FORÇAS SINGULARES	468	95	336	2.326						
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES VIA SATELITE	6.519	4.301								
IMPLEMENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	3.045									
INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS DE FRONTEIRA		25.379								
INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL MILITAR E NA ÁREA DE DEFESA										1.937
MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TIMOR LESTE		4.221								
MODERNIZAÇÃO DO CENTRO DE CATALOGAÇÃO MILITAR		55								
PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA							289	9	323	
SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES VIA SATELITE			3.279	4.303						
SISTEMA DE INFORMAÇÕES LOGÍSTICAS DE DEFESA		260	566	666	944	1.573	1.538	2.794	2.004	
INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO				8.987	112.584					
INDENIZAÇÃO A ANISTIADOS POLÍTICOS - MILITARES (LEI 10.559, DE 13/11/2002)				8.987	112.584					
INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZONIA	561.724	369.411	326.900	114.284	59.547	61.137				
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		273	473							
CONTRATAÇÃO DE SINAIS DE TELECOMUNICAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO		702	2.543							
DESENVOLVIMENTO DA CONCEPÇÃO GERENCIAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZONIA - SIPAM		188	361							
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS REGIONAIS DE VIGILÂNCIA	600									
INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM SÍTIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZONIA - SIVAM	271.238	119.195	145.547	82.299	41.547	50.090				
INTEGRAÇÃO DA BASE DE DADOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZONIA - SIPAM COM OS USUÁRIOS		562	5.517							
MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZONIA - SIPAM	335									
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZONIA - SIPAM		11.413	18.145							
OBRAS CÍVIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZONIA - SIVAM	81.105	109.688	12.102	15.668	15.000	11.057				
SISTEMA DE AERONAVES DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZONIA - SIVAM	208.447	127.390	142.211	16.318	3.000					
MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL			86	136	184	322	296	343	227	
ADEQUAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO AOS INTERESSES DA DEFESA NACIONAL				25						
EXERCÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL			86	111	160	160	136	183	117	
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO - SINAMOB					24	162	160	160	110	
OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS								565.110		

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO		168	1.163	1.106					
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES			41	22					
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS			47	42					
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			764	727					
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			144	218					
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO		168	168	96					
52.101 MINISTÉRIO DA DEFESA	830.367	720.862	825.718	619.275	875.858	1.595.488	1.421.312	1.609.293	765.403
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC									
APOIO ADMINISTRATIVO							877	6.155	17.159
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS							877	6.155	17.159
DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL							76.085	113.701	200.928
APOIO A AEROCUBES E ESCOLAS DE AVIAÇÃO CIVIL							80	2.448	482
AQUISIÇÃO DE AERONAVES E EQUIPAMENTOS PARA AEROCUBES, ESCOLAS, E CENTRO DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A AVIAÇÃO CIVIL							1.884	2.268	1.585
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES								654	1.385
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS								59	102
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							170	1.104	1.891
AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS								540	853
AValiação MÉDICA PARA O SISTEMA DE AVIAÇÃO CIVIL							1.450	1.513	1.709
CAPACITAÇÃO DE ESPECIALISTAS E TÉCNICOS DA AVIAÇÃO CIVIL							5.715	1.565	1.415
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO									259
CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS EM PROL DA AVIAÇÃO CIVIL							2.411	1.810	8.605
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E PESQUISAS									688
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE INSTALAÇÕES PARA O SISTEMA DE AVIAÇÃO CIVIL							2.658	731	
ESTUDOS PARA A NORMALIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL									6.500
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA							39.742	78.997	151.920
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL							8.599	10.686	15.397
SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA CONTROLE DA AVIAÇÃO CIVIL							13.280	11.235	8.288
GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS							1.658	592	1.100
CONTRIBUIÇÃO À COMISSÃO LATINO-AMERICANA DE AVIAÇÃO CIVIL - CLAC								54	
CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL - OACI							1.628	537	1.100
CONTRIBUIÇÃO AO SISTEMA REGIONAL PARA VIGILÂNCIA DA SEGURANÇA OPERACIONAL							30		
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO								87	783
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS								87	783

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
52.201 AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC							78.620	120.535	220.040
FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA									
<u>APOIO ADMINISTRATIVO</u>	3.495	2.724	1.739	5.938	3.090	3.631	3.862	2.975	639
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	3.495	2.724	1.739	5.938	3.090	3.631	3.862	2.975	639
<u>ASSISTENCIA AO TRABALHADOR</u>	16								
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	15								
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	1								
52.901 FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA	3.511	2.724	1.739	5.938	3.090	3.631	3.862	2.975	639
FUNDO DE ADMINISTRACAO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS									
<u>APOIO ADMINISTRATIVO</u>		10.797		39.762					
ACCES DE INFORMATICA		151		136					
ADMINISTRACAO DA UNIDADE		120		113					
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES		159		139					
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS		705		606					
REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS		9.662		38.768					
<u>ASSISTENCIA AO TRABALHADOR</u>		1.400							
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS		130							
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS		962							
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS		408							
<u>GESTAO DA POLITICA DE DEFESA NACIONAL</u>		518		868					
ALIMENTACAO DE PESSOAL		518		868					
<u>PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO</u>		2.968		4.365		4.920	6.102	6.714	6.755
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS		2.689		4.365		4.920	6.102	6.714	6.755
PAGAMENTO DE PENSOES - SERVIDORES CIVIS		300							
<u>SERVICO DE SAUDE DAS FORÇAS ARMADAS</u>	20.592	24.336	15.413	45.191	61.195	72.812	86.465	81.914	85.732
ADMINISTRACAO DA UNIDADE				6.650					
ALIMENTACAO DE PESSOAL					1.052	1.016	900	900	896
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS					156	227	259	205	207
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						2.267			
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						893			
AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					891		2.647	1.841	2.647
AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					439		1.094	962	894
CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO							61	66	89
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS							1.950	2.457	3.442

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA					32.095	38.789	44.898	49.225	54.218	
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	20.592	24.298	15.413	18.201	26.562	29.540	34.840	26.237	23.339	
REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS				20.340						
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO			1.000	1.483						
ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS			95	125						
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			641	1.041						
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			264	317						
52.902 FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	20.592	40.039	61.429	52.462	67.297	79.527	93.219	90.017	98.410	
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR										
GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	49	55								
COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	49	55								
GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	5.104	5.552	5.020							
MOBILIZAÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR OBRIGATORIO	5.104	5.552	5.020							
MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL				4.843	6.018	5.185	5.347	5.423	5.016	
MOBILIZAÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR OBRIGATORIO				4.843	6.018	5.185	5.347	5.423	5.016	
52.903 FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	5.153	5.607	5.020	4.843	6.018	5.185	5.347	5.423	5.016	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	R\$ mil								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TOTAL ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	859.623	769.233	893.906	682.518	952.263	1.683.830	1.602.359	1.828.242	1.089.507

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA AERONÁUTICA

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS							62.570	60.440	63.500	
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES	6.528	6.758	6.260							
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	35.290	51.468	39.037							
REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS	165.700	159.058	227.471	241.722						
REMUNERACAO DOS MILITARES DAS FORCAS ARMADAS	1.320.959	1.539.674	1.797.435	1.772.578	1.890.827	2.040.488	2.394.693	2.494.107	2.892.310	
ASSISTENCIA AO TRABALHADOR	29.130	61.511								
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES		8.850								
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS		20.547								
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3.250	3.250								
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	25.880	29.064								
ASSISTENCIA E COOPERACAO DA AERONAUTICA A SOCIEDADE CIVIL	155	158								
ACCES CIVICO-SOCIAIS	79	79								
APOIO AEREO PARA O TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS	79	79								
ASSISTENCIA E COOPERACAO DAS FORCAS ARMADAS A SOCIEDADE CIVIL						100				
ACCES CIVICO-SOCIAIS						50				
APOIO AEREO PARA O TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS						50				
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	203	204	205	205	50	175				
MANUTENCAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS	203	204	205	205	50	175				
DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS								167.881		
INDENIZACAO A ANISTIADOS POLITICOS - MILITARES (LEI 10.559, DE 13/11/2002)								151.417		
PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS A ANISTIADOS POLITICOS MILITARES NOS TERMOS DA MEDIDA PROVISORIA N 300, DE 2								16.464		
ENSINO PROFISSIONAL DA AERONAUTICA	5.556	6.319	7.351	6.069	7.696	8.074	8.247	8.542	16.212	
CURSO DE GRADUACAO EM ENGENHARIA	698	672	672	672	830	850	776	696	3.981	
CURSO DE POS-GRADUACAO	156	158	160	160	160	200	197	150	571	
CURSOS DE ALTOS ESTUDOS DE POLITICA ESTRATEGICA		411	411	411	969	1.170	1.170	1.000	2.310	
ENSINO PREPARATORIO PARA FORMACAO DE OFICIAIS	368	395	395	363	396	400	400	499	1.272	
ESPECIALIZACAO E APERFEICAMENTO DE OFICIAIS E CIVIS	2.043	2.227	3.245	1.852	1.949	1.995				
ESPECIALIZACAO E APERFEICAMENTO DE SARGENTOS E CIVIS	526	531	535	535	510	560				
FORMACAO DE OFICIAIS	867	928	933	916	1.496	1.500				
FORMACAO DE SARGENTOS	628	669	668	627	999	1.000				
FORMACAO E ESPECIALIZACAO DE CABOS E SOLDADOS	303	328	332	332	397	399	399	399	500	
FORMACAO, APERFEICAMENTO E ESPECIALIZACAO DE OFICIAIS E CIVIS							3.788	4.299	5.079	
FORMACAO, APERFEICAMENTO E ESPECIALIZACAO DE SARGENTOS E CIVIS							1.517	1.499	2.500	
GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	949	1.623	3.020	2.261	3.351	2.065	832			
CONTRIBUICAO A COMISSAO LATINO-AMERICANA DE AVIACAO CIVIL - CLAC	38	77	126	224	119	122				
CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DE AVIACAO CIVIL INTERNACIONAL - OACI	911	1.546	2.894	2.037	3.232	1.943	832			

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA AERONÁUTICA

	R\$ mil								
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	84	132	120						
COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	84	132	120						
INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZONIA					5.001	4.000	1.488	2.000	2.000
MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZONIA - SWAM					5.001	4.000	1.488	2.000	
MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZONIA - SWAM									2.000
NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	40	39	40	40	40	40		4.100	3.600
FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO					20	20		1.100	1.100
FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA					20	20		3.000	
FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA									2.500
MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AS ATIVIDADES ESPACIAIS	40	39	40	40					
OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS							134	150	
CUMPRIMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS PERIÓDICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FED.							134	150	
OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	195.325	299.079	567.593	218.810	171.569	1.302.951	285.401	551.087	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA	195.325	299.079	567.593	218.810	171.569	1.302.951	285.401	551.087	
OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	8.485	4.325	3.045	1.164	1.409	315	301	264	
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA	8.485	4.325	3.045	1.164	1.409	315	301	264	
OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS									150
CUMPRIMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS PERIÓDICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FED.									150
OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)									229.975
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA									229.975
PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AEREA									863.682
AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO									125
ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL									76.498
INSTRUÇÃO E ADESTRAMENTO DA AERONÁUTICA									5.889
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE CAMPO DE PROVAS E ESTANDES DE TIRO DE AVIAÇÃO									247
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES									300.043
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO E MATERIAL DE INTENDÊNCIA									39.150
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONÁUTICO									416.289
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL BÉLICO									43.066
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE SIMULADORES									1.856
TRANSPORTE LOGÍSTICO DE SUPERFÍCIE									720
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.690.289	2.332.777	2.529.865	2.622.190	2.839.153	3.097.492	3.602.033	3.921.231	4.507.347
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	897.759	1.404.743	2.116.198	2.232.823	2.426.551	2.573.221	3.166.989	3.425.351	3.945.412
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	241.331	189.906	413.727	389.367	412.602	424.270	435.044	495.880	561.935

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA AERONÁUTICA

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	418.031	608.285								
PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	133.167	134.942								
REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA	89.846	720.345	519.131	296.443	656.010	540.542	600.193	856.566	1.160.718	
AQUISIÇÃO DE AERONAVES	8.987	340.420	180.276	187.686	476.253	388.972	546.933	664.420	745.321	
CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES MILITARES									5.400	
CONSTRUÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA AS FORÇAS ARMADAS									8.839	
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS CORPORATIVOS									7.857	
MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES MILITARES									35.743	
MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE AERONAVES	80.879	379.925	338.858	108.777	179.758	153.589	53.260	192.147	357.558	
REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS									241.392	
INDENIZAÇÃO A ANISTIADOS POLÍTICOS - MILITARES (LEI 10.559, DE 13/11/2002)									210.846	
PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS A ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES NOS TERMOS DA MEDIDA PROVISÓRIA N 300, DE 2									30.546	
SEGURANÇA DE VOO E CONTROLE DO ESPAÇO AEREO BRASILEIRO	350	357	360	358	240	240	176			
CARTOGRAFIA AERONÁUTICA	234	237	240	240						
INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	116	120	120	118	240	240	176			
SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA	6.547	27.988								
ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO	6.547	27.988								
SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS			27.274	27.985	39.121	38.658	37.064	75.597	71.154	
ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO			27.274	27.985	39.121	38.658	37.064	75.597	71.154	
ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)						10.000				
TECNOLOGIA DE USO AEROSPAÇIAL	17.952	30.669	51.983	13.723	47.686	47.284	50.068	31.232	24.613	
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	40	40	39	40	40	40	28	40	14	
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE SISTEMAS BÉLICOS E ASSOCIADOS								5.920		
DESENVOLVIMENTO DO AM-X	16.348	29.052	50.228	11.963	43.605	42.289	47.349	24.576	23.637	
FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA AERONÁUTICA	821	831	855	993						
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA METEOROLOGIA AEROSPAÇIAL					291	300	135	200	238	
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AEROSPAÇIAL NO CENTRO TÉCNICO AEROSPAÇIAL	703	707	822	746	3.050	3.954	2.090			
SUORTE AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	40	39	39	40	700	700	466	496	724	
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO			54.482	51.707						
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES			4.638	8.000						
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS			16.958	14.802						
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			5.231	4.905						
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			27.655	24.000						
52.111 COMANDO DA AERONÁUTICA	3.988.481	5.787.145	6.334.152	5.783.269	6.609.094	6.189.384	8.061.568	9.554.852	10.682.255	

CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA AERONÁUTICA

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
APOIO ADMINISTRATIVO	494	506	634	1.083	1.354	1.353	1.107	1.493	2.177	
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	312	325	458	494	1.264	1.263	1.102	1.478	2.171	
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS							5	6	6	
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES	2	3	2							
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	2	2	4							
REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS	179	167	172	589						
OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS		21								
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS) DEVIDA PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES		21								
OPERACOES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	3.049	3.978								
UNIDADES RESIDENCIAIS PARA SERVIDORES	3.049	3.978								
OPERACOES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	5.457	8.971	5.783	2.334	4.970	7.704	7.164	7.560		
AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA	5.457	8.971	5.783	2.334	4.970	7.704	7.164	7.560		
OPERACOES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)									4.612	
AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA									4.612	
52.211 CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	8.999	13.477	6.416	3.418	6.324	9.057	8.271	9.043	6.789	
FUNDO AERONAUTICO										
ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DA AERONAUTICA	54.592	75.465	37.880	33.250	49.837	49.613	44.830	49.145		
INSTRUCAO E ADESTRAMENTO DA AERONAUTICA	30.715	34.146	33.081	30.981	44.617	46.479	40.645	42.330		
LOGISTICA DE MATERIAL DE AVIACAO	23.877	39.891								
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL CONTRA INCENDIO		1.428	4.799	2.269	5.220	3.135	4.185	6.815		
APOIO ADMINISTRATIVO	101.034	68.041	103.926	170.668	175.689	243.386	285.903	200.456	212.716	
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	82.880	60.519	86.826	170.668	175.689	243.386	285.903	200.456	212.716	
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES	4.380	4.380	4.360							
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	13.994	3.162	12.740							
ASSISTENCIA FARMACEUTICA	300	300	300	300						
PRODUCAO DE FARMACOS, MEDICAMENTOS E FITOTERAPICOS	300	300	300	300						
ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS					2.885	1.000	850	100	100	
PRODUCAO DE FARMACOS, MEDICAMENTOS E FITOTERAPICOS					2.885	1.000	850	100	100	
BRASIL PATRIMONIO CULTURAL	100	200	200	200	700	650	650	449	490	
PRESERVACAO DE ACERVOS CULTURAIS			100	100	200	250	250	199	220	
PRESERVACAO DE BENS IMOVEIS DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL			100	100	500	400	400	250	270	
RESTAURACAO DE BENS IMOVEIS DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL	50	100								
RESTAURACAO DO PATRIMONIO CULTURAL MILITAR	50	100								
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	83.532	161.612	75.236	50.061	112.179	115.757	146.870	176.538	246.810	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA AERONÁUTICA

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
AMPLIACAO DA BASE AEREA DO GALEAO NO RIO DE JANEIRO - RJ					2.000					
AMPLIACAO DA BASE AEREA DOS AFONSOS					5.000					
AMPLIACAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO ORLANDO BEZERRA - JUAZEIRO DO NORTE - CE					2					
AMPLIACAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE BARREIRAS - BA					7					
AMPLIACAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE CABO FRIO - RJ					1.028					
AMPLIACAO DO AERODROMO BITTENCOURT - JAPURA - AM					2.000					
AMPLIACAO DO AERODROMO DE BRASILIA - DF					1.998					
AMPLIACAO DO AERODROMO DE CAMPO GRANDE - MS					2.870					
AMPLIACAO DO AERODROMO DE EIRUNEPE - AM					10.490					
AMPLIACAO DO AERODROMO DE ESTRAO DO EQUADOR - AM					500					
AMPLIACAO DO AERODROMO DE IAUARETE - AM					1.000					
AMPLIACAO DO AERODROMO DE MATORACA - AM					450					
AMPLIACAO DO AERODROMO DE OIAPOQUE - AP					2.100					
AMPLIACAO DO AERODROMO DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM					2.665					
AMPLIACAO DO AERODROMO DE SURUCUCU - RR					2.800					
AMPLIACAO DO AERODROMO DE TIROS - PA					2.200					
CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO BONITO - MS					13					
CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE AMAPA - AP					2.853					
CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE CAMETA - PA					1.940					
CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE PARAGOMINAS - PA					1.179					
CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE BALSAS - MA					1					
CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE CHAPADAO DO SUL - MS					712					
CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE PLANALTO SERRANO - CORREIA PINTO - SC					1.638					
CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE VACARIA - RS					1.819					
CONSTRUCAO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO REGIONAL SUL - JAGUARUNA - SC					3.789					
CONSTRUCAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL	17.948	36.699	13.476	6.497		30.982	16.875	2.355	17.610	
CONSTRUCAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE NACIONAL						200	250	50	4.898	
CONSTRUCAO DO PATIO DE AERONAVES DO AEROPORTO DE BAURU NOVO - SP					1.077					
CONSTRUCAO DO PATIO DE AERONAVES DO AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA - MG					760					
IMPLANTACAO DE MODULOS DE COMBATE A INCENDIO	12.188	12.743	10.975	8.696	13.736	7.400	11.875	14.991	2.978	
REFORMA E AMPLIACAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL	10.020	26.386	3.298	2.306	311	5.895	26.773	12.839	37.205	
REFORMA E AMPLIACAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE NACIONAL	43.375	85.783	47.487	32.622	45.442	71.299	91.098	146.303	184.119	
NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	399	3.671	3.701	5.591	5.803	5.532	4.114	119	63	
CAPACITACAO DE ESPECIALISTAS DO SETOR ESPACIAL			150	147	165	200	178	119	63	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA AERONÁUTICA

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA A AREA ESPACIAL		205								
DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA ASSOCIADA A VEICULOS LANCADORES	399	324	324	321						
FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO					1.582	1.320	1.013			
FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCANTARA					4.056	4.012	2.923			
MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AS ATIVIDADES ESPACIAIS		3.142	3.226	5.123						
PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AEREA										37.754
INSTRUCAO E ADESTRAMENTO DA AERONAUTICA										30.777
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL CONTRA INCENDIO										6.978
REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA	20.869	34.904	25.022	11.324	34.892	41.215	49.952	44.426	57.412	57.412
AQUISICAO DE VEICULOS DE SUPERFICIE	1.500	1.500	1.423		1.187	2.000	2.995	2.476	2.995	
CONSTRUCAO DE INSTALACOES MILITARES	598	600	600		1.520	6.000	16.000	5.000		
CONSTRUCAO DE PROPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA AS FORÇAS ARMADAS										3.900
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DE SISTEMAS CORPORATIVOS		1.321	475		3.789	2.799	2.989	1.988		
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TELEMATICA MILITAR			2.146	475	1.832	1.828	1.039	991	2.894	
IMPLANTACAO DE NOVOS SISTEMAS BELICOS	5.955	3.000	2.845	2.941	7.868	8.046	9.000	14.191	42.773	
MODERNIZACAO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO E ELETRONICA	3.001	12.653	6.584	3.357	7.697	7.550	2.939	3.787	4.849	
MODERNIZACAO DE INSTALACOES MILITARES	9.827	9.830	9.325	1.070	2.000	3.992	3.990	4.000		
OBTENCAO DE PROPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA A AERONAUTICA		6.000	1.624	3.481	9.000	9.000	11.000	11.994		
SEGURANCA DE VOO E CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO	417.097	339.391	455.655	371.620	488.065	433.925	522.506	656.931	745.717	745.717
ADEQUACAO TECNOLÓGICA DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO (SISCEAB)										149.900
CARTOGRAFIA AERONAUTICA	2.496	930	1.705	521	144					
DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB	127.917	11.849	21.514	14.488	128.486	111.211		162.150	177.708	
DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB							161.283			
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB	74.711	77.690	153.422	60.475						
INVESTIGACAO E PREVENCAO DE ACIDENTES AERONAUTICOS								1.994	3.672	
OPERACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DO CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO	211.973	248.921	279.214	296.336	359.436	322.613	361.223	492.788	414.437	
SERVICO DE SAUDE DA AERONAUTICA	500	24.434								
AQUISICAO DE AMBULANCIAS E DE UTI MOVEL	500	400								
MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS		24.034								
SERVICO DE SAUDE DAS FORÇAS ARMADAS			30.741	30.526	87.487	93.755	131.473	118.558	133.071	133.071
AQUISICAO DE AMBULANCIAS E DE UTI MOVEL			400	253						
MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS			30.341	30.272	87.487	93.755	131.473	118.558	133.071	
TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL	76.239	64.512	54.466	12.590	41.869	19.062	12.272	10.037	19.486	19.486
DESENVOLVIMENTO DE AERONAVES	8.089	7.974	3.100							
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE SISTEMAS BELICOS E ASSOCIADOS	4.236	4.144	4.018	3.687	6.415	5.993	7.732	6.565	13.653	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA AERONÁUTICA

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
DESENVOLVIMENTO DO AL-X					8.500	1.155				
DESENVOLVIMENTO DO AM-X	59.916	48.574	44.835	7.905	24.872	9.932	3.485	1.607		
IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	4.018	3.821	2.713	998						
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AEROCESPACIAL NO CENTRO TECNICO AEROCESPACIAL					2.082	1.982	1.066	1.865	5.833	
52.911 FUNDO AERONAUTICO	754.662	772.531	787.325	686.330	999.406	1.003.894	1.199.420	1.256.760	1.453.621	
FUNDO AEROVIARIO										
<u>APOIO ADMINISTRATIVO</u>	<u>7.809</u>	<u>9.335</u>	<u>9.685</u>							
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	5.829	7.366	7.833							
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES	200	200	225							
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.980	1.769	1.827							
<u>DESENVOLVIMENTO DA AVIACAO CIVIL</u>	<u>49.514</u>	<u>51.373</u>	<u>36.257</u>	<u>51.022</u>	<u>95.092</u>	<u>58.244</u>	<u>26.057</u>			
ADMINISTRACAO DA UNIDADE				12.434						
APOIO A AEROCLUBES E ESCOLAS DE AVIACAO CIVIL			1.028				381			
AQUISICAO DE AERONAVES E EQUIPAMENTOS PARA AEROCLUBES, ESCOLAS, E CENTRO DE FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA A AVIACAO CIVIL	378				1.319	2.449				
ASSISTENCIA FINANCEIRA A AEROCLUBES E ESCOLAS DE AVIACAO CIVIL	1.098	4.242		1.952						
AVALIACAO MEDICA PARA O SISTEMA DE AVIACAO CIVIL	808	850	1.098	1.053	1.957	1.800	479			
CAPACITACAO DE ESPECIALISTAS E TECNICOS DA AVIACAO CIVIL	5.601	5.014	5.822	6.195	6.462	3.599	1.524			
CERTIFICACAO DE PRODUTOS AERONAUTICOS EM PROL DA AVIACAO CIVIL	800	771	1.918	1.979	2.349	1.877	804			
CONSTRUCAO E REFORMA DE INSTALACOES PARA O SISTEMA DE AVIACAO CIVIL	5.958	4.129	3.028	1.966	2.321	1.889				
FOMENTO A AEROCLUBES E ESCOLAS DE AVIACAO CIVIL					1.545	1.242				
GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA					41.547	26.351	16.605			
REGULACAO E FISCALIZACAO DA AVIACAO CIVIL	2.985	3.915	3.585	3.206	6.096	7.390	2.798			
SISTEMA DE INFORMACOES PARA CONTROLE DA AVIACAO CIVIL	15.410	15.894	14.995	15.247	20.672	11.707	3.476			
SUPLEMENTACAO TARIFARIA A AVIACAO REGIONAL	16.596	16.557	4.986	6.988	10.876					
<u>GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS</u>					<u>150</u>	<u>164</u>				
CONTRIBUICAO AO SISTEMA REGIONAL PARA VIGILANCIA DA SEGURANCA OPERACIONAL					150	164				
52.912 FUNDO AEROVIARIO	57.323	60.708	46.142	51.022	95.232	58.407	26.057			

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA AERONÁUTICA

Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	R\$ mil								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TOTAL COMANDO DA AERONÁUTICA	4.809.466	6.633.861	7.174.036	6.524.038	7.710.056	9.260.743	9.295.316	10.820.655	12.142.665

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DO EXÉRCITO

R\$ mil

Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
COMANDO DO EXERCITO									
ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DO EXERCITO	255.632	281.936	201.112	296.211	454.265	505.525	512.572	512.577	
ACOES DE CARATER SIGILOSO	209	305	305	720	700	900	899	1.800	
ALIMENTACAO DE PESSOAL	120.920	120.260	111.458	164.287	227.055	213.098	208.572	220.454	
ALIMENTACAO DE PESSOAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						19.995			
CAPACITACAO FISICA DO PESSOAL MILITAR DO EXERCITO	185	193	193	205					
CAPACITACAO OPERACIONAL DA FORCA TERRESTRE	2.998	3.318	1.823	2.323	6.371	8.451	12.628	11.539	
CARTOGRAFIA TERRESTRE	789	528	183	484					
CARTOGRAFIA TERRESTRE, MAPEAMENTO E DEMARCAÇÃO DE ÁREAS					344	532			
COMPROMISSOS DECORRENTES DA MISSAO DE OBSERVADORES MILITARES - EQUADOR / PERU - MOMEF		16.950	6.500						
DOCTRINA E ESTRATEGIA MILITAR	151	149	151	170	170	200	200	200	
EMPREGO DA FORCA TERRESTRE EM OPERACOES	1.365	1.342	641	4.565	2.253	2.397	960	9	
FORMACAO E ADESTRAMENTO DA RESERVA MOBILIZAVEL	181	196			10	108	98	50	
LOGISTICA DE MATERIAL DE AVIACAO	11.888	12.642	15.947	33.146	40.577	39.522	43.871	50.690	
LOGISTICA DE MATERIAL DE COMUNICACOES	2.641	1.899	417	278	2.056	2.500	4.400	4.902	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE ANIMAIS, MATERIAL DE VETERINARIA E AGRICOLA	2.857	2.966	3.180	3.137	3.200	3.955	4.650	4.500	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	12.572	18.814	7.276	21.089	30.359	33.192	41.495	47.147	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES (CREDITO EXTRAORDINARIO)						5.000			
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	620	611	909	970	1.200	1.200	967	1.200	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO	46.603	46.650	32.482	32.967	85.969	69.436	70.833	41.380	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						10.000			
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL BELICO	20.650	20.618	3.835	9.311	16.285	31.177	41.839	39.654	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE AVIACAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						10.008			
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE COMUNICACOES ESTRATEGICAS E DE GUERRA ELETRONICA					200	2.012			
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE INTENDENCIA	4.723	4.678	1.519	1.201	1.595	4.892	36.581	12.310	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE SAUDE	4.895	4.571	719	468	2.565	3.000	2.278	2.499	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MUNICOES	12.862	13.432	7.434	9.035	18.761	16.895	33.553	65.462	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MUNICOES (CREDITO EXTRAORDINARIO)						5.047			
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE PRODUTOS ACABADOS E DE RECUPERACAO					100	100	100	100	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DOS SISTEMAS DE TELEMATICA MILITAR	4.239	6.227	2.658	7.273	9.546	14.554			
MAPEAMENTO E DEMARCAÇÃO DE ÁREAS	75	51	29	60					
SEGURANCA A AUTORIDADES	250	246	2		10	105	99		
SELECAO PARA O SERVICO MILITAR E APRESENTACAO DA RESERVA EM DISPONIBILIDADE	1.990	1.965	1.319	1.848	1.655	1.650	2.924	3.272	
TRANSPORTE LOGISTICO DE SUPERFICIE	2.783	3.328	2.173	2.656	4.284	5.835	5.628	5.409	
APOIO ADMINISTRATIVO	3.303.204	3.385.846	4.006.391	3.835.804	4.300.061	4.904.084	5.634.099	6.069.885	7.231.425

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DO EXÉRCITO

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
ACCES DE INFORMATICA	6.490	5.777	5.339							
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	41.823	55.934	55.536	129.500	428.700	485.639	511.086	623.559	693.328	
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES					9.300	9.700	34.843	26.256	27.634	
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS					13.500	16.557	4.878	5.604	33.248	
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						15.417				
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						67.600				
AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					12.499		16.120	15.711	13.950	
AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					15.323		82.573	51.025	179.184	
CONCESSAO DE BOLSA - EDUCACAO ESPECIAL (ARTIGO 5 DA LEI N 10.821, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003)								16	17	
CONCESSAO DE BOLSA - EDUCACAO ESPECIAL (ARTIGO 5 DA LEI N 10.821, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003) - NACIONAL							12			
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACCES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS							54.367	62.017	68.341	
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES	2.104	2.626	2.352							
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	72.484	66.146	59.800							
REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS	201.255	183.267	208.336	216.020						
REMUNERACAO DOS MILITARES DAS FORCAS ARMADAS	2.979.248	3.072.097	3.675.028	3.490.284	3.820.739	4.309.171	4.990.223	5.285.697	6.215.744	
ASSISTENCIA AO TRABALHADOR	48.289	125.667								
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	4.822	12.570								
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS		39.261								
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	9.820	9.496								
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	33.648	64.338								
ASSISTENCIA E COOPERACAO DAS FORCAS ARMADAS A SOCIEDADE										28.688
COOPERACAO COM CONSTRUCAO DE INFRA-ESTRUTURA										28.688
COOPERACAO COM O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO										21
ASSISTENCIA E COOPERACAO DAS FORCAS ARMADAS A SOCIEDADE CIVIL						41.133	41.842	60.725		
COOPERACAO COM CONSTRUCAO DE INFRA-ESTRUTURA						41.133	41.842	60.725		
ASSISTENCIA E COOPERACAO DO EXERCITO A SOCIEDADE CIVIL	29.728	28.264	13.380	11.629	19.814					
COOPERACAO COM CONSTRUCAO DE INFRA-ESTRUTURA	29.728	27.264	13.380	11.629	19.814					
MODERNIZACAO OPERACIONAL DOS BATALHOES DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO		1.000								
ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.511	1.319	549	1.204						
PRODUCAO DE FARMACOS, MEDICAMENTOS E FITOTERAPICOS	1.511	1.319	549	1.204						
ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS					704	2.714	2.509	1.931	3.200	
PRODUCAO DE FARMACOS, MEDICAMENTOS E FITOTERAPICOS					704	2.714	2.509	1.931	3.200	
BRASIL PATRIMONIO CULTURAL	892	899	892	942	953	1.309	1.273	1.450	2.300	
PRESERVACAO DE ACERVOS CULTURAIS	891	870	898	884	884	1.240	1.203	1.350	2.000	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DO EXÉRCITO

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
PRESERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL	16	16	54	58	69	69	70	100	300	
RESTAURACAO DE BENS IMOVEIS DO PATRIMONIO HISTORICO E CULTURAL	31	38								
RESTAURACAO DO PATRIMONIO CULTURAL MILITAR	134	166								
<u>Ciencia, Tecnologia e Inovacao em Saude</u>					31	33	98	95		
PESQUISAS DE BIOSSEGURANCA DO EXERCITO					31	33	98	95		
<u>Ciencia, Tecnologia e Inovacao no Complexo da Saude</u>										300
PESQUISAS DE BIOSSEGURANCA DO EXERCITO										300
<u>DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS</u>								36.763		
INDENIZACAO A ANISTIADOS POLITICOS - MILITARES (LEI 10.559, DE 13/11/2002)								26.076		
PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS A ANISTIADOS POLITICOS MILITARES NOS TERMOS DA MEDIDA PROVISORIA N 300, DE 2								10.687		
<u>ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCITO</u>	10.630	11.342	11.023	12.161	14.422	17.472	16.599	16.900	22.556	
APERFEICOAMENTO DE OFICIAIS	783	834	800	850	965	965				
APERFEICOAMENTO DE SARGENTOS	475	506	506	538	640	698				
CAPACITACAO DE OFICIAIS							7.810	8.550		
CAPACITACAO DE SARGENTOS							3.897	4.350		
CURSO DE GRADUACAO EM ENGENHARIA	661	655	655	720	730	2.023				
CURSO DE POS-GRADUACAO EM ENGENHARIA	402	387	387	426	430	468				
CURSOS DE ALTOS ESTUDOS DE POLITICA ESTRATEGICA		980	950	984	1.172	1.415				
ENSINO FUNDAMENTAL NOS COLEGIOS MILITARES	953	830	830	872	1.038	1.156	1.038	1.050	3.100	
ENSINO MEDIO NOS COLEGIOS MILITARES	809	707	707	749	892	990	988	1.050	2.280	
ENSINO PREPARATORIO PARA FORMACAO DE OFICIAIS	271	230	230	246	443	415				
ESPECIALIZACAO E EXTENSAO DE OFICIAIS	795	676	676	872	889	929				
ESPECIALIZACAO E EXTENSAO DE SARGENTOS	954	833	833	872	1.039	1.090				
ESTUDOS E PESQUISAS DE INTERESSE MILITAR	347	430	256	257						
FORMACAO DE OFICIAIS	3.114	3.228	3.146	3.460	3.933	4.741				
FORMACAO DE SARGENTOS	709	734	734	780	934	1.105				
FORMACAO, APERFEICOAMENTO E ESPECIALIZACAO DE MILITARES E CIVIS DO EXERCITO										15.676
GRADUACAO E POS-GRADUACAO EM ENGENHARIA							1.243			
HABILITACAO DE MILITARES E CIVIS POR INTERMEDIO DE ACOES DE ENSINO A DISTANCIA	358	313	313	534	636	827	1.042	1.100		
PESQUISAS DE INTERESSE MILITAR					682	682	682	800	1.500	
<u>GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO</u>	229	453	300							
COMUNICACAO DE GOVERNO	229	453	300							
<u>GESTAO DA POLITICA DE DEFESA NACIONAL</u>					80	95	592	817	1.300	
CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO					80	95	95	95	300	
PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA							497	722	1.000	
<u>OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS</u>							250	300		

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DO EXÉRCITO

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FED.							250	300		
OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		20.000	1.500	11.700	1.700	1.700	49.700	41.800		
PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - REESTRUTURACAO DA INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL		20.000	1.500	11.700	1.700	1.700	32.700	41.800		
PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL - DESENVOLVIMENTO TECNOLOGI							17.000			
OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)	402.674	542.807	759.433	62.012	75.249	65.168	47.918	31.346		
AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA	402.674	542.807	759.433	62.012	75.249	65.168	47.918	31.346		
OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS										290
CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FED.										290
OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)										16.471
AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA										16.471
PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE										536.157
ACCES DE CARATER SIGILOSO										3.000
CAPACITACAO OPERACIONAL DA FORÇA TERRESTRE										15.921
DOCTRINA E ESTRATEGIA MILITAR										250
EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE EM OPERACOES										2.000
FORMACAO E ADESTRAMENTO DA RESERVA MOBILIZAVEL										100
LOGISTICA DE ALIMENTACAO, VETERINARIA E AGRICOLA										246.646
LOGISTICA DE MATERIAL DE AVIACAO										40.459
LOGISTICA DE MATERIAL DE COMUNICACOES										5.041
LOGISTICA DE MATERIAL DE INTENDENCIA E SAUDE										77.661
LOGISTICA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO MILITAR										132.246
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO										2.000
SEGURANCA A AUTORIDADES										200
SELECAO PARA O SERVICO MILITAR E APRESENTACAO DA RESERVA EM DISPONIBILIDADE										5.789
TRANSPORTE LOGISTICO DE SUPERFICIE										4.864
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	4.822.706	6.628.960	7.293.409	7.318.958	7.684.136	8.416.668	9.452.491	10.263.932	11.511.525	
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	2.283.902	3.531.119	6.934.279	6.927.735	7.263.263	7.974.126	8.999.770	9.767.242	10.967.920	
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	200.163	204.306	359.130	391.222	420.874	442.542	452.721	496.690	553.605	
PAGAMENTO DE PENSOES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	2.202.193	2.759.684								
PAGAMENTO DE PENSOES - SERVIDORES CIVIS	136.448	133.850								
REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO	108.596	117.786	304.410	101.128	101.825	60.418	46.667	166.165	296.939	
ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES	5.250	5.999	1.287	1.268	8.064	5.570				
AQUISICAO DE MEIOS TERRESTRES							22.445	71.961	95.954	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DO EXÉRCITO

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DO EXERCITO	7.085	9.689	927	2.474						
IMPLANTACAO DA 11 BRIGADA DE INFANTARIA LEVE						2.100	299	201	3.659	
IMPLANTACAO DA 2 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA						3.748	200	200	2.039	
IMPLANTACAO DA BRIGADA DE OPERACOES DE FORCA DE PAZ						1.100	200	100		
IMPLANTACAO DA BRIGADA DE OPERACOES ESPECIAIS						8.371	397	350	4.378	
IMPLANTACAO DE BRIGADA DE OPERACOES ESPECIAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)						2.528				
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AVIACAO DO EXERCITO	4.982	27.216	66.917	19.994	49.156		498	20.643	482	
INFORMATIZACAO DO EXERCITO	7.854	7.485	270	1.498						
INSTALACAO DE ORGANIZACOES MILITARES	5.130	5.400	1.040	1.364	4.546	17.632				
INSTALACAO E ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES							3.220	15.597	40.737	
MODERNIZACAO DA FORCA TERRESTRE	36.716	23.428	2.847		17.005	3.668	300	4.992		
MODERNIZACAO OPERACIONAL DAS ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO			228.095	68.112	21.558	11.910	18.609	26.102	146.490	
MODERNIZACAO OPERACIONAL DOS BATALHOES DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO				167		500	500	26.000	3.200	
OBTENCAO DE ARMAMENTOS	9.228	10.371	1.947	882						
OBTENCAO DE MEIOS ESPECIFICOS	15.884	10.895	21	2.189						
OBTENCAO DE MEIOS TERRESTRES	9.802	5.392	512	182						
PRODUCAO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR	2.988	2.926	587	670	500	1.495				
REVITALIZACAO DE MATERIAIS DE EMPREGO MILITAR	2.540	7.522		2.323	1.007	1.800				
TRANSFERENCIA DE ORGANIZACOES MILITARES	1.199	1.463		4						
REPARACAO DE VIOLACOES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS										37.662
INDENIZACAO A ANISTIADOS POLITICOS - MILITARES (LEI 10.559, DE 13/11/2002)										28.296
PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS A ANISTIADOS POLITICOS MILITARES NOS TERMOS DA MEDIDA PROVISORIA N 300, DE 2										9.366
SERVICO DE SAUDE DAS FORCAS ARMADAS			26.568	34.643	39.250	67.449	83.198	82.817	109.430	
ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO			26.568	34.643	39.250	67.450	83.198	82.817	109.430	
ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						10.000				
SERVICO DE SAUDE DO EXERCITO	14.183	35.262								
ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO	14.183	35.262								
TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	4.614	4.423	3.725	3.852	4.622	13.380	30.277	33.810	54.496	
AVALIACAO DE MATERIAL DE EMPREGO DUAL	72	147	81	147	150	190	190	178	356	
CARTOGRAFIA TERRESTRE, MAPEAMENTO E DEMARCAO DE AREAS							543	670	951	
DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE DO EXERCITO							300	1.000	5.791	
DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS CORPORATIVOS DO EXERCITO							300	450	1.075	
FUNCIONAMENTO DOS ORGAOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO EXERCITO	2.340	2.103	2.175	1.776						
GRADUACAO E POS-GRADUACAO EM ENGENHARIA								1.921	3.804	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE COMUNICACOES ESTRATEGICAS E DE GUERRA ELETRONICA							1.917	3.574	4.999	
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DOS SISTEMAS DE TELEMATICA MILITAR							11.446	10.013	11.157	
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA FORCA TERRESTRE	2.202	2.174	1.469	1.990	4.472	13.200	12.381	13.840	24.340	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DO EXÉRCITO

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
PRODUCAO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR							1.453	840	700	
REVITALIZACAO DE MATERIAIS DE EMPREGO MILITAR							1.746	1.323	1.423	
VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO	93	100	105.635	116.763						
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES			17.685	21.156						
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS			37.152	39.500						
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			9.831	11.010						
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			40.898	45.017						
CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO	93	100	69	80						
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	51	62	56	31						
ESTUDOS E PESQUISAS DE BIOSSEGURANCA DO EXERCITO	51	62	56	31						
52.121 COMANDO DO EXERCITO	9.003.203	11.185.116	12.728.382	11.807.037	12.697.111	14.097.159	15.920.085	17.321.313	19.852.738	
INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL										
OPERACõES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS										10
CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FED.										10
OPERACõES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACõES)										3.200
AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA										3.200
PRODUCAO DE MATERIAL BELICO										128.558
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES										2.702
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS										44
AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS										2.151
AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS										880
GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA										73.005
IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SANEAMENTO E PROTECAO AMBIENTAL										932
MANUTENCAO E ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL										33.117
PRODUCAO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR										15.726
52.221 INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL										131.768
FUNDAÇÃO OSORIO										
APOIO ADMINISTRATIVO	2.062	2.338	2.433				5.330	6.031	6.834	
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	82	176	92				4.309	4.963	5.695	
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							145	156	145	
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							11	11	12	
AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							185	155	149	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DO EXÉRCITO

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							119	132	129	
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACCES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS							661	615	704	
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES	12	12	12							
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	337	470	344							
REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS	1.631	1.690	1.984							
ASSISTENCIA AO TRABALHADOR	151	164								
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS		11								
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	98	79								
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	65	75								
BRASIL ESCOLARIZADO										1.595
ENSINO FUNDAMENTAL NA FUNDAÇÃO OSORIO										1.079
ENSINO MEDIO NA FUNDAÇÃO OSORIO										517
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL							944	981		
ENSINO FUNDAMENTAL NA FUNDAÇÃO OSORIO							944	981		
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO							522	540		
ENSINO MEDIO NA FUNDAÇÃO OSORIO							522	540		
ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCITO	920	884	1.053	3.910	4.832	5.179				
ADMINISTRACAO DA UNIDADE				444						
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS					9	10				
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						135				
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS						98				
AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					129					
AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS					82					
ENSINO FUNDAMENTAL NA FUNDAÇÃO OSORIO	678	571	525	805	706	1.178				
ENSINO MEDIO NA FUNDAÇÃO OSORIO	242	313	529	567	1.156	642				
GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA					2.751	3.117				
REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS				2.094						
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	277	290	343	388	550	647	757	824	988	
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	264	276	343	388	550	647	757	824	988	
PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	13	13								
VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO			170	174						
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS			7	9						
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			88	100						
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			74	65						
52.222 FUNDAÇÃO OSORIO	3.410	3.676	4.000	4.472	5.382	5.826	7.552	8.376	9.417	

FUNDO DO EXERCITO

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DO EXÉRCITO

	R\$ mil								
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<u>ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO</u>	<u>79.262</u>	<u>76.468</u>	<u>104.074</u>	<u>83.216</u>	<u>128.127</u>	<u>110.322</u>	<u>91.117</u>	<u>81.533</u>	
APRESTAMENTO DA FORÇA TERRESTRE							91.117	81.533	
INSTRUÇÃO MILITAR E ADESTRAMENTO DO EXÉRCITO	79.262	76.468	104.074	83.216	128.127	110.322			
<u>APOIO ADMINISTRATIVO</u>	<u>13.541</u>	<u>20.905</u>	<u>10.518</u>	<u>16.710</u>	<u>16.474</u>	<u>19.089</u>	<u>40.483</u>	<u>39.423</u>	<u>25.627</u>
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE				16.710	16.474	19.089	40.483	39.423	17.482
CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PARA A ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA									8.185
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	13.541	20.905	10.518						
<u>CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS</u>	<u>982</u>	<u>1.463</u>	<u>1.829</u>	<u>2.413</u>	<u>4.561</u>	<u>11.830</u>	<u>14.131</u>	<u>16.239</u>	
REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS	982	1.463	1.829	2.413	4.561	11.830	14.131	16.239	
<u>PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE</u>									<u>126.929</u>
APRESTAMENTO DA FORÇA TERRESTRE									113.655
REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS									13.274
<u>REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO</u>	<u>3.674</u>	<u>11.082</u>	<u>8.000</u>	<u>2.786</u>	<u>3.600</u>		<u>2.157</u>	<u>3.500</u>	<u>4.573</u>
CONSTRUÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA AS FORÇAS ARMADAS			8.000	2.786	3.600		2.157	3.500	4.573
OBTENÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA O EXÉRCITO	3.674	11.082							
<u>SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS</u>			<u>223.204</u>	<u>217.590</u>	<u>273.225</u>	<u>321.115</u>	<u>398.018</u>	<u>432.509</u>	<u>504.636</u>
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS			223.204	217.590	273.225	321.115	398.018	432.509	504.636
<u>SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO</u>	<u>159.636</u>	<u>174.845</u>							
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS	159.636	174.845							
52.921 FUNDO DO EXÉRCITO	257.094	284.762	347.626	322.715	425.967	462.356	545.906	573.204	661.764

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DO EXÉRCITO

	R\$ mil								
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TOTAL COMANDO DO EXÉRCITO	9.263.708	11.473.555	13.080.007	12.134.224	13.128.480	14.565.341	16.473.542	17.902.892	20.655.667

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA MARINHA

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)										17.174
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA										17.174
OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)										16
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA										16
PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL										7.14.497
AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO										190
ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL										91.989
APRESTAMENTO DAS FORÇAS NAVAIS										228.190
FORMAÇÃO DA RESERVA MOBILIZÁVEL										1.198
MANUTENÇÃO DE MEIOS OPERATIVOS DA MARINHA										191.059
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES										98.774
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO										21.082
MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MUNICÍPIOS										82.095
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	2.240.279	2.942.869	3.344.210	3.374.951	3.569.297	3.975.442	4.491.222	4.845.759	5.613.687	
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	1.126.592	1.605.058	3.091.891	3.108.226	3.273.820	3.655.914	4.149.080	4.453.676	5.150.244	
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	146.210	134.149	252.320	268.726	295.477	319.529	342.142	392.083	463.443	
PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	966.531	1.107.597								
PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	100.946	96.066								
REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	116.832	159.763	16.789	26.220	19.771	167.058	133.100	247.383	348.415	
AQUISIÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE APOIO										1.955
AQUISIÇÃO DE MEIOS AERONÁVIAIS										41.469
AQUISIÇÃO DE MEIOS DE FUZILEIROS NAVAIS										5.539
AQUISIÇÃO DE MEIOS NAVAIS								138.092		128.034
AQUISIÇÃO DE SISTEMAS OPERATIVOS								85.640		30.100
CONSTRUÇÃO DE NAVIOS-PATROLHA OCEÂNICOS										23.088
CONSTRUÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES TERRESTRES	1.377	904			70					5.400
DESENVOLVIMENTO DE MISSIL NACIONAL ANTINAVIO										2.609
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE CONSTRUÇÃO NAVAL							143	1.031		1.302
MODERNIZAÇÃO DE MEIOS AERONÁVIAIS	498							200		
MODERNIZAÇÃO DE MEIOS DE FUZILEIROS NAVAIS	150	265		6						
MODERNIZAÇÃO DE MEIOS NAVAIS	54.546	58.391	9.850	18.548	15.161	42.245	19.299	5.889		81.594
MODERNIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES TERRESTRES		1.590			926		16.194	16.530		24.337
MODERNIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES TERRESTRES (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)						6.010				
MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE MEIOS AERONÁVIAIS										5.108
OBTENÇÃO DE MEIOS DE FUZILEIROS NAVAIS					100	810	945			
OBTENÇÃO DE MEIOS NAVAIS	59.447	96.886	663	991	2.628	24.224	67.445			

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA MARINHA

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
OBTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS	823	1.827	6.276	6.673	886	93.626	30.219			
REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS										129.696
INDENCAÇÃO A ANISTIADOS POLITICOS - MILITARES (LEI 10.559, DE 13/11/2002)										74.230
PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS A ANISTIADOS POLITICOS MILITARES NOS TERMOS DA MEDIDA PROVISORIA N 300, DE 2										55.466
SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	859	5.501			3.155	109	102	113		2.281
CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE APOIO AS ATIVIDADES RELATIVAS A SEGURANÇA DO TRAFEGO AQUAVIARIO										2.185
HIDROGRAFIA E CARTOGRAFIA NAUTICA	859	5.501								
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ALERTA DE SEGURANCA DE NAVIO - ISPS CODE (CREDITO EXTRAORDINARIO)					3.155					
SISTEMA DE CONTROLE E SEGURANCA DO TRAFEGO MARITIMO						109	102	113		96
SERVICO DE SAUDE DA MARINHA	7.958	16.572								
ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO	7.793	16.518								
DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA AREA BIOMEDICA	165	54								
SERVICO DE SAUDE DAS FORÇAS ARMADAS			15.136	17.910	9.634	10.633	22.628	42.388		45.425
ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO			15.082	17.908	9.634	8.633	22.628	42.388		45.425
ATENDIMENTO MEDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						2.000				
DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA AREA BIOMEDICA			54	2						
TECNOLOGIA DE USO NAVAL	35.452	25.923	17.574	24.514	24.700	53.376	37.973	44.632		113.750
CONSTRUCAO DE PROTOTIPO DE SUBMARINO COM PROPULSAO NUCLEAR	8.207	2.234	1.568		5.082					
CONSTRUCAO DE PROTOTIPO DE SUBMARINO COM PROPULSAO NUCLEAR (CREDITO EXTRAORDINARIO)						2.000				
CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR	15.895	16.321	12.840	16.148	8.596	19.872	26.464	25.574		62.588
CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR (CREDITO EXTRAORDINARIO)						10.828				
DESENVOLVIMENTO E APLICACAO DE TECNOLOGIA NUCLEAR EM PESQUISAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS					6.400					
DESENVOLVIMENTO E APLICACAO DE TECNOLOGIA NUCLEAR EM PESQUISAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (CREDITO EXTRAORDINARIO)						5.000				
DESENVOLVIMENTO E AVALIACAO DE MEIOS E SISTEMAS NAVAIS	1.219	42	1.133	77	98		532	1.425		1.222
DESENVOLVIMENTO, SIMULACAO E AVALIACAO DE TATICAS APLICADAS NA GUERRA NAVAL	24	119	489	500	874		1.504	1.840		1.166
DESENVOLVIMENTO, SIMULACAO E AVALIACAO DE TATICAS APLICADAS NA GUERRA NAVAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						949				
IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA BASICA NA AREA NUCLEAR	10.008	7.106	1.545	7.790	3.650	658	511			
MANUTENCAO DO CENTRO TECNOLOGICO DA MARINHA										11.784
PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CICLO DE COMBUSTIVEL NUCLEAR (CREDITO EXTRAORDINARIO)						483				
PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CICLO DO COMBUSTIVEL NUCLEAR						13.590	8.962	15.793		37.010
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO			83.097	113.965						

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA MARINHA

R\$ mil

Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES			6.144	7.164					
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS			23.876	27.776					
AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			10.062	10.457					
AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS			43.214	68.567					
52.131 COMANDO DA MARINHA	5.026.663	6.097.781	6.759.958	6.235.162	6.402.302	7.206.413	7.887.743	8.781.618	10.509.640
TRIBUNAL MARITIMO									
APOIO ADMINISTRATIVO	1.004	1.203	1.260						
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	152	156	155						
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES	1	1	1						
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	2	3	3						
REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO E ENCARGOS SOCIAIS	849	1.044	1.103						
52.132 TRIBUNAL MARITIMO	1.004	1.203	1.260						
SECRETARIA DA COMISSAO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR									
APOIO ADMINISTRATIVO			544	484	426	597	647	707	707
ADMINISTRACAO DA UNIDADE			544	484	426	597	647	707	707
EDUCACAO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTAVEIS						40	20		
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA A PREVENCAO E CONTROLE AMBIENTAL NAS AREAS MARITIMAS E PORTUARIAS						40	20		
GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS				11	14		14	12	14
CONTRIBUICAO AO CONSELHO DE GERENTES DE PROGRAMAS ANTARTICOS NACIONAIS - COMNAP				11	14		14	12	14
PROANTAR	978	2.427	1.288	1.870	4.226	3.635	12.942	16.316	18.688
MANUTENCAO DA ESTACAO ANTARTICA COMANDANTE FERAZ	978	1.566	1.228	1.514					
MISSAO ANTARTICA		861	60	356	4.226	3.635	12.942	16.316	18.688
RECURSOS DO MAR	2.191	1.373	1.144	682	783	2.039	7.623	4.682	43.977
AVALIACAO DA POTENCIALIDADE MINERAL DA PLATAFORMA CONTINENTAL	445	377	238			150			
INTEGRACAO DOS SISTEMAS DE INFORMACOES RELATIVAS AO MAR							79	80	
LEVANTAMENTO DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA		265	388						
LEVANTAMENTO DOS LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA									40.000
MANUTENCAO DA ESTACAO CIENTIFICA DO ARQUIPELAGO DE SAO PEDRO E SAO PAULO	1.560	544	444	613	628	1.060	800	1.560	1.649
PESQUISA E MONITORAMENTO OCEANOGRAFICO	186	187	74	69	155	829	6.744	3.042	2.328
RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS	1.381	590	183	19	120	150			
AVALIACAO DO POTENCIAL SUSTENTAVEL DOS RECURSOS VIVOS DA ZONA ECONOMICA EXCLUSIVA - REVIZEE	1.381	590	183	19	120	150			
52.133 SECRETARIA DA COMISSAO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR	4.550	4.389	3.159	3.066	5.570	6.461	21.246	21.718	63.386

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA MARINHA

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
FUNDO NAVAL										
ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DA MARINHA	92.602	170.808	113.694	71.237	143.373	122.511	143.923	133.984		
ABASTECIMENTO DE SOBRESSALENTES E EQUIPAGENS	26.708	24.117	26.902	29.631	7.806	11.144	4.670	10.116		
APRESTAMENTO DAS FORÇAS NAVAIS	49.845	122.453	81.628	34.316	41.789	43.253	19.747	55.405		
MANUTENCAO DE MEIOS AERONAVAIS					8.420					
MANUTENCAO DE MEIOS DE FUZILEROS NAVAIS					1.265					
MANUTENCAO DE MEIOS NAVAIS					20.632	44.158				
MANUTENCAO DE MEIOS OPERATIVOS DA MARINHA							99.541	69.464		
MANUTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS					5.432					
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	16.049	24.238	5.164	7.290	40.813	21.899	19.968			
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO					1.000	2.057				
MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MUNICOES					16.317					
APOIO ADMINISTRATIVO	175.605	89.590	66.896	68.684	24.798	26.796	88.719	42.699	11.181	
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	139.691	74.908	55.245	68.684	24.798	26.796	88.719	42.699	11.181	
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES	2.027	2.623	1.340							
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	33.887	12.069	10.310							
CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA	141	23	119	18						
METEOROLOGIA MARITIMA	141	23	119	18						
ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA	7.225	14.459	3.382	10.286	3.767	3.198	5.128	9.997	18.247	
CAPACITACAO DE OFICIAIS DA MARINHA							4.258	8.206		
CAPACITACAO DE PRACAS							873	1.791		
CURSO DE POS-GRADUACAO	187	8.600	1.243	381	1.158					
CURSOS DE ALTOS ESTUDOS DE POLITICA ESTRATEGICA		984	181	769	1.060					
ENSINO PREPARATORIO PARA FORMACAO DE OFICIAIS	1.501	872	235	1.800	554	628				
ESPECIALIZACAO E APERFEICOAMENTO DE OFICIAIS	1.331	1.796	1.227	3.355	102	523				
ESPECIALIZACAO E APERFEICOAMENTO DE PRACAS	1.095	595	41	769	301	449				
FORMACAO DE OFICIAIS	2.059	1.059	349	2.432	337	1.203				
FORMACAO DE PRACAS	1.052	552	107	779	255	397				
FORMACAO, APERFEICOAMENTO E ESPECIALIZACAO DE MILITARES E CIVIS DA MARINHA										18.247
GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						782	980	630	262	
CONTRIBUICAO A INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION - IMO						782	980	630	262	
PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL										79.022
ABASTECIMENTO DE SOBRESSALENTES E EQUIPAGENS										8.740
APRESTAMENTO DAS FORÇAS NAVAIS										24.803
MANUTENCAO DE MEIOS OPERATIVOS DA MARINHA										45.478
REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL	129.307	152.322	4.554	16.152	69.529	49.598		93.608	32.754	
AQUISICAO DE MEIOS DE FUZILERO NAVAIS								5.319	3.053	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA MARINHA

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
AQUISICAO DE SISTEMAS OPERATIVOS								25.752		
CONSTRUCAO DE ORGANIZACOES MILITARES TERRESTRES	998	827	322	403	189	1.412				
CONSTRUCAO DE PROPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA AS FORÇAS ARMADAS									17.271	
ELABORACAO DE ESTUDOS E PROJETOS DE CONSTRUCAO NAVAL	603	1.712	600	29	185					
MODERNIZACAO DE MEIOS AERONAVAIS	11.720	14.151	53	65						
MODERNIZACAO DE MEIOS DE FUZILEIROS NAVAIS	1.113	1.484								
MODERNIZACAO DE MEIOS NAVAIS	44.459	26.571	313	4.102	25.519	25.174		60.537	12.430	
MODERNIZACAO DE ORGANIZACOES MILITARES TERRESTRES	15.159	25.254	2.419	2.345	4.894	4.977				
OBTENCAO DE EMBARCACOES DE APOIO	34	638								
OBTENCAO DE MEIOS AERONAVAIS	829	2.403	27							
OBTENCAO DE MEIOS DE FUZILEIROS NAVAIS	27.943	64.080		580	172					
OBTENCAO DE MEIOS NAVAIS	20.132	5.228		5.429	14.001	18.036				
OBTENCAO DE PROPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA A MARINHA		1.153	821					2.000		
OBTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS	6.350	8.820		3.200	24.570					
SEGURANCA DA NAVEGACAO AQUAVIARIA	5.353	9.885	9.913	6.146	5.037	8.331	8.082	62.063	39.642	
HIDROGRAFIA E CARTOGRAFIA NAUTICA			4.253	2.899	11	791	707	1.000	1.804	
METEOROLOGIA MARITIMA					89	954	877	1.500	787	
REGISTRO E FISCALIZACAO DE EMBARCACOES				172	1.842	2.500	2.500	12.783	12.041	
SINALIZACAO NAUTICA	5.329	9.456	5.661	3.057	3.068	4.087	3.998	46.780	25.010	
SISTEMA DE CONTROLE E SEGURANCA DO TRAFEGO MARITIMO	24	429		18	28					
SERVICO DE SAUDE DA MARINHA		45.480								
MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS A CARGO DA MARINHA		45.480								
SERVICO DE SAUDE DAS FORÇAS ARMADAS			59.715	33.414	80.749	96.644	103.518	110.998	128.062	
ADEQUACAO DE INSTALACOES MEDICAS, HOSPITALARES E ODONTOLOGICAS DA MARINHA						7.419	6.025	6.195	5.885	
MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS					80.749	89.226	97.493	104.802	122.177	
MANUTENCAO DOS SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS A CARGO DA MARINHA			59.715	33.414						
TECNOLOGIA DE USO NAVAL	34.600	59.884	30.794	20.250	42.173	1.484				
CONSTRUCAO DE PROTOTIPO DE SUBMARINO COM PROPULSAO NUCLEAR	3.000	1.120	1.593	2.106	4.220					
CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR	19.735	7.476	17.581	3.611	19.840					
DESENVOLVIMENTO E APLICACAO DE TECNOLOGIA NUCLEAR EM PESQUISAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	8.210	8.967	8.744	5.641	12.310					
DESENVOLVIMENTO E AVALIACAO DE MEIOS E SISTEMAS NAVAIS					1.094	1.484				
DESENVOLVIMENTO, SIMULACAO E AVALIACAO DE TATICAS APLICADAS NA GUERRA NAVAL	167	9.118	97	347	378					
IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA BASICA NA AREA NUCLEAR	4.688	33.204	2.799	8.545	4.330					
52.931 FUNDO NAVAL	445.032	542.450	289.067	226.187	369.426	309.344	350.350	453.980	309.171	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA MARINHA

	R\$ mil									
Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO										
<u>APOIO ADMINISTRATIVO</u>	<u>102</u>	<u>140</u>	<u>11.028</u>							
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	87	110	10.579							
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES	5	27	60							
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	10	3	389							
<u>ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA</u>	<u>26.537</u>	<u>32.302</u>	<u>11.168</u>	<u>23.629</u>						
ADMINISTRACAO DA UNIDADE				11.258						
ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO DE NIVEL MEDIO	13.300	16.248	4.951	7.792						
ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO DE NIVEL SUPERIOR	13.237	16.055	6.217	4.580						
<u>SEGURANCA DA NAVEGACAO AQUAVIARIA</u>	<u>674</u>	<u>991</u>			<u>39.701</u>	<u>47.924</u>	<u>55.182</u>	<u>78.095</u>	<u>71.283</u>	
ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO DE NIVEL MEDIO					5.879	5.999	6.200	12.000	25.509	
ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO DE NIVEL SUPERIOR					3.596	8.999	9.150	20.200	24.788	
GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA					30.227	32.926	39.833	45.796	21.007	
REGISTRO E FISCALIZACAO DE EMBARCACOES	674	991								
52.932 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARITIMO	27.313	33.434	22.195	23.629	39.701	47.924	55.182	78.095	71.283	

Ministério da Defesa
Execução Orçamentária de 2000 a 2008 - COMANDO DA MARINHA

Unidade Orçamentária/ Programa/ Ação	R\$ mil								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TOTAL COMANDO DA MARINHA	5.504.581	6.679.257	7.075.640	6.488.044	6.816.998	7.570.142	8.314.522	9.335.411	10.953.480

Oitava Parte
Arrecadação das receitas

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

		R\$ Mil correntes								
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	5.354,1	5.853,9	4.421,6	6.129,4	4.120,7	3.365,6	2.569,5	2.129,1	2.257,4	
LIVRE	5.354,1	5.853,9	4.421,6	6.129,4	4.120,7	3.365,6	2.569,5	2.129,1	2.257,4	
Fonte 250	1.938,3	2.134,7	900,0	1.331,8	740,5	626,4	701,6	757,5	781,0	
13150000 Taxa de Ocupação de Imóveis	430,2	460,1	453,6	361,5	460,7	426,0	476,9	0,0	0,0	
13152000 Taxa de Ocupação de Imóveis Funcionais e Próprios Nacionais Residenciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	533,3	579,0	
13301100 Receita de Outorga de Direitos de Uso de Outros Bens Públicos	0,0	0,0	60,4	110,4	166,0	173,6	180,6	0,0	0,0	
13350100 Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	187,5	187,6	
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
16001300 Serviços Administrativos	119,7	56,4	56,6	59,1	72,9	26,5	27,9	35,3	14,4	
16009900 Outros Serviços	0,0	1.611,8	329,4	62,8	0,6	0,1	14,0	1,3	0,0	
19210900 Outras Indenizações	0,0	6,3	0,0	738,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
19909900 Outras Receitas	1.361,5	0,0	0,0	0,0	20,4	0,0	0,0	0,0	0,0	
22190000 Alienação de Outros Bens Móveis	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Fonte 280	3.415,7	3.719,2	3.521,6	4.797,6	3.380,1	2.739,3	1.867,9	1.371,7	1.476,4	
13210000 Juros de Títulos de Renda	151,0	265,8	139,7	4.797,6	3.380,1	2.739,3	1.867,9	1.371,7	1.476,4	
13250000 Remuneração de Depósitos Bancários	3.264,7	3.453,4	3.381,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

		R\$ Mil correntes								
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HFA	12.783,8	11.263,4	13.043,6	10.886,3	9.724,6	15.756,7	15.835,6	19.254,8	16.501,1	
LIVRE	12.783,8	11.263,4	13.043,6	10.886,3	9.724,6	15.756,7	15.835,6	19.254,8	16.501,1	
Fonte 150	12.783,8	11.263,4	13.043,6	10.886,3	9.724,6	15.753,8	15.653,4	19.220,1	16.302,8	
13150000 Taxa de Ocupação de Imóveis	378,1	642,7	680,7	947,9	748,2	803,5	1.197,8	0,0	0,0	
13152000 Taxa de Ocupação de Imóveis Funcionais e Próprios Nacionais Residenciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.470,6	1.451,4	
13301100 Receita de Outorga de Direitos de Uso de Outros Bens Públicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	68,3	112,1	0,0	0,0	
13330100 Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Áreas Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	90,8	59,3	
16000501 Serviços Hospitalares	10.768,9	10.401,1	12.135,4	8.777,5	7.971,6	12.871,6	2.364,4	1.377,7	3.302,6	
16001300 Serviços Administrativos	1.616,8	218,6	227,6	1.160,9	1.004,2	2.010,1	288,8	769,0	389,4	
19160800 Multas e Juros de Mora de Taxas de Ocupação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	
19169900 Outras Multas e Juros de Mora	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,5	0,0	
19199900 Outras Multas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	
19220700 Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	
19229900 Outras Restituições	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
76000501 Serviços Hospitalares - Operações Intracorporárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11.690,1	15.511,5	11.094,6	
Fonte 174	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	
19199900 Outras Multas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	
Fonte 180	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	182,2	34,7	198,3	
13250000 Remuneração de Depósitos Bancários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	182,2	34,7	198,3	

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	R\$ Mil correntes									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	4.840,4	5.394,6	5.588,0	5.959,8	5.799,9	5.674,3	5.542,6	5.524,1	6.036,8	
LIVRE	454,0	659,9	694,7	939,0	682,6	1.210,4	1.244,9	1.001,2	1.055,8	
Fonte 180	454,0	659,9	694,7	939,0	682,6	1.210,4	1.244,9	1.001,2	1.055,8	
13210000 <i>Juros de Títulos de Renda</i>	0,0	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
13250000 <i>Remuneração de Depósitos Bancários</i>	454,0	657,2	694,7	939,0	682,6	1.210,4	1.244,9	1.001,2	1.055,8	
VINCULADA	4.386,4	4.734,7	4.893,3	5.020,7	5.117,3	4.463,9	4.297,7	4.522,9	4.980,9	
Fonte 174	2.098,4	2.560,3	2.429,1	2.680,8	2.414,1	2.731,9	2.518,6	2.197,3	2.594,1	
19190800 <i>Multas Previstas na Lei do Serviço Militar</i>	2.098,4	2.560,3	2.429,1	2.680,8	2.414,1	2.731,9	2.518,6	2.197,3	2.594,1	
Fonte 175	2.288,0	2.174,4	2.464,3	2.340,0	2.703,1	1.732,0	1.779,1	2.325,6	2.386,9	
11221500 <i>Taxa Militar</i>	2.288,0	2.174,4	2.464,3	2.340,0	2.703,1	1.732,0	1.779,1	2.325,6	2.386,9	

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

		R\$ Mil correntes								
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
FUNDO AERONÁUTICO		736.185,1	793.360,2	868.282,0	1.096.799,6	1.234.373,1	1.193.177,2	1.336.536,9	1.437.146,2	1.531.948,3
LIVRE		191.120,9	245.524,7	296.456,0	332.515,5	407.999,2	359.061,1	366.286,6	346.137,0	352.175,5
Fonte 250		59.890,4	105.454,5	48.073,1	131.128,9	174.309,1	122.374,0	106.821,3	123.850,4	162.632,6
13120000	Arrendamentos	8.422,3	9.142,8	8.181,8	10.377,0	11.728,9	12.676,3	13.079,2	14.569,4	16.533,4
13150000	Taxa de Ocupação de Imóveis	8.568,7	5.215,0	5.581,3	5.558,1	21.502,5	9.941,4	9.601,1	0,0	0,0
13152000	Taxa de Ocupação de Imóveis Funcionais e Próprios Nacionais Residenciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.600,8	4.314,8
13153000	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.934,9	20.614,6
16000199	Outros Serviços Comerciais	466,2	695,9	639,1	1.234,3	2.277,5	12.661,0	10.679,5	9.605,7	10.170,2
16000304	Serviços de Transporte Aéreo	2.258,7	3.017,4	662,2	45,7	320,7	3,1	4.521,4	1.222,8	3.359,6
16001300	Serviços Administrativos	14.219,6	10.725,1	10.035,2	9.584,1	42.457,8	70.111,3	51.868,3	66.917,4	73.797,7
16001600	Serviços Educacionais	712,4	603,3	516,6	368,1	1.318,5	1.367,3	1.449,9	1.704,0	3.251,2
16002100	Serviços de Hospedagem e Alimentação	5,4	10,7	109,3	116,9	469,2	5.337,1	6.305,1	6.692,1	7.400,2
16009900	Outros Serviços	0,0	13,5	106,9	75,2	193,5	255,1	956,3	691,9	8.330,7
19160000	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	13,8	636,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19160200	Multas e Juros de Mora de Arrendamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,1	79,6	121,0	78,4
19160800	Multas e Juros de Mora de Taxas de Ocupação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	1,7	1,2
19169900	Outras Multas e Juros de Mora	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0
19191900	Multas de Arrendamentos	64,8	40,5	137,9	36,8	50,1	0,0	0,0	0,0	0,0
19192500	Multas de Taxas de Ocupação	238,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19199900	Outras Multas	0,0	0,0	85,1	235,2	2.474,9	0,0	0,0	0,0	0,0
19909900	Outras Receitas	26.235,6	29.234,3	20.083,9	101.548,0	89.449,4	7.994,2	5.462,5	9.466,5	8.866,0
22110000	Alienação de Títulos Mobiliários	0,0	44.640,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22190000	Alienação de Outros Bens Móveis	866,0	1.183,9	1.773,3	1.722,7	2.066,1	1.867,1	2.763,1	2.159,6	4.020,2
22290000	Alienação de Outros Bens Imóveis	0,0	0,0	160,5	226,8	0,0	0,0	52,2	0,0	1,2
25900000	Outras Receitas	0,0	94,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
76000199	Outros Serviços Comerciais - Operações Intracorporatárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	498,9	1.741,3
76001300	Serviços Administrativos - Operações Intracorporatárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,9	109,0
79909900	Outras Receitas - Operações Intracorporatárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,5	42,9

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

		R\$ Mil correntes								
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Fonte 280		131.230,4	140.070,2	248.382,9	201.386,6	233.690,0	236.687,1	259.465,2	222.286,7	189.542,9
13210000	Juros de Títulos de Renda	131.230,4	140.070,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13250000	Remuneração de Depósitos Bancários	0,0	0,0	200.906,5	195.495,4	175.209,0	236.687,1	259.465,2	222.286,7	189.542,9
22110000	Alienação de Títulos Mobiliários	0,0	0,0	47.476,4	5.891,2	58.481,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VINCULADA		545.064,3	547.835,5	571.826,0	764.284,1	826.373,9	834.116,1	970.250,3	1.091.009,2	1.179.772,8
Fonte 250		537.552,2	541.659,2	569.445,3	760.650,3	822.448,3	832.168,8	968.074,0	1.089.961,5	1.176.989,9
16000501	Serviços Hospitalares	41,8	62,8	2.946,0	161,0	11.445,5	14.533,7	16.805,6	16.545,6	19.754,9
16003101	Tarifa Aeroportuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	38,6	22,1
16003102	Adicional Sobre Tarifa Aeroportuária	142.938,0	168.779,0	168.546,1	201.475,3	266.552,7	274.221,6	337.013,3	373.317,2	424.149,1
16003300	Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios a Navegação Aérea em Rota	387.566,1	347.631,4	390.276,6	554.070,6	467.937,8	465.323,9	521.899,4	600.636,4	0,0
16003301	Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios a Navegação Aérea em Rota	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	338.330,9
16003302	Adicional s/Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios a Navegação Aérea em Rota	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	261.090,6
19901900	Recolhimento do Beneficiário ao Fundo de Saúde Militar	7.006,3	4.986,1	9.674,4	4.943,3	76.512,4	78.069,7	92.355,7	99.279,9	113.251,0
76000501	Serviços Hospitalares - Operações Intra-hospitalares	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	143,7	391,4
Fonte 281		7.512,0	6.176,3	2.390,7	3.633,8	3.925,6	1.947,3	2.176,3	1.047,7	2.782,9
17610000	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	7.512,0	6.176,3	2.390,7	3.633,8	3.925,6	1.947,3	2.176,3	1.047,7	2.782,9

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

R\$ Mil correntes									
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
AGÊNCIA NAC. DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	78.748,3	61.905,7	74.722,5	80.683,0	82.276,1	64.985,1	84.932,5	117.949,4	159.849,6
LIVRE	9.726,7	15.934,2	34.488,2	27.321,3	27.824,2	33.248,3	44.252,9	55.452,1	88.170,2
Fonte 150	3.841,4	6.097,2	6.989,8	6.466,5	8.641,8	11.823,6	25.268,2	40.875,0	0,0
16001400 <i>Serviços de Inspeção e Fiscalização</i>	3.841,4	6.097,2	6.989,8	6.466,5	8.641,8	11.823,6	25.268,2	40.875,0	0,0
Fonte 174	737,4	1.475,0	960,2	1.917,4	1.054,9	868,0	622,2	807,8	1.665,6
19193000 <i>Multas Previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica</i>	737,4	1.475,0	960,2	1.917,4	1.054,9	868,0	622,2	807,8	1.665,6
Fonte 180	5.148,0	8.362,0	26.538,2	18.937,4	18.127,5	20.556,7	18.362,5	13.090,9	0,0
13250000 <i>Remuneração de Depósitos Bancários</i>	5.148,0	8.362,0	26.538,2	18.937,4	18.127,5	20.556,7	18.362,5	13.090,9	0,0
Fonte 250	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	678,4	63.671,7
16001300 <i>Serviços Administrativos</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	678,4	11.741,6
16001400 <i>Serviços de Inspeção e Fiscalização</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	51.657,0
19192700 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,3
19220700 <i>Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	121,9
19229900 <i>Outras Restituições</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	91,2
19909900 <i>Outras Receitas</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	47,8
76001400 <i>Serviços de Inspeção e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,7
Fonte 280	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22.832,9
13250000 <i>Remuneração de Depósitos Bancários</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22.832,9
VINCULADA	69.021,6	45.971,5	40.234,3	53.361,7	54.451,9	31.736,8	40.679,6	62.497,3	71.679,4
Fonte 172	35.296,4	16.833,2	6.964,4	14.636,7	4.962,4	148,2	267,3	535,2	119,3
12201600 <i>Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas</i>	35.296,4	16.833,2	6.964,4	14.636,7	4.962,4	148,2	267,3	535,2	119,3
Fonte 176	33.725,2	29.138,4	33.269,9	38.725,0	49.489,4	31.588,7	40.412,3	61.962,1	71.560,1
12100500 <i>Contribuição para o Ensino Aeroviário</i>	33.725,2	29.138,4	33.269,9	38.725,0	49.489,4	31.588,7	40.412,3	61.962,1	71.560,1

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

		R\$ Mil correntes								
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
COMANDO DO EXÉRCITO		20.879,5	27.364,8	13.496,5	11.721,5	13.417,5	41.745,7	43.674,1	59.700,5	42.413,5
VINCULADA		20.879,5	27.364,8	13.496,5	11.721,5	13.417,5	41.745,7	43.674,1	59.700,5	42.413,5
Fonte 181		20.879,5	27.364,8	13.496,5	11.721,5	13.417,5	41.745,7	43.674,1	59.700,5	42.413,5
17610000	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	4.936,2	6.108,2	2.893,9	463,8	1.222,6	27.906,2	25.735,0	40.941,8	9.246,6
17620000	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades	7.508,1	8.553,4	5.044,6	1.667,9	4.503,6	7.451,4	4.866,1	7.291,3	25.556,7
17630000	Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	1.695,4	540,0	336,9	721,4	712,2	20,7	6.476,6	2.356,9	222,2
17640000	Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0,0	0,0	0,0	15,1	350,0	6.345,4	6.427,6	6.652,5	7.385,9
24600000	Transferências de Outras Instituições Públicas	174,1	11.528,2	2.703,3	694,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
24710000	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	0,0	0,0	1.606,2	5.963,3	3.774,5	0,0	0,0	0,0	0,0
24720000	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	6.128,5	455,1	776,0	1.468,6	2.721,7	0,0	170,7	256,0	0,0
24730000	Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	237,2	180,0	135,5	326,7	132,9	0,0	0,0	0,0	0,0
24740000	Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22,0	0,0	0,0	0,0

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	R\$ Mil correntes									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
FUNDAÇÃO OSÓRIO	1.532,3	1.931,2	1.658,5	1.757,4	2.277,9	2.243,3	2.622,1	2.712,9	2.894,0	
LIVRE	1.532,3	1.931,2	1.658,5	1.757,4	2.277,9	2.243,3	2.622,1	2.712,9	2.894,0	
Fonte 250	1.102,7	1.657,8	1.335,3	1.437,9	1.915,6	1.866,6	2.214,4	2.294,5	2.459,8	
13110000 Aluguéis	121,8	130,7	110,4	153,2	159,2	432,3	162,5	228,7	135,4	
13220000 Dividendos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4	0,5	0,2	0,6	
16001600 Serviços Educacionais	960,6	1.519,7	1.221,5	1.278,9	1.752,4	1.427,1	2.040,8	2.060,8	2.324,0	
19219900 Outras Indenizações	0,2	7,4	3,4	5,8	3,7	6,8	10,7	4,8	1,6	
Fonte 296	429,6	273,4	323,2	319,5	362,3	376,8	407,7	418,4	434,2	
17500000 Transferências de Pessoas	429,6	273,4	323,2	319,5	362,3	376,8	407,7	418,4	434,2	

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

R\$ Mil correntes									
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
FUNDO DO EXÉRCITO	273.716,6	314.564,4	427.227,4	288.118,9	417.910,1	464.591,0	534.952,1	624.476,5	632.078,5
LIVRE	104.857,3	146.343,7	160.464,8	130.017,1	123.402,9	131.537,3	142.228,8	146.883,1	163.757,9
Fonte 250	89.880,7	119.579,8	128.000,4	86.266,2	98.695,8	109.812,7	121.383,7	125.086,1	139.614,7
12109900 <i>Outras Contribuições Sociais</i>	8,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13110000 <i>Aluguéis</i>	2.340,3	1.619,1	4.075,1	1.083,6	2.464,4	2.795,4	3.421,4	4.354,9	3.021,2
13120000 <i>Arrendamentos</i>	1.957,2	4.266,7	4.826,8	5.568,0	5.157,5	5.440,2	7.700,0	7.709,6	11.012,5
13150000 <i>Taxa de Ocupação de Imóveis</i>	14.428,6	18.075,6	17.606,6	18.825,4	19.151,4	21.450,7	24.535,7	0,0	0,0
13152000 <i>Taxa de Ocupação de Imóveis Funcionais e Próprios Nacionais Residenciais</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10.957,2	8.691,9
13153000 <i>Taxa de Ocupação de Outros Imóveis</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16.518,9	21.872,6
13190000 <i>Outras Receitas Imobiliárias</i>	11.953,9	7.920,8	10.211,6	12.784,9	13.006,5	15.049,2	16.983,7	18.496,4	19.559,1
13900000 <i>Outras Receitas Patrimoniais</i>	0,0	0,0	34.009,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15202100 <i>Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
16000102 <i>Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Material Escolar e de Publicidade</i>	827,9	1.006,3	754,1	446,3	462,8	469,3	347,9	384,3	245,1
16000199 <i>Outros Serviços Comerciais</i>	2.739,8	2.734,6	2.771,6	2.748,8	1.510,1	2.132,2	1.986,7	2.648,5	3.047,5
16000301 <i>Serviços de Transporte Rodoviário</i>	24,5	43,4	70,3	137,7	130,0	149,9	240,0	263,1	230,2
16000303 <i>Serviços de Transporte Hidroviário</i>	8,1	12,0	10,1	7,0	11,8	15,1	2,9	3,2	3,6
16000800 <i>Serviços de Processamento de Dados</i>	3.454,1	3.611,2	4.173,7	4.964,9	4.288,2	4.708,1	6.544,5	9.512,1	9.362,2
16001200 <i>Serviços Tecnológicos</i>	65,3	155,2	399,2	344,3	951,2	651,6	722,9	1.191,2	730,8
16001300 <i>Serviços Administrativos</i>	3.965,7	5.577,5	4.999,1	5.283,3	5.627,1	6.139,9	8.194,9	9.270,4	7.482,2
16001600 <i>Serviços Educacionais</i>	9.037,4	10.708,5	10.968,9	10.719,8	13.086,8	14.863,9	16.026,3	16.974,2	17.106,2
16001800 <i>Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação</i>	4,3	2,8	6,9	19,0	18,5	14,6	12,4	7,6	1,5
16001900 <i>Serviços Recreativos e Culturais</i>	1.289,5	1.010,7	756,2	1.435,1	1.288,3	1.352,5	2.646,0	2.555,8	2.664,5
16002100 <i>Serviços de Hospedagem e Alimentação</i>	1.772,5	2.222,1	2.619,2	3.016,5	3.220,9	2.845,0	3.310,9	3.519,7	4.576,0
16009900 <i>Outros Serviços</i>	3.962,2	2.579,9	590,1	2.588,7	2.192,6	3.958,9	1.655,0	1.794,1	1.760,3
19160100 <i>Multas e Juros de Mora de Aluguéis</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,2	38,2	3,0
19160200 <i>Multas e Juros de Mora de Arrendamentos</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,9	35,9	55,2
19160800 <i>Multas e Juros de Mora de Taxas de Ocupação</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,6	0,0
19169900 <i>Outras Multas e Juros de Mora</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,6	175,9	154,4

Ministério da Defesa
 Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
 Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

		R\$ Mil correntes								
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
19901900	<i>Recolhimento do Beneficiário ao Fundo de Saúde Militar</i>	163.501,1	165.885,0	0,0	150.664,8	281.042,5	315.505,9	374.818,2	456.725,8	437.634,0
76000501	<i>Serviços Hospitalares - Operações Intracorporamentárias</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	212,9	1.074,2	2.304,5

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	R\$ Mil correntes								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
COMANDO DA MARINHA	272.283,3	276.776,3	325.034,5	574.111,7	756.239,2	943.454,2	1.184.772,5	1.179.582,8	1.692.434,9
VINCULADA	272.283,3	276.776,3	325.034,5	574.111,7	756.239,2	943.454,2	1.184.772,5	1.179.582,8	1.692.434,9
Fonte 142	272.283,3	276.776,3	325.034,5	574.111,7	756.239,2	943.454,2	1.184.772,5	1.179.582,8	1.692.434,9
13400500 <i>Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural - em Plataforma</i>	157.261,5	159.398,1	168.920,4	298.182,7	435.601,1	542.774,1	684.032,8	680.570,3	975.963,5
13400700 <i>Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo e Gás Natural - em Plataforma</i>	115.021,8	117.378,2	156.114,1	275.929,1	320.638,1	400.680,2	500.739,7	499.012,5	716.471,5

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

R\$ Mil correntes									
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
FUNDO NAVAL	346.787,6	273.965,2	324.221,4	284.173,8	326.949,9	449.924,9	360.297,4	353.384,7	385.786,9
LIVRE	273.261,5	177.563,3	179.514,9	153.379,7	149.804,5	269.624,8	175.467,4	157.506,9	177.766,4
Fonte 172	15.666,6	8.850,9	11.582,5	6.663,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
12209900 Outras Contribuições Econômicas	15.666,6	8.850,9	11.582,5	6.663,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fonte 174	4.148,8	1.892,9	1.654,1	1.405,5	2.022,6	2.407,5	2.553,4	2.780,1	2.959,1
19190200 Multas do Regulamento para o Tráfego Marítimo	4.148,8	1.892,9	1.654,1	1.405,5	2.022,6	2.407,5	2.553,4	2.780,1	2.959,1
Fonte 250	113.874,2	46.214,0	52.038,3	37.069,2	40.406,5	145.772,9	40.845,1	44.563,0	53.486,5
13120000 Arrendamentos	2.025,3	1.727,1	1.605,8	1.321,1	1.673,8	3.155,9	2.627,7	3.089,8	3.131,3
13150000 Taxa de Ocupação de Imóveis	3.604,8	4.648,4	4.697,5	4.710,0	4.480,6	5.179,2	5.206,1	0,0	0,0
13153000 Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.677,4	5.822,1
13190000 Outras Receitas Imobiliárias	123,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	0,0	90,8	65,0	79,0	24,5	34,2	46,6	46,5	18,3
15202100 Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	2.600,6	3.988,2	3.146,1	1.164,3	4.204,0	4.503,5	3.612,5	4.135,4	3.410,2
15209800 Outras Receitas da Indústria de Transformação	400,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16000101 Serviços de Comercialização de Medicamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.472,9
16000199 Outros Serviços Comerciais	2.693,9	259,8	245,6	314,5	297,6	0,0	0,0	1.279,5	1.475,6
16000600 Serviços Portuários	1.993,6	2.532,5	1.852,1	1.634,9	692,5	995,0	965,1	1.073,2	380,0
16000900 Serviços de Socorro Marítimo	2,2	60,7	3,1	8,7	21,0	4,1	0,4	4,5	2,5
16001300 Serviços Administrativos	613,5	1.265,8	1.762,7	1.508,2	1.040,1	13.566,2	12.467,7	13.921,9	16.109,8
16001400 Serviços de Inspeção e Fiscalização	66,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16001600 Serviços Educacionais	2.365,8	3.257,0	2.985,0	2.458,1	3.410,6	0,0	0,0	0,0	0,0
16001800 Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação	2.550,0	2.606,3	3.556,6	3.680,7	1.547,1	43,5	22,6	34,8	287,0
16002100 Serviços de Hospedagem e Alimentação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.128,3
16002200 Serviços de Estudos e Pesquisas	507,5	635,0	788,5	650,2	270,8	126,9	0,0	93,1	45,3
19169900 Outras Multas e Juros de Mora	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
19192700 Multas e Juros Previstos em Contratos	996,0	1.315,8	177,4	5,2	9,2	69,6	73,4	47,1	63,7
19199900 Outras Multas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
19219900 Outras Indenizações	86.198,6	22.180,2	26.123,6	16.695,2	21.073,7	116.642,3	14.443,5	14.427,7	16.690,1

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

		R\$ Mil correntes								
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
19220700	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,8	
19909900	Outras Receitas	678,4	403,7	94,0	98,3	168,5	199,3	581,5	885,7	
22190000	Alienação de Outros Bens Móveis	505,0	321,7	73,7	128,9	372,5	511,1	343,0	285,1	
22290000	Alienação de Outros Bens Imóveis	5.329,5	521,0	4.859,2	412,2	720,0	720,0	240,0	0,0	
75209800	Outras Receitas da Indústria de Transformação - Operações Intraorçamentárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	228,9	0,0	
75209900	Outras Receitas da Indústria de Transformação - Operações Intraorçamentárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	302,1	
76001300	Serviços Administrativos - Operações Intraorçamentárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,1	4,6	
Fonte 280		139.571,8	120.605,5	114.239,9	108.241,8	107.375,4	121.444,4	132.068,8	110.163,8	121.320,8
13210000	Juros de Títulos de Renda	755,8	593,2	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
13250000	Remuneração de Depósitos Bancários	135.793,2	119.099,1	114.142,1	108.241,8	107.375,4	121.444,4	132.068,8	110.163,8	
13260000	Remuneração de Depósitos Especiais	3.022,8	913,2	97,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
VINCULADA		73.526,2	96.401,9	144.706,5	130.794,1	177.145,4	180.300,2	184.830,0	195.877,8	208.020,5
Fonte 135		0,0	0,0	0,0	0,0	2.777,6	3.148,9	2.914,3	4.425,9	7.375,6
12201800	Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	0,0	0,0	0,0	0,0	2.776,8	3.146,5	2.912,9	4.424,8	
19125200	Multas e Juros de Mora da Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,7	0,8	0,3	
19141000	Multas e Juros da Dívida Ativa da Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	
19149901	Multa e Juros de Mora Div. Atív. Outras Contrib.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	
19149902	Parc - Multas/Juros Mora Div. Atív. Outras Contrib.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	
19169900	Outras Multas e Juros de Mora	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	
19199900	Outras Multas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	
19320900	Receita da Dívida Ativa da Cota Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	1,0	0,8	1,1	

Ministério da Defesa
Arrecadação de Receitas - 2000 a 2008
Receitas Próprias e Vinculadas do Tesouro Nacional

		R\$ Mil correntes								
UO/Vinculação/Fte./Nat. Receita	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
19199900	Outras Multas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	
19320900	Receita da Dívida Ativa da Cota Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.	2,1	5,5	12,1	3,7	1,8	3,6	2,3	4,1	
Fonte 176		22.656,5	22.117,2	23.331,6	28.423,8	35.623,1	47.667,2	57.162,7	59.815,9	
12100600	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	22.656,5	22.117,2	23.331,6	28.423,8	35.623,1	47.667,2	57.162,7	59.815,9	
TOTAL DO MD		1.793.959,4	1.824.790,3	2.106.592,6	2.421.582,8	2.921.268,4	3.654.379,5	3.900.312,5	4.585.383,7	